



MUNICÍPIO DE MONTEMOR-O-VELHO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ATA Nº 01/2023

Data da Sessão: 28 de fevereiro de 2023

Início da Sessão: 16.10 horas

Fim da Sessão: 20.00 horas

Composição da Mesa:

Presidente: Fernando Jorge dos Ramos _____

1º Secretário: Telma Margarida Neves Simões _____

2º Secretário: Liliana Isabel Batista Duarte _____

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO***Sessão ordinária de 2023, fevereiro, 28***

----- Aos 28 dias do mês de fevereiro do ano de 2023, pelas dezasseis horas e dez minutos, no Salão Nobre da Câmara Municipal de Montemor-o-Velho, reuniu em sessão ordinária a Assembleia Municipal de Montemor-o-Velho, com a seguinte Ordem de Trabalhos: -----

1. **Período de Antes da Ordem do Dia.** -----
2. **Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara, nos termos da alínea c), nº 2, do art.º 25º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação.** -----
3. **Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal, o Projeto de Regulamento do Mercadinho Local de Montemor-o-Velho.** -----
4. **Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal, o Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios - PMDFCI 2022-2031, nos termos do n.º 10 do artigo 4.º do Despacho n.º 443-A/2018, de 9 de janeiro, na sua atual redação.** -----
5. **Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal, a designação do júri proposto para conduzir o procedimento concursal para o cargo de direção intermédia de 2.º Grau – Chefe da Divisão de Administração Geral.** -----
6. **Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal, a 1ª Alteração Orçamental Modificativa Orçamento e GOP 2023-2027.** -----
7. **Autorizar, sob proposta do Executivo Municipal, o Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências no âmbito dos procedimentos Contraordenacionais no domínio do estacionamento público.** -----
8. **Autorizar, sob proposta do Executivo Municipal, o Contrato interadministrativo de delegação de competências e de financiamento das atividades exercidas ao abrigo das competências delegadas dos Municípios enquanto Autoridades de Transportes - Novo Acordo de Financiamento.** -----
9. **Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal, a proposta de prorrogação do prazo para aceitação da transferência do exercício de competências domínio da Ação Social, nos termos do Decreto-Lei n.º 87-B/2022, de 29 de dezembro.** -----
10. **Tomada de conhecimento, sob proposta do Executivo Municipal, da Adesão à Rede Europeia de Municípios Amigos das Famílias.** -----
11. **Tomada de conhecimento, sob proposta do Executivo Municipal, da Declaração alínea a) do n.º 1, do artigo 15º, da Lei n.º 8/2012.** -----
12. **Tomada de conhecimento, sob proposta do Executivo Municipal, da Declaração alínea b) do n.º 1, do artigo 15º, da Lei n.º 8/2012.** -----
13. **Tomada de conhecimento, sob proposta do Executivo Municipal, da autorização genérica**

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão ordinária de 2023, fevereiro, 28

para dispensa de autorização prévia da Assembleia Municipal para Isenções e/ou reduções de taxas – Listagem de Isenções e/ou reduções de taxas concedidas entre 01/12/2022 e 31/01/2023. -----

14. Tomada de conhecimento, sob proposta do Executivo Municipal, da autorização genérica para dispensa de autorização prévia da Assembleia Municipal para Compromissos Plurianuais – Listagem de compromissos plurianuais assumidos entre 01/12/2022 e 31/01/2023. -----

15. Tomada de conhecimento do Relatório de Avaliação da Atividade da CPCJ de Montemor-o-Velho relativo ao ano 2022. -----

16. Intervenção do público, em cumprimento com o artigo 49.º n.º 1 da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro na sua atual redação dada pela Lei n.º 66/2020, de 04 de novembro. -----

----- Tomou a Palavra o PMAM, Fernando Jorge dos Ramos que disse: “Como repararam voltei a convidar, durante a suspensão do mandato da 2.ª Secretária, Dr.ª Patrícia Rocha, a Senhora Deputada Liliana Duarte, para me fazer companhia na mesa e ajudar nos trabalhos.---

----- Procedeu-se à verificação da existência de quórum, registando-se as seguintes presenças:-----

Mesa: Fernando Jorge dos Ramos, Telma Margarida Neves Simões e Liliana Isabel Batista Duarte. -----

Membros: Ana Cristina da Silva Jorge, Maria Albertina Moleiro Ferreira Jorge, José António Pecegueiro Ferreira Serrano, Patrício Emanuel Pereira de Almeida Duarte, Tiago Dinis Santos Silva, Dulce Maria Melo Ferreira, Fernando Pereira Nunes Curto, Bruno Miguel Nunes Ferrão, Luís António Girão da Fonseca, António Augusto dos Santos Torres, Joaquim António Graça Rainho, Lídia Maria Cavaleiro Teixeira Pagaimo, João Carlos Silva de Carvalho Rama, Sandra Paula Cardoso Strecht F. Alves, Tânia Sofia de Jesus Monteiro, Ana Maria Batista Vaz Valente, em substituição de António Afonso Ávila de Melo Galvão Lucas, Elisa Maria de Sá Pinto, em substituição de Cláudia Margarida Faria Gaspar e Paulo Alexandre Azambuja Galvão, em substituição de Carolina Ferreira Aires. -----

Presidentes de Junta: Arazede, Carapinheira, Liceia, Meãs, Pereira, Santo Varão, Seixo de Gatões, Tentúgal, União das Freguesias de Abrunheira, Verride e Vila Nova da Barca, Tesoureiro da JF de Ereira e Tesoureira da União de Freguesias de Montemor-o-Velho e Gatões. -----

Executivo: Emílio Augusto Ferreira Torrão, Maria João Batista Sobreiro, José Jacírio Teixeira Veríssimo, Diana Filipa Alves Andrade, Cristina Gomes da Silva Almeida, Décio António Tinoco Matias e Hugo Rafael Santos Ferreira.-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão ordinária de 2023, fevereiro, 28

Faltas Justificadas: António Afonso Ávila de Melo Galvão Lucas, Cláudia Margarida Faria Gaspar, Carolina Ferreira Aires, PJF de Ereira e PJ da União de Freguesias de Montemor-o-Velho e Gatões.-----

Faltas injustificadas:-----

----- O PMAM, Fernando Jorge dos Ramos, deu início à sessão quando eram 16h10m, saudou os presentes e disse: “Temos quórum, vamos dar início à nossa reunião ordinária de hoje da Assembleia Municipal de Montemor-o-Velho.-----

----- Cumprimento em especial o Senhor Presidente da Câmara Municipal, os Senhores Vereadores, os Senhores Membros da Assembleia Municipal e os Senhores funcionários. -----

----- Se me permitem, se a memória não me falha, é a primeira vez que a Senhora Vereadora substituta, Cristina Almeida, está numa Assembleia Municipal, e quero dar-lhe as boas vindas à nossa Reunião. -----

----- Relativamente à nossa Ordem de Trabalhos e, como não estou a ver nenhuma oposição por parte dos membros da AM, julgo que a mesma poderá ser aprovada por unanimidade, com a seguinte redação: -----

1. Período de Antes da Ordem do Dia. -----

2. Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara, nos termos da alínea c), nº 2, do art.º 25º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação. -----

3. Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal, o Projeto de Regulamento do Mercadinho Local de Montemor-o-Velho. -----

4. Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal, o Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios - PMDFCI 2022-2031, nos termos do n.º 10 do artigo 4.º do Despacho n.º 443-A/2018, de 9 de janeiro, na sua atual redação.-----

5. Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal, a designação do júri proposto para conduzir o procedimento concursal para o cargo de direção intermédia de 2.º Grau – Chefe da Divisão de Administração Geral. -----

6. Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal, a 1ª Alteração Orçamental Modificativa Orçamento e GOP 2023-2027.-----

7. Autorizar, sob proposta do Executivo Municipal, o Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências no âmbito dos procedimentos Contraordenacionais no domínio do estacionamento público. -----

8. Autorizar, sob proposta do Executivo Municipal, o Contrato interadministrativo de delegação de competências e de financiamento das atividades exercidas ao abrigo das

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão ordinária de 2023, fevereiro, 28

competências delegadas dos Municípios enquanto Autoridades de Transportes - Novo Acordo de Financiamento. -----

9. Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal, a proposta de prorrogação do prazo para aceitação da transferência do exercício de competências domínio da Ação Social, nos termos do Decreto-Lei n.º 87-B/2022, de 29 de dezembro. -----

10. Tomada de conhecimento, sob proposta do Executivo Municipal, da Adesão à Rede Europeia de Municípios Amigos das Famílias. -----

11. Tomada de conhecimento, sob proposta do Executivo Municipal, da Declaração alínea a) do n.º 1, do artigo 15º, da Lei n.º 8/2012. -----

12. Tomada de conhecimento, sob proposta do Executivo Municipal, da Declaração alínea b) do n.º 1, do artigo 15º, da Lei n.º 8/2012. -----

13. Tomada de conhecimento, sob proposta do Executivo Municipal, da autorização genérica para dispensa de autorização prévia da Assembleia Municipal para Isenções e/ou reduções de taxas – Listagem de Isenções e/ou reduções de taxas concedidas entre 01/12/2022 e 31/01/2023. -----

14. Tomada de conhecimento, sob proposta do Executivo Municipal, da autorização genérica para dispensa de autorização prévia da Assembleia Municipal para Compromissos Plurianuais – Listagem de compromissos plurianuais assumidos entre 01/12/2022 e 31/01/2023. -----

15. Tomada de conhecimento do Relatório de Avaliação da Atividade da CPCJ de Montemor-o-Velho relativo ao ano 2022. -----

16. Intervenção do público, em cumprimento com o artigo 49.º n.º 1 da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro na sua atual redação dada pela Lei n.º 66/2020, de 04 de novembro. -----

----- **Ponto 1. Período de Antes da Ordem do Dia.** -----

----- Usou da palavra o PMAM que disse: “Relativamente à listagem da correspondência expedida e recebida, para além da lista que vos foi facultada e que podem consultar a qualquer momento, há os habituais pedidos de substituição para esta sessão. Se quiserem consultar alguma dessa correspondência, estejam à vontade para o fazer no Secretariado da Assembleia Municipal. -----

----- Particularmente, também devem ter notado que houve um pedido de suspensão de mandato do nosso Deputado Municipal, António Afonso Ávila de Melo Galvão Lucas, até 30 de junho que, naturalmente eu deferi e esse mandato fica suspenso, pois os motivos que ele alega são relevantes uma vez que ele vai estar fora do País. -----

----- De seguida, passamos à aprovação da ata n.º 06/2022 referente à sessão ordinária da

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão ordinária de 2023, fevereiro, 28

Assembleia Municipal de 23 de dezembro de 2022. -----

----- Não havendo nenhuma alteração, a ata n.º 06/2022 referente à sessão ordinária da Assembleia Municipal de 23 de dezembro de 2022 foi aprovada por unanimidade, de acordo com o n.º 3 do artigo 34º do Código do Procedimento Administrativo que refere: “Não participam na aprovação da ata os membros que não tenham estado presentes na reunião a que elas respeitam.”-----

----- Apesar de já terem chegado à mesa algumas moções e outros documentos, se estiverem de acordo, interrompia a sessão durante 2 minutos para apresentação de mais moções, requerimentos, intervenções, propostas e outros documentos que queiram apresentar à Assembleia.”-----

----- **Os trabalhos foram suspensos durante 2 minutos.** -----

----- **Os trabalhos foram retomados.** -----

----- Retomou a palavra o PMAM dizendo: “Vamos retomar os nossos trabalhos. Deram entrada na mesa 6 moções, 1 intervenção e 1 recomendação.”-----

----- Moção apresentada pela 1.ª Secretária Telma Simões (PS) - Congratulação de Aniversário às diversas Associações do Concelho, conforme documento anexo à presente ata, sob o número 01, e que foi aprovada por unanimidade.-----

----- Moção apresentada pela 1.ª Secretária Telma Simões e pelo Presidente da Junta de Freguesia Sr. Joaquim Martinho (PS) – Moção de Reconhecimento e Louvor ao Sr. Joaquim Maria de São José Cardoso, conforme documento anexo à presente ata, sob o número 02, e que foi aprovada por unanimidade.-----

----- Moção apresentada pelo membro Lídia Pagaimo (Coligação Unir pela Mudança) – Congratulação de Aniversário às diversas Associações do Concelho, conforme documento anexo à presente ata, sob o número 03, e que foi aprovada por unanimidade.-----

----- Moção apresentada pela 2.ª Secretária Liliana Duarte (PS) – Moção de Louvor à Santa Casa da Misericórdia da Vila de Pereira, conforme documento anexo à presente ata, sob o número 04, e que foi aprovada por unanimidade.-----

----- Moção apresentada pela 2.ª Secretária Liliana Duarte (PS) – Moção de Louvor ao Grupo de Teatro “O Celeiro”, conforme documento anexo à presente ata, sob o número 05, e que foi aprovada por unanimidade.-----

----- Moção apresentada pelo membro Paulo Galvão (CDU) – Moção relativa ao dia 08 de março, Dia Internacional da Mulher – Um símbolo da luta das mulheres em defesa dos seus direitos, na Lei e na vida, conforme documento anexo à presente ata, sob o número 06, e que

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO***Sessão ordinária de 2023, fevereiro, 28***

foi aprovada por unanimidade. -----

----- Recomendação apresentada pelo membro Bruno Ferrão (Coligação Unir pela Mudança) – Recomendação para criação de grupo de trabalho sobre o Plano Rodoviário do Concelho de Montemor-o-Velho, conforme documento anexo à presente ata, sob o número 07, e que foi aprovada por unanimidade. -----

----- Intervenção feita pelo membro Fernando Curto (PS) – Intervenção sobre Homenagem ao Poeta Afonso Duarte, conforme documento anexo à presente ata, sob o número 08, e que foi aprovada por unanimidade. -----

----- Usou da palavra o PMAM dizendo: “Tomámos nota de todos os pedidos de intervenção, pelo que dou a palavra ao membro Patrício Duarte.”-----

----- Pediu a palavra o membro Patrício Duarte (Coligação Unir pela Mudança) que disse: “Boa tarde, Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal e Senhores Vereadores, Exmos. Senhores Presidentes da Junta de Freguesia, Exmos. Senhores Membros da Assembleia Municipal e todos os presentes. Vivemos novamente um período complicado na história do nosso País e todas as pessoas com responsabilidade, que representam os eleitores que os elegeram, têm hoje, mais que nunca, a obrigação de os defender. -----

----- Venho abordar uma situação amplamente conhecida por todos, mas frequentemente esquecida e ignorada. Não pretendo com isto atribuir culpas ou responsabilidades, tento encontrar uma solução para um problema que já não devia acontecer neste momento.-----

----- Os falsos recibos verdes é a designação que se dá à situação de condição de trabalho precário ilegal de um trabalhador independente, mas que desempenha e tem os mesmos deveres de um trabalhador com contrato por conta de outrem, mas sem os mesmos direitos e regalias. -----

----- Um trabalhador independente, em situação de falsos recibos verdes, tem as mesmas características que um trabalhador por conta de outrem, mas sem contrato de trabalho que o proteja. Estas características estão reconhecidas e enumeradas no artigo 12º da Lei n.º 7/2019, de 12 de fevereiro, conhecido pelo Código do Trabalho, sendo elas: “A atividade realizada pelo trabalhador em local pertencente à empresa ou por ela determinada não sendo o trabalhador independente a deliberar o local onde exerce a sua atividade”, “Os equipamentos e instrumentos de trabalho utilizados pelo trabalhador pertencem à empresa não sendo da sua posse”, “O trabalhador cumpre horário de início e de término de trabalho determinado pela entidade empregadora, horário fixo ou turnos estipulados por esta”, “O pagamento ao

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão ordinária de 2023, fevereiro, 28

trabalhador pelos serviços prestados é feito com uma determinada periodicidade semana/mensal e numa quantia certa, não se verificando o pagamento apenas quando o trabalhador presta o serviço.”-----

----- Segundo a Lei n.º 63/2013, de 01 de setembro, para ser considerado trabalhador em situação de falsos recibos verdes, basta que uma destas características se verifique. A mesma diz que esta situação constitui uma contraordenação muito grave imputável à empresa, estando prevista uma multa ao empregador. -----

----- Esta é a realidade de 5 trabalhadoras dos Jardins de Infância da freguesia de Arazede, e temo que esta situação seja mais alargada por outras freguesias. Será que existem trabalhadores de primeira e de segunda no nosso concelho? -----

----- Como pode um trabalhador produzir de forma eficiente sem as mínimas condições, principalmente quando trabalha com crianças de tenra idade? Será que os nossos filhos têm que ficar ao cuidado de CEI’s, muitas desmotivadas e não preparadas para realizar esta função e em que a rotatividade é tão grande que as crianças não têm tempo para decorar os nomes? -----

----- Eu sei que já se fez muito em relação a esta situação, mas acho que é momento para acabarmos e de fazer mais um bocadinho, e tentarmos, principalmente quando estamos a falar de crianças. -----

----- Relembro também que o Regulamento das Atividades de Animação de Apoio à Família é de outubro de 2010, tendo passado 13 anos, também acho aconselhável, se bem se lembram é do tempo do Dr. Luís Leal, haver uma atualização e uma melhoria inclusive, por exemplo, de pagamentos, não está no Regulamento que se pode fazer por transferência bancária, que é dessa forma que eu pago. -----

----- Recordo também que, segundo o Regulamento, é da responsabilidade da Câmara Municipal os Recursos Humanos. Mais uma vez, isto não é para estar a atribuir culpas, e sei que já se fez muita coisa, mas é necessário acabarmos com esta situação. Eu vivo esta situação no Jardim de Infância onde a minha filha está e contacto com outras pessoas, sei do desespero das pessoas que chegam a agosto, são mandadas para casa, não têm remuneração e têm que ficar à espera que as chamem no ano a seguir. -----

----- Gostaria ainda de perguntar quando é que está programada a próxima Reunião da Comissão do Conselho Municipal de Segurança?” -----

----- Pediu a palavra o membro Ana Valente (Coligação Unir pela Mudança) que disse: “Boa tarde, cumprimento o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia e na sua pessoa cumprimento todos os presentes. -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão ordinária de 2023, fevereiro, 28

----- Aproxima-se novamente uma edição do Festival do Arroz e da Lampreia que tem recebido ampla cobertura por parte da comunicação social (hoje de manhã até vi em rodapé na RTP), fiquei contente e orgulhosa do meu concelho. E porque é interesse de todos nós o sucesso deste evento, que é emblemático do nosso concelho, a minha intervenção hoje vai no sentido de pedir alguns esclarecimentos.-----

----- O primeiro é se corremos o risco de não termos lampreia durante o Festival do Arroz e da Lampreia e ainda se foram ou se serão implementados alguns melhoramentos no que diz respeito à iluminação, à segurança, ao estacionamento e às instalações sanitárias afetas ao Festival, uma vez que na Feira do Ano de 2022 verificaram-se alguns constrangimentos em relação a estes pontos. Obrigada.” -----

----- Pediu a palavra o membro Ana Cristina Jorge (Coligação Unir pela Mudança) dizendo: “Obrigada, Senhor Presidente, boa tarde, na sua pessoa cumprimento todos os presentes. -----

----- A minha intervenção é sobre o Castelo Mágico. O Castelo Mágico já decorre há alguns anos e por isso deveria ser, na nossa opinião, melhorado a cada ano da sua realização. Tal não se verificou no último evento, com a entrega do mesmo a uma Empresa que constantemente foi lavando as mãos da responsabilidade de muitas questões e é lamentável, pois a Câmara Municipal já tinha demonstrado, em anos anteriores, que o funcionamento da iniciativa com pessoal do Município funcionava de forma equilibrada e mais organizada. -----

----- Após auscultadas as pessoas do concelho que visitaram o Castelo Mágico, nomeadamente professores, educadores e famílias, temos que referir aspetos mais positivos e menos positivos desta iniciativa. -----

----- Na nossa opinião, depois de tudo o que ouvimos, relativamente aos aspetos positivos, temos a elencar: proporcionou momentos de divertimento e de magia natalícia às crianças; as crianças vivenciaram novas experiências; promoveu relações socio-efetivas entre as crianças; proporcionou o contacto com as diferentes formas de expressão e comunicação como o Teatro, Música, Ciências, etc.; promoveu o conhecimento de monumentos históricos do concelho, nomeadamente do Castelo e da Igreja; favoreceu a convivência entre os elementos das comunidades educativas e das comunidades locais e, por fim, as crianças manifestaram grande interesse e entusiasmo pelas diferentes atividades. -----

----- Aspetos menos positivos ao nível dos transportes para e dos estabelecimentos escolares: falta de rigor no cumprimento das escalas e horários dos transportes de partida e chegada; tempo de espera dentro do autocarro para chegar ao destino; ausência de cintos de três pontos nos autocarros; falta de cintos de segurança mesmo com dois pontos num dos

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO***Sessão ordinária de 2023, fevereiro, 28***

autocarros; horário de chegada prevista no caso do Centro Educativo de Montemor, uma vez que devia ter sido às dez horas e foi ao meio dia; permanência das crianças entre trinta a quarenta minutos dentro do autocarro no início da ladeira para o castelo, o que impediu que as crianças assistissem às atividades da manhã em virtude do atraso da chegada.-----

----- Recomendação: porque temos sempre esta preocupação de sermos uma oposição que é ser uma oposição construtiva, recomendamos uma maior articulação entre estabelecimentos escolares, Câmara Municipal e empresas de transportes.-----

----- Relativamente à bilheteira: desorganização na logística de entrada no Castelo, na bilheteira e entrada dos grupos no mesmo; falta de bom senso de quem estava nas bilheteiras que referiu que os professores deveriam ter levado o dinheiro em notas e não em moedas e, na nossa opinião, os docentes nem deviam ter dinheiro algum, nem deveriam ser comprados os bilhetes naquele momento e, por fim, a espera das crianças para entrar no recinto, tiveram que aguardar os bilhetes e a contagem do dinheiro.-----

----- Recomendação: bilhetes gratuitos para todos os alunos evitando todos estes constrangimentos ou então agilizar a aquisição dos mesmos de outra forma, existindo hoje em dia dezenas de formas de comprar bilhetes, sem ser desta forma.-----

----- Dentro do recinto: entrada paga sem tempo suficiente para que as crianças pudessem usufruir do que pagaram porque, como já verificaram, houve vários grupos que chegaram bastante atrasados e não puderam usufruir de tudo; ausência da receção e orientação ao nível da acomodação das crianças para o almoço; falta de identificação de horários e mesas de almoço; falta de localização de espaço reservado às escolas para depositarem as mochilas e pertences; impossibilidade das crianças fazerem o passeio no comboio de Natal; não abertura dos insufláveis, devido às condições climatéricas, o que é normal, de qualquer das formas deveria haver um espaço coberto com mais opções; Insuflável dentro da tenda sem eficácia face à adesão imensa das crianças, naturalmente, principalmente nos dias de mau tempo; número excessivo de crianças na tenda; abertura da Pista de Gelo tardia; os monitores não acompanharam as crianças, especialmente as mais pequenas dentro da pista; falta de organização na pista de gelo onde muitas crianças não puderam participar; atividades encerradas à hora de almoço, nomeadamente as pinturas faciais; falta de animadores para entreter e animar as crianças na tenda e fora dela e avisar as horas e locais dos espetáculos, como havia nos anos anteriores; falta de casas de banho mais perto da tenda ou espalhadas pelo recinto.-----

----- Recomendação: melhorar os aspetos referidos; organizar alternativas face às condições

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão ordinária de 2023, fevereiro, 28

atmosféricas, que podem ser favoráveis ou desfavoráveis; estar preparados também para as condições climatéricas desfavoráveis; articulação entre o Município e a empresa organizadora, pois sempre que havia uma dúvida era difícil alguém saber responder, verificando-se diferentes informações para o mesmo problema.” -----

----- Pediu a palavra o membro António Augusto Torres (Coligação Unir pela Mudança) que disse: “Boa tarde, na pessoa do Senhor Presidente cumprimento toda a Assembleia Municipal.

----- A minha primeira nota tem a ver com este meu modo de poder referir os eventos, considerando como uma intervenção de louvor e, esta vai no sentido de poder ser mais simples, não tão burocrata, não tão morosa, não tão maçante e mais objetiva. -----

----- Assim, gostaria de fazer uma intervenção de Louvor à Santa Casa Misericórdia da Vila de Pereira, que, no passado dia 25, concluiu as obras de conservação e restauro, que estavam a decorrer há três anos.-----

----- De realçar a obra efetuada, está bonita, digna de ser vista por todos os residentes do Concelho de Montemor-o-Velho e não só. Nesta senda, gostaria de deixar aqui uma palavra de gratidão, de agradecimento à Câmara Municipal de Montemor-o-Velho pela presença do Senhor Presidente e agradecer a participação na entrega de fundos para a realização das referidas obras. Na altura, foi uma obra que custou na ordem dos trezentos mil euros e, de acordo com o que foi referido pelo Senhor Provedor, a Câmara Municipal participou em quarenta e cinco mil euros.- -----

----- Quero deixar aqui o nosso agradecimento, uma vez que faço parte dos Órgãos Sociais, pelo apoio que tem sido dado pela Câmara Municipal de Montemor-o-Velho.-----

----- O meu bem-haja! -----

----- Uma outra questão tem a ver com a gestão das Piscinas Municipais. Aquando a sua abertura, desloquei-me à mesma para fazer a minha inscrição e cheguei à conclusão que, perdoem esta minha opinião, a Piscina, neste momento, para os residentes do Concelho de Montemor-o-Velho, só funciona para os compatriotas que têm o cartão sénior, pelo que, quem não usufrui desse cartão tem que se inscrever através dos clubes. -----

----- Eu posso estar errado, aceito que o possa estar, por isso gostava que me esclarecessem como funciona a gestão das piscinas Municipais. -----

----- Uma outra questão que eu gostava de referir tem a ver com a comunicação e imagem. Constatei que na página da Câmara Municipal de Montemor foi, e bem, referido a inauguração da Igreja Paroquial da Vila de Pereira. -----

----- Nesse sentido, gostava de poder deixar aqui uma dica em relação à comunicação e

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO***Sessão ordinária de 2023, fevereiro, 28***

imagem, que é feita através do site da Câmara. -----

----- Quando há feira quinzenal, as feiras são comunicadas ao público com antecedência, para sabermos que naquele dia há feira. Em relação às Reuniões de Câmara e da Assembleia Municipal, o que me apercebo é que essas comunicações são feitas no próprio dia e quando já estão a decorrer as reuniões. Ora, se, eventualmente, alguém estiver interessado em intervir em algumas dessas reuniões, para que o possa fazer, terá que fazer uma prévia inscrição, estes ficam sem acesso a esses meios. -----

----- Portanto, quero deixar aqui a sugestão que essa informação possa ser dada antes das reuniões acontecerem.-----

----- Entretanto na minha vinda para esta sessão, constatei que, penso que isto será no âmbito da questão da segurança rodoviária e, gostava da confirmação do Senhor Presidente da Câmara, a Ponte de Formoselha e a Ponte Militar estão limitadas à tonelagem de 35 toneladas. Eu tinha ideia que antes não existia essa limitação. -----

----- Pergunto, será por uma questão de segurança que foi feita a limitação da pesada tonelagem na Ponte de Formoselha, uma vez que, toda a gente tem conhecimento que aquela Ponte não está nas devidas condições ou será por causa da própria manutenção da Ponte Militar que efetivamente é necessário existir essa restrição na tonelagem na circulação de automóveis?

----- Por último, verifico que, neste momento, o posto médico de Pereira está em obras, o que acaba por limitar um pouco o bom funcionamento do referido posto. Verifiquei, também, que as mesmas têm a ver com o piso que têm na sala de espera. Sei que, por baixo, existe um outro espaço e o que poderia ser feito era aproveitar essas obras para remodelar esse espaço, para que o mesmo possa vir a ter as condições necessárias, e, então aí, poderia haver a possibilidade da criação da Unidade de Saúde Familiar, que abrangeria as povoações de Pereira, Formoselha e Santo Varão. -----

----- Obrigado e bem-haja.” -----

----- Pediu a palavra o membro Paulo Galvão (CDU) que disse: “Obrigado. A minha intervenção é no sentido de obter dois esclarecimentos.-----

----- O primeiro tem a ver com a Ponte da Lavariz. Os militares estiveram no local a corrigir o desnível da Ponte, uma vez que já era necessária essa correção há muito tempo. -----

----- Contudo, continuamos à espera de uma solução definitiva e sabemos que a APA, volto a frisar, sabemos que a APA, é a entidade responsável pela travessia, mas queremos que o Senhor Presidente da Câmara nos diga se tem existido alguns contactos com a entidade e o que há de novo.-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO***Sessão ordinária de 2023, fevereiro, 28***

----- O segundo é sobre a Ponte Pedonal e Ciclável entre o Casal Novo do Rio e a margem esquerda do Leito Antigo. Esta continua por arranjar e encontra-se interdita já há muitos meses. Gostava de saber para quando é a resolução da situação? Obrigado.”-----

----- Tomou a palavra o PMAM dizendo: “Muito obrigado. Não temos mais nenhuma inscrição no período antes da Ordem do Dia.-----

----- Antes de dar a palavra ao Senhor Presidente da Câmara, duas notas apenas: uma que diz respeito à Assembleia Municipal e ao seu anúncio. Efetivamente, vou mandar colocar na página a previsão de todas as reuniões, sendo certo que, desde 17 de fevereiro, neste caso, todos os cidadãos, via edital, tiveram conhecimento que esta Assembleia decorria hoje e que o último ponto era exatamente intervenção do público em cumprimento do artigo 49º, n.º 1 da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação dada pela Lei n.º 66/2020, de 04 de novembro, portanto, no que respeita à Assembleia Municipal as regras são cumpridas. Estou a falar da Assembleia Municipal!-----

----- Uma outra questão que devo referir, porque é importante, não se trata, neste caso do cidadão Fenando Ramos, mas do Presidente da Assembleia Municipal, que deve reconhecer, que no dia 25 do presente mês, a questão seguinte: Senhor Presidente da Câmara, quero publicamente agradecer-lhe a deferência que teve para com esta Assembleia, na minha pessoa, em representá-lo nos cumprimentos aos Estandartes dos Bombeiros Voluntários de Montemor-o-Velho e também de Ponte de Lima, bem como na revista à formatura dos Bombeiros. Foi um gesto que sinceramente apreciei porque a Assembleia Municipal pode e deve representar o Município nas Cerimónias que o mesmo entender e, dizer ao Senhor Presidente da Câmara que, ao ser a primeira vez, fico, evidentemente se assim o entender, disponível para que isso possa acontecer outras vezes. Muito obrigado Senhor Presidente, e julgo que é um gesto que o Senhor Presidente teve para com a Assembleia Municipal, neste caso na minha pessoa, mas que honra esta Assembleia.-----

----- O Senhor Presidente da Câmara tem a palavra!”-----

----- Tomou a palavra o PCM dizendo: “Muito obrigado, saúdo o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, na sua pessoa cumprimento todos os membros da Assembleia, a mesa, colaboradores, dirigentes e também os Senhores Vereadores.-----

----- Vou dar início então às explicações que me foram solicitadas. Neste caso, não foi solicitado, mas, na minha opinião, o membro Bruno Ferrão tem que esclarecer um pouco melhor o Plano que pede.-----

----- Este não é suficientemente esclarecido, nomeadamente, porque mistura todo um

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO***Sessão ordinária de 2023, fevereiro, 28***

conjunto de conceitos que não são da mesma categoria. Provavelmente, estará a referir-se a um Plano de Mobilidade e, eu não estou a falar mal, eu estou apenas a tentar perceber melhor aquilo que pretende. Um Plano de Mobilidade, um plano que aí já abrangerá todo o conjunto de questões que colocou. -----

----- Não tenho nenhum problema, só lhe queria chamar a atenção que, para a elaboração de um plano destes e que não pode ser feito por nenhum colaborador do Município, uma vez que, não é feito por políticos, mas sim por técnicos e, existem muito poucos, dois ou três a nível nacional. É uma dificuldade imensa encontrar este tipo de especialistas em matéria de transportes e mobilidade. -----

----- Portanto, eu estou disponível e quero que saibam que para a elaboração de um Plano de Mobilidade, se bem que existem aqui muitos conceitos misturados e, cada coisa tem que ser tratada no seu devido lugar. Permita-me só dizer-lhe que, muito em breve, vamos iniciar a reformulação da rede de transportes públicos do concelho, com a contratação de um especialista que temos tido alguma dificuldade em que ele nos venha ajudar, porquanto, é imperioso resolver um problema gravíssimo que é o que hoje em dia as empresas de transportes públicos estão a solicitar no âmbito da região, e em todo o país, que é o “défice de exploração”.

----- O défice de exploração no Município de Montemor-o-Velho ascende a cerca de 600 mil euros, em números redondos ainda não confirmados e, por isso, é urgente rever este plano de transportes rodoviários coletivos de passageiros porque, efetivamente, é um valor absolutamente exorbitante. Isto quer dizer que, e para perceberem e para o Senhor membro Bruno Ferrão perceber que eu não estava a falar contra aquilo que disse, estava inclusivamente a agradecer a disponibilidade da sua Bancada para falarmos sobre este assunto, uma carreira de transporte público logo que arranca são 30 mil euros, números redondos e depois se só transporta um passageiro durante a rota, estão a ver o prejuízo que isso não é. Sendo certo que está mais ou menos consensualizado que o *break even* será na meia ocupação da carreira. Ora, anos e anos e dias e dias com carreiras a transportar uma ou duas pessoas por dia, essas linhas terão que ser suprimidas. -----

----- Para além disso, temos uma situação que me preocupa de forma muito intensa que é o facto de, para além dos tais 600 mil euros, já termos gastado cerca de 500 mil euros em transportes escolares. Estes valores somados são um valor verdadeiramente exorbitante, porque, efetivamente, por reclamação e reivindicação dos pais e, também, das diversas Bancadas nesta sala, se calhar não neste mandato, porque o problema neste momento está mais ou menos pacífico, mas lembro-me que nos meus mandatos anteriores, essa era uma

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO***Sessão ordinária de 2023, fevereiro, 28***

reclamação sempre premente, com a qual eu concordei e subscrevi que os alunos não podem estar duas horas no autocarro antes de irem para as aulas. -----

----- Na realidade, esta é uma situação que também temos que corrigir e a tal reformulação das linhas de transporte público e rodoviário têm que ser uma premência e uma prioridade neste final de mandato. -----

----- Vamos, provavelmente para a semana, auscultar o Professor Álvaro Costa, para que nos possa ajudar, inclusivamente a fiscalizar a empresa que aqui presta serviço. -----

----- Nessa medida, a questão dos transportes públicos está respondida. -----

----- Quanto aos transportes ferroviários, não é competência da Câmara Municipal e, muito dificilmente, a Câmara Municipal, a Comunidade Intermunicipal ou os Municípios todos juntos conseguem reclamar o que quer que seja de uma estrutura que é muito nacional, muito fechada e muito cheia de privilégios. -----

----- O *Sit Flexi* está a funcionar bem, gostaria que ele fosse mais implementado, o transporte a pedido será o futuro para muitas das regiões do nosso concelho e gostaria que o continuassem a divulgar. -----

----- A questão dos traçados e das vias para a mobilidade terrestre em Montemor-o-Velho, na verdade, também não podia estar mais de acordo, podemos sempre discutir com a oposição e com quem quer que seja e todos os contributos são válidos, no entanto, quero chamar a atenção que o Município de Montemor-o-Velho não faz uma única estrada e não mantém, mas sim prioriza e faz tudo de acordo com os Presidentes de Junta que estão no terreno e que estão sempre, sempre, muito mais próximos da realidade. -----

Temos vindo, se calhar erradamente, pois deveríamos deixar a decisão para os políticos das Assembleias e do Executivo Camarário, não sei, mas eu, até ao final do meu mandato, não prescindo de colaborar com os Senhores Presidentes de Junta e é assim que vou continuar. Sendo certo que também estou disponível para receber como boas todas as sugestões que me queiram colocar em relação aos traçados e às estradas que são alcatroadas ou não. Não concordo que sejam ações desgarradas ou que tenhamos as estradas cheias de buracos e tudo isso não me parece que seja uma realidade tão caótica como aqui deixou. Devia ter visto o que eu vi quando entrei para a Câmara, aí sim, costumava dizer e aproveitar uma imagem, pois parecia a face da lua, tantas eram as crateras e parecia que tínhamos sido atingidos por meteoritos, mas pronto. Se calhar essa memória está curta e, naturalmente, que, em pleno inverno e já assumi aqui, não há nenhum Presidente de Câmara que diga o contrário. Eu vou sair daqui e outros virão e vão dizer rigorosamente o que eu estou a dizer: no inverno vai haver

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão ordinária de 2023, fevereiro, 28

buracos em todo o lado, e temos uma equipa de betuminosos que é excelente, é extraordinária e não posso deixar de postar o meu elogio público a essa equipa da Câmara que tem feito um trabalho excelente. -----

----- É evidente que há aqui um conjunto de situações e, neste caso, eu tenho reclamado insistentemente junto da ABMG, estes sim são os problemas que nós temos, que são os cortes que fazem na estrada para as baixadas e para as roturas, mas também não é justo, muitas das vezes, as roturas têm que levar o abatimento necessário para depois serem alcatroadas e, na realidade, ainda não chegámos ao ponto de ter essa capacidade de podermos resolver isso de forma atempada. Lá chegaremos e haveremos de resolver essa questão com a ABMG e com as outras entidades, uma vez que também há outras entidades que fazem cortes na estrada, não é só a ABMG, nomeadamente, as empresas do gás, a EDP e todo um conjunto de entidades porque essas situações têm o seu tempo para levar o seu abatimento normal e só depois é que se pode alcatroar definitivamente.-----

----- Quanto à intervenção do Fernando Curto, estou de acordo com ele quanto à Homenagem a Afonso Duarte, uma personalidade importante no nosso concelho e no panorama literário português, concelhio e nacional.-----

----- Quanto à questão colocada pelo membro Patrício Duarte, fiquei um pouco surpreendido com esta intervenção. O Município só tem duas pessoas a recibo verde na área da Educação, que são as duas colaboradoras do insucesso escolar, que, por natureza, é um projeto da Comunidade Intermunicipal, por natureza tem que ser assim, não podem ser integradas no quadro, nem faz sentido que se integrem no quadro uma vez que é um projeto financiado, portanto não sei, nós estamos acima dos rácios, nas escolas e nos jardins-de-infância e, portanto, não entendo a sua intervenção.-----

----- Como falou do jardim-de-infância de Arazede, eu pedia ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal que autorizasse o Professor Charro a vir aqui esclarecer alguma coisa que eu possa desconhecer porque não tem nada a ver com a Câmara.”-----

----- Tomou a palavra o Chefe de Divisão de Educação, Desporto e Ensino Profissional, José Charro que disse: “Boa tarde, a todos. Em função do esclarecimento solicitado, relativamente aos jardins-de-infância de Arazede, da Bunhosa e do Tojeiro, a Autarquia não tem qualquer contratação de serviços com assistentes operacionais, a Autarquia tem em vigor um Contrato Interadministrativo, com a Junta de Freguesia de Arazede que assegura as funções de apoio à alimentação e às atividades de Apoio à Família e, portanto, não existe nenhuma prestação de serviços, por parte da Autarquia.”-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO***Sessão ordinária de 2023, fevereiro, 28***

----- Retomou a palavra o Presidente da Câmara dizendo: “Quanto à intervenção do membro Ana Valente, sobre melhoramentos na iluminação, WCs e estacionamento. Eu agradeço sempre estas sugestões, mas isto é relativo à Feira do Ano, não tem a ver com o Festival do Arroz e da Lampreia, penso que esses problemas não se colocam, é a primeira vez que ouço falar em problemas com a iluminação. Nos últimos festivais, como o Festival do Arroz e da Lampreia, com WCs que temos sempre, estacionamento desconheço em absoluto e acho muito improvável que haja problemas de estacionamento, isso colocou-se na Feira do Ano antecedente, por causa dos constrangimentos da obra, uma vez que tínhamos a Frente Ribeirinha em obra, tínhamos um conjunto de situações que provocaram estes constrangimentos. -----

----- Peço desculpa, Dra. Ana Valente, mas não se aplica ao Festival do Arroz e da Lampreia. Eu agradeço os alertas, mas estes têm que ser condizentes com aquilo que é a realidade, mas eu agradeço de qualquer forma o alerta e, estou a ser honesto, nunca tivemos nenhuma reclamação sobre isto. -----

----- Em relação à questão da lampreia, dar nota do seguinte: a lampreia não é comandada pela Câmara e ainda não conseguimos monitorizar as mesmas e, por isso, não conseguimos resolver este problema. Eu estou a fazer ironia, sem maldade, a Dra. Ana Valente não leve a mal e já disse isto noutros fóruns. Eu percebo a sua preocupação, mas devíamos ter preocupado mais cedo quando permitimos que apanhem o meixão, que apanhem os alevins de pequeninos, que são enguias e também lampreias e, quando construímos ou deixamos construir obstáculos permanentes no rio ou quando nos portamos mal com o clima e com ações que afetam e que produzem as alterações climáticas, naturalmente que vamos ter menos lampreia e vamos ter menos lampreia durante muitos anos. Vamos ter, também, alterações no seu ciclo normal de subida do rio e aquilo que lhe quero dizer é que é completamente imprevisível, ouvimos alguns especialistas na matéria, a lampreia não vai acabar, não é isso que está em causa, no entanto, não é previsível a altura que vão chegar. -----

----- Com as alterações climáticas, com todo o conjunto de situações que ocorreram no passado, provavelmente, vamos ter algumas dificuldades em ter lampreia. -----

----- Nós tínhamos que optar por fazer ou não o Festival, mas, como já alterámos o conceito do Festival, o Festival não é só o Festival do Arroz e da Lampreia, e há muita gente que vem ao Festival não só por causa da lampreia, mais de metade das pessoas que vêm ao Festival não come lampreia, portanto, é o Festival do Arroz e da Lampreia e dos Sabores do Campo e do Rio.

----- Alteramos e promovemos um conjunto de produtos endógenos no Festival do Arroz e da Lampreia que nos permite ter uma oferta mais alargada. -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO***Sessão ordinária de 2023, fevereiro, 28***

----- O que peço ao membro Ana Valente e a todos é que avisem as pessoas no sentido, e esse apelo também o fiz na imprensa, de reservarem e virem “pela certa”. Façam a sua reserva e, nessa perspetiva, não correm riscos porque ainda há pouca lampreia e a que há é cara e não se devem surpreender com o preço. Nós temos visitas de pessoas do Minho e do Algarve a visitar-nos e, por isso, devem reservar para terem a sua refeição garantida.-----

----- Quanto à Intervenção do membro Ana Cristina Jorge relativamente ao Castelo Mágico, existe aqui uma questão prévia que eu quero esclarecer. O Castelo Mágico é um projeto comercial, singular, que tem a ver com uma coisa muito simples: nós não temos os direitos de autor das figuras e de todo o *Layout* do Castelo Mágico, da ideia do Castelo Mágico, embora tenha dado significantes contributos, mas nós não temos os direitos de autor deste evento.----

----- Este evento tem que ser realizado por uma empresa profissional, os eventos comerciais ou os eventos desta natureza têm que ser realizados por pessoas que saibam e que lidem com regras muito precisas de segurança, de todo um conjunto de serviços que têm que ser prestados e que não estão ao alcance dos trabalhadores do Município, não é como organizar, por exemplo, o Festival do Arroz e da Lampreia ou mesmo a Feira de Ano, não tem nada a ver com isso, tem a ver com um conjunto de requisitos que não nos é possível alcançar e realizar. -----

----- Fizemos um inquérito, houve muitas pessoas que visitaram o Castelo Mágico, sabemos quais são os problemas e não eram estes os problemas. Penso que focou muito a questão das visitas das crianças das escolas e o conjunto de reclamações que produziu é sobre essa matéria.

----- Peço à Senhora Vereadora e, também, a quem vai organizar o próximo Castelo Mágico, da parte da Câmara, que tome a devida nota das recomendações que foram feitas e que agradeço. Não vou verificar as situações apresentadas, mas há situações que acho estranhas, nomeadamente, a bilheteira reclamar porque trazem moedas, isso é ridículo, não sei quem fez isto, mas já nada me surpreende. -----

----- A vinda das crianças das escolas não tem a ver com o comboio do Castelo Mágico. O comboio não pode ser para transportar as crianças das escolas até ao Castelo. Há uma organização do comboio, nós não podemos, quando estamos a lidar com um evento desta natureza, “inventar”. O comboio serve para resolver um problema concreto que temos que é a distância do estacionamento ao Castelo. -----

----- Como é que nós resolvemos essa questão? -----

----- Primeiro, alugávamos o comboio, depois vimos que o custo era elevado e resolvemos adquirir o mesmo, pois é uma forma interessante e bonita de resolver o problema da distância.

----- Essa é a razão de ser do comboio. É evidente que é uma grande diversão para as crianças,

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO***Sessão ordinária de 2023, fevereiro, 28***

eu estou de acordo, todas as crianças querem andar no comboio, mas não é esse o seu propósito. -----

----- Efetivamente, e vou-lhe dizer, tem toda a razão, eu próprio fiquei indignado, revoltado, porque investimos muito, trabalhamos muito para que as coisas corram bem e esta história dos meninos estarem fechados no autocarro foi algo que me indignou porque foi decisão da segurança. A segurança é que decidiu ou melhor “inventou”. Isto só aconteceu um dia ou dois, pedi desculpa, é o que posso pedir, não foi culpa nossa, foi algo que nos foi reportado que estava a acontecer e foi “invenção” de alguém que decidiu que era assim. Não tinha instruções nesse sentido, nós não programámos nada disso, nos outros anos funcionou bem. A pessoa que liderava a segurança, contra a empresa e contra tudo, só nos apercebemos quando começámos a ter reclamações. São coisas que nos ultrapassam. -----

----- Fico com alguma tristeza e vou interpelar a empresa quanto à questão das dificuldades de falar com a empresa organizadora. Mais uma vez, agradeço esta crítica porque eu quase que obrigo os meus colaboradores e dirigentes a estarem presentes no Castelo Mágico e nos eventos, precisamente por causa destas situações. Eu estranho muito isto, mas de qualquer maneira, vou dar como boa a recomendação porque não tenho razões para o contrário, mas os meus colaboradores que me estão a ouvir têm aqui um exemplo, que é necessária a sua presença no evento. Quem teve essa dificuldade deveria ter-se dirigido ao representante do Município, que esteve sempre presente, para não acontecerem estas questões.-----

----- Penso que falei sobre tudo, o resto será para tomarem a devida nota. -----

----- Igreja da Misericórdia. Congratular-me igualmente como pude expressar na minha intervenção, desde 2004/2005 que ando “atrás” destas obras e que, para mim, eram quase que uma indignidade haver azulejos, que não são também especiais, mas são muito bonitos e basta isso, presos com fita-cola e ver o estado dos tetos. -----

----- Eu, na altura, como cidadão, reclamei e fiquei muito feliz de poder ajudar e de poder concretizar. Aqui está um bom exemplo de um excelente trabalho da Misericórdia de Pereira, do Provedor, da Mesa e de todas as pessoas que colaboraram. -----

----- Quanto à questão das Piscinas Municipais, peço novamente autorização ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal a intervenção do Professor Charro, pois eu nem sei se há algum privilégio para pessoas com Cartão Sénior, privilégio no ponto de vista de ocupação ou de prioridade e não me parece existir qualquer fundamento nesta crítica ou neste alerta. -----

----- A frequência é livre, assim penso que está a ser, só se eu desconheço alguma questão, que também é possível. Nós temos pessoas de fora do concelho a procurar a nossa Piscina e,

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão ordinária de 2023, fevereiro, 28

por isso, estou a achar estranha esta questão. -----

----- Senhor Professor Charro, o que o Senhor membro da Assembleia pede é que explique as condições de acesso à Piscina.” -----

----- Retomou a palavra o Chefe de Divisão de Educação, Desporto e Ensino Profissional, José Charro, dizendo: “Boa tarde novamente. Eu estou um bocadinho espantado com o que foi dito aqui pelo membro António Augusto Torres porque, neste momento, eu tenho comigo os números do dia de hoje, nós temos ainda, em particular para adultos, duas turmas, à segunda e à quinta-feira, as 18.45h e às 19.30h, com 14 vagas por ocupar, estamos a falar de natação para adultos. No total, a Piscina, neste momento, tem 533 utilizadores, estamos dez por cento acima da ocupação que existia quando a Piscina encerrou, em 2020. Como disse, ainda existem turmas com vagas por ocupar. Também existem pessoas em lista de espera, mas não existe nenhuma condição melhorada para os detentores do Cartão Sénior.” -----

----- Retomou a palavra o PCM que disse: “O que o Senhor membro quer saber é o quê que as pessoas têm que fazer para poderem frequentar essas aulas.” -----

----- Tomou novamente a palavra o Chefe de Divisão de Educação, Desporto e Ensino Profissional, José Charro dizendo: “Só têm que se dirigir ao Balcão da Piscina Municipal e inscreverem-se nestes dois horários em particular, que foram os horários de adultos que julgo que referiu, temos estes dois horários, onde existem ainda, num horário, 6 vagas e, no outro, 7 vagas.” -----

----- Tomou a palavra o PMAM dizendo: “Peço desculpa, eu não gosto de abrir precedentes, mas vou dar, excecionalmente, dois minutos ao membro António Augusto Torres para dizer se está esclarecido ou não ou se quer acrescentar mais alguma coisa.” -----

----- Tomou a palavra o membro António Augusto Torres dizendo: “Com a minha questão quero, simplesmente, colaborar e não complicar. O colaborar é perceber como funciona. Eu fui à Piscina Municipal para me poder inscrever e, no horário que eu tinha disponível para poder frequentar as aulas, só podiam ser frequentado por quem tivesse Cartões Seniores. Entretanto, e tendo sido frequentador das piscinas através das aulas da hidrogenástica, havia horários compatíveis para quem pudesse, após os horários laborais, poder haver esse funcionamento. -

----- A pergunta é muito simples: será que nesses horários pós-laborais existe o funcionamento da piscina? Por aquilo que sei e por aquilo que me disseram, existe esse horário, mas através de clubes associados às piscinas. -----

----- Portanto, posso estar equivocado, coloquei essa hipótese, mas estou aqui para poder ser esclarecido e, a meu ver, nas Assembleias, quando não sabemos, temos o direito de colocar

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO***Sessão ordinária de 2023, fevereiro, 28***

questões e de ter alguém que as esclareça. -----

----- Faltou-me só um pormenor e, já agora, aproveito e digo que, na altura, quando foram encerradas as piscinas, estava para ser aprovado o Regulamento das mesmas. -----

----- Pergunto se, neste momento, o Regulamento das Piscinas está em discussão pública para ser feita a sua aprovação?” -----

----- Tomou a palavra o PMAM dizendo: “Vou dar a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal. No entanto, quero referir que este é o meu receio de abrir exceções. Se repararam, é sempre acrescentado algo mais e temos que ser, também, autodisciplinados.” -----

----- Retomou a palavra o PCM que disse: “Antes de passar a palavra ao Professor José Charro, gostaria de deixar aqui uma nota, para que não haja confusões. -----

----- Em relação à questão colocada pelo membro António Augusto Torres, dar nota que a existências dos clubes e a sua colaboração (penso que de momento temos dois clubes que querem colaborar connosco) tem a ver com uma coisa muito simples e muito objetiva: os professores das piscinas têm horários e nós não podemos sobrecarregá-los mais e alguns já têm uma carga muito elevada porque eles têm que ter um período de descanso. -----

----- A colaboração, contrariamente ao que pensam, não é por ter vontade de concessionar as piscinas a clubes, não tem nada a ver com isso, é sim porque eles dão-nos uma ajuda preciosa. Portanto, nós não temos capacidade, com o número de professores que temos, a não ser que continuemos a colocar trabalhadores, mas não faz sentido, de assegurar todos os horários existentes. -----

----- Aquilo que esses clubes fazem é muito bom e precioso para nós. -----

----- Mais, há uma condição, nesta parceria “informal”, que é uma parceria que tem que estar consumada, portanto, existe um Protocolo que é, nos horários nobres, nós não precisamos de ajuda porque esses horários são muito procurados. Nós precisamos de ajuda é para ocupar todo o resto. Estamos a fazer um trabalho, aproveito para dar um elogio à Senhora Vereadora Diana Andrade que me convenceu a ceder nessa questão, que é darmos uma experiência gratuita aos alunos do Pré-Escolar, isto para os incentivar a começar a ter boas práticas desportivas. E porquê? Porque nós temos uma perda de cerca de 16 mil euros, mas compensa o estímulo à boa prática desportiva, ao uso da piscina e vai ocupar a piscina nos horários “mortos” e, nessa sequência, conseguimos rentabilizar ao máximo. Eu consigo fazer um equilíbrio entre o que perco e o que ganho, ou seja, tenho ali uma infraestrutura pesada que dá um grande prejuízo ao Município, portanto, por mais que eu queira inventar vai sempre dar prejuízo, mas eu consigo, de certa forma, compensar esse prejuízo.-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO***Sessão ordinária de 2023, fevereiro, 28***

----- Era esta explicação que eu queria dar para que não ficassem dúvidas, a colaboração dos clubes é preciosa porque não tenho recursos humanos, nem posso ter, para assegurar todo o período útil de utilização da piscina.” -----

----- Tomou a palavra o Chefe de Divisão de Educação, Desporto e Ensino Profissional, José Charro dizendo: “Relativamente à questão da piscina, gostava de deixar aqui dois ou três esclarecimentos que considero importantes, complementando aquilo que o Senhor Presidente também já referiu. -----

----- A piscina tem um horário de funcionamento das nove da manhã às dez da noite. Neste horário de funcionamento, mais de cinquenta por cento das horas de aulas diárias são asseguradas por recursos da Autarquia.-----

----- Neste momento, efetivamente em comparação com o ano 2019/2020, os recursos da Autarquia têm uma capacidade inferior de dar aulas na piscina e explico porquê. Não aumentámos o número de técnicos de desporto na Autarquia, mantivemos os mesmos, alguns deles, por razões pessoais e/ou familiares, também têm horários flexíveis que de certa forma coloca alguns problemas na sua disponibilidade na piscina, mas não é essa a principal razão. A principal razão é que, em 2019, o programa de atividades físicas sénior tinha oito polos no concelho, com aulas uma vez por semana, que eram asseguradas por estes técnicos de desporto. Atualmente, esse programa tem dezoito polos, duas vezes por semana, com os mesmos técnicos de desporto. -----

----- Para além deste programa, temos ainda o programa de atividade física nos Jardins-de-Infância, que também são assegurados pelos mesmos técnicos de desporto. -----

----- Por esta razão, evidentemente, há uma redução da disponibilidade de técnicos superiores de desporto na piscina, mas isso não significa que não estejam cobertas todas as necessidades e toda a tipologia de atividades em turmas, asseguradas pelo Município. -----

----- Por tudo isto, volto a dizer-vos, as turmas do Município, neste momento, têm 533 utilizadores, isto vai desde bebés, passando pela hidroginástica sénior, que é sobretudo para a população sénior, acontece normalmente durante as manhãs, que é quando os seniores têm maior disponibilidade e quando lhes faz melhor a atividade física. Para além disto, temos ainda as aulas de aperfeiçoamento, em todos os escalões, existem pelo menos duas aulas por semana, há duas ou três turmas que estão esgotadas, mas em quase todas as turmas ainda existem vagas e, nestas de adultos, em particular, como disse anteriormente, existem, numa turma, seis vagas e, na outra, sete.-----

----- Este trabalho é complementado pela oferta de duas organizações desportivas do

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão ordinária de 2023, fevereiro, 28

concelho, que também têm competência e capacidade para disponibilizar serviços de aprendizagem e de competição na área da natação.” -----

----- Tomou a palavra o PCM que disse: “Peço que o Professor José Charro preste esclarecimentos relativamente à questão dos transportes do Castelo Mágico, colocada pelo membro Ana Cristina Jorge, dando um complemento do que expliquei, para além do problema que tivemos com a segurança, existiram também outros problemas que eu gostaria de ver aqui esclarecidos.” -----

----- A pedido do PCM retomou a palavra o Chefe de Divisão de Educação, Desporto e Ensino Profissional, José Charro dizendo: “Para além da imposição da segurança, em não deixar subir mais que um autocarro de cada vez e terem ficado retidos um conjunto de autocarros, que fez com que atrasasse todos os outros transportes, que iriam acontecer a seguir, uma vez que, muitos destes autocarros, como compreenderão, não faziam só um serviço, faziam vários serviços, ou seja, chegavam ao Castelo e iam para outra escola buscar outros alunos, existiu também uma outra que, trouxe várias contrariedades, que foi a questão da EBI de Pereira. ----

----- Por decisão dos professores da escola e por várias razões, no próprio dia de manhã, decidiram que os alunos não poderiam ir ao Castelo Mágico naquele dia e, portanto, enquanto se decidiam se as crianças iam ou não, os autocarros estiveram na escola à espera, mais de uma hora, o que colocou em causa um conjunto de transportes das outras escolas, e que veio trazer constrangimentos nesse dia, que era um dia em que muitas escolas iriam ao Castelo Mágico. --

----- Todas estas questões trouxeram estes problemas de organização, que os serviços de educação da Autarquia estiveram presentes todos os dias no Castelo Mágico, como a Professora Ana Cristina sabe, a tentar resolver todos os problemas que iam surgindo. Foi difícil, mas estivemos sempre ali disponíveis para resolver todas as questões que foram sempre resolvidas.

----- Isto para dizer que, efetivamente, houve um problema de transportes, mas não foi só esta questão da segurança.” -----

----- Retomou a palavra o PCM dizendo: “Continuando a responder à intervenção do membro António Augusto Torres, em relação à comunicação e imagem, eu não tenho nada a opor, não tenho nenhum problema que seja divulgado, o Senhor Presidente da Assembleia fará como entender em relação a este assunto.” -----

----- Tomou a palavra o PMAM, dizendo: “Em relação a esta questão, curiosamente acabam de me informar os serviços, que nem eu próprio sabia, que aquilo que eu disse que ia acontecer já aconteceu porque já está disponível na página da Câmara Municipal, desde que nós marcamos as nossas Assembleias.” -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão ordinária de 2023, fevereiro, 28

----- Retomou a palavra o PCM dizendo: “Quanto à questão da limitação da tonelagem, não está em causa nenhum problema de segurança rodoviária, está em causa uma coisa que é muito importante, que é o abuso que estamos a ser alvo, de um conjunto de pessoas que, vale tudo nas estradas do concelho e, portanto, nós com alguma antecipação fizemos aquilo que se impunha e que visa acautelar que as pessoas que circulam pelas nossas pontes estejam seguras daquilo que ali está e, portanto, não há esforço para as infraestruturas.-----

----- Pedia a colaboração da Senhora Eng.ª Isabel Quinteiro, para vir esclarecer a questão da segurança das pontes que penso que está a acompanhar e, também, em relação à alteração da tonelagem na Ponte da Lavariz.” -----

----- Usou da palavra a Chefe de Departamento de Obras Municipais e Urbanismo, Eng.ª Isabel Quinteiro que disse: “Boa tarde, a todos. Na pessoa do Senhor Presidente cumprimento todos os presentes. -----

----- De facto, não se prende por questões de segurança da Ponte de Formoselha nem da Ponte da Lavariz, portanto, havia, de facto, um ligeiro assentamento na Ponte da Lavariz e, de forma a impedir que essa situação se agravasse, foi proposta esta limitação de tonelagem. ----

----- Não podíamos de forma alguma deixar de a colocar, também, na Ponte de Formoselha, porque quem passa na Ponte da Lavariz depois, obviamente, circula por Formoselha e vice-versa e, nesse sentido, foi ouvida a APA que concordou com essa limitação de tonelagem. -----

----- Isto prendeu-se, também, com a questão da limitação de tonelagem a veículos pesados que foi colocada no concelho todo, que penso que é do conhecimento dos Senhores Membros Municipais, para de alguma forma garantir a segurança das pessoas e dentro das povoações, essencialmente, a segurança das pessoas e mesmo a segurança rodoviária.” -----

----- Retomou a palavra o PCM dizendo: “Quanto à questão do Posto Médico de Pereira, as obras vão durar 60 dias, tem a ver com o piso que abateu e, portanto, é uma questão de segurança e estamos a restabelecer a segurança no piso.-----

----- Quanto à questão das Unidades de Saúde Familiar (USF), como sabe não é nossa competência. A solução das Unidades de Saúde Familiar (USF) neste país foi sempre uma solução bem-sucedida, trabalham bem, os utentes estão satisfeitos. -----

----- Esta Unidade de Saúde Familiar (USF) em concreto cria ali alguns constrangimentos, dos quais eu não posso, neste momento, sequer me envolver nisso, tem de partir da iniciativa dos próprios profissionais de saúde e dos responsáveis pela saúde. -----

----- Quero-lhe dizer que, quando decidi aceitar fazer as obras que iriam custar 30 mil euros e que ficaram em mais de 100 mil euros, eu já tinha em vista a possibilidade que, quando esses

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão ordinária de 2023, fevereiro, 28

tais profissionais da saúde assim o quisessem, tinham ali umas belas instalações e, penso também, que foi a disponibilidade e a posição dos Senhores Presidentes da Junta de Pereira, na altura e o atual. -----

----- Por isso, a nossa disponibilidade é incondicional para que Pereira tenha, se eles assim o entenderem, uma Unidade de Saúde Familiar (USF), mas não é uma questão que eu possa interferir, nem que possa garantir, nem que possa fazer pedidos, não posso fazer nada disso. -

----- Se me perguntarem, estou de acordo, desde que respeitados os direitos dos cidadãos, dos munícipes, desde que verifique que as coisas vão funcionar bem, que eles não percam direitos, para mim, estamos sempre disponíveis para essa situação.-----

----- Quanto à intervenção do Senhor membro Paulo Galvão no que diz respeito à Ponte da Lavariz, sempre que estou com o Senhor Ministro lhe falo nisto, sempre que estou com o Vice-Presidente da APA lhe falo nisto, porque estamos a pagar e, portanto, a Ponte da Lavariz é algo que me preocupa. -----

----- O Presidente da APA não é uma pessoa que se veja, mas isso não é um problema meu, não tem a ver comigo, mas o Vice-Presidente é uma pessoa muito solícita e que frequentemente está em ligação comigo e, portanto, sempre que estamos juntos, falo-lhe na Ponte da Lavariz, porque custa muito dinheiro manter a mesma. -----

----- Está em fase final para lançar procedimento, as últimas informações que tenho são estas, não sei se já há mais alguma novidade. -----

----- Quanto à questão da Ponte Pedonal do Casal Novo do Rio, já dei há muito tempo ordens aos serviços para que a mesma seja reparada. Gostaria que o Senhor Arquiteto Pinheiro, que é o responsável pela Logística, pudesse vir aqui esclarecer o Senhor membro Paulo Galvão.”-----

----- Tomou a palavra o Arquiteto Pinheiro, Diretor do Departamento de Cultura e Equipamentos Municipais da Câmara Municipal, que disse: “Boa tarde. Relativamente a este assunto, os serviços da logística aguardam a entrega do material para proceder à execução por administração direta.-----

----- Como sabem, em tempos já fizemos uma pequena intervenção e, verificamos que o estado da Ponte era demasiado frágil, pelo que, tivemos que fazer uma nova encomenda, um novo procedimento e, neste momento, estamos a aguardar a entrega do mesmo, uma vez que, nesta fase as empresas encontram-se com dificuldades na entrega dos materiais.” -----

----- Retomou a palavra o PCM que disse: “Esta questão tem a ver com o tipo de material que se encomendou. Como sabem há materiais que não estão disponíveis no mercado, em face dos constrangimentos da guerra da Ucrânia e, de todo um conjunto de situações, que estão a

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão ordinária de 2023, fevereiro, 28

ocorrer no País. -----

----- Penso que da minha parte está tudo esclarecido, Senhor Presidente.” -----

----- **Ponto 2. Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara, nos termos da alínea c), nº 2, do art.º 25º do Anexo I, da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro, na sua atual redação.** -----

----- Retomou a palavra o PMAM dizendo: “Muito obrigado. Passamos então ao ponto dois da Ordem de Trabalhos. O nosso Regimento que V. Exas aprovaram por unanimidade, diz que o período antes da Ordem do Dia deve durar sessenta minutos e, se vocês verificarem, levamos quase cento e vinte minutos só nesse ponto. -----

----- Com o beneplácito que tenho tido sempre, no ponto número dois da Ordem de Trabalho, eu dou a oportunidade de falarem, outra vez, naquilo que já falaram. Mas, relembro aquilo que disse na última Assembleia Municipal: não vou autorizar réplicas nem tréplicas, porque, como perceberam, não nos leva a lado nenhum, nem a solução nenhuma. -----

----- Portanto, tem a palavra o Senhor membro Patrício Duarte que foi quem primeiro se inscreveu.” -----

----- Usou da palavra o membro Patrício Duarte (Coligação Unir pela Mudança) dizendo: “Muito obrigado Senhor Presidente. Na página da Câmara Municipal está o Regulamento sobre o Pré-Escolar e, este, no artigo 4º, nas obrigações da Câmara Municipal de Montemor-o-Velho, no ponto 1: “Disponibilizar, sempre que seja acordado com as entidades prestadoras de serviço ao nível dos Recursos Humanos e de material de desgaste.”; no ponto 3: “Promover a colocação de pessoal responsável pelo prolongamento de horário nos estabelecimentos onde isso tenha sido acordado”. Claro que, como disse na minha intervenção, sei que este Regulamento está desatualizado, e que neste momento é a Junta de Freguesia de Arazede que assume.” -----

----- Tomou a palavra o Presidente da Câmara que disse: “O Senhor membro Patrício Duarte não quer reformular a questão aqui colocada?” -----

----- Retomou a palavra o membro Patrício Duarte (Coligação Unir pela Mudança) que disse: “Vou então reformular aquilo que disse, para fazer um pedido ao Senhor Presidente da Câmara, para tentar perceber qual é a dificuldade que a Junta de Freguesia de Arazede, e eu tenho conversado muito com o Senhor Presidente da Junta, o Senhor Paulo Costa, por quem eu tenho o maior respeito, mas tentar perceber porquê que estas pessoas, continuarem a recibo verde.” -----

----- Tomou a palavra o membro Bruno Ferrão (Coligação Unir pela Mudança), que disse: “Depois de apreciada e analisada a informação escrita do Senhor Presidente da Câmara, pouco se retira. Não há obra nova ou planos de obras estruturantes, para o nosso concelho. -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão ordinária de 2023, fevereiro, 28

----- As nossas Assembleias Municipais reduzem-se a debater as festas que vão acontecendo. Vamos de festa em festa, como se a Câmara Municipal fosse algum Grémio Cultural. Já temos o Festival do Arroz e da Lampreia para o início, a Feira do Ano em Setembro, o Castelo Mágico no final do ano e, deixo aqui a sugestão da criação da FESTA DO MEIO!-----

----- Uma nova festa, para o Executivo Municipal poder tirar fotos e abrir garrafas no meio do ano.-----

----- Dizer também que da apreciação escrita, retira-se que a Câmara Municipal preside a ADELO no biénio 2020-2022. Questionamos, qual a duração do mandato e se no próximo mandato tem intenção de continuar na presidência.-----

----- A ADELO é um organismo intermédio de gestão e aplicação de fundos comunitários. Atualmente estamos em fim de programa Portugal2020 e no início do novo programa Portugal2030. A aplicação de fundos europeus é essencial para o desenvolvimento regional e quebra dos desequilíbrios entre regiões. Deve a ADELO ter uma especial atenção para as empresas do Concelho de Montemor-o-Velho, abrindo candidaturas e programas que se adequem e possam alavancar a nossa economia local.”-----

----- Tomou a palavra o PCM que disse: “A primeira questão, eu sei que o Senhor Presidente da Assembleia não gosta, mas eu tenho o direito que, é para mim constrangedor, eu não sei que contrato interadministrativo o Senhor membro quer que eu fiscalize e o quê que quer que seja fiscalizado.-----

----- Gostaria que essas questões fossem esclarecidas e, eu de imediato darei ordens para se fiscalizar aquilo que pretende, portanto, não tenho nenhum problema com isso, mas tem que me denunciar a situação concreta, para eu mandar fiscalizar e daí tirar consequências.-----

----- Se for esclarecida qual é a questão, tomarei medidas concretas, se não for, eu ou os serviços faremos a fiscalização normal, existe um gestor de contrato.-----

----- Gostaria também de me pronunciar sobre uma questão que me parece injusta. É evidente que a oposição critica sempre o Presidente da Câmara, o Executivo, dizendo que não fazem nada, que não há obra, que não há projetos e, quanto a isso, não tenho nenhum problema.-----

----- Ainda hoje aqui foi dado um exemplo da ocupação dos professores da Piscina Municipal, não sei se repararam. Aquilo que exigimos dos nossos colaboradores, o trabalho que é feito, eu quero referir que aquela ocupação que os seniores em movimento têm, dos polos, aquilo não existia, esse trabalho com os seniores não existia no passado.-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO***Sessão ordinária de 2023, fevereiro, 28***

----- Daqui me quero penitenciar, a mim podem-me criticar à vontade, eu não vou a eleições, não tenho nenhum problema com isso e já ganhei as eleições que tinha que ganhar e as pessoas respeitam-me enquanto tal, não tenho nenhum problema. A questão que se coloca aqui é que, no meio desta história toda, estamos a criticar as pessoas que trabalham muito na Câmara Municipal e eu quero aqui fazer uma *mea culpa* porque nós “exploramos” muito os trabalhadores da Câmara. Contrariamente ao que dizem, os trabalhadores da Câmara não são uns caleceiros, uns preguiçosos, eles trabalham muito. Porque assegurar o serviço público não é brincadeira, ou seja, as pessoas estão cada vez mais exigentes, trabalhamos em diversas frentes, a Câmara de Montemor-o-Velho é exemplo em muitos sítios, muitos dos nossos projetos são replicados na região, eu não tenho nenhum problema com isto, não estou a fazer campanha eleitoral, mas acho injusto que se reduza o trabalho da Câmara às festas.-----

----- Quanto ao que foi dito, “...de festa em festa, crie-se “A Festa do Meio”...”, diga-me a sua sugestão que eu faça-a, se esta tiver interesse para a promoção do Concelho. -----

----- Já de agora, quero dar uma nota que me parece importante. -----

----- Há concelhos que têm a sorte de ter grandes empresas e ter grandes alternativas para que possam ser líderes na sua região, eu, infelizmente, estou metido no meio da cidade de Coimbra e da cidade da Figueira da Foz e os estudiosos que estudam as afirmações das cidades e dos territórios, dizem que, quando isto acontece, há um efeito tenaz que comprime a cidade do meio. -----

----- Portanto, fico muito satisfeito quando eu consigo meter a cabeça de fora, seja pelas Festas, e por essa “Festa do Meio”, que estou disponível para organizar porque se essa Festa do Meio trouxer animação à economia local e, eu vou dar o exemplo do Festival do Arroz e da Lampreia, que nem fui eu que o criei, nem o inventei, só o reinventei. O Festival esgota a restauração, a quantidade de pessoas que visita Montemor, a quantidade de pessoas que visita os nossos eventos, isso traduz-se numa animação importante da economia local.-----

----- É verdade que eu gostaria de ter um Concelho assente noutra tipo de estrutura económica, de infraestrutura económica, mas isso tinha que ser feito no passado.-----

----- E aquilo que eu queria dizer é que, por mais barulho que façam quando eu estou a intervir, a Zona Industrial de Montemor-o-Velho tinha uma empresa a laborar quando eu cheguei à Câmara, a Zona Industrial de Arazede nem sequer existia. Eu não resolvi o problema da estrutura económica de Montemor, mas há uma coisa que fiz: eu acelerei o tempo nessa matéria. -----

----- Portanto, quando dizem que é festa em festa, eu não tenho nenhum problema em

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão ordinária de 2023, fevereiro, 28

assumir que faço festas, mas quando quiserem discutir números, também estou disponível e não tenho medo nenhum desta situação. Eu, no passado, fui Vereador e vi festas que custavam mais naquela altura do que custam as que eu realizo agora e não tinham o impacto, nem a dimensão, que hoje conseguimos alcançar com os nossos eventos.-----

----- Eu gostaria de que, quando se fala nisto, se falasse com uma crítica como fez o membro Ana Cristina Jorge, aceita o Castelo Mágico, vamos melhorar, uma recomendação. Se falasse numa crítica nestes moldes, eu aceitaria. -----

----- Mas não pode dizer que o Castelo Mágico é uma festa, sim é verdade, gastamos dinheiro com o evento, mas eu tive oportunidade, no âmbito da Comunidade Intermunicipal, de visitar uma cidade que vive só de eventos, vive em festa todos os dias, chama-se Gramado, no Brasil. -----

----- O orçamento da empresa Municipal que trata dessas festas é de 10 milhões de dólares. Há trinta anos, essa cidade era um centro de pastagens de bois, as pessoas paravam naquele local para os bois descansarem no caminho que faziam para o porto. -----

----- São perspetivas! -----

----- As indústrias criativas, as indústrias da cultura, as indústrias dos eventos são uma forma de atrair pessoas.-----

----- Quero dizer-lhe que, na Bolsa de Turismo de Lisboa – BTL, nós vamos promover os nossos eventos, queremos que as pessoas visitem Montemor e, portanto, é uma abordagem que pode ser feita ou não, mas, enquanto eu aqui estiver, vamos apostar nos eventos, vamos apostar na vinda de pessoas, já chega de, “orgulhosamente sós”, com projetos megalómanos, que nos consomem recursos avultadíssimos e, que nós nunca vamos conseguir alguma vez rentabilizar, que são as tais grandes obras que eu herdei do passado. -----

----- Nunca na vida, nenhum Presidente vai conseguir chegar ao *break even*, nalgumas infraestruturas que aqui foram construídas. -----

----- Portanto, não tenho nenhum problema, fiz as minhas opções, fui julgado por elas, mas estou à vontade nesta situação. -----

----- Peço, no entanto, aos membros da Assembleia Municipal de todas as Bancadas, que tenham respeito pelos trabalhadores porque é-lhes exigido muito. Em todas as ações que eles fazem, nem tudo está bem, nem tudo corre bem, mas esta é uma realidade para mim, incontornável e, quando dizem que esta gente anda toda em festa e, que não fazemos nada, é uma falta de respeito para com os trabalhadores e, claro, já não falo de mim nem do meu Executivo.-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO***Sessão ordinária de 2023, fevereiro, 28***

----- Em relação à ADELO, eu por acaso fico surpreendido com este tipo de interpolações, mas pronto. Fui recentemente eleito em votação secreta como Presidente da ADELO e não é que eu queira acumular cargos, não tem nada a ver com isso. Como sabem, há um sistema de rotação de cargos nestas instituições, chegou a minha vez e eu não “neguei fogo”, não é por estar na CIM, não é por estar na ABMG, só me “sai do corpo”, como se costuma dizer e passo a expressão, não tenho vida própria, não tenho um único minuto livre da minha vida para além disto. Felizmente, estou sozinho e bem acompanhado e, tenho a vida toda para me dedicar às causas, sendo certo que, com muito orgulho, farei o meu papel na ADELO.-----

----- Tenho por hábito não falar das Instituições fora das mesmas, estou disponível, Senhor Presidente da Assembleia, para trazer aqui a equipa da ADELO para explicar aos Senhores Membros da Assembleia aquilo que se avizinha no futuro para os DLBCs e para os GAL.-----

----- Infelizmente, o Governo do nosso País retirou toda a importância que estes DLBCs tinham na implementação de Fundos Comunitários. Contra a minha vontade, já me insurji em relação a este assunto com a Senhora Ministra da Coesão, disse-lhe que era um erro tremendo, os DLBCs são muito importantes nas economias locais, nos pequenos projetos, nos pequenos investimentos e reduzir o seu âmbito de ação à agricultura e ao Ministério da Agricultura parece-me muito redutor e, nessa perspetiva, insurjo-me contra aquilo que foi decidido, e não tenho nenhum problema em assumir isso publicamente, assumi na CIM e assumo-o também aqui. ---

----- Quanto à questão de trazer mais projetos para Montemor, gostaria de fazer aqui uma correção: a distribuição das candidaturas pressupõem duas ou três notas que eu quero aqui esclarecer. Primeiro o tecido empresarial, as entidades têm que se candidatar, com bons projetos, com projetos elegíveis, com projetos que se enquadrem nos programas de candidatura. Para isso, e estão aqui presentes os Senhores Presidentes de Junta, estão aqui membros de entidades, eu tenho disponibilizado os serviços da Câmara, sempre que posso, para ajudarem a fazer essas candidaturas, ajudar a fazer boas candidaturas. Ainda fazemos outra coisa que é darmos uma pequena ajuda no que têm que participar.-----

----- Normalmente os programas dos DLBCs têm uma taxa de financiamento na ordem dos cinquenta por cento, é muito problemático para as Instituições e para as juntas de Freguesia este tipo de candidaturas, uma coisa é ter uma taxa de financiamento de oitenta e cinco por cento, outra coisa é ter de cinquenta ou quarenta por cento.-----

----- Mesmo que lhe possamos dar dez ou quinze por cento, uma ajuda, não é fácil ajudar a ter boas candidaturas e a ter uma grande representatividade nas candidaturas. Há uma outra nota, as candidaturas na ADELO são avaliadas por uma Comissão Independente, não têm nada

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão ordinária de 2023, fevereiro, 28

a ver com o Senhor Presidente da Câmara, nem com o Presidente da ADELO. É uma estrutura que funciona como na CIM, existe completamente independente e à prova de qualquer interferência na sua decisão. Quero dizer isto com toda a clareza, existe a preocupação na ADELO, como existe nas outras entidades, de redistribuir os fundos de uma forma equitativa por todos os Municípios, isso passa-se na ADELO, com muito orgulho. Eu que faço parte dos Órgãos Sociais da ADELO, desde que sou Presidente de Câmara, tenho constatado isso e, assim vai continuar para o futuro. -----

----- Dar nota de que fomos excluídos numa primeira abordagem do Programa do Mar, porque, segundo as ideias peregrinas de quem gere estas coisas, não temos mar, mas naturalmente que somos influenciados pelo mar e temos uma ligação ao mar muito estreita. Isso vai ser corrigido e nós estamos a fazer esforços no sentido que isso possa ser viável. -----

----- Essa é a minha disponibilidade e aquilo que eu posso fazer na ADELO, que muito me orgulha fazer parte dos seus Órgãos de Gestão. A equipa é incrível. Dizer que, por exemplo, o Projeto Virtual é um projeto premiado a nível nacional, no estrangeiro, tem uma adesão incrível em Montemor, os nossos seniores adoram o Projeto Virtual e, é um Projeto que está a ser replicado noutros locais. Estou a dar este exemplo, mas existem outros projetos muito interessantes que a ADELO tem.-----

----- Volto a referir que, se quiserem conhecer melhor a ADELO, eu não me importo de trazer cá as pessoas da ADELO, para falarem sobre isso.”-----

----- Tomou a palavra o PMAM dizendo: “Muito obrigado, Senhor Presidente, vamos passar então para o ponto 3 da Ordem de Trabalhos.”-----

----- **3. Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal, o Projeto de Regulamento do Mercadinho Local de Montemor-o-Velho.**-----

----- Usou da palavra o membro Paulo Galvão (CDU) que disse: “Muito obrigado, Senhor Presidente. Relativamente a este ponto, nós não vimos nenhum problema com o Regulamento. Fomos falar com os atuais vendedores do mercadinho que nos disseram que os *stands* não são adequados à venda dos produtos que têm. Achamos que a Câmara, também, deveria ter o cuidado de falar com os vendedores. -----

----- Sempre estivemos contra a localização do mercadinho ou sobre o sítio onde está o Pelourinho. O Pelourinho está encaixado no meio dos *stands* e, na nossa opinião, não é o sítio indicado. É um edificado com história, não me parece bem ali.”-----

----- Usou da palavra o membro Bruno Ferrão (Coligação Unir pela Mudança) dizendo: “Caro Senhor Presidente da Assembleia Municipal, acompanhando a nossa Bancada do Executivo

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão ordinária de 2023, fevereiro, 28

Municipal, que já votou contra este Regulamento, é gritante para nós a falta de coordenação com os produtores locais, as desigualdades com os feirantes e os produtores que usufruirão deste Mercadinho Local e, por isso, a nossa Bancada vota contra.” -----

----- Tomou a palavra o PCM que disse: “Quanto à intervenção do membro Bruno Ferrão, abstenho-me de comentar, cada um tem a sua visão das coisas, quando puderem, terminem com o Mercadinho.-----

----- Quanto à questão do Pelourinho, dizer que o local do Pelourinho não é aquele. Vamos ser claros, eu costumo dizer que estas coisas não podem influenciar a vida das pessoas, o Pelourinho foi arrastado para ali e eu não concordo que lhe tiremos o destaque que tem. Na minha opinião, o mesmo nem estava numa posição de destaque na própria feira da madeira, parece-me não ser motivo para nós impedirmos que aquele espaço seja dinamizado. As Vilas e Cidades têm que ter animação e têm que ter vida. Os monumentos não podem prejudicar as suas dinâmicas. -----

----- Não concordo que o Mercadinho possa colocar em causa ou em perigo o Pelourinho. Não concordo!-----

----- A razão de ser da minha intervenção é a seguinte: dizer que nós e, toda a gente deste País, estamos a ter imensos problemas com os empreiteiros, nomeadamente, no PARU, na Frente Ribeirinha, no Convento dos Anjos, em todo o lado e, portanto, esta obra está atrasada por causa disso. -----

----- Quanto à questão dos *stands*, estes foram concebidos e, efetivamente, nós assumimos que há uma inadequação para algum tipo de venda, ou seja, para as cadeias curtas, que é aquilo que se trata, não é venda profissional, mas sim vendas do próprio produtor ao consumidor. Este tipo de vendas tem muito sucesso em Paris, em Berlim, em todo o lado e, não é preciso citar exemplos de Portugal, eu cito exemplos do mundo, Portugal agora apenas copia. -----

----- Portanto, nós já temos um procedimento em curso para alterar os *stands*, para que possam facilitar a venda daquele tipo de produtos, a exposição e a segurança dos próprios utentes do Mercadinho.” -----

----- Não havendo mais intervenções e encontrando-se presentes 31 membros da AM, realizou-se a votação da proposta apresentada que foi aprovada por maioria de acordo com os seguintes resultados obtidos na votação: -----

----- VOTAÇÕES-----

----- Fernando Jorge dos Ramos -----A Favor-----

----- Ana Cristina da Silva Jorge -----Contra-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão ordinária de 2023, fevereiro, 28

----- Maria Albertina Moleiro Ferreira Jorge-----A Favor-----
 ----- Ana Maria Batista Vaz Valente -----Contra -----
 ----- José António Pessegueiro Serrano-----A Favor-----
 ----- Telma Margarida Neves Simões -----A Favor-----
 ----- Patrício Emanuel Pereira de Almeida Duarte-----Contra -----
 ----- Tiago Dinis Santos Silva-----A Favor-----
 ----- Dulce Maria Melo Ferreira-----Contra -----
 ----- Fernando Pereira Nunes Curto-----A Favor-----
 ----- Paulo Alexandre Azambuja Galvão-----Abstenção -----
 ----- Liliana Isabel Batista Duarte -----A Favor-----
 ----- Bruno Miguel Nunes Ferrão -----Contra -----
 ----- Luís António Girão da Fonseca-----A Favor-----
 ----- António Augusto dos Santos Torres -----Contra -----
 ----- Elisa Maria Sá Pinto-----A Favor-----
 ----- Joaquim António Graça Rainho-----A Favor-----
 ----- Lídia Maria Cavaleiro Teixeira Pagaimo -----Contra -----
 ----- João Carlos Silva de Carvalho Rama -----A Favor-----
 ----- Sandra Paula Cardoso Strecht F. Alves -----Contra -----
 ----- Tânia Sofia de Jesus Monteiro -----A Favor-----
 ----- Rui Paulo Oliveira Costa -----A Favor-----
 ----- Victor Manuel Pardal Monteiro-----A Favor-----
 ----- Nelson António Moreno Carvalho -----A Favor-----
 ----- Joaquim Neves Martinho -----A Favor-----
 ----- Paulo Sérgio Silva Valente-----A Favor -----
 ----- António da Silva Ferreira-----A Favor-----
 ----- João António Góis Girão-----A Favor-----
 ----- João Paulo de Almeida Ângelo-----A Favor-----
 ----- Ricardo José Araújo Monteiro-----A Favor-----
 ----- Nuno Nobre Valente-----A Favor-----

----- **4. Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal, o Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios - PMDFCI 2022-2031, nos termos do n.º 10 do artigo 4.º do Despacho n.º 443-A/2018, de 9 de janeiro, na sua atual redação.**-----

----- Usou da palavra o membro Bruno Ferrão (Coligação Unir pela Mudança) dizendo: "A

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão ordinária de 2023, fevereiro, 28

bancada do PSD queria pedir 5 minutos de tempo, para refletir sobre este ponto.”-----

----- Usou da palavra o PMAM que disse: “Efetivamente isso está no Regimento, é possível, por isso 5 minutos a partir deste momento.”-----

----- **Os trabalhos foram suspensos durante 5 minutos.**-----

----- **Os trabalhos foram retomados.**-----

----- Retomou a palavra o PMAM dizendo: “Vamos retomar os nossos trabalhos no ponto 4, que é, aprovar, sob proposta do Executivo Municipal, o Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios - PMDFCI 2022-2031, nos termos do n.º 10 do artigo 4.º do Despacho n.º 443-A/2018, de 9 de janeiro, na sua atual redação.”-----

----- Usou da palavra o membro Dulce Ferreira (Coligação Unir pela Mudança) que disse: “Boa tarde, a todos. Na Pessoa do Senhor Presidente cumprimento todos os presentes.-----

----- Há cerca do ponto 4, aprovar, sob proposta do Executivo Municipal, o Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios, percebi que este ponto mereceu, na assembleia em que eu não estive, alguma confusão.-----

----- Portanto, previamente a esta reunião e através do Líder de Bancada, Bruno Ferrão, eu quis fazer chegar ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal algumas questões que encontrei aqui nos documentos.-----

----- É do conhecimento de todos que o Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios é aprovado por simples maioria, pela Assembleia Municipal e que o mesmo não foi aprovado pelo Executivo, previamente, logo, não terá sido visto por quem não o tinha que o aprovar e, por isso, percebi o porquê de ter havido, efetivamente neste ponto, alguma sensibilidade na última Assembleia.-----

----- Dizer que não participei na discussão pública deste Regulamento porque ela ocorreu de 7 a 27 de dezembro, por aí. Penso que também ninguém participou. Sendo que é um plano que se reveste de muita importância, porquanto, dos 290 mil hectares do solo municipal, maioritariamente é solo agrícola e florestal e, uma vez que as atividades que os nossos municípios e nós próprios desenvolvemos nesses 290 mil hectares, são em territórios classificados dessa forma, este Plano vai mexer e mexe com a vida de todos nós.-----

----- Por isso, vou-me justificar, uma vez que eu não participei nesta discussão, assim como ninguém participou nesta discussão pública, possivelmente porque não deram conta dela, uma vez que decorreu durante o Natal, ou seja, foram poucos dias, dizendo que nessa altura estive doente com COVID, o que me levou a estar 2 semanas perfeitamente incapaz. Portanto, se estivesse capaz, teria lido o Plano.-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO***Sessão ordinária de 2023, fevereiro, 28***

----- Nesta senda, quero dizer que, após a leitura do mesmo, encontrei vários erros de português e algumas coisas que mereciam ser corrigidas, antes do Plano ser publicado no Diário da República. Gostaria, portanto, de saber se é possível ou não o documento sofrer melhoramentos desse ponto de vista. -----

----- Gostaria também de dizer o seguinte: estes Planos Municipais de Defesa da Floresta revestem-se desta importância toda e estão assentes numa série de formalidades que o Governo impõe às Autarquias, têm dado muita preocupação à maioria, o que levou a uma manifestação, clara e negativa, dos Autarcas do nosso País. -----

----- Posso referir que, a 14 de julho de 2022, foi noticiado que os Autarcas da Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra estavam preocupados com a demora na revisão da Carta de Perigosidade de Incêndio Rural, produzida pelo Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas. Diz a notícia “os autarcas estão extremamente preocupados com a demora no processo de melhoria da metodologia da elaboração da Carta de Perigosidade de Incêndio Rural”, afirma a CIM e, isto porque é a Carta que suporta a classificação do solo e, por isso determina se podemos ou não fazer determinadas atividades em cada uma das parcelas dos nossos agricultores, das pessoas que têm pecuárias, das pessoas que têm parcelas de pequena dimensão, que caracterizam a maioria do território do nosso concelho, são matrizes de pouca área e, portanto, para cumprirem este Plano e a legislação que obriga a que exista este Plano, o Decreto-Lei n.º 82/2021, com as alterações introduzidas, é claro que vai trazer consequências bastantes negativas. -----

----- Esta notícia diz ainda que a Carta era suspensa e que iria ser desenvolvida uma metodologia que seria o que deveria ter acontecido neste tempo e até ao dia da amanhã. Se não foi feita nenhuma alteração a esta Carta, retoma-se a Carta que levou à preocupação dos Autarcas do País e, retomamos essa Carta e, portanto, a perigosidade impõe o modo de classificar e de fazer esta perigosidade, vai trazer consequências muito negativas. Posso referir que o nosso Presidente, Dr. Emílio Torrão, porque preside também a Comissão Sub-Regional, pelo menos à data presidia, da Gestão Integrada de Fogos Rurais, alertava nessa notícia que os órgãos, as Autarquias, deveriam adaptar as áreas prioritárias de prevenção e segurança até ao dia 31 de março de 2023, através de uma metodologia da responsabilidade da Comissão Nacional da Gestão Integrada de Fogos Rurais, que na altura ainda não era do conhecimento das entidades competentes. Salvo melhor opinião, que o Senhor Presidente também pode confirmar, não me parece que tenha havido desenvolvimento nenhum que pudesse ter melhorado esta Carta, ou pelo menos, retirado alguma das situações negativas que levaram a

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO***Sessão ordinária de 2023, fevereiro, 28***

estas preocupações todas, que eu concordo em absoluto.-----

----- Portanto, tenho aqui uma série de questões que nos colocam reservas na votação do documento tal como ele está, pelo que, antes de tomarmos algumas decisões, nós gostávamos primeiro antes de tudo, saber isso mesmo, se é ou não possível promover algum melhoramento ao documento, dado que ele depois tem de seguir para Diário da República.”-----

----- Retomou a palavra o PMAM que disse: “Senhor Presidente, o esclarecimento relativamente às questões políticas, se as quiser dar, agradeço que as faça. Depois a outra questão, eu aprecio a questão daquilo que foi já dito, relativamente à questão do texto em português, eu próprio tenho algumas questões face à questão do português em si, da redação, mas julgo que a questão do conteúdo é uma coisa, a questão da redação é outra, mas o que eu acho relevante é a questão política e da questão deste tipo de Planos, e o porquê deste tipo de Planos e o prazo de discussão pública, que de facto decorreu. Como é hábito queremos que todos participem, mas quando nós damos a oportunidade para participar, verificamos que pouca gente se interessa por essa discussão. Senhor Presidente, dou-lhe a palavra relativamente às questões políticas.”-----

----- Usou da palavra o PCM que disse: “Em relação à Carta de Perigosidade, vou-me pronunciar, porque esta tentativa de misturar as minhas intervenções enquanto Presidente da Câmara e Presidente da CIM não funciona bem, não me parece ser correto, mas eu pronuncio-me sobre a Carta de Perigosidade, noutra momento da minha intervenção aqui.-----

----- As questões que eu posso responder, já de imediato, questões de português, é perfeitamente admissíveis as correções e agradeço que me digam quais são os problemas porque, efetivamente, isso não é admissível.-----

----- Outras questões mais de fundo, pedia a presença da Dra. Andreia Lopes, no sentido de me explicar até onde podemos alterar e isto porquê? É prioritário que tenhamos este documento aprovado e, portanto, já deveria estar. Nós tivemos problemas com o fornecimento da cartografia e com todo um conjunto de situações e de constrangimentos que atrasaram a elaboração deste documento e, portanto, não posso atrasar mais, pelo que, não me parece que vá travar este processo.-----

----- Nesta senda, como sempre, estou sempre disponível para acolher as intervenções que legalmente puder fazer agora, sem atrasar sobremaneira o documento. O documento já está a ser trabalhado há muito tempo, inclusive, é um documento que a própria bancada já solicitou ou já denunciou em tempos, que devia estar atualizado e, portanto, agora parece-me um bocado contraproducente parar este processo.-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO***Sessão ordinária de 2023, fevereiro, 28***

----- Estou sempre disponível para correções de português, parecem-me perfeitamente admissíveis. Sobre o outro tipo de correções, peço a intervenção da Dra. Andreia Lopes.-----

----- Em relação à questão técnica que é levantada, a influência da Carta de Perigosidade no documento, o Eng.º Hélder Araújo vai explicar, bem como, todas as outras questões técnicas que queiram colocar.”-----

----- Retomou a palavra o PMAM que disse: “Pedia à Dra. Andreia Lopes que viesse à Assembleia Municipal e, simultaneamente, pedia ao membro Dulce Ferreira, relativamente às questões do português, do contexto, sem naturalmente alterar o Plano, uma vez que na conversa que eu tive com o membro Bruno Ferrão, foram essas as questões e não foram questões do Plano em si. -----

----- Pedia ao membro Dulce Ferreira que avançasse com as questões que ela entende que devem ser corrigidas, sem alterar o conteúdo.”-----

----- Retomou a palavra o membro Dulce Ferreira (Coligação Unir pela Mudança) que disse: “Senhor Presidente, eu disse exatamente isso. O que eu queria propor eram alterações de português, no sentido de que o documento que vai para o Diário da República não vá com este conteúdo, nomeadamente em 2 ou 3 páginas e, isto seria, 5 minutos sentados, com o grupo de trabalho. Agora, a minha dúvida é se é ou não é possível alterar. -----

----- Quanto às questões de fundo que refere, eu não as tenho.”-----

----- Retomou a palavra o PMAM que disse: “Então se forem só estas e, se me permitirem, eu vou fazer esta proposta. O membro Dulce Ferreira, numa reunião coordenada pela Dra. Andreia Lopes, com o Eng.º Hélder Araújo e eu junto os membros, Albertina Jorge e Paulo Galvão, para que haja uma representatividade de todos os Partidos, verifiquem até quinta-feira, as correções que pretendem fazer ao texto do Regulamento e, portanto, eu estou a admitir que o membro Dulce Ferreira está a dizer que nessa altura votaremos o documento e, portanto, a correção do texto do Regulamento será efetivamente a única coisa a fazer.”-----

----- Retomou a palavra o membro Dulce Ferreira (Coligação Unir pela Mudança) que disse: “O que eu queria dizer era exatamente isso. O meu contributo é exclusivamente para que o documento a ser publicado seja o melhor possível e, não posso deixar de aproveitar para dizer, eu sei o esforço de trabalho que a equipa tem tido ao longo dos últimos anos e, desde 2019, que nós devíamos ter este documento aprovado. -----

----- A nossa intenção é votar o documento, com as alterações que não vão alterar o conteúdo, de maneira nenhuma, mas vão melhorá-lo, tenho a certeza absoluta.”-----

----- A pedido do PCM, usou da palavra o Coordenador Municipal de Proteção Civil, Eng.º

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão ordinária de 2023, fevereiro, 28

Hélder Araújo que disse: “Nós com a entrada do Decreto-Lei n.º 82/2021, quem faz e promove a Carta de Risco de Incêndio e Perigosidade é supostamente o Estado, o ICNF. Eles publicam e nós temos de cumprir. -----

----- Os Planos Municipais de Defesa da Floresta têm de ser adaptados e nós já o fizemos e passamos da 3.ª geração para a 4ª geração, com o Decreto-Lei n.º 82/2021, inclusivamente, a nossa Carta de Perigosidade, a nível Nacional, é a das mais vantajosas, ou seja, conseguimos ter cerca 30% do território fora da perigosidade elevada e muito elevado, o que significa que pertencemos aos Municípios com menos perigosidade de risco e isto por um lado é bom, mas por outro é mau.-----

----- Mas, a nível de gestão territorial e a nível de planeamento territorial, é mais vantajosos nós termos aquela Carta Nacional do que não termos.-----

----- Neste âmbito, o Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios também tem uma ferramenta de planeamento, que basicamente transformou-se numa ferramenta de planeamento territorial para definirmos dispositivos, aliás, mesmo a questão das faixas está a ser feito um novo documento pela Autoridade de Proteção Civil, por causa dos edifícios em solo rural que têm que ter restrições.-----

----- Neste momento, o documento e toda a estrutura técnica foram validadas pelo ICNF, conseguimos ultrapassar todos os requisitos, fomos obrigados a um conjunto de normas técnicas emanadas por aquela entidade que tem parecer vinculativo.” -----

----- Retomou a palavra o PCM que disse: “A Carta de Perigosidade que a CIM contesta e que todos os Presidentes de Câmara contestam, por em causa própria e por solidariedade, é a forma como foi elaborada, portanto, é com base no algoritmo e que de uma forma muito sucinta, para que se perceba a razão de ser da contestação é de que, se virem a Carta de Risco de Incêndio ou de Perigosidade da Região de Coimbra, é uma Carta que está quase toda a vermelho carregado e que tem a ver com os incêndios, ou seja, tem a ver com os incêndios que ocorreram nos últimos anos. -- -----

----- O quê que isto vai trazer como implicação? -----

----- Implicação com restrições à construção ou a edificação e uso, no mais ignóbil possam imaginar e, esta é a revolta dos Presidentes de Câmara, do qual eu sou porta-voz, é de que, quando estiver alerta vermelho ou alerta laranja, as pessoas não podem fazer o seu *jogging* na floresta, não podem fazer piqueniques, por exemplo, ali naquela zona da Tocha, as pessoas não podem frequentar a praia porque não podem circular pela floresta. -----

----- Portanto, há aqui uma posição peregrina de alguns pensadores, que a solução para não

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão ordinária de 2023, fevereiro, 28

haver incêndios é tirar as pessoas da floresta, é tirar as pessoas dos lugares, ou seja, vamos mais longe, é não deixar construir. Vamos afastar as pessoas da natureza e vamos tirar as pessoas da natureza, isto é completamente ridículo, absolutamente ridículo, mas é aquilo que existe. -----

----- Portanto, a solução que esta gente encontrou foi esta, aliás, assumida publicamente pelo responsável da AGIF, onde com todas as letras disse isto que eu estou aqui a dizer, portanto, não tenham ilusões do que é que está aqui em causa. -----

----- As informações de que eu disponho são de que vão manter esta Carta, tal como está e, isto, vai gerar e, por isso também quis aqui falar, porque eu também quero a solidariedade de todos, porque vão ser todos afetados por isto e, quando não poderem fazer a sua corrida matinal, quando o próprio município não poder fazer o “Prémio Alves Barbosa”, ou o próprio Município de Arganil não poder fazer o “Rali de Arganil”, que é uma tradição de há muitos anos, ou outro tipo de eventos que atravessem as florestas, isto é ridículo, não é?-----

----- Portanto, e não quero que façam divulgação disso, nós vamos endurecer a luta. Nós, os Presidentes de Câmara, vamos passar para um tipo de luta, para uma abordagem muito mais agressiva nos próximos tempos porque, efetivamente, este documento é um verdadeiro atentado à liberdade, aos Princípios Constitucionais da Liberdade das pessoas e da Democracia Portuguesa. São estes organismos intermédios, são estes pensadores que condicionam a vida das pessoas, sem qualquer fundamento, porque a floresta protegesse com vigilantes. As florestas que não têm vigilantes são aquelas que ardem primeiro. -----

----- Esta era a explicação que eu queria dar sobre a questão da Carta de Perigosidade e da intervenção do Presidente da CIM e, das preocupações que nós temos, enquanto Comunidade Intermunicipal.”-----

----- Retomou a palavra o PMAM que disse: “Eu daqui falei aí para baixo e, se efetivamente, quer a Dra. Andreia Lopes, quer o Eng.º Hélder Araújo são funcionários do Município e, no fundo têm que respeitar as deliberações dos órgãos, eu não perguntei aos Membros, Paulo Galvão, Albertina Jorge e Dulce Ferreira, se aceitavam a proposta que, no fundo ficará em ata, nesta questão de Comissão.”-----

----- Usou da palavra o membro Paulo Galvão (CDU) que disse: “Não vejo nenhum inconveniente.”-----

----- Usou da palavra o membro Albertina Jorge (PS) que disse: “Estou com alguns problemas de agendamento, mas, se puder ser hoje, para mim dá.”-----

----- Retomou a palavra o PMAM que disse: “Então fica para hoje, depois da sessão da Assembleia Municipal. -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão ordinária de 2023, fevereiro, 28

----- Sendo assim, julgo que estamos em condições de votar o ponto 4 da nossa Ordem de Trabalhos e, para o qual, incluímos aqui uma proposta que eu fiz e, que os próprios aceitaram, de que a redação final do Regulamento, naquilo que é a correção do texto em português e, não o seu conteúdo, seja ainda hoje melhorado por uma Comissão que, naturalmente, a Dra. Andreia Lopes coordenará com o Eng.º Hélder Araújo e que inclui os membros, Dulce Ferreira, Albertina Jorge e Paulo Galvão, para fazer isso.-----

----- Se estiverem de acordo, eu passaria à votação desta proposta de aprovação, com a redação final.”-----

----- Encontrando-se presentes 30 membros da AM, realizou-se a votação da proposta apresentada que foi aprovada por unanimidade de acordo com os seguintes resultados obtidos na votação:-----

----- VOTAÇÕES-----

----- Fernando Jorge dos Ramos -----A Favor-----

----- Ana Cristina da Silva Jorge -----A Favor -----

----- Maria Albertina Moleiro Ferreira Jorge-----A Favor-----

----- Ana Maria Batista Vaz Valente -----A Favor -----

----- José António Pessegueiro Serrano -----A Favor-----

----- Telma Margarida Neves Simões -----A Favor-----

----- Patrício Emanuel Pereira de Almeida Duarte-----A Favor -----

----- Tiago Dinis Santos Silva -----A Favor-----

----- Dulce Maria Melo Ferreira-----A Favor -----

----- Fernando Pereira Nunes Curto-----A Favor-----

----- Paulo Alexandre Azambuja Galvão-----A Favor-----

----- Lílíana Isabel Batista Duarte -----A Favor-----

----- Bruno Miguel Nunes Ferrão -----A Favor-----

----- Luís António Girão da Fonseca -----A Favor-----

----- António Augusto dos Santos Torres -----A Favor-----

----- Elisa Maria Sá Pinto -----A Favor-----

----- Joaquim António Graça Rainho -----A Favor-----

----- Lílídia Maria Cavaleiro Teixeira Pagaimo -----A Favor-----

----- João Carlos Silva de Carvalho Rama -----A Favor-----

----- Sandra Paula Cardoso Strecht F. Alves -----A Favor-----

----- Tânia Sofia de Jesus Monteiro -----A Favor-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão ordinária de 2023, fevereiro, 28

----- Rui Paulo Oliveira Costa -----A Favor-----
 ----- Victor Manuel Pardal Monteiro-----A Favor-----
 ----- Nelson António Moreno Carvalho -----A Favor-----
 ----- Joaquim Neves Martinho -----A Favor-----
 ----- António da Silva Ferreira-----A Favor-----
 ----- João António Góis Girão-----A Favor-----
 ----- João Paulo de Almeida Ângelo-----A Favor-----
 ----- Ricardo José Araújo Monteiro-----A Favor-----
 ----- Nuno Nobre Valente----- A Favor-----

----- **5. ----- Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal, a designação do júri proposto para conduzir o procedimento concursal para o cargo de direção intermédia de 2.º Grau – Chefe da Divisão de Administração Geral.** -----

----- Tomou a palavra o PMAM dizendo: “Vamos ao ponto 5 da nossa Ordem de Trabalhos, que, como sabem, é um ponto que tem que ser feito por votação uninominal direta e secreta e, por isso, eu peço aos elementos do *Staff* que façam a distribuição do boletim de voto a cada um dos elementos da Assembleia Municipal e vou convidar a Senhora Vereadora substituta Cristina Almeida, para, juntamente com o *staff*, contar os votos enquanto a Assembleia prossegue.” ----

----- Não havendo intervenções e encontrando-se presentes 30 membros da AM, realizou-se por escrutínio secreto, nos termos do n.º 3, do artigo 55.º da Lei 75/2013 de 12 de setembro, na sua atual redação, a votação para a composição do júri proposto para conduzir o procedimento concursal para o cargo de direção intermédia de 2.º Grau – Chefe da Divisão de Administração Geral: - -----

----- Presidente: Andreia Sofia Marques Lopes dos Santos, Diretora Municipal de Controlo Geral do Município de Montemor-o-Velho; -----

----- Vogais Efetivos: Sara Sofia Correia Mendes, Chefe da Divisão Administrativa e Financeira do Município da Lousã e Paula Cristina da Silva Figueira Batista, Chefe da Divisão Administrativa e Financeira do Município de Miranda do Corvo; -----

----- Vogais Suplentes: José Alberto Arede Negrão, Diretor do Departamento Administrativo e Financeiro do Município de Cantanhede e Eugénia Maria Vasques Lopes Sargento Grilo, Diretora do Departamento de Administração Geral do Município das Caldas da Rainha. -----

----- A proposta foi aprovada por maioria com o seguinte resultado: 20 (vinte) votos a favor, 2 (dois) votos contra e 8 (oito) votos em branco.-----

----- **6 Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal, a 1ª Alteração Orçamental**

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão ordinária de 2023, fevereiro, 28

Modificativa Orçamento e GOP 2023-2027.-----

----- Pediu a palavra o membro da Assembleia Bruno Ferrão (Coligação unir Pela Mudança) que disse: “Senhor Presidente, agradeço e, porque este ponto é de extrema relevância para o Concelho, uma vez que estamos a falar da alteração do Orçamento e Grandes Opções do Plano, surgiu-nos duas dúvidas após a leitura dos documentos. É um documento técnico e, na nossa leitura, apesar de exaustiva, surgiram estas dúvidas.-----

----- Parece-nos que esta alteração é sobre a incorporação do saldo de gerência e o saldo de gerência ronda os sete milhões de euros, conforme a página dois de nove. Porém também nos parece que no documento há uma anulação desse saldo de gerência e, por isso, solicitávamos esclarecimentos técnicos.”-----

----- Tomou a palavra o PCM que disse: “Pedia a intervenção do Dr. Cristiano Santa Rita, Chefe da Divisão Financeira e Património Municipal, sendo que gostaria de dar nota que o montante de saldo de gerência foi alterado porque a ABMG transferiu verbas para o Município e porque, no final do ano, tivemos que incorporar aquele apoio da Estrada do Campo da APA e isso alterou completamente o saldo de gerência.-----

----- Dar nota também que o saldo de gerência tem que ser incorporado para fazer o equilíbrio orçamental e para que as tais obras que não são feitas possam ser realizadas e pagas. Como eu prometi aos Senhores membros da Assembleia que não iria deixar um cêntimo de dívida, é assim que eu giro a Câmara, pagando ou tendo dinheiro para pagar.-----

----- Gostaria de pedir também ao Dr. Cristiano para explicar que esta alteração orçamental não tem só a ver com isso, tem a ver com outros questões que o Dr. Cristiano irá explicar.” ----

----- A pedido do Presidente da Câmara, tomou a palavra o Chefe da Divisão Financeira e Património Municipal, Dr. Cristiano Santa Rita, que disse: “Boa tarde, a todos. Efetivamente, esta alteração, que vem aqui para aprovação, visa a incorporação do saldo de gerência no Orçamento, saldo de gerência esse que, como consta nos mapas, ronda os sete milhões. Tal como foi referido pelo Senhor Presidente, existe uma parte que é consignada que tem a ver com os 750.000 euros do Protocolo da APA para a estrada do Campo, esse valor está evidenciado, há um projeto que espelha exatamente esse valor nesse mesmo montante dos 750.000 euros e visa também incluir alguns projetos que, por lapso, não tinham sido incluídos. Existiam três possibilidades ao fazermos esta integração: ou há uma integração na conta 16, do valor do saldo de gerência e fazemos uma anulação da receita, há a integração desse mesmo saldo de gerência na conta 16 e fazemos o aumento da despesa ou fazemos um misto das duas situações.-----

----- Esta alteração que está aqui tem um misto, ou seja: tem a integração do saldo de

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão ordinária de 2023, fevereiro, 28

gerência, a parte consignada e que consta como consignada e que tem o projeto GOP associado que é o Protocolo da APA, visa uma redução da receita e visa a inclusão de despesa. Não esquecendo aqui a questão do equilíbrio orçamental previsto no RFALEI na presente alteração, dado que o equilíbrio orçamental é assegurado na elaboração e na execução do orçamento. Foi feito o cálculo ao cumprimento da regra do equilíbrio orçamental.” -----

----- Retomou a palavra o membro Bruno Ferrão (Coligação Unir pela Mudança) dizendo: “Só ficou por explicar a anulação dos cinco milhões, não percebemos de onde vem.”-----

----- Tomou a palavra o PMAM dizendo: “Eu entendi, no entanto, peço ao Dr. Cristiano que explique melhor esta situação.” -----

----- Voltou a tomar a palavra o Chefe da Divisão Financeira e Património Municipal, Dr. Cristiano Santa Rita, que disse: “Esta questão tem a ver com a situação que falei: existem aquelas três possibilidades: ou entra na 16 e com isso fazemos a anulação da receita, ou fazemos a entrada na 16 e o aumento do mesmo montante na despesa, ou fazemos um misto, portanto entra na 16, fazemos uma redução de receita e fazemos um aumento na despesa. -----

----- No fundo, o que existe é a inclusão dos 7 milhões na 16, há uma parte que é consignada que tem o projeto nas GOP, fizemos uma redução de receita, pelo princípio da prudência e fizemos um aumento na despesa.” -----

----- Tomou a palavra o membro Bruno Ferrão (Coligação Unir pela Mudança) dizendo: “Só tenho mais uma questão. Se o projeto da APA com 750 mil, quer dizer que sobra à volta de um milhão e trezentos de aumento da receita.-----

----- Eram esses projetos que estávamos a perguntar a que se referiam.”-----

----- Voltou a intervir o Chefe da Divisão Financeira e Património Municipal, Dr. Cristiano Santa Rita, que disse: “Esses outros projetos, alguns deles, foi lapso aquando da elaboração do documento e, portanto, foram introduzidos agora e os outros foi reforço de dotação das verbas em projetos que já estavam aprovados. Os mapas espelham o valor dos projetos onde foi feito o respetivo reforço.”-----

----- Tomou a palavra o PMAM dizendo: “Esclarecidos que foram os pontos estamos em condições de iniciar a votação do ponto 6 da nossa Ordem de Trabalhos.”-----

----- Encontrando-se presentes 29 membros da AM, realizou-se a votação da proposta apresentada que foi aprovada por maioria de acordo com os seguintes resultados obtidos na votação:-----

----- VOTAÇÕES -----

----- Fernando Jorge dos Ramos ----- A Favor-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão ordinária de 2023, fevereiro, 28

----- Ana Cristina da Silva Jorge ----- Contra -----

----- Maria Albertina Moleiro Ferreira Jorge ----- A Favor -----

----- Ana Maria Batista Vaz Valente ----- Contra -----

----- José António Pessegueiro Serrano ----- A Favor -----

----- Telma Margarida Neves Simões ----- A Favor -----

----- Patrício Emanuel Pereira de Almeida Duarte ----- Contra -----

----- Tiago Dinis Santos Silva ----- A Favor -----

----- Dulce Maria Melo Ferreira ----- Contra -----

----- Fernando Pereira Nunes Curto ----- A Favor -----

----- Paulo Alexandre Azambuja Galvão ----- Contra -----

----- Liliana Isabel Batista Duarte ----- A Favor -----

----- Bruno Miguel Nunes Ferrão ----- Contra -----

----- Luís António Girão da Fonseca ----- A Favor -----

----- António Augusto dos Santos Torres ----- Contra -----

----- Elisa Maria Sá Pinto ----- A Favor -----

----- Joaquim António Graça Rainho ----- A Favor -----

----- Lídia Maria Cavaleiro Teixeira Pagaimo ----- Contra -----

----- João Carlos Silva de Carvalho Rama ----- A Favor -----

----- Sandra Paula Cardoso Strecht F. Alves ----- Contra -----

----- Tânia Sofia de Jesus Monteiro ----- A Favor -----

----- Rui Paulo Oliveira Costa ----- A Favor -----

----- Víctor Manuel Pardal Monteiro ----- A Favor -----

----- Nelson António Moreno Carvalho ----- A Favor -----

----- Joaquim Neves Martinho ----- A Favor -----

----- António da Silva Ferreira ----- A Favor -----

----- João Paulo de Almeida Ângelo ----- A Favor -----

----- Ricardo José Araújo Monteiro ----- A Favor -----

----- Nuno Nobre Valente ----- A Favor -----

----- **Declaração de Voto da Bancada da Coligação PPD/PSD-CDS/PP “Unir pela Mudança”:**

----- “A Bancada do PPD/PSD-CDS/PP “Unir Pela Mudança” votou contra a Alteração Modificativa do Orçamento e GOP 2023/2027, assim como votou contra este Orçamento. Votou contra de forma consciente, crítica e reivindicativa. O documento espelha as opções políticas do Executivo Municipal e não as podemos aceitar. Não aceitamos que não haja planeamento, não

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão ordinária de 2023, fevereiro, 28

aceitamos que não seja dado o devido apoio às Juntas de Freguesia, não aceitamos que o orçamento participativo se mantenha na gaveta.” -----

----- **Declaração de voto da Bancada da CDU:** -----

----- “O PCP votou contra o Orçamento e as GOP 2023/2027, o teor político do documento mantém-se, por isso, o PCP mantém o voto.” -----

----- **7. Autorizar, sob proposta do Executivo Municipal, o Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências no âmbito dos procedimentos Contraordenacionais no domínio do estacionamento público.** -----

----- Pediu a palavra o membro da Assembleia Bruno Ferrão (Coligação unir Pela Mudança) que disse: “Caro Senhor Presidente da Assembleia Municipal, depois de analisarmos o Contrato Interadministrativo da Delegação de Competências, no âmbito dos procedimentos contraordenacionais no Domínio do Estacionamento Público, surge-nos algumas dúvidas que queríamos ver esclarecidas. -----

----- Gostaríamos de saber se este Contrato Interadministrativo apenas versa sobre multas de trânsito ou se vai gerar uma nova Polícia Municipal, através da CIM, quais as suas áreas de abrangência, se apenas estamos a falar do projeto burocrático para a emissão das coimas, se o objetivo é apenas ser mais rápido de cobrar e qual o valor cobrado pela CIM, para ficar com este procedimento, que não está espelhado no contrato.” -----

----- Tomou a palavra o membro Paulo Galvão (CDU) que disse: “Neste caso, não estamos contra a Câmara porque acho que a Câmara tem consciência de que uma delegação de competências, para as quais não tem competência, então volta a delegar esta competência por incompetência. -----

----- Verificamos com isto que a opção de centralização do Governo, nestas e noutras ocasiões, tem sido errada, por isso o nosso voto vai ser a abstenção.” -----

----- Tomou a palavra o PCM que disse: “Por acaso, estava para concordar com a intervenção do membro Paulo Galvão, mas só não concordo com uma expressão e penso que ele também não concordará com a mesma depois de a analisar: a Câmara não delega por incompetência da Câmara! -----

----- Estou a fazer apenas a correção da expressão, uma vez que nós somos competentes para apreciar esta situação, não estamos a delegar por incompetência. Portanto, nós não temos é uma estrutura suficientemente robusta e fiável que se dedique só exclusivamente a isto, um corpo de juristas e técnicos administrativos que faça o processamento administrativo de um conjunto de procedimentos administrativos que tem a ver com as multas e a sua cobrança, com

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão ordinária de 2023, fevereiro, 28

reclamações e as suas apreciações, por isso, não temos, nem queremos ter essa estrutura na Câmara. É uma estrutura pesada, dispendiosa e, por isso, decidimos delegar na CIM que criou uma estrutura para todos os outros Municípios.-----

----- Penso já ter respondido às outras questões, ia pedir que fosse a Engenheira Isabel Quinteiro a intervir. -----

----- Nós não queremos criar nenhuma Policia Municipal. Aquilo que foi feito e, o membro Paulo Galvão explicou bem: alguém transferiu essa competência para o Município, essa competência já existe, esse trabalho já é feito pelo IMTT e pelas entidades competentes, agora passou para os Municípios. -----

----- Nós não queremos ter essa estrutura, basicamente, é isso. É uma questão de processamento administrativo e jurídico de apreciação de reclamações e todo um conjunto de questões. Aquilo que transferimos para a CIM é aquilo que o Estado transfere do montante das multas, nós não queremos ter trabalho nenhum com isto, queremos que os outros tenham esse trabalho. O que é transferido para nós é retransmitido para a Comunidade Intermunicipal, para pagar a infraestrutura que foi criada para este efeito.” -----

----- Tomou a palavra o PMAM dizendo: “O membro Paulo Galvão pediu a palavra, mas só para clarificar aquilo que disse anteriormente.” -----

----- Tomou a palavra o membro Paulo Galvão que disse: “Neste aspeto, estamos de acordo. Por falta de estrutura, há a incapacidade de exercer a competência. Não quero dizer com isto que os trabalhadores são incompetentes.” -----

----- Não havendo intervenções e encontrando-se presentes 30 membros da AM, realizou-se a votação da proposta apresentada que foi aprovada por maioria de acordo com os seguintes resultados obtidos na votação: -----

----- VOTAÇÕES -----

----- Fernando Jorge dos Ramos ----- A Favor -----

----- Ana Cristina da Silva Jorge ----- A Favor -----

----- Maria Albertina Moleiro Ferreira Jorge ----- A Favor -----

----- Ana Maria Batista Vaz Valente ----- A Favor -----

----- José António Pessegueiro Serrano ----- A Favor -----

----- Telma Margarida Neves Simões ----- A Favor -----

----- Patrício Emanuel Pereira de Almeida Duarte ----- A Favor -----

----- Tiago Dinis Santos Silva ----- A Favor -----

----- Dulce Maria Melo Ferreira ----- A Favor -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão ordinária de 2023, fevereiro, 28

----- Fernando Pereira Nunes Curto ----- A Favor-----
 ----- Paulo Alexandre Azambuja Galvão ----- Abstenção-----
 ----- Liliana Isabel Batista Duarte----- A Favor-----
 ----- Bruno Miguel Nunes Ferrão----- A Favor-----
 ----- Luís António Girão da Fonseca----- A Favor-----
 ----- António Augusto dos Santos Torres ----- A Favor-----
 ----- Elisa Maria Sá Pinto----- A Favor-----
 ----- Joaquim António Graça Rainho----- A Favor-----
 ----- Lídia Maria Cavaleiro Teixeira Pagaimo ----- A Favor-----
 ----- João Carlos Silva de Carvalho Rama ----- A Favor-----
 ----- Sandra Paula Cardoso Strecht F. Alves----- A Favor-----
 ----- Tânia Sofia de Jesus Monteiro ----- A Favor-----
 ----- Rui Paulo Oliveira Costa ----- A Favor-----
 ----- Victor Manuel Pardal Monteiro ----- A Favor-----
 ----- Nelson António Moreno Carvalho ----- A Favor-----
 ----- Joaquim Neves Martinho ----- A Favor-----
 ----- António da Silva Ferreira-----A Favor-----
 ----- João António Góis Girão-----A Favor-----
 ----- João Paulo de Almeida Ângelo-----A Favor-----
 ----- Ricardo José Araújo Monteiro-----A Favor-----
 ----- Nuno Nobre Valente----- A Favor-----

----- **8. Autorizar, sob proposta do Executivo Municipal, o Contrato interadministrativo de delegação de competências e de financiamento das atividades exercidas ao abrigo das competências delegadas dos Municípios enquanto Autoridades de Transportes - Novo Acordo de Financiamento.** -----

----- Tomou a palavra o membro Bruno Ferrão (Coligação unir Pela Mudança) que disse:
 “Caro Senhor Presidente da Assembleia Municipal, depois de analisar o Contrato Interadministrativo da Delegação de Competências apresentado, surgiu-nos algumas dúvidas.-

----- Está em causa uma delegação de competências enquanto serviço público de passageiros. No projeto anterior, havia a diferença entre rede obrigatória e rede voluntária, o que foi subtraído para haver uma rede única e gostávamos de saber quais as contrapartidas desta retirada e queríamos de saber porque é que o transporte escolar está de fora. -----

----- Há pouco, numa intervenção do Senhor Presidente da Câmara, foi-nos dito que o serviço

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO***Sessão ordinária de 2023, fevereiro, 28***

público de passageiros tinha um défice de cerca de 600 mil euros, que é o valor que este Contrato Interadministrativo prevê para transferir para a Comunidade Intermunicipal, mas também nos disse que ia ser estudada uma nova rede de transportes públicos para colmatar esse défice de exploração. -----

----- Queríamos então saber se quando existir esse novo estudo, se este Contrato Interadministrativo irá ser renegociado a fim de baixar os valores acordados de transferência. -

----- Também queríamos perceber quais é que eram as diferenças e melhorias no serviço prestado e qual era o critério de repartição de financiamento. Nós vimos, através de Contratos Interadministrativos, que o Concelho de Montemor-o-Velho tem cerca de seis por cento de cabimentação e queríamos saber esse critério. -----

----- Ainda relativamente ao transporte escolar, porque atualmente existe repartição de linhas entre transporte regular de passageiros e o transporte escolar, gostaríamos de saber se o transporte escolar vai ser completamente otimizado do transporte público de passageiros, se vai haver acumulação de linhas e o que está programado ao transporte escolar, se está programado integrar esta rede pública ou não.”-----

----- Tomou a palavra o PCM que disse: “Já tinha abordado essa questão. O valor de 600 mil euros é o valor máximo ou previsivelmente máximo, até ao final do ano. Quando se está a lidar nesta matéria, estamos a falar de valores previsíveis, que consubstanciam um défice de exploração previsível neste contrato. -----

----- Atendendo às linhas de transporte público que temos, ao estudo que foi feito; é previsível que este contrato gere um défice de exploração de cerca de seiscentos e onze mil euros. O que acontece aqui é que a este valor vamos ter que descontar aquilo que vamos fazer: o Município vai fazer um trabalho de depuração de toda a linha, de todas as linhas e de toda a rede de linhas no Município, em função do que eu já disse anteriormente, como também a CIM, tem em curso, já neste momento, o défice não era este, era muito maior, um estudo no sentido de este défice diminuir em todos os Municípios.-----

----- A repartição tem a ver com o território, com a população, é muito simples. Os critérios na CIM são absolutamente transparentes, a repartição do défice de exploração. Aquilo que está comprometido perante os Presidentes da Comunidade é que, até ao final do ano, se prevê que o concurso público esteja em condições de gerar um concorrente ou mais que um concorrente ganhador. Esse concorrente vai ter que apresentar um plano para toda a comunidade de transportes. Logo aí, vamos poder otimizar ainda mais este défice de exploração, sendo certo que a otimização pressupõe a limpeza daquilo que é supérfluo, a limpeza do que são linhas

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO***Sessão ordinária de 2023, fevereiro, 28***

virtuais, a limpeza de tudo o que está mal atualmente na rede de transportes.-----

----- Até esta data, nunca foi premente porque os operadores suportavam este défice de exploração, tratavam disto como um bolo, houve algumas ajudas no tempo da COVID, habituaram-se a estes apoios e agora tinham reclamado que se não lhes financiássemos o défice de exploração, iriam parar os transportes públicos em toda a região. -----

----- Estamos já a contabilizar esse défice, estamos a trabalhar sobre esse défice de exploração e, até ao final do ano, como eu disse, o concorrente tem que apresentar um plano regional de transportes com todas as redes otimizadas.-----

----- Quanto à questão das linhas da educação, continua a haver uma confusão e eu, apesar de já ter explicado isto, vou voltar a explicar. Há duas situações: nós, por força das reclamações dos pais e por força das reclamações aqui nesta mesma Assembleia, entendemos que devíamos criar nas zonas onde não existiam transportes, como é o caso da Abrunheira, em Verride e noutros locais, carreiras especiais só para transportar os alunos. Com o encerramento das escolas fomos forçados a fazer isso, não foi por vontade própria.-----

----- Também reclamavam o tempo de espera dos alunos antes de entrarem para as aulas, que era muito elevado, nós decidimos assumir esse prejuízo e otimizar esses transportes, tornando-os só transportes escolares. -----

----- Verificaram-se muitas anomalias que temos que averiguar, por parte da empresa. Como sabem, há só uma empresa que concorre, é detentora do monopólio dos transportes, e é muito difícil lidar com estas pessoas. São pessoas muito agressivas, do ponto de vista da argumentação e da postura. Como sabem que quase nos têm na mão, e estou farto de clamar isto junto dos Ministérios, isto é uma coisa que mexe comigo, não gosto de ser refém de ninguém, têm uma postura agressiva perante todos os Presidentes de Câmara, mandam cartas a ameaçar que vão suspender os transportes, que vão parar tudo, é este o seu tipo de abordagem. -----

----- Estamos aqui para fiscalizar a execução desses contratos. O ideal seria que todo o transporte de alunos se fizesse pela carreira pública, pelos serviços públicos de transporte. Essa era a situação ideal, mas, para isso, o transporte público não pode parar em todas as paragens que pára atualmente, pois assim não é possível ter os alunos a horas na escola, ou com o tempo desejável de transporte. -----

----- É esse compromisso que vamos ter que assumir. Há Municípios que assumem esse ónus, põem as crianças todas a andar nos transportes públicos e demorem o tempo que demorem. Muitos dizem que também foram para a escola e era assim, nós temos uma outra postura, eu assumi-a e não vou voltar atrás. Os alunos do meu concelho vão continuar a ter esse privilégio.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO***Sessão ordinária de 2023, fevereiro, 28***

De preferência, no futuro vão ter que andar no transporte público e nós vamos ter que reduzir a rede de transporte público àquilo que é essencial e ao que é importante. -----

----- Neste novo contrato de transportes, por sugestão minha na Comunidade Intermunicipal, vamos ligar todas as sedes de Concelho a Coimbra. Não podemos continuar com a carga de carros que existem nas nossas estradas. A solução, no futuro, não é fazer mais estradas, fazer autoestradas para os carros se dirigirem ao grande Pólo agregador que é Coimbra. A solução é transportes públicos eficazes, demorar meia hora, quarenta minutos no máximo, de qualquer ponto do Concelho para Coimbra. -----

----- Para isso acontecer, não pode haver paragens em todas as aldeias e em todos os lugares. Essa rede de expressos que vai ser criada com este contrato é, na nossa perspetiva, uma rede boa para que as pessoas não tenham que vir de carro da Figueira da Foz para Coimbra, com conforto, e no contrato de transportes as regras existem, está tudo previsto e é mais vantajoso vir de transporte público.-----

----- Para além disso, este défice de exploração vai ser combatido com o “Bilhete único”. Com este bilhete vamos poder controlar quantas pessoas entram, quantas pessoas utilizam, podemos continuar a controlar a eficácia das linhas em cada Município, ou no âmbito do contrato é possível, ainda na execução do contrato, legalmente alterar dez por cento da rede.-

----- Todos estes valores poderão ser corrigidos no futuro. O que importa aqui reter é que, pela primeira vez, estão os Presidentes de Câmara mentalizados e, se me estou a dedicar à explicação desta situação, é porque todos se têm que mentalizar que não vamos poder continuar a ter aquelas carreiras fumacentas a passar por aí, a levar uma ou duas pessoas no autocarro para Coimbra. Isso não é possível, acabou. -----

----- Temos que criar alternativas válidas, vamos ter que criar um sistema onde as pessoas se possam mover, numa perspetiva ecológica, numa perspetiva sustentada e numa perspetiva moderna e Europeia. Efetivamente não é possível continuar a ter transportes que não satisfazem as pessoas. -----

----- Ninguém, nem nenhum de nós, em bom rigor, tem vontade de andar em transportes públicos que não servem. Em toda a Europa, as pessoas já deixaram o carro em casa, já estão a andar de transporte público, mas para isso é preciso criar condições. Temos que ter a coragem de abraçar este projeto. Volto a dizer: não é a Câmara. A Câmara nunca poderia exercer estas competências, nunca. A própria Comunidade Intermunicipal tem um conjunto de especialistas que trabalha para isto, são muito difíceis de encontrar, os consultores que contrata são muito poucos, são três ou quatro a nível do País, de qualidade e que possam mostrar um serviço de

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão ordinária de 2023, fevereiro, 28

qualidade, são extremamente caros na sua prestação.-----

----- Este projeto da Comunidade Intermunicipal, a partir do momento em que os Municípios delegaram estas competências na CIM, a CIM assumiu essa competência com grande elevação e está a fazer um trabalho profundo, mas conta com os Municípios e com todos nós, com os Autarcas para resolver este problema, temos que acabar de vez com isto.-----

----- Não podemos continuar a pagar um défice de exploração previsível de 611 mil euros e acrescentar-lhe meio milhão de euros, para que os alunos possam chegar a horas à escola e num curto espaço de tempo. Temos que otimizar.-----

----- Quero dizer-vos que há Municípios no Norte do Distrito que já estavam a pagar este défice de exploração, como por exemplo Oliveira do Hospital, Tábua, Mortágua...há um conjunto de Municípios que já estavam a pagar este défice de exploração porque já se recusavam a “operar”. Estes Municípios já fizeram este trabalho. Nesses Municípios, já conseguiram colocar os estudantes a circular na carreira pública, que é o nosso objetivo no futuro, com qualidade e com respeito pelos horários e pelas próprias condições que têm que ter, não podem estar mais de uma hora nos autocarros, por exemplo.-----

----- Penso que respondi a todas as questões.” -----

----- Não havendo intervenções e encontrando-se presentes 31 membros da AM, realizou-se a votação da proposta apresentada que foi aprovada por maioria de acordo com os seguintes resultados obtidos na votação: -----

----- VOTAÇÕES -----

----- Fernando Jorge dos Ramos ----- A Favor-----

----- Ana Cristina da Silva Jorge -----A Favor -----

----- Maria Albertina Moleiro Ferreira Jorge----- A Favor-----

----- Ana Maria Batista Vaz Valente-----A Favor -----

----- José António Pessegueiro Serrano----- A Favor-----

----- Telma Margarida Neves Simões----- A Favor-----

----- Patrício Emanuel Pereira de Almeida Duarte -----A Favor -----

----- Tiago Dinis Santos Silva ----- A Favor-----

----- Dulce Maria Melo Ferreira-----A Favor -----

----- Fernando Pereira Nunes Curto ----- A Favor-----

----- Paulo Alexandre Azambuja Galvão ----- Abstenção-----

----- Liliana Isabel Batista Duarte----- A Favor-----

----- Bruno Miguel Nunes Ferrão ----- A Favor-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão ordinária de 2023, fevereiro, 28

----- Luís António Girão da Fonseca----- A Favor-----
 ----- António Augusto dos Santos Torres ----- A Favor-----
 ----- Elisa Maria Sá Pinto----- A Favor-----
 ----- Joaquim António Graça Rainho----- A Favor-----
 ----- Lídia Maria Cavaleiro Teixeira Pagaimo ----- A Favor-----
 ----- João Carlos Silva de Carvalho Rama ----- A Favor-----
 ----- Sandra Paula Cardoso Strecht F. Alves----- A Favor-----
 ----- Tânia Sofia de Jesus Monteiro ----- A Favor-----
 ----- Rui Paulo Oliveira Costa ----- A Favor-----
 ----- Victor Manuel Pardal Monteiro ----- A Favor-----
 ----- Nelson António Moreno Carvalho ----- A Favor-----
 ----- Joaquim Neves Martinho ----- A Favor-----
 ----- Paulo Sérgio Silva Valente-----A Favor -----
 ----- António da Silva Ferreira-----A Favor-----
 ----- João António Góis Girão-----A Favor-----
 ----- João Paulo de Almeida Ângelo-----A Favor-----
 ----- Ricardo José Araújo Monteiro-----A Favor-----
 ----- Nuno Nobre Valente----- A Favor-----

----- **9. Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal, a proposta de prorrogação do prazo para aceitação da transferência do exercício de competências domínio da Ação Social, nos termos do Decreto-Lei n.º 87-B/2022, de 29 de dezembro.**-----

----- Pediu a palavra o membro da Assembleia Bruno Ferrão (Coligação unir Pela Mudança) que disse: “A Bancada da Coligação “Unir Pela Mudança” é favorável a esta prorrogação, mas tememos que o prazo termine a 3 de abril e, queríamos confirmar essa informação e questionar se, depois de 3 de abril, não haverá outra solução.”-----

----- Tomou a palavra o PCM que disse: “Montemor-o-Velho tem, e já teve, resposta, pendente de uma reclamação. Uma reclamação por não aceitar o valor que nos foi atribuído. Já dei indicações aos serviços que vamos para a via judicial, porque estamos a falar de valores que podem ser próximos dos cem mil euros de diferença. Os critérios foram alterados com a Associação Nacional de Municípios, não estamos contra os critérios, mas sim contra a resposta que nos foi dada, de uma forma muito simplista, que foi esta: “...sim, há mais processos sociais, mas o Município tem que assumir as suas obrigações para com as pessoas com carência sociais...”, quando na verdade estão a transferir uma competência, mas dizem que nós temos

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão ordinária de 2023, fevereiro, 28

que compartilhar nessa competência.-----

----- Parece-me errado. Novamente são estes organismos intermédios que mandam, não é o Governo, o Governo decidiu bem. Estes organismos decidem que, por exemplo: o Município tem nas suas competências resolver o problema das pessoas com carências sociais. Por isso, já dei indicações nos serviços que, se não puserem o número de processos certos ou aproximados, nós não aceitaremos a competência e iremos intentar uma providência cautelar, ou o que for necessário judicialmente.”-----

----- Tomou a palavra o membro Paulo Galvão (CDU) que disse: “Nestes três pontos, no anterior, neste e no ponto número sete da Ordem de Trabalhos, vê-se que a descentralização promovida pelo Governo está completamente errada.-----

----- Aqui discordo do Senhor Presidente da Câmara, porque também não concordo que a Ação Social venha toda de “chofre” para os Municípios. Vamos ter situações de desigualdade de cidadãos, de pontos diferentes do País. Há também algumas entidades que vão ficar sem funções e penso que esta não é a solução. A solução apontada pelo PCP há muito tempo é a regionalização e, de uma vez por todas, os Presidentes de Câmara e os Autarcas em geral têm que pugnar por pedir a regionalização.”-----

----- Retomou a palavra o PCM que disse: “Eu vou respeitar a divergência intelectual na questão da delegação de competências, mas há uma coisa que quero dizer ao membro Paulo Galvão: aquilo que eu disse anteriormente é a prova acabada de que os pobres neste País são um produto estatístico manipulado por algumas entidades. Se calhar é melhor que venha para os Municípios do que estar a ser manipulado estatisticamente, quem são os pobres e quem é que tem direito a ser pobre neste País.”-----

----- Não havendo intervenções e encontrando-se presentes 31 membros da AM, realizou-se a votação da proposta apresentada que foi aprovada por unanimidade de acordo com os seguintes resultados obtidos na votação:-----

----- VOTAÇÕES-----

----- Fernando Jorge dos Ramos----- A Favor-----

----- Ana Cristina da Silva Jorge----- A Favor-----

----- Maria Albertina Moleiro Ferreira Jorge----- A Favor-----

----- Ana Maria Batista Vaz Valente----- A Favor-----

----- José António Pessegueiro Serrano----- A Favor-----

----- Telma Margarida Neves Simões----- A Favor-----

----- Patrício Emanuel Pereira de Almeida Duarte----- A Favor-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão ordinária de 2023, fevereiro, 28

----- Tiago Dinis Santos Silva----- A Favor-----
 ----- Dulce Maria Melo Ferreira-----A Favor -----
 ----- Fernando Pereira Nunes Curto ----- A Favor-----
 ----- Paulo Alexandre Azambuja Galvão ----- A Favor-----
 ----- Liliana Isabel Batista Duarte----- A Favor-----
 ----- Bruno Miguel Nunes Ferrão----- A Favor-----
 ----- Luís António Girão da Fonseca----- A Favor-----
 ----- António Augusto dos Santos Torres ----- A Favor-----
 ----- Elisa Maria Sá Pinto----- A Favor-----
 ----- Joaquim António Graça Rainho----- A Favor-----
 ----- Lídia Maria Cavaleiro Teixeira Pagaimo ----- A Favor-----
 ----- João Carlos Silva de Carvalho Rama ----- A Favor-----
 ----- Sandra Paula Cardoso Strecht F. Alves----- A Favor-----
 ----- Tânia Sofia de Jesus Monteiro ----- A Favor-----
 ----- Rui Paulo Oliveira Costa ----- A Favor-----
 ----- Víctor Manuel Pardal Monteiro ----- A Favor-----
 ----- Nelson António Moreno Carvalho ----- A Favor-----
 ----- Joaquim Neves Martinho ----- A Favor-----
 ----- Paulo Sérgio Silva Valente-----A Favor -----
 ----- António da Silva Ferreira-----A Favor-----
 ----- João António Góis Girão-----A Favor-----
 ----- João Paulo de Almeida Ângelo-----A Favor-----
 ----- Ricardo José Araújo Monteiro-----A Favor-----
 ----- Nuno Nobre Valente----- A Favor-----

----- **10. Tomada de conhecimento, sob proposta do Executivo Municipal, da Adesão à Rede Europeia de Municípios Amigos das Famílias.** -----

----- A AM tomou conhecimento da Adesão à Rede Europeia de Municípios Amigos das Famílias, que se anexa.-----

----- **11. Tomada de conhecimento, sob proposta do Executivo Municipal, da Declaração alínea a) do n.º 1, do artigo 15º, da Lei n.º 8/2012.** -----

----- A AM tomou conhecimento da Declaração alínea a) do n.º 1, do artigo 15º, da Lei n.º 8/2012, que se anexa.-----

----- **12. Tomada de conhecimento, sob proposta do Executivo Municipal, da Declaração**

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão ordinária de 2023, fevereiro, 28

alínea b) do n.º 1, do artigo 15º, da Lei n.º 8/2012.-----

----- A AM tomou conhecimento da Declaração alínea b) do n.º 1, do artigo 15º, da Lei n.º 8/2012, que se anexa.-----

----- **13. Tomada de conhecimento, sob proposta do Executivo Municipal, da autorização genérica para dispensa de autorização prévia da Assembleia Municipal para Isenções e/ou reduções de taxas – Listagem de Isenções e/ou reduções de taxas concedidas entre 01/12/2022 e 31/01/2023.**-----

----- A AM tomou conhecimento da autorização genérica para dispensa de autorização prévia da Assembleia Municipal para Isenções e/ou reduções de taxas – Listagem de Isenções e/ou reduções de taxas concedidas entre 01/12/2022 e 31/01/2023, que se anexa.-----

----- **14. Tomada de conhecimento, sob proposta do Executivo Municipal, da autorização genérica para dispensa de autorização prévia da Assembleia Municipal para Compromissos Plurianuais – Listagem de compromissos plurianuais assumidos entre 01/12/2022 e 31/01/2023.**-----

----- A AM tomou conhecimento da autorização genérica para dispensa de autorização prévia da Assembleia Municipal para Compromissos Plurianuais – Listagem de compromissos plurianuais assumidos entre 01/12/2022 e 31/01/2023, que se anexa.-----

----- **15. Tomada de conhecimento do Relatório de Avaliação da Atividade da CPCJ de Montemor-o-Velho relativo ao ano 2022.**-----

----- Tomou a palavra o membro Paulo Galvão (CDU) que disse: “Este relatório de avaliação é preenchido num formulário da CPCJ nacional, se não me engano, dá para ver a atividade desempenhada, mas a CPCJ é constituída por um grupo de técnicos qualificados os quais eu reconheço qualidade. Se calhar era importante, numa próxima vez, acrescentar algumas avaliações feitas, algumas considerações, o porquê daqueles números, ou seja, uma justificação dos números. Neste relatório constam números factuais.”-----

----- Tomou a palavra o PMAM dizendo: “Eu pedia à Senhora Vereadora Diana Andrade que não entrasse em diálogo. Vou tentar perceber a questão colocada pelo membro Paulo Galvão.

----- São dados estatísticos, se vamos para além disso, evidentemente que estamos com uma coisa que agora se chama RJPD. Para além disso, com crianças e jovens em risco se a própria Comissão nos prestasse esse tipo relatório, provavelmente nós aqui a “processar” a CPCJ por estar a divulgar esse tipo de avaliação.-----

----- Eu percebo que podia ser mais esclarecedor, mas este tipo de relatório é mesmo assim, e não é por acaso que há este relatório nacional, não sequer é a CPCJ de Montemor. Todas as

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão ordinária de 2023, fevereiro, 28

CPCJs têm que responder e estritamente a esta questão.”-----

----- Retomou a palavra o membro Paulo Galvão (CDU) que disse: “Eu já estive na CPCJ e sei que é impossível dar esses dados, no entanto, internamente, discutem-se, eu estive na alargada e mesmo aí não se discutiram os casos em concreto, mas apontamos caminhos para resolver alguns problemas e são esses caminhos, que podiam chegar também aqui. Para sabermos quais são as ideias, e muitas vezes são outras entidades que têm que colaborar e não ficar fechado no grupo da CPCJ e das entidades com quem a mesma fala, mas também ser dado aqui conhecimento à Assembleia. Aqui não há dados de ninguém!”-----

----- Tomou a palavra o PMAM dizendo: “Esse é o trabalho da CPCJ, não é o relatório da Assembleia Municipal. A Senhora Vereadora Diana Andrade estava a tentar responder, eu percebi que entendeu algumas questões. -----

----- Estamos a falar do relatório de avaliação. Desse relatório eu julgo, muito sinceramente, que, se a CPCJ me fornecesse outro tipo de dados, eu, enquanto Presidente da Assembleia Municipal, diria à CPCJ: “Desculpem lá, vocês estão a extravasar as vossas competências, estão a colocar em risco o que é o conteúdo e o trabalho e a ação da CPCJ”.-----

----- Acho que a Assembleia ficará disponível para o plano de ação e, se a Senhora Vereadora o quiser apresentar, poderá fazê-lo.”-----

----- A AM tomou conhecimento do Relatório de Avaliação da Atividade da CPCJ de Montemor-o-Velho relativo ao ano 2022, que se anexa.-----

----- **16. Intervenção do público, em cumprimento com o artigo 49.º n.º 1 da lei 75/2013 de 12 de setembro na sua atual redação dada pela lei 66/2020 de 04 de novembro.**-----

----- Tendo-se verificado a inexistência de público, tomou a palavra o PMAM dizendo: “Para os elementos da Comissão Permanente deve haver uma Reunião na próxima semana relativa à programação das Comemorações dos 49 anos do 25 de abril. -----

----- Portanto, está encerrada a Reunião da Assembleia Municipal, um bom regresso a casa.”

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL,

Fernando Jorge dos Ramos

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão ordinária de 2023, fevereiro, 28

A PRIMEIRA SECRETÁRIA

Telma Margarida Neves Simões

A SEGUNDA SECRETÁRIA,

Liliana Isabel Batista Duarte



MUNICÍPIO DE MONTEMOR-O-VELHO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ATA Nº 01/2023

Data da Sessão: 28 de fevereiro de 2023

Início da Sessão: 16.10 horas

Fim da Sessão: 20.00 horas

Composição da Mesa:

Presidente: Fernando Jorge dos Ramos _____

1º Secretário: Telma Margarida Neves Simões _____

2º Secretário: Liliana Isabel Batista Duarte _____

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão ordinária de 2023, fevereiro, 28

----- Aos 28 dias do mês de fevereiro do ano de 2023, pelas dezasseis horas e dez minutos, no Salão Nobre da Câmara Municipal de Montemor-o-Velho, reuniu em sessão ordinária a Assembleia Municipal de Montemor-o-Velho, com a seguinte Ordem de Trabalhos: -----

1. **Período de Antes da Ordem do Dia.** -----
2. **Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara, nos termos da alínea c), nº 2, do art.º 25º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação.** -----
3. **Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal, o Projeto de Regulamento do Mercadinho Local de Montemor-o-Velho.** -----
4. **Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal, o Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios - PMDFCI 2022-2031, nos termos do n.º 10 do artigo 4.º do Despacho n.º 443-A/2018, de 9 de janeiro, na sua atual redação.**-----
5. **Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal, a designação do júri proposto para conduzir o procedimento concursal para o cargo de direção intermédia de 2.º Grau – Chefe da Divisão de Administração Geral.** -----
6. **Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal, a 1ª Alteração Orçamental Modificativa Orçamento e GOP 2023-2027.**-----
7. **Autorizar, sob proposta do Executivo Municipal, o Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências no âmbito dos procedimentos Contraordenacionais no domínio do estacionamento público.** -----
8. **Autorizar, sob proposta do Executivo Municipal, o Contrato interadministrativo de delegação de competências e de financiamento das atividades exercidas ao abrigo das competências delegadas dos Municípios enquanto Autoridades de Transportes - Novo Acordo de Financiamento.**-----
9. **Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal, a proposta de prorrogação do prazo para aceitação da transferência do exercício de competências domínio da Ação Social, nos termos do Decreto-Lei n.º 87-B/2022, de 29 de dezembro.**-----
10. **Tomada de conhecimento, sob proposta do Executivo Municipal, da Adesão à Rede Europeia de Municípios Amigos das Famílias.** -----
11. **Tomada de conhecimento, sob proposta do Executivo Municipal, da Declaração alínea a) do n.º 1, do artigo 15º, da Lei n.º 8/2012.** -----
12. **Tomada de conhecimento, sob proposta do Executivo Municipal, da Declaração alínea b) do n.º 1, do artigo 15º, da Lei n.º 8/2012.** -----
13. **Tomada de conhecimento, sob proposta do Executivo Municipal, da autorização genérica**

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão ordinária de 2023, fevereiro, 28

para dispensa de autorização prévia da Assembleia Municipal para Isenções e/ou reduções de taxas – Listagem de Isenções e/ou reduções de taxas concedidas entre 01/12/2022 e 31/01/2023. -----

14. Tomada de conhecimento, sob proposta do Executivo Municipal, da autorização genérica para dispensa de autorização prévia da Assembleia Municipal para Compromissos Plurianuais – Listagem de compromissos plurianuais assumidos entre 01/12/2022 e 31/01/2023. -----

15. Tomada de conhecimento do Relatório de Avaliação da Atividade da CPCJ de Montemor-o-Velho relativo ao ano 2022. -----

16. Intervenção do público, em cumprimento com o artigo 49.º n.º 1 da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro na sua atual redação dada pela Lei n.º 66/2020, de 04 de novembro. -----

----- Tomou a Palavra o PMAM, Fernando Jorge dos Ramos que disse: “Como repararam voltei a convidar, durante a suspensão do mandato da 2.ª Secretária, Dr.ª Patrícia Rocha, a Senhora Deputada Liliana Duarte, para me fazer companhia na mesa e ajudar nos trabalhos.---

----- Procedeu-se à verificação da existência de quórum, registando-se as seguintes presenças:-----

Mesa: Fernando Jorge dos Ramos, Telma Margarida Neves Simões e Liliana Isabel Batista Duarte. -----

Membros: Ana Cristina da Silva Jorge, Maria Albertina Moleiro Ferreira Jorge, José António Pecegueiro Ferreira Serrano, Patrício Emanuel Pereira de Almeida Duarte, Tiago Dinis Santos Silva, Dulce Maria Melo Ferreira, Fernando Pereira Nunes Curto, Bruno Miguel Nunes Ferrão, Luís António Girão da Fonseca, António Augusto dos Santos Torres, Joaquim António Graça Rainho, Lídia Maria Cavaleiro Teixeira Pagaimo, João Carlos Silva de Carvalho Rama, Sandra Paula Cardoso Strecht F. Alves, Tânia Sofia de Jesus Monteiro, Ana Maria Batista Vaz Valente, em substituição de António Afonso Ávila de Melo Galvão Lucas, Elisa Maria de Sá Pinto, em substituição de Cláudia Margarida Faria Gaspar e Paulo Alexandre Azambuja Galvão, em substituição de Carolina Ferreira Aires. -----

Presidentes de Junta: Arazede, Carapinheira, Liceia, Meãs, Pereira, Santo Varão, Seixo de Gatões, Tentúgal, União das Freguesias de Abrunheira, Verride e Vila Nova da Barca, Tesoureiro da JF de Ereira e Tesoureira da União de Freguesias de Montemor-o-Velho e Gatões. -----

Executivo: Emílio Augusto Ferreira Torrão, Maria João Batista Sobreiro, José Jacírio Teixeira Veríssimo, Diana Filipa Alves Andrade, Cristina Gomes da Silva Almeida, Décio António Tinoco Matias e Hugo Rafael Santos Ferreira.-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão ordinária de 2023, fevereiro, 28

Faltas Justificadas: António Afonso Ávila de Melo Galvão Lucas, Cláudia Margarida Faria Gaspar, Carolina Ferreira Aires, PJF de Ereira e PJ da União de Freguesias de Montemor-o-Velho e Gatões.-----

Faltas injustificadas:-----

----- O PMAM, Fernando Jorge dos Ramos, deu início à sessão quando eram 16h10m, saudou os presentes e disse: “Temos quórum, vamos dar início à nossa reunião ordinária de hoje da Assembleia Municipal de Montemor-o-Velho.-----

----- Cumprimento em especial o Senhor Presidente da Câmara Municipal, os Senhores Vereadores, os Senhores Membros da Assembleia Municipal e os Senhores funcionários. -----

----- Se me permitem, se a memória não me falha, é a primeira vez que a Senhora Vereadora substituta, Cristina Almeida, está numa Assembleia Municipal, e quero dar-lhe as boas vindas à nossa Reunião. -----

----- Relativamente à nossa Ordem de Trabalhos e, como não estou a ver nenhuma oposição por parte dos membros da AM, julgo que a mesma poderá ser aprovada por unanimidade, com a seguinte redação: -----

1. Período de Antes da Ordem do Dia. -----

2. Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara, nos termos da alínea c), nº 2, do art.º 25º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação. -----

3. Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal, o Projeto de Regulamento do Mercadinho Local de Montemor-o-Velho. -----

4. Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal, o Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios - PMDFCI 2022-2031, nos termos do n.º 10 do artigo 4.º do Despacho n.º 443-A/2018, de 9 de janeiro, na sua atual redação.-----

5. Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal, a designação do júri proposto para conduzir o procedimento concursal para o cargo de direção intermédia de 2.º Grau – Chefe da Divisão de Administração Geral. -----

6. Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal, a 1ª Alteração Orçamental Modificativa Orçamento e GOP 2023-2027.-----

7. Autorizar, sob proposta do Executivo Municipal, o Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências no âmbito dos procedimentos Contraordenacionais no domínio do estacionamento público. -----

8. Autorizar, sob proposta do Executivo Municipal, o Contrato interadministrativo de delegação de competências e de financiamento das atividades exercidas ao abrigo das

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão ordinária de 2023, fevereiro, 28

competências delegadas dos Municípios enquanto Autoridades de Transportes - Novo Acordo de Financiamento. -----

9. Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal, a proposta de prorrogação do prazo para aceitação da transferência do exercício de competências domínio da Ação Social, nos termos do Decreto-Lei n.º 87-B/2022, de 29 de dezembro. -----

10. Tomada de conhecimento, sob proposta do Executivo Municipal, da Adesão à Rede Europeia de Municípios Amigos das Famílias. -----

11. Tomada de conhecimento, sob proposta do Executivo Municipal, da Declaração alínea a) do n.º 1, do artigo 15º, da Lei n.º 8/2012. -----

12. Tomada de conhecimento, sob proposta do Executivo Municipal, da Declaração alínea b) do n.º 1, do artigo 15º, da Lei n.º 8/2012. -----

13. Tomada de conhecimento, sob proposta do Executivo Municipal, da autorização genérica para dispensa de autorização prévia da Assembleia Municipal para Isenções e/ou reduções de taxas – Listagem de Isenções e/ou reduções de taxas concedidas entre 01/12/2022 e 31/01/2023. -----

14. Tomada de conhecimento, sob proposta do Executivo Municipal, da autorização genérica para dispensa de autorização prévia da Assembleia Municipal para Compromissos Plurianuais – Listagem de compromissos plurianuais assumidos entre 01/12/2022 e 31/01/2023. -----

15. Tomada de conhecimento do Relatório de Avaliação da Atividade da CPCJ de Montemor-o-Velho relativo ao ano 2022. -----

16. Intervenção do público, em cumprimento com o artigo 49.º n.º 1 da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro na sua atual redação dada pela Lei n.º 66/2020, de 04 de novembro. -----

----- **Ponto 1. Período de Antes da Ordem do Dia.** -----

----- Usou da palavra o PMAM que disse: “Relativamente à listagem da correspondência expedida e recebida, para além da lista que vos foi facultada e que podem consultar a qualquer momento, há os habituais pedidos de substituição para esta sessão. Se quiserem consultar alguma dessa correspondência, estejam à vontade para o fazer no Secretariado da Assembleia Municipal. -----

----- Particularmente, também devem ter notado que houve um pedido de suspensão de mandato do nosso Deputado Municipal, António Afonso Ávila de Melo Galvão Lucas, até 30 de junho que, naturalmente eu deferi e esse mandato fica suspenso, pois os motivos que ele alega são relevantes uma vez que ele vai estar fora do País. -----

----- De seguida, passamos à aprovação da ata n.º 06/2022 referente à sessão ordinária da

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão ordinária de 2023, fevereiro, 28

Assembleia Municipal de 23 de dezembro de 2022. -----

----- Não havendo nenhuma alteração, a ata n.º 06/2022 referente à sessão ordinária da Assembleia Municipal de 23 de dezembro de 2022 foi aprovada por unanimidade, de acordo com o n.º 3 do artigo 34º do Código do Procedimento Administrativo que refere: “Não participam na aprovação da ata os membros que não tenham estado presentes na reunião a que elas respeitam.”-----

----- Apesar de já terem chegado à mesa algumas moções e outros documentos, se estiverem de acordo, interrompia a sessão durante 2 minutos para apresentação de mais moções, requerimentos, intervenções, propostas e outros documentos que queiram apresentar à Assembleia.”-----

----- **Os trabalhos foram suspensos durante 2 minutos.** -----

----- **Os trabalhos foram retomados.** -----

----- Retomou a palavra o PMAM dizendo: “Vamos retomar os nossos trabalhos. Deram entrada na mesa 6 moções, 1 intervenção e 1 recomendação.”-----

----- Moção apresentada pela 1.ª Secretária Telma Simões (PS) - Congratulação de Aniversário às diversas Associações do Concelho, conforme documento anexo à presente ata, sob o número 01, e que foi aprovada por unanimidade.-----

----- Moção apresentada pela 1.ª Secretária Telma Simões e pelo Presidente da Junta de Freguesia Sr. Joaquim Martinho (PS) – Moção de Reconhecimento e Louvor ao Sr. Joaquim Maria de São José Cardoso, conforme documento anexo à presente ata, sob o número 02, e que foi aprovada por unanimidade.-----

----- Moção apresentada pelo membro Lídia Pagaimo (Coligação Unir pela Mudança) – Congratulação de Aniversário às diversas Associações do Concelho, conforme documento anexo à presente ata, sob o número 03, e que foi aprovada por unanimidade.-----

----- Moção apresentada pela 2.ª Secretária Liliana Duarte (PS) – Moção de Louvor à Santa Casa da Misericórdia da Vila de Pereira, conforme documento anexo à presente ata, sob o número 04, e que foi aprovada por unanimidade.-----

----- Moção apresentada pela 2.ª Secretária Liliana Duarte (PS) – Moção de Louvor ao Grupo de Teatro “O Celeiro”, conforme documento anexo à presente ata, sob o número 05, e que foi aprovada por unanimidade.-----

----- Moção apresentada pelo membro Paulo Galvão (CDU) – Moção relativa ao dia 08 de março, Dia Internacional da Mulher – Um símbolo da luta das mulheres em defesa dos seus direitos, na Lei e na vida, conforme documento anexo à presente ata, sob o número 06, e que

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO***Sessão ordinária de 2023, fevereiro, 28***

foi aprovada por unanimidade. -----

----- Recomendação apresentada pelo membro Bruno Ferrão (Coligação Unir pela Mudança) – Recomendação para criação de grupo de trabalho sobre o Plano Rodoviário do Concelho de Montemor-o-Velho, conforme documento anexo à presente ata, sob o número 07, e que foi aprovada por unanimidade. -----

----- Intervenção feita pelo membro Fernando Curto (PS) – Intervenção sobre Homenagem ao Poeta Afonso Duarte, conforme documento anexo à presente ata, sob o número 08, e que foi aprovada por unanimidade. -----

----- Usou da palavra o PMAM dizendo: “Tomámos nota de todos os pedidos de intervenção, pelo que dou a palavra ao membro Patrício Duarte.”-----

----- Pediu a palavra o membro Patrício Duarte (Coligação Unir pela Mudança) que disse: “Boa tarde, Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal e Senhores Vereadores, Exmos. Senhores Presidentes da Junta de Freguesia, Exmos. Senhores Membros da Assembleia Municipal e todos os presentes. Vivemos novamente um período complicado na história do nosso País e todas as pessoas com responsabilidade, que representam os eleitores que os elegeram, têm hoje, mais que nunca, a obrigação de os defender. -----

----- Venho abordar uma situação amplamente conhecida por todos, mas frequentemente esquecida e ignorada. Não pretendo com isto atribuir culpas ou responsabilidades, tento encontrar uma solução para um problema que já não devia acontecer neste momento.-----

----- Os falsos recibos verdes é a designação que se dá à situação de condição de trabalho precário ilegal de um trabalhador independente, mas que desempenha e tem os mesmos deveres de um trabalhador com contrato por conta de outrem, mas sem os mesmos direitos e regalias. -----

----- Um trabalhador independente, em situação de falsos recibos verdes, tem as mesmas características que um trabalhador por conta de outrem, mas sem contrato de trabalho que o proteja. Estas características estão reconhecidas e enumeradas no artigo 12º da Lei n.º 7/2019, de 12 de fevereiro, conhecido pelo Código do Trabalho, sendo elas: “A atividade realizada pelo trabalhador em local pertencente à empresa ou por ela determinada não sendo o trabalhador independente a deliberar o local onde exerce a sua atividade”, “Os equipamentos e instrumentos de trabalho utilizados pelo trabalhador pertencem à empresa não sendo da sua posse”, “O trabalhador cumpre horário de início e de término de trabalho determinado pela entidade empregadora, horário fixo ou turnos estipulados por esta”, “O pagamento ao

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão ordinária de 2023, fevereiro, 28

trabalhador pelos serviços prestados é feito com uma determinada periodicidade semana/mensal e numa quantia certa, não se verificando o pagamento apenas quando o trabalhador presta o serviço.”-----

----- Segundo a Lei n.º 63/2013, de 01 de setembro, para ser considerado trabalhador em situação de falsos recibos verdes, basta que uma destas características se verifique. A mesma diz que esta situação constitui uma contraordenação muito grave imputável à empresa, estando prevista uma multa ao empregador. -----

----- Esta é a realidade de 5 trabalhadoras dos Jardins de Infância da freguesia de Arazede, e temo que esta situação seja mais alargada por outras freguesias. Será que existem trabalhadores de primeira e de segunda no nosso concelho? -----

----- Como pode um trabalhador produzir de forma eficiente sem as mínimas condições, principalmente quando trabalha com crianças de tenra idade? Será que os nossos filhos têm que ficar ao cuidado de CEI’s, muitas desmotivadas e não preparadas para realizar esta função e em que a rotatividade é tão grande que as crianças não têm tempo para decorar os nomes? -----

----- Eu sei que já se fez muito em relação a esta situação, mas acho que é momento para acabarmos e de fazer mais um bocadinho, e tentarmos, principalmente quando estamos a falar de crianças. -----

----- Relembro também que o Regulamento das Atividades de Animação de Apoio à Família é de outubro de 2010, tendo passado 13 anos, também acho aconselhável, se bem se lembram é do tempo do Dr. Luís Leal, haver uma atualização e uma melhoria inclusive, por exemplo, de pagamentos, não está no Regulamento que se pode fazer por transferência bancária, que é dessa forma que eu pago. -----

----- Recordo também que, segundo o Regulamento, é da responsabilidade da Câmara Municipal os Recursos Humanos. Mais uma vez, isto não é para estar a atribuir culpas, e sei que já se fez muita coisa, mas é necessário acabarmos com esta situação. Eu vivo esta situação no Jardim de Infância onde a minha filha está e contacto com outras pessoas, sei do desespero das pessoas que chegam a agosto, são mandadas para casa, não têm remuneração e têm que ficar à espera que as chamem no ano a seguir. -----

----- Gostaria ainda de perguntar quando é que está programada a próxima Reunião da Comissão do Conselho Municipal de Segurança?” -----

----- Pediu a palavra o membro Ana Valente (Coligação Unir pela Mudança) que disse: “Boa tarde, cumprimento o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia e na sua pessoa cumprimento todos os presentes. -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO***Sessão ordinária de 2023, fevereiro, 28***

----- Aproxima-se novamente uma edição do Festival do Arroz e da Lampreia que tem recebido ampla cobertura por parte da comunicação social (hoje de manhã até vi em rodapé na RTP), fiquei contente e orgulhosa do meu concelho. E porque é interesse de todos nós o sucesso deste evento, que é emblemático do nosso concelho, a minha intervenção hoje vai no sentido de pedir alguns esclarecimentos.-----

----- O primeiro é se corremos o risco de não termos lampreia durante o Festival do Arroz e da Lampreia e ainda se foram ou se serão implementados alguns melhoramentos no que diz respeito à iluminação, à segurança, ao estacionamento e às instalações sanitárias afetas ao Festival, uma vez que na Feira do Ano de 2022 verificaram-se alguns constrangimentos em relação a estes pontos. Obrigada.”-----

----- Pediu a palavra o membro Ana Cristina Jorge (Coligação Unir pela Mudança) dizendo: “Obrigada, Senhor Presidente, boa tarde, na sua pessoa cumprimento todos os presentes. -----

----- A minha intervenção é sobre o Castelo Mágico. O Castelo Mágico já decorre há alguns anos e por isso deveria ser, na nossa opinião, melhorado a cada ano da sua realização. Tal não se verificou no último evento, com a entrega do mesmo a uma Empresa que constantemente foi lavando as mãos da responsabilidade de muitas questões e é lamentável, pois a Câmara Municipal já tinha demonstrado, em anos anteriores, que o funcionamento da iniciativa com pessoal do Município funcionava de forma equilibrada e mais organizada. -----

----- Após auscultadas as pessoas do concelho que visitaram o Castelo Mágico, nomeadamente professores, educadores e famílias, temos que referir aspetos mais positivos e menos positivos desta iniciativa. -----

----- Na nossa opinião, depois de tudo o que ouvimos, relativamente aos aspetos positivos, temos a elencar: proporcionou momentos de divertimento e de magia natalícia às crianças; as crianças vivenciaram novas experiências; promoveu relações socio-efetivas entre as crianças; proporcionou o contacto com as diferentes formas de expressão e comunicação como o Teatro, Música, Ciências, etc.; promoveu o conhecimento de monumentos históricos do concelho, nomeadamente do Castelo e da Igreja; favoreceu a convivência entre os elementos das comunidades educativas e das comunidades locais e, por fim, as crianças manifestaram grande interesse e entusiasmo pelas diferentes atividades. -----

----- Aspetos menos positivos ao nível dos transportes para e dos estabelecimentos escolares: falta de rigor no cumprimento das escalas e horários dos transportes de partida e chegada; tempo de espera dentro do autocarro para chegar ao destino; ausência de cintos de três pontos nos autocarros; falta de cintos de segurança mesmo com dois pontos num dos

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO***Sessão ordinária de 2023, fevereiro, 28***

autocarros; horário de chegada prevista no caso do Centro Educativo de Montemor, uma vez que devia ter sido às dez horas e foi ao meio dia; permanência das crianças entre trinta a quarenta minutos dentro do autocarro no início da ladeira para o castelo, o que impediu que as crianças assistissem às atividades da manhã em virtude do atraso da chegada.-----

----- Recomendação: porque temos sempre esta preocupação de sermos uma oposição que é ser uma oposição construtiva, recomendamos uma maior articulação entre estabelecimentos escolares, Câmara Municipal e empresas de transportes.-----

----- Relativamente à bilheteira: desorganização na logística de entrada no Castelo, na bilheteira e entrada dos grupos no mesmo; falta de bom senso de quem estava nas bilheteiras que referiu que os professores deveriam ter levado o dinheiro em notas e não em moedas e, na nossa opinião, os docentes nem deviam ter dinheiro algum, nem deveriam ser comprados os bilhetes naquele momento e, por fim, a espera das crianças para entrar no recinto, tiveram que aguardar os bilhetes e a contagem do dinheiro.-----

----- Recomendação: bilhetes gratuitos para todos os alunos evitando todos estes constrangimentos ou então agilizar a aquisição dos mesmos de outra forma, existindo hoje em dia dezenas de formas de comprar bilhetes, sem ser desta forma.-----

----- Dentro do recinto: entrada paga sem tempo suficiente para que as crianças pudessem usufruir do que pagaram porque, como já verificaram, houve vários grupos que chegaram bastante atrasados e não puderam usufruir de tudo; ausência da receção e orientação ao nível da acomodação das crianças para o almoço; falta de identificação de horários e mesas de almoço; falta de localização de espaço reservado às escolas para depositarem as mochilas e pertences; impossibilidade das crianças fazerem o passeio no comboio de Natal; não abertura dos insufláveis, devido às condições climatéricas, o que é normal, de qualquer das formas deveria haver um espaço coberto com mais opções; Insuflável dentro da tenda sem eficácia face à adesão imensa das crianças, naturalmente, principalmente nos dias de mau tempo; número excessivo de crianças na tenda; abertura da Pista de Gelo tardia; os monitores não acompanharam as crianças, especialmente as mais pequenas dentro da pista; falta de organização na pista de gelo onde muitas crianças não puderam participar; atividades encerradas à hora de almoço, nomeadamente as pinturas faciais; falta de animadores para entreter e animar as crianças na tenda e fora dela e avisar as horas e locais dos espetáculos, como havia nos anos anteriores; falta de casas de banho mais perto da tenda ou espalhadas pelo recinto.-----

----- Recomendação: melhorar os aspetos referidos; organizar alternativas face às condições

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão ordinária de 2023, fevereiro, 28

atmosféricas, que podem ser favoráveis ou desfavoráveis; estar preparados também para as condições climatéricas desfavoráveis; articulação entre o Município e a empresa organizadora, pois sempre que havia uma dúvida era difícil alguém saber responder, verificando-se diferentes informações para o mesmo problema.” -----

----- Pediu a palavra o membro António Augusto Torres (Coligação Unir pela Mudança) que disse: “Boa tarde, na pessoa do Senhor Presidente cumprimento toda a Assembleia Municipal.

----- A minha primeira nota tem a ver com este meu modo de poder referir os eventos, considerando como uma intervenção de louvor e, esta vai no sentido de poder ser mais simples, não tão burocrata, não tão morosa, não tão maçante e mais objetiva. -----

----- Assim, gostaria de fazer uma intervenção de Louvor à Santa Casa Misericórdia da Vila de Pereira, que, no passado dia 25, concluiu as obras de conservação e restauro, que estavam a decorrer há três anos.-----

----- De realçar a obra efetuada, está bonita, digna de ser vista por todos os residentes do Concelho de Montemor-o-Velho e não só. Nesta senda, gostaria de deixar aqui uma palavra de gratidão, de agradecimento à Câmara Municipal de Montemor-o-Velho pela presença do Senhor Presidente e agradecer a participação na entrega de fundos para a realização das referidas obras. Na altura, foi uma obra que custou na ordem dos trezentos mil euros e, de acordo com o que foi referido pelo Senhor Provedor, a Câmara Municipal participou em quarenta e cinco mil euros.- -----

----- Quero deixar aqui o nosso agradecimento, uma vez que faço parte dos Órgãos Sociais, pelo apoio que tem sido dado pela Câmara Municipal de Montemor-o-Velho.-----

----- O meu bem-haja! -----

----- Uma outra questão tem a ver com a gestão das Piscinas Municipais. Aquando a sua abertura, desloquei-me à mesma para fazer a minha inscrição e cheguei à conclusão que, perdoem esta minha opinião, a Piscina, neste momento, para os residentes do Concelho de Montemor-o-Velho, só funciona para os compatriotas que têm o cartão sénior, pelo que, quem não usufrui desse cartão tem que se inscrever através dos clubes. -----

----- Eu posso estar errado, aceito que o possa estar, por isso gostava que me esclarecessem como funciona a gestão das piscinas Municipais. -----

----- Uma outra questão que eu gostava de referir tem a ver com a comunicação e imagem. Constatei que na página da Câmara Municipal de Montemor foi, e bem, referido a inauguração da Igreja Paroquial da Vila de Pereira. -----

----- Nesse sentido, gostava de poder deixar aqui uma dica em relação à comunicação e

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO***Sessão ordinária de 2023, fevereiro, 28***

imagem, que é feita através do site da Câmara. -----

----- Quando há feira quinzenal, as feiras são comunicadas ao público com antecedência, para sabermos que naquele dia há feira. Em relação às Reuniões de Câmara e da Assembleia Municipal, o que me apercebo é que essas comunicações são feitas no próprio dia e quando já estão a decorrer as reuniões. Ora, se, eventualmente, alguém estiver interessado em intervir em algumas dessas reuniões, para que o possa fazer, terá que fazer uma prévia inscrição, estes ficam sem acesso a esses meios. -----

----- Portanto, quero deixar aqui a sugestão que essa informação possa ser dada antes das reuniões acontecerem.-----

----- Entretanto na minha vinda para esta sessão, constatei que, penso que isto será no âmbito da questão da segurança rodoviária e, gostava da confirmação do Senhor Presidente da Câmara, a Ponte de Formoselha e a Ponte Militar estão limitadas à tonelagem de 35 toneladas. Eu tinha ideia que antes não existia essa limitação. -----

----- Pergunto, será por uma questão de segurança que foi feita a limitação da pesada tonelagem na Ponte de Formoselha, uma vez que, toda a gente tem conhecimento que aquela Ponte não está nas devidas condições ou será por causa da própria manutenção da Ponte Militar que efetivamente é necessário existir essa restrição na tonelagem na circulação de automóveis?

----- Por último, verifico que, neste momento, o posto médico de Pereira está em obras, o que acaba por limitar um pouco o bom funcionamento do referido posto. Verifiquei, também, que as mesmas têm a ver com o piso que têm na sala de espera. Sei que, por baixo, existe um outro espaço e o que poderia ser feito era aproveitar essas obras para remodelar esse espaço, para que o mesmo possa vir a ter as condições necessárias, e, então aí, poderia haver a possibilidade da criação da Unidade de Saúde Familiar, que abrangeria as povoações de Pereira, Formoselha e Santo Varão. -----

----- Obrigado e bem-haja.” -----

----- Pediu a palavra o membro Paulo Galvão (CDU) que disse: “Obrigado. A minha intervenção é no sentido de obter dois esclarecimentos.-----

----- O primeiro tem a ver com a Ponte da Lavariz. Os militares estiveram no local a corrigir o desnível da Ponte, uma vez que já era necessária essa correção há muito tempo. -----

----- Contudo, continuamos à espera de uma solução definitiva e sabemos que a APA, volto a frisar, sabemos que a APA, é a entidade responsável pela travessia, mas queremos que o Senhor Presidente da Câmara nos diga se tem existido alguns contactos com a entidade e o que há de novo.-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO***Sessão ordinária de 2023, fevereiro, 28***

----- O segundo é sobre a Ponte Pedonal e Ciclável entre o Casal Novo do Rio e a margem esquerda do Leito Antigo. Esta continua por arranjar e encontra-se interdita já há muitos meses. Gostava de saber para quando é a resolução da situação? Obrigado.”-----

----- Tomou a palavra o PMAM dizendo: “Muito obrigado. Não temos mais nenhuma inscrição no período antes da Ordem do Dia.-----

----- Antes de dar a palavra ao Senhor Presidente da Câmara, duas notas apenas: uma que diz respeito à Assembleia Municipal e ao seu anúncio. Efetivamente, vou mandar colocar na página a previsão de todas as reuniões, sendo certo que, desde 17 de fevereiro, neste caso, todos os cidadãos, via edital, tiveram conhecimento que esta Assembleia decorria hoje e que o último ponto era exatamente intervenção do público em cumprimento do artigo 49º, n.º 1 da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação dada pela Lei n.º 66/2020, de 04 de novembro, portanto, no que respeita à Assembleia Municipal as regras são cumpridas. Estou a falar da Assembleia Municipal!-----

----- Uma outra questão que devo referir, porque é importante, não se trata, neste caso do cidadão Fenando Ramos, mas do Presidente da Assembleia Municipal, que deve reconhecer, que no dia 25 do presente mês, a questão seguinte: Senhor Presidente da Câmara, quero publicamente agradecer-lhe a deferência que teve para com esta Assembleia, na minha pessoa, em representá-lo nos cumprimentos aos Estandartes dos Bombeiros Voluntários de Montemor-o-Velho e também de Ponte de Lima, bem como na revista à formatura dos Bombeiros. Foi um gesto que sinceramente apreciei porque a Assembleia Municipal pode e deve representar o Município nas Cerimónias que o mesmo entender e, dizer ao Senhor Presidente da Câmara que, ao ser a primeira vez, fico, evidentemente se assim o entender, disponível para que isso possa acontecer outras vezes. Muito obrigado Senhor Presidente, e julgo que é um gesto que o Senhor Presidente teve para com a Assembleia Municipal, neste caso na minha pessoa, mas que honra esta Assembleia.-----

----- O Senhor Presidente da Câmara tem a palavra!”-----

----- Tomou a palavra o PCM dizendo: “Muito obrigado, saúdo o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, na sua pessoa cumprimento todos os membros da Assembleia, a mesa, colaboradores, dirigentes e também os Senhores Vereadores.-----

----- Vou dar início então às explicações que me foram solicitadas. Neste caso, não foi solicitado, mas, na minha opinião, o membro Bruno Ferrão tem que esclarecer um pouco melhor o Plano que pede.-----

----- Este não é suficientemente esclarecido, nomeadamente, porque mistura todo um

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO***Sessão ordinária de 2023, fevereiro, 28***

conjunto de conceitos que não são da mesma categoria. Provavelmente, estará a referir-se a um Plano de Mobilidade e, eu não estou a falar mal, eu estou apenas a tentar perceber melhor aquilo que pretende. Um Plano de Mobilidade, um plano que aí já abrangerá todo o conjunto de questões que colocou. -----

----- Não tenho nenhum problema, só lhe queria chamar a atenção que, para a elaboração de um plano destes e que não pode ser feito por nenhum colaborador do Município, uma vez que, não é feito por políticos, mas sim por técnicos e, existem muito poucos, dois ou três a nível nacional. É uma dificuldade imensa encontrar este tipo de especialistas em matéria de transportes e mobilidade. -----

----- Portanto, eu estou disponível e quero que saibam que para a elaboração de um Plano de Mobilidade, se bem que existem aqui muitos conceitos misturados e, cada coisa tem que ser tratada no seu devido lugar. Permita-me só dizer-lhe que, muito em breve, vamos iniciar a reformulação da rede de transportes públicos do concelho, com a contratação de um especialista que temos tido alguma dificuldade em que ele nos venha ajudar, porquanto, é imperioso resolver um problema gravíssimo que é o que hoje em dia as empresas de transportes públicos estão a solicitar no âmbito da região, e em todo o país, que é o “défice de exploração”.

----- O défice de exploração no Município de Montemor-o-Velho ascende a cerca de 600 mil euros, em números redondos ainda não confirmados e, por isso, é urgente rever este plano de transportes rodoviários coletivos de passageiros porque, efetivamente, é um valor absolutamente exorbitante. Isto quer dizer que, e para perceberem e para o Senhor membro Bruno Ferrão perceber que eu não estava a falar contra aquilo que disse, estava inclusivamente a agradecer a disponibilidade da sua Bancada para falarmos sobre este assunto, uma carreira de transporte público logo que arranca são 30 mil euros, números redondos e depois se só transporta um passageiro durante a rota, estão a ver o prejuízo que isso não é. Sendo certo que está mais ou menos consensualizado que o *break even* será na meia ocupação da carreira. Ora, anos e anos e dias e dias com carreiras a transportar uma ou duas pessoas por dia, essas linhas terão que ser suprimidas. -----

----- Para além disso, temos uma situação que me preocupa de forma muito intensa que é o facto de, para além dos tais 600 mil euros, já termos gastado cerca de 500 mil euros em transportes escolares. Estes valores somados são um valor verdadeiramente exorbitante, porque, efetivamente, por reclamação e reivindicação dos pais e, também, das diversas Bancadas nesta sala, se calhar não neste mandato, porque o problema neste momento está mais ou menos pacífico, mas lembro-me que nos meus mandatos anteriores, essa era uma

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO***Sessão ordinária de 2023, fevereiro, 28***

reclamação sempre premente, com a qual eu concordei e subscrevi que os alunos não podem estar duas horas no autocarro antes de irem para as aulas. -----

----- Na realidade, esta é uma situação que também temos que corrigir e a tal reformulação das linhas de transporte público e rodoviário têm que ser uma premência e uma prioridade neste final de mandato. -----

----- Vamos, provavelmente para a semana, auscultar o Professor Álvaro Costa, para que nos possa ajudar, inclusivamente a fiscalizar a empresa que aqui presta serviço. -----

----- Nessa medida, a questão dos transportes públicos está respondida. -----

----- Quanto aos transportes ferroviários, não é competência da Câmara Municipal e, muito dificilmente, a Câmara Municipal, a Comunidade Intermunicipal ou os Municípios todos juntos conseguem reclamar o que quer que seja de uma estrutura que é muito nacional, muito fechada e muito cheia de privilégios. -----

----- O *Sit Flexi* está a funcionar bem, gostaria que ele fosse mais implementado, o transporte a pedido será o futuro para muitas das regiões do nosso concelho e gostaria que o continuassem a divulgar. -----

----- A questão dos traçados e das vias para a mobilidade terrestre em Montemor-o-Velho, na verdade, também não podia estar mais de acordo, podemos sempre discutir com a oposição e com quem quer que seja e todos os contributos são válidos, no entanto, quero chamar a atenção que o Município de Montemor-o-Velho não faz uma única estrada e não mantém, mas sim prioriza e faz tudo de acordo com os Presidentes de Junta que estão no terreno e que estão sempre, sempre, muito mais próximos da realidade. -----

Temos vindo, se calhar erradamente, pois deveríamos deixar a decisão para os políticos das Assembleias e do Executivo Camarário, não sei, mas eu, até ao final do meu mandato, não prescindo de colaborar com os Senhores Presidentes de Junta e é assim que vou continuar. Sendo certo que também estou disponível para receber como boas todas as sugestões que me queiram colocar em relação aos traçados e às estradas que são alcatroadas ou não. Não concordo que sejam ações desgarradas ou que tenhamos as estradas cheias de buracos e tudo isso não me parece que seja uma realidade tão caótica como aqui deixou. Devia ter visto o que eu vi quando entrei para a Câmara, aí sim, costumava dizer e aproveitar uma imagem, pois parecia a face da lua, tantas eram as crateras e parecia que tínhamos sido atingidos por meteoritos, mas pronto. Se calhar essa memória está curta e, naturalmente, que, em pleno inverno e já assumi aqui, não há nenhum Presidente de Câmara que diga o contrário. Eu vou sair daqui e outros virão e vão dizer rigorosamente o que eu estou a dizer: no inverno vai haver

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão ordinária de 2023, fevereiro, 28

buracos em todo o lado, e temos uma equipa de betuminosos que é excelente, é extraordinária e não posso deixar de postar o meu elogio público a essa equipa da Câmara que tem feito um trabalho excelente. -----

----- É evidente que há aqui um conjunto de situações e, neste caso, eu tenho reclamado insistentemente junto da ABMG, estes sim são os problemas que nós temos, que são os cortes que fazem na estrada para as baixadas e para as roturas, mas também não é justo, muitas das vezes, as roturas têm que levar o abatimento necessário para depois serem alcatroadas e, na realidade, ainda não chegámos ao ponto de ter essa capacidade de podermos resolver isso de forma atempada. Lá chegaremos e haveremos de resolver essa questão com a ABMG e com as outras entidades, uma vez que também há outras entidades que fazem cortes na estrada, não é só a ABMG, nomeadamente, as empresas do gás, a EDP e todo um conjunto de entidades porque essas situações têm o seu tempo para levar o seu abatimento normal e só depois é que se pode alcatroar definitivamente.-----

----- Quanto à intervenção do Fernando Curto, estou de acordo com ele quanto à Homenagem a Afonso Duarte, uma personalidade importante no nosso concelho e no panorama literário português, concelhio e nacional.-----

----- Quanto à questão colocada pelo membro Patrício Duarte, fiquei um pouco surpreendido com esta intervenção. O Município só tem duas pessoas a recibo verde na área da Educação, que são as duas colaboradoras do insucesso escolar, que, por natureza, é um projeto da Comunidade Intermunicipal, por natureza tem que ser assim, não podem ser integradas no quadro, nem faz sentido que se integrem no quadro uma vez que é um projeto financiado, portanto não sei, nós estamos acima dos rácios, nas escolas e nos jardins-de-infância e, portanto, não entendo a sua intervenção.-----

----- Como falou do jardim-de-infância de Arazede, eu pedia ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal que autorizasse o Professor Charro a vir aqui esclarecer alguma coisa que eu possa desconhecer porque não tem nada a ver com a Câmara.”-----

----- Tomou a palavra o Chefe de Divisão de Educação, Desporto e Ensino Profissional, José Charro que disse: “Boa tarde, a todos. Em função do esclarecimento solicitado, relativamente aos jardins-de-infância de Arazede, da Bunhosa e do Tojeiro, a Autarquia não tem qualquer contratação de serviços com assistentes operacionais, a Autarquia tem em vigor um Contrato Interadministrativo, com a Junta de Freguesia de Arazede que assegura as funções de apoio à alimentação e às atividades de Apoio à Família e, portanto, não existe nenhuma prestação de serviços, por parte da Autarquia.”-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO***Sessão ordinária de 2023, fevereiro, 28***

----- Retomou a palavra o Presidente da Câmara dizendo: “Quanto à intervenção do membro Ana Valente, sobre melhoramentos na iluminação, WCs e estacionamento. Eu agradeço sempre estas sugestões, mas isto é relativo à Feira do Ano, não tem a ver com o Festival do Arroz e da Lampreia, penso que esses problemas não se colocam, é a primeira vez que ouço falar em problemas com a iluminação. Nos últimos festivais, como o Festival do Arroz e da Lampreia, com WCs que temos sempre, estacionamento desconheço em absoluto e acho muito improvável que haja problemas de estacionamento, isso colocou-se na Feira do Ano antecedente, por causa dos constrangimentos da obra, uma vez que tínhamos a Frente Ribeirinha em obra, tínhamos um conjunto de situações que provocaram estes constrangimentos. -----

----- Peço desculpa, Dra. Ana Valente, mas não se aplica ao Festival do Arroz e da Lampreia. Eu agradeço os alertas, mas estes têm que ser condizentes com aquilo que é a realidade, mas eu agradeço de qualquer forma o alerta e, estou a ser honesto, nunca tivemos nenhuma reclamação sobre isto. -----

----- Em relação à questão da lampreia, dar nota do seguinte: a lampreia não é comandada pela Câmara e ainda não conseguimos monitorizar as mesmas e, por isso, não conseguimos resolver este problema. Eu estou a fazer ironia, sem maldade, a Dra. Ana Valente não leve a mal e já disse isto noutros fóruns. Eu percebo a sua preocupação, mas devíamos ter preocupado mais cedo quando permitimos que apanhem o meixão, que apanhem os alevins de pequeninos, que são enguias e também lampreias e, quando construímos ou deixamos construir obstáculos permanentes no rio ou quando nos portamos mal com o clima e com ações que afetam e que produzem as alterações climáticas, naturalmente que vamos ter menos lampreia e vamos ter menos lampreia durante muitos anos. Vamos ter, também, alterações no seu ciclo normal de subida do rio e aquilo que lhe quero dizer é que é completamente imprevisível, ouvimos alguns especialistas na matéria, a lampreia não vai acabar, não é isso que está em causa, no entanto, não é previsível a altura que vão chegar. -----

----- Com as alterações climáticas, com todo o conjunto de situações que ocorreram no passado, provavelmente, vamos ter algumas dificuldades em ter lampreia. -----

----- Nós tínhamos que optar por fazer ou não o Festival, mas, como já alterámos o conceito do Festival, o Festival não é só o Festival do Arroz e da Lampreia, e há muita gente que vem ao Festival não só por causa da lampreia, mais de metade das pessoas que vêm ao Festival não come lampreia, portanto, é o Festival do Arroz e da Lampreia e dos Sabores do Campo e do Rio.

----- Alteramos e promovemos um conjunto de produtos endógenos no Festival do Arroz e da Lampreia que nos permite ter uma oferta mais alargada. -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO***Sessão ordinária de 2023, fevereiro, 28***

----- O que peço ao membro Ana Valente e a todos é que avisem as pessoas no sentido, e esse apelo também o fiz na imprensa, de reservarem e virem “pela certa”. Façam a sua reserva e, nessa perspetiva, não correm riscos porque ainda há pouca lampreia e a que há é cara e não se devem surpreender com o preço. Nós temos visitas de pessoas do Minho e do Algarve a visitar-nos e, por isso, devem reservar para terem a sua refeição garantida.-----

----- Quanto à Intervenção do membro Ana Cristina Jorge relativamente ao Castelo Mágico, existe aqui uma questão prévia que eu quero esclarecer. O Castelo Mágico é um projeto comercial, singular, que tem a ver com uma coisa muito simples: nós não temos os direitos de autor das figuras e de todo o *Layout* do Castelo Mágico, da ideia do Castelo Mágico, embora tenha dado significantes contributos, mas nós não temos os direitos de autor deste evento.----

----- Este evento tem que ser realizado por uma empresa profissional, os eventos comerciais ou os eventos desta natureza têm que ser realizados por pessoas que saibam e que lidem com regras muito precisas de segurança, de todo um conjunto de serviços que têm que ser prestados e que não estão ao alcance dos trabalhadores do Município, não é como organizar, por exemplo, o Festival do Arroz e da Lampreia ou mesmo a Feira de Ano, não tem nada a ver com isso, tem a ver com um conjunto de requisitos que não nos é possível alcançar e realizar. -----

----- Fizemos um inquérito, houve muitas pessoas que visitaram o Castelo Mágico, sabemos quais são os problemas e não eram estes os problemas. Penso que focou muito a questão das visitas das crianças das escolas e o conjunto de reclamações que produziu é sobre essa matéria.

----- Peço à Senhora Vereadora e, também, a quem vai organizar o próximo Castelo Mágico, da parte da Câmara, que tome a devida nota das recomendações que foram feitas e que agradeço. Não vou verificar as situações apresentadas, mas há situações que acho estranhas, nomeadamente, a bilheteira reclamar porque trazem moedas, isso é ridículo, não sei quem fez isto, mas já nada me surpreende. -----

----- A vinda das crianças das escolas não tem a ver com o comboio do Castelo Mágico. O comboio não pode ser para transportar as crianças das escolas até ao Castelo. Há uma organização do comboio, nós não podemos, quando estamos a lidar com um evento desta natureza, “inventar”. O comboio serve para resolver um problema concreto que temos que é a distância do estacionamento ao Castelo. -----

----- Como é que nós resolvemos essa questão? -----

----- Primeiro, alugávamos o comboio, depois vimos que o custo era elevado e resolvemos adquirir o mesmo, pois é uma forma interessante e bonita de resolver o problema da distância.

----- Essa é a razão de ser do comboio. É evidente que é uma grande diversão para as crianças,

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO***Sessão ordinária de 2023, fevereiro, 28***

eu estou de acordo, todas as crianças querem andar no comboio, mas não é esse o seu propósito. -----

----- Efetivamente, e vou-lhe dizer, tem toda a razão, eu próprio fiquei indignado, revoltado, porque investimos muito, trabalhamos muito para que as coisas corram bem e esta história dos meninos estarem fechados no autocarro foi algo que me indignou porque foi decisão da segurança. A segurança é que decidiu ou melhor “inventou”. Isto só aconteceu um dia ou dois, pedi desculpa, é o que posso pedir, não foi culpa nossa, foi algo que nos foi reportado que estava a acontecer e foi “invenção” de alguém que decidiu que era assim. Não tinha instruções nesse sentido, nós não programámos nada disso, nos outros anos funcionou bem. A pessoa que liderava a segurança, contra a empresa e contra tudo, só nos apercebemos quando começámos a ter reclamações. São coisas que nos ultrapassam. -----

----- Fico com alguma tristeza e vou interpelar a empresa quanto à questão das dificuldades de falar com a empresa organizadora. Mais uma vez, agradeço esta crítica porque eu quase que obrigo os meus colaboradores e dirigentes a estarem presentes no Castelo Mágico e nos eventos, precisamente por causa destas situações. Eu estranho muito isto, mas de qualquer maneira, vou dar como boa a recomendação porque não tenho razões para o contrário, mas os meus colaboradores que me estão a ouvir têm aqui um exemplo, que é necessária a sua presença no evento. Quem teve essa dificuldade deveria ter-se dirigido ao representante do Município, que esteve sempre presente, para não acontecerem estas questões.-----

----- Penso que falei sobre tudo, o resto será para tomarem a devida nota. -----

----- Igreja da Misericórdia. Congratular-me igualmente como pude expressar na minha intervenção, desde 2004/2005 que ando “atrás” destas obras e que, para mim, eram quase que uma indignidade haver azulejos, que não são também especiais, mas são muito bonitos e basta isso, presos com fita-cola e ver o estado dos tetos. -----

----- Eu, na altura, como cidadão, reclamei e fiquei muito feliz de poder ajudar e de poder concretizar. Aqui está um bom exemplo de um excelente trabalho da Misericórdia de Pereira, do Provedor, da Mesa e de todas as pessoas que colaboraram. -----

----- Quanto à questão das Piscinas Municipais, peço novamente autorização ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal a intervenção do Professor Charro, pois eu nem sei se há algum privilégio para pessoas com Cartão Sénior, privilégio no ponto de vista de ocupação ou de prioridade e não me parece existir qualquer fundamento nesta crítica ou neste alerta. -----

----- A frequência é livre, assim penso que está a ser, só se eu desconheço alguma questão, que também é possível. Nós temos pessoas de fora do concelho a procurar a nossa Piscina e,

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão ordinária de 2023, fevereiro, 28

por isso, estou a achar estranha esta questão. -----

----- Senhor Professor Charro, o que o Senhor membro da Assembleia pede é que explique as condições de acesso à Piscina.” -----

----- Retomou a palavra o Chefe de Divisão de Educação, Desporto e Ensino Profissional, José Charro, dizendo: “Boa tarde novamente. Eu estou um bocadinho espantado com o que foi dito aqui pelo membro António Augusto Torres porque, neste momento, eu tenho comigo os números do dia de hoje, nós temos ainda, em particular para adultos, duas turmas, à segunda e à quinta-feira, as 18.45h e às 19.30h, com 14 vagas por ocupar, estamos a falar de natação para adultos. No total, a Piscina, neste momento, tem 533 utilizadores, estamos dez por cento acima da ocupação que existia quando a Piscina encerrou, em 2020. Como disse, ainda existem turmas com vagas por ocupar. Também existem pessoas em lista de espera, mas não existe nenhuma condição melhorada para os detentores do Cartão Sénior.” -----

----- Retomou a palavra o PCM que disse: “O que o Senhor membro quer saber é o quê que as pessoas têm que fazer para poderem frequentar essas aulas.” -----

----- Tomou novamente a palavra o Chefe de Divisão de Educação, Desporto e Ensino Profissional, José Charro dizendo: “Só têm que se dirigir ao Balcão da Piscina Municipal e inscreverem-se nestes dois horários em particular, que foram os horários de adultos que julgo que referiu, temos estes dois horários, onde existem ainda, num horário, 6 vagas e, no outro, 7 vagas.” -----

----- Tomou a palavra o PMAM dizendo: “Peço desculpa, eu não gosto de abrir precedentes, mas vou dar, excecionalmente, dois minutos ao membro António Augusto Torres para dizer se está esclarecido ou não ou se quer acrescentar mais alguma coisa.” -----

----- Tomou a palavra o membro António Augusto Torres dizendo: “Com a minha questão quero, simplesmente, colaborar e não complicar. O colaborar é perceber como funciona. Eu fui à Piscina Municipal para me poder inscrever e, no horário que eu tinha disponível para poder frequentar as aulas, só podiam ser frequentado por quem tivesse Cartões Seniores. Entretanto, e tendo sido frequentador das piscinas através das aulas da hidrogenástica, havia horários compatíveis para quem pudesse, após os horários laborais, poder haver esse funcionamento. -

----- A pergunta é muito simples: será que nesses horários pós-laborais existe o funcionamento da piscina? Por aquilo que sei e por aquilo que me disseram, existe esse horário, mas através de clubes associados às piscinas. -----

----- Portanto, posso estar equivocado, coloquei essa hipótese, mas estou aqui para poder ser esclarecido e, a meu ver, nas Assembleias, quando não sabemos, temos o direito de colocar

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão ordinária de 2023, fevereiro, 28

questões e de ter alguém que as esclareça. -----

----- Faltou-me só um pormenor e, já agora, aproveito e digo que, na altura, quando foram encerradas as piscinas, estava para ser aprovado o Regulamento das mesmas. -----

----- Pergunto se, neste momento, o Regulamento das Piscinas está em discussão pública para ser feita a sua aprovação?" -----

----- Tomou a palavra o PMAM dizendo: "Vou dar a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal. No entanto, quero referir que este é o meu receio de abrir exceções. Se repararam, é sempre acrescentado algo mais e temos que ser, também, autodisciplinados." -----

----- Retomou a palavra o PCM que disse: "Antes de passar a palavra ao Professor José Charro, gostaria de deixar aqui uma nota, para que não haja confusões. -----

----- Em relação à questão colocada pelo membro António Augusto Torres, dar nota que a existências dos clubes e a sua colaboração (penso que de momento temos dois clubes que querem colaborar connosco) tem a ver com uma coisa muito simples e muito objetiva: os professores das piscinas têm horários e nós não podemos sobrecarregá-los mais e alguns já têm uma carga muito elevada porque eles têm que ter um período de descanso. -----

----- A colaboração, contrariamente ao que pensam, não é por ter vontade de concessionar as piscinas a clubes, não tem nada a ver com isso, é sim porque eles dão-nos uma ajuda preciosa. Portanto, nós não temos capacidade, com o número de professores que temos, a não ser que continuemos a colocar trabalhadores, mas não faz sentido, de assegurar todos os horários existentes. -----

----- Aquilo que esses clubes fazem é muito bom e precioso para nós. -----

----- Mais, há uma condição, nesta parceria "informal", que é uma parceria que tem que estar consumada, portanto, existe um Protocolo que é, nos horários nobres, nós não precisamos de ajuda porque esses horários são muito procurados. Nós precisamos de ajuda é para ocupar todo o resto. Estamos a fazer um trabalho, aproveito para dar um elogio à Senhora Vereadora Diana Andrade que me convenceu a ceder nessa questão, que é darmos uma experiência gratuita aos alunos do Pré-Escolar, isto para os incentivar a começar a ter boas práticas desportivas. E porquê? Porque nós temos uma perda de cerca de 16 mil euros, mas compensa o estímulo à boa prática desportiva, ao uso da piscina e vai ocupar a piscina nos horários "mortos" e, nessa sequência, conseguimos rentabilizar ao máximo. Eu consigo fazer um equilíbrio entre o que perco e o que ganho, ou seja, tenho ali uma infraestrutura pesada que dá um grande prejuízo ao Município, portanto, por mais que eu queira inventar vai sempre dar prejuízo, mas eu consigo, de certa forma, compensar esse prejuízo. -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO***Sessão ordinária de 2023, fevereiro, 28***

----- Era esta explicação que eu queria dar para que não ficassem dúvidas, a colaboração dos clubes é preciosa porque não tenho recursos humanos, nem posso ter, para assegurar todo o período útil de utilização da piscina.” -----

----- Tomou a palavra o Chefe de Divisão de Educação, Desporto e Ensino Profissional, José Charro dizendo: “Relativamente à questão da piscina, gostava de deixar aqui dois ou três esclarecimentos que considero importantes, complementando aquilo que o Senhor Presidente também já referiu. -----

----- A piscina tem um horário de funcionamento das nove da manhã às dez da noite. Neste horário de funcionamento, mais de cinquenta por cento das horas de aulas diárias são asseguradas por recursos da Autarquia.-----

----- Neste momento, efetivamente em comparação com o ano 2019/2020, os recursos da Autarquia têm uma capacidade inferior de dar aulas na piscina e explico porquê. Não aumentámos o número de técnicos de desporto na Autarquia, mantivemos os mesmos, alguns deles, por razões pessoais e/ou familiares, também têm horários flexíveis que de certa forma coloca alguns problemas na sua disponibilidade na piscina, mas não é essa a principal razão. A principal razão é que, em 2019, o programa de atividades físicas sénior tinha oito polos no concelho, com aulas uma vez por semana, que eram asseguradas por estes técnicos de desporto. Atualmente, esse programa tem dezoito polos, duas vezes por semana, com os mesmos técnicos de desporto. -----

----- Para além deste programa, temos ainda o programa de atividade física nos Jardins-de-Infância, que também são assegurados pelos mesmos técnicos de desporto. -----

----- Por esta razão, evidentemente, há uma redução da disponibilidade de técnicos superiores de desporto na piscina, mas isso não significa que não estejam cobertas todas as necessidades e toda a tipologia de atividades em turmas, asseguradas pelo Município. -----

----- Por tudo isto, volto a dizer-vos, as turmas do Município, neste momento, têm 533 utilizadores, isto vai desde bebés, passando pela hidroginástica sénior, que é sobretudo para a população sénior, acontece normalmente durante as manhãs, que é quando os seniores têm maior disponibilidade e quando lhes faz melhor a atividade física. Para além disto, temos ainda as aulas de aperfeiçoamento, em todos os escalões, existem pelo menos duas aulas por semana, há duas ou três turmas que estão esgotadas, mas em quase todas as turmas ainda existem vagas e, nestas de adultos, em particular, como disse anteriormente, existem, numa turma, seis vagas e, na outra, sete.-----

----- Este trabalho é complementado pela oferta de duas organizações desportivas do

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão ordinária de 2023, fevereiro, 28

concelho, que também têm competência e capacidade para disponibilizar serviços de aprendizagem e de competição na área da natação.” -----

----- Tomou a palavra o PCM que disse: “Peço que o Professor José Charro preste esclarecimentos relativamente à questão dos transportes do Castelo Mágico, colocada pelo membro Ana Cristina Jorge, dando um complemento do que expliquei, para além do problema que tivemos com a segurança, existiram também outros problemas que eu gostaria de ver aqui esclarecidos.” -----

----- A pedido do PCM retomou a palavra o Chefe de Divisão de Educação, Desporto e Ensino Profissional, José Charro dizendo: “Para além da imposição da segurança, em não deixar subir mais que um autocarro de cada vez e terem ficado retidos um conjunto de autocarros, que fez com que atrasasse todos os outros transportes, que iriam acontecer a seguir, uma vez que, muitos destes autocarros, como compreenderão, não faziam só um serviço, faziam vários serviços, ou seja, chegavam ao Castelo e iam para outra escola buscar outros alunos, existiu também uma outra que, trouxe várias contrariedades, que foi a questão da EBI de Pereira. ----

----- Por decisão dos professores da escola e por várias razões, no próprio dia de manhã, decidiram que os alunos não poderiam ir ao Castelo Mágico naquele dia e, portanto, enquanto se decidiam se as crianças iam ou não, os autocarros estiveram na escola à espera, mais de uma hora, o que colocou em causa um conjunto de transportes das outras escolas, e que veio trazer constrangimentos nesse dia, que era um dia em que muitas escolas iriam ao Castelo Mágico. --

----- Todas estas questões trouxeram estes problemas de organização, que os serviços de educação da Autarquia estiveram presentes todos os dias no Castelo Mágico, como a Professora Ana Cristina sabe, a tentar resolver todos os problemas que iam surgindo. Foi difícil, mas estivemos sempre ali disponíveis para resolver todas as questões que foram sempre resolvidas.

----- Isto para dizer que, efetivamente, houve um problema de transportes, mas não foi só esta questão da segurança.” -----

----- Retomou a palavra o PCM dizendo: “Continuando a responder à intervenção do membro António Augusto Torres, em relação à comunicação e imagem, eu não tenho nada a opor, não tenho nenhum problema que seja divulgado, o Senhor Presidente da Assembleia fará como entender em relação a este assunto.” -----

----- Tomou a palavra o PMAM, dizendo: “Em relação a esta questão, curiosamente acabam de me informar os serviços, que nem eu próprio sabia, que aquilo que eu disse que ia acontecer já aconteceu porque já está disponível na página da Câmara Municipal, desde que nós marcamos as nossas Assembleias.” -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão ordinária de 2023, fevereiro, 28

----- Retomou a palavra o PCM dizendo: “Quanto à questão da limitação da tonelagem, não está em causa nenhum problema de segurança rodoviária, está em causa uma coisa que é muito importante, que é o abuso que estamos a ser alvo, de um conjunto de pessoas que, vale tudo nas estradas do concelho e, portanto, nós com alguma antecipação fizemos aquilo que se impunha e que visa acautelar que as pessoas que circulam pelas nossas pontes estejam seguras daquilo que ali está e, portanto, não há esforço para as infraestruturas.-----

----- Pedia a colaboração da Senhora Eng.^a Isabel Quinteiro, para vir esclarecer a questão da segurança das pontes que penso que está a acompanhar e, também, em relação à alteração da tonelagem na Ponte da Lavariz.” -----

----- Usou da palavra a Chefe de Departamento de Obras Municipais e Urbanismo, Eng.^a Isabel Quinteiro que disse: “Boa tarde, a todos. Na pessoa do Senhor Presidente cumprimento todos os presentes. -----

----- De facto, não se prende por questões de segurança da Ponte de Formoselha nem da Ponte da Lavariz, portanto, havia, de facto, um ligeiro assentamento na Ponte da Lavariz e, de forma a impedir que essa situação se agravasse, foi proposta esta limitação de tonelagem. ----

----- Não podíamos de forma alguma deixar de a colocar, também, na Ponte de Formoselha, porque quem passa na Ponte da Lavariz depois, obviamente, circula por Formoselha e vice-versa e, nesse sentido, foi ouvida a APA que concordou com essa limitação de tonelagem. -----

----- Isto prendeu-se, também, com a questão da limitação de tonelagem a veículos pesados que foi colocada no concelho todo, que penso que é do conhecimento dos Senhores Membros Municipais, para de alguma forma garantir a segurança das pessoas e dentro das povoações, essencialmente, a segurança das pessoas e mesmo a segurança rodoviária.” -----

----- Retomou a palavra o PCM dizendo: “Quanto à questão do Posto Médico de Pereira, as obras vão durar 60 dias, tem a ver com o piso que abateu e, portanto, é uma questão de segurança e estamos a restabelecer a segurança no piso.-----

----- Quanto à questão das Unidades de Saúde Familiar (USF), como sabe não é nossa competência. A solução das Unidades de Saúde Familiar (USF) neste país foi sempre uma solução bem-sucedida, trabalham bem, os utentes estão satisfeitos. -----

----- Esta Unidade de Saúde Familiar (USF) em concreto cria ali alguns constrangimentos, dos quais eu não posso, neste momento, sequer me envolver nisso, tem de partir da iniciativa dos próprios profissionais de saúde e dos responsáveis pela saúde. -----

----- Quero-lhe dizer que, quando decidi aceitar fazer as obras que iriam custar 30 mil euros e que ficaram em mais de 100 mil euros, eu já tinha em vista a possibilidade que, quando esses

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão ordinária de 2023, fevereiro, 28

tais profissionais da saúde assim o quisessem, tinham ali umas belas instalações e, penso também, que foi a disponibilidade e a posição dos Senhores Presidentes da Junta de Pereira, na altura e o atual. -----

----- Por isso, a nossa disponibilidade é incondicional para que Pereira tenha, se eles assim o entenderem, uma Unidade de Saúde Familiar (USF), mas não é uma questão que eu possa interferir, nem que possa garantir, nem que possa fazer pedidos, não posso fazer nada disso. -

----- Se me perguntarem, estou de acordo, desde que respeitados os direitos dos cidadãos, dos munícipes, desde que verifique que as coisas vão funcionar bem, que eles não percam direitos, para mim, estamos sempre disponíveis para essa situação.-----

----- Quanto à intervenção do Senhor membro Paulo Galvão no que diz respeito à Ponte da Lavariz, sempre que estou com o Senhor Ministro lhe falo nisto, sempre que estou com o Vice-Presidente da APA lhe falo nisto, porque estamos a pagar e, portanto, a Ponte da Lavariz é algo que me preocupa. -----

----- O Presidente da APA não é uma pessoa que se veja, mas isso não é um problema meu, não tem a ver comigo, mas o Vice-Presidente é uma pessoa muito solícita e que frequentemente está em ligação comigo e, portanto, sempre que estamos juntos, falo-lhe na Ponte da Lavariz, porque custa muito dinheiro manter a mesma. -----

----- Está em fase final para lançar procedimento, as últimas informações que tenho são estas, não sei se já há mais alguma novidade. -----

----- Quanto à questão da Ponte Pedonal do Casal Novo do Rio, já dei há muito tempo ordens aos serviços para que a mesma seja reparada. Gostaria que o Senhor Arquiteto Pinheiro, que é o responsável pela Logística, pudesse vir aqui esclarecer o Senhor membro Paulo Galvão.”-----

----- Tomou a palavra o Arquiteto Pinheiro, Diretor do Departamento de Cultura e Equipamentos Municipais da Câmara Municipal, que disse: “Boa tarde. Relativamente a este assunto, os serviços da logística aguardam a entrega do material para proceder à execução por administração direta.-----

----- Como sabem, em tempos já fizemos uma pequena intervenção e, verificamos que o estado da Ponte era demasiado frágil, pelo que, tivemos que fazer uma nova encomenda, um novo procedimento e, neste momento, estamos a aguardar a entrega do mesmo, uma vez que, nesta fase as empresas encontram-se com dificuldades na entrega dos materiais.” -----

----- Retomou a palavra o PCM que disse: “Esta questão tem a ver com o tipo de material que se encomendou. Como sabem há materiais que não estão disponíveis no mercado, em face dos constrangimentos da guerra da Ucrânia e, de todo um conjunto de situações, que estão a

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão ordinária de 2023, fevereiro, 28

ocorrer no País. -----

----- Penso que da minha parte está tudo esclarecido, Senhor Presidente.” -----

----- **Ponto 2. Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara, nos termos da alínea c), nº 2, do art.º 25º do Anexo I, da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro, na sua atual redação.** -----

----- Retomou a palavra o PMAM dizendo: “Muito obrigado. Passamos então ao ponto dois da Ordem de Trabalhos. O nosso Regimento que V. Exas aprovaram por unanimidade, diz que o período antes da Ordem do Dia deve durar sessenta minutos e, se vocês verificarem, levamos quase cento e vinte minutos só nesse ponto. -----

----- Com o beneplácito que tenho tido sempre, no ponto número dois da Ordem de Trabalho, eu dou a oportunidade de falarem, outra vez, naquilo que já falaram. Mas, relembro aquilo que disse na última Assembleia Municipal: não vou autorizar réplicas nem tréplicas, porque, como perceberam, não nos leva a lado nenhum, nem a solução nenhuma. -----

----- Portanto, tem a palavra o Senhor membro Patrício Duarte que foi quem primeiro se inscreveu.” -----

----- Usou da palavra o membro Patrício Duarte (Coligação Unir pela Mudança) dizendo: “Muito obrigado Senhor Presidente. Na página da Câmara Municipal está o Regulamento sobre o Pré-Escolar e, este, no artigo 4º, nas obrigações da Câmara Municipal de Montemor-o-Velho, no ponto 1: “Disponibilizar, sempre que seja acordado com as entidades prestadoras de serviço ao nível dos Recursos Humanos e de material de desgaste.”; no ponto 3: “Promover a colocação de pessoal responsável pelo prolongamento de horário nos estabelecimentos onde isso tenha sido acordado”. Claro que, como disse na minha intervenção, sei que este Regulamento está desatualizado, e que neste momento é a Junta de Freguesia de Arazede que assume.” -----

----- Tomou a palavra o Presidente da Câmara que disse: “O Senhor membro Patrício Duarte não quer reformular a questão aqui colocada?” -----

----- Retomou a palavra o membro Patrício Duarte (Coligação Unir pela Mudança) que disse: “Vou então reformular aquilo que disse, para fazer um pedido ao Senhor Presidente da Câmara, para tentar perceber qual é a dificuldade que a Junta de Freguesia de Arazede, e eu tenho conversado muito com o Senhor Presidente da Junta, o Senhor Paulo Costa, por quem eu tenho o maior respeito, mas tentar perceber porquê que estas pessoas, continuarem a recibo verde.” -----

----- Tomou a palavra o membro Bruno Ferrão (Coligação Unir pela Mudança), que disse: “Depois de apreciada e analisada a informação escrita do Senhor Presidente da Câmara, pouco se retira. Não há obra nova ou planos de obras estruturantes, para o nosso concelho. -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão ordinária de 2023, fevereiro, 28

----- As nossas Assembleias Municipais reduzem-se a debater as festas que vão acontecendo. Vamos de festa em festa, como se a Câmara Municipal fosse algum Grémio Cultural. Já temos o Festival do Arroz e da Lampreia para o início, a Feira do Ano em Setembro, o Castelo Mágico no final do ano e, deixo aqui a sugestão da criação da FESTA DO MEIO!-----

----- Uma nova festa, para o Executivo Municipal poder tirar fotos e abrir garrafas no meio do ano.-----

----- Dizer também que da apreciação escrita, retira-se que a Câmara Municipal preside a ADELO no biénio 2020-2022. Questionamos, qual a duração do mandato e se no próximo mandato tem intenção de continuar na presidência.-----

----- A ADELO é um organismo intermédio de gestão e aplicação de fundos comunitários. Atualmente estamos em fim de programa Portugal2020 e no início do novo programa Portugal2030. A aplicação de fundos europeus é essencial para o desenvolvimento regional e quebra dos desequilíbrios entre regiões. Deve a ADELO ter uma especial atenção para as empresas do Concelho de Montemor-o-Velho, abrindo candidaturas e programas que se adequem e possam alavancar a nossa economia local.”-----

----- Tomou a palavra o PCM que disse: “A primeira questão, eu sei que o Senhor Presidente da Assembleia não gosta, mas eu tenho o direito que, é para mim constrangedor, eu não sei que contrato interadministrativo o Senhor membro quer que eu fiscalize e o quê que quer que seja fiscalizado.-----

----- Gostaria que essas questões fossem esclarecidas e, eu de imediato darei ordens para se fiscalizar aquilo que pretende, portanto, não tenho nenhum problema com isso, mas tem que me denunciar a situação concreta, para eu mandar fiscalizar e daí tirar consequências.-----

----- Se for esclarecida qual é a questão, tomarei medidas concretas, se não for, eu ou os serviços faremos a fiscalização normal, existe um gestor de contrato.-----

----- Gostaria também de me pronunciar sobre uma questão que me parece injusta. É evidente que a oposição critica sempre o Presidente da Câmara, o Executivo, dizendo que não fazem nada, que não há obra, que não há projetos e, quanto a isso, não tenho nenhum problema.-----

----- Ainda hoje aqui foi dado um exemplo da ocupação dos professores da Piscina Municipal, não sei se repararam. Aquilo que exigimos dos nossos colaboradores, o trabalho que é feito, eu quero referir que aquela ocupação que os seniores em movimento têm, dos polos, aquilo não existia, esse trabalho com os seniores não existia no passado.-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão ordinária de 2023, fevereiro, 28

----- Daqui me quero penitenciar, a mim podem-me criticar à vontade, eu não vou a eleições, não tenho nenhum problema com isso e já ganhei as eleições que tinha que ganhar e as pessoas respeitam-me enquanto tal, não tenho nenhum problema. A questão que se coloca aqui é que, no meio desta história toda, estamos a criticar as pessoas que trabalham muito na Câmara Municipal e eu quero aqui fazer uma *mea culpa* porque nós “exploramos” muito os trabalhadores da Câmara. Contrariamente ao que dizem, os trabalhadores da Câmara não são uns caleceiros, uns preguiçosos, eles trabalham muito. Porque assegurar o serviço público não é brincadeira, ou seja, as pessoas estão cada vez mais exigentes, trabalhamos em diversas frentes, a Câmara de Montemor-o-Velho é exemplo em muitos sítios, muitos dos nossos projetos são replicados na região, eu não tenho nenhum problema com isto, não estou a fazer campanha eleitoral, mas acho injusto que se reduza o trabalho da Câmara às festas.-----

----- Quanto ao que foi dito, “...de festa em festa, crie-se “A Festa do Meio”...”, diga-me a sua sugestão que eu faça-a, se esta tiver interesse para a promoção do Concelho. -----

----- Já de agora, quero dar uma nota que me parece importante. -----

----- Há concelhos que têm a sorte de ter grandes empresas e ter grandes alternativas para que possam ser líderes na sua região, eu, infelizmente, estou metido no meio da cidade de Coimbra e da cidade da Figueira da Foz e os estudiosos que estudam as afirmações das cidades e dos territórios, dizem que, quando isto acontece, há um efeito tenaz que comprime a cidade do meio. -----

----- Portanto, fico muito satisfeito quando eu consigo meter a cabeça de fora, seja pelas Festas, e por essa “Festa do Meio”, que estou disponível para organizar porque se essa Festa do Meio trouxer animação à economia local e, eu vou dar o exemplo do Festival do Arroz e da Lampreia, que nem fui eu que o criei, nem o inventei, só o reinventei. O Festival esgota a restauração, a quantidade de pessoas que visita Montemor, a quantidade de pessoas que visita os nossos eventos, isso traduz-se numa animação importante da economia local.-----

----- É verdade que eu gostaria de ter um Concelho assente noutra tipo de estrutura económica, de infraestrutura económica, mas isso tinha que ser feito no passado.-----

----- E aquilo que eu queria dizer é que, por mais barulho que façam quando eu estou a intervir, a Zona Industrial de Montemor-o-Velho tinha uma empresa a laborar quando eu cheguei à Câmara, a Zona Industrial de Arazede nem sequer existia. Eu não resolvi o problema da estrutura económica de Montemor, mas há uma coisa que fiz: eu acelerei o tempo nessa matéria. -----

----- Portanto, quando dizem que é festa em festa, eu não tenho nenhum problema em

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão ordinária de 2023, fevereiro, 28

assumir que faço festas, mas quando quiserem discutir números, também estou disponível e não tenho medo nenhum desta situação. Eu, no passado, fui Vereador e vi festas que custavam mais naquela altura do que custam as que eu realizo agora e não tinham o impacto, nem a dimensão, que hoje conseguimos alcançar com os nossos eventos.-----

----- Eu gostaria de que, quando se fala nisto, se falasse com uma crítica como fez o membro Ana Cristina Jorge, aceita o Castelo Mágico, vamos melhorar, uma recomendação. Se falasse numa crítica nestes moldes, eu aceitaria. -----

----- Mas não pode dizer que o Castelo Mágico é uma festa, sim é verdade, gastamos dinheiro com o evento, mas eu tive oportunidade, no âmbito da Comunidade Intermunicipal, de visitar uma cidade que vive só de eventos, vive em festa todos os dias, chama-se Gramado, no Brasil. -----

----- O orçamento da empresa Municipal que trata dessas festas é de 10 milhões de dólares. Há trinta anos, essa cidade era um centro de pastagens de bois, as pessoas paravam naquele local para os bois descansarem no caminho que faziam para o porto. -----

----- São perspetivas! -----

----- As indústrias criativas, as indústrias da cultura, as indústrias dos eventos são uma forma de atrair pessoas.-----

----- Quero dizer-lhe que, na Bolsa de Turismo de Lisboa – BTL, nós vamos promover os nossos eventos, queremos que as pessoas visitem Montemor e, portanto, é uma abordagem que pode ser feita ou não, mas, enquanto eu aqui estiver, vamos apostar nos eventos, vamos apostar na vinda de pessoas, já chega de, “orgulhosamente sós”, com projetos megalómanos, que nos consomem recursos avultadíssimos e, que nós nunca vamos conseguir alguma vez rentabilizar, que são as tais grandes obras que eu herdei do passado. -----

----- Nunca na vida, nenhum Presidente vai conseguir chegar ao *break even*, nalgumas infraestruturas que aqui foram construídas. -----

----- Portanto, não tenho nenhum problema, fiz as minhas opções, fui julgado por elas, mas estou à vontade nesta situação. -----

----- Peço, no entanto, aos membros da Assembleia Municipal de todas as Bancadas, que tenham respeito pelos trabalhadores porque é-lhes exigido muito. Em todas as ações que eles fazem, nem tudo está bem, nem tudo corre bem, mas esta é uma realidade para mim, incontornável e, quando dizem que esta gente anda toda em festa e, que não fazemos nada, é uma falta de respeito para com os trabalhadores e, claro, já não falo de mim nem do meu Executivo.-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO***Sessão ordinária de 2023, fevereiro, 28***

----- Em relação à ADELO, eu por acaso fico surpreendido com este tipo de interpolações, mas pronto. Fui recentemente eleito em votação secreta como Presidente da ADELO e não é que eu queira acumular cargos, não tem nada a ver com isso. Como sabem, há um sistema de rotação de cargos nestas instituições, chegou a minha vez e eu não “neguei fogo”, não é por estar na CIM, não é por estar na ABMG, só me “sai do corpo”, como se costuma dizer e passo a expressão, não tenho vida própria, não tenho um único minuto livre da minha vida para além disto. Felizmente, estou sozinho e bem acompanhado e, tenho a vida toda para me dedicar às causas, sendo certo que, com muito orgulho, farei o meu papel na ADELO.-----

----- Tenho por hábito não falar das Instituições fora das mesmas, estou disponível, Senhor Presidente da Assembleia, para trazer aqui a equipa da ADELO para explicar aos Senhores Membros da Assembleia aquilo que se avizinha no futuro para os DLBCs e para os GAL.-----

----- Infelizmente, o Governo do nosso País retirou toda a importância que estes DLBCs tinham na implementação de Fundos Comunitários. Contra a minha vontade, já me insurji em relação a este assunto com a Senhora Ministra da Coesão, disse-lhe que era um erro tremendo, os DLBCs são muito importantes nas economias locais, nos pequenos projetos, nos pequenos investimentos e reduzir o seu âmbito de ação à agricultura e ao Ministério da Agricultura parece-me muito redutor e, nessa perspetiva, insurjo-me contra aquilo que foi decidido, e não tenho nenhum problema em assumir isso publicamente, assumi na CIM e assumo-o também aqui. ---

----- Quanto à questão de trazer mais projetos para Montemor, gostaria de fazer aqui uma correção: a distribuição das candidaturas pressupõem duas ou três notas que eu quero aqui esclarecer. Primeiro o tecido empresarial, as entidades têm que se candidatar, com bons projetos, com projetos elegíveis, com projetos que se enquadrem nos programas de candidatura. Para isso, e estão aqui presentes os Senhores Presidentes de Junta, estão aqui membros de entidades, eu tenho disponibilizado os serviços da Câmara, sempre que posso, para ajudarem a fazer essas candidaturas, ajudar a fazer boas candidaturas. Ainda fazemos outra coisa que é darmos uma pequena ajuda no que têm que participar.-----

----- Normalmente os programas dos DLBCs têm uma taxa de financiamento na ordem dos cinquenta por cento, é muito problemático para as Instituições e para as juntas de Freguesia este tipo de candidaturas, uma coisa é ter uma taxa de financiamento de oitenta e cinco por cento, outra coisa é ter de cinquenta ou quarenta por cento.-----

----- Mesmo que lhe possamos dar dez ou quinze por cento, uma ajuda, não é fácil ajudar a ter boas candidaturas e a ter uma grande representatividade nas candidaturas. Há uma outra nota, as candidaturas na ADELO são avaliadas por uma Comissão Independente, não têm nada

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão ordinária de 2023, fevereiro, 28

a ver com o Senhor Presidente da Câmara, nem com o Presidente da ADELO. É uma estrutura que funciona como na CIM, existe completamente independente e à prova de qualquer interferência na sua decisão. Quero dizer isto com toda a clareza, existe a preocupação na ADELO, como existe nas outras entidades, de redistribuir os fundos de uma forma equitativa por todos os Municípios, isso passa-se na ADELO, com muito orgulho. Eu que faço parte dos Órgãos Sociais da ADELO, desde que sou Presidente de Câmara, tenho constatado isso e, assim vai continuar para o futuro. -----

----- Dar nota de que fomos excluídos numa primeira abordagem do Programa do Mar, porque, segundo as ideias peregrinas de quem gere estas coisas, não temos mar, mas naturalmente que somos influenciados pelo mar e temos uma ligação ao mar muito estreita. Isso vai ser corrigido e nós estamos a fazer esforços no sentido que isso possa ser viável. -----

----- Essa é a minha disponibilidade e aquilo que eu posso fazer na ADELO, que muito me orgulha fazer parte dos seus Órgãos de Gestão. A equipa é incrível. Dizer que, por exemplo, o Projeto Virtual é um projeto premiado a nível nacional, no estrangeiro, tem uma adesão incrível em Montemor, os nossos seniores adoram o Projeto Virtual e, é um Projeto que está a ser replicado noutros locais. Estou a dar este exemplo, mas existem outros projetos muito interessantes que a ADELO tem.-----

----- Volto a referir que, se quiserem conhecer melhor a ADELO, eu não me importo de trazer cá as pessoas da ADELO, para falarem sobre isso.”-----

----- Tomou a palavra o PMAM dizendo: “Muito obrigado, Senhor Presidente, vamos passar então para o ponto 3 da Ordem de Trabalhos.”-----

----- **3. Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal, o Projeto de Regulamento do Mercadinho Local de Montemor-o-Velho.**-----

----- Usou da palavra o membro Paulo Galvão (CDU) que disse: “Muito obrigado, Senhor Presidente. Relativamente a este ponto, nós não vimos nenhum problema com o Regulamento. Fomos falar com os atuais vendedores do mercadinho que nos disseram que os *stands* não são adequados à venda dos produtos que têm. Achamos que a Câmara, também, deveria ter o cuidado de falar com os vendedores. -----

----- Sempre estivemos contra a localização do mercadinho ou sobre o sítio onde está o Pelourinho. O Pelourinho está encaixado no meio dos *stands* e, na nossa opinião, não é o sítio indicado. É um edificado com história, não me parece bem ali.”-----

----- Usou da palavra o membro Bruno Ferrão (Coligação Unir pela Mudança) dizendo: “Caro Senhor Presidente da Assembleia Municipal, acompanhando a nossa Bancada do Executivo

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão ordinária de 2023, fevereiro, 28

Municipal, que já votou contra este Regulamento, é gritante para nós a falta de coordenação com os produtores locais, as desigualdades com os feirantes e os produtores que usufruirão deste Mercadinho Local e, por isso, a nossa Bancada vota contra.” -----

----- Tomou a palavra o PCM que disse: “Quanto à intervenção do membro Bruno Ferrão, abstenho-me de comentar, cada um tem a sua visão das coisas, quando puderem, terminem com o Mercadinho.-----

----- Quanto à questão do Pelourinho, dizer que o local do Pelourinho não é aquele. Vamos ser claros, eu costumo dizer que estas coisas não podem influenciar a vida das pessoas, o Pelourinho foi arrastado para ali e eu não concordo que lhe tiremos o destaque que tem. Na minha opinião, o mesmo nem estava numa posição de destaque na própria feira da madeira, parece-me não ser motivo para nós impedirmos que aquele espaço seja dinamizado. As Vilas e Cidades têm que ter animação e têm que ter vida. Os monumentos não podem prejudicar as suas dinâmicas. -----

----- Não concordo que o Mercadinho possa colocar em causa ou em perigo o Pelourinho. Não concordo!-----

----- A razão de ser da minha intervenção é a seguinte: dizer que nós e, toda a gente deste País, estamos a ter imensos problemas com os empreiteiros, nomeadamente, no PARU, na Frente Ribeirinha, no Convento dos Anjos, em todo o lado e, portanto, esta obra está atrasada por causa disso. -----

----- Quanto à questão dos *stands*, estes foram concebidos e, efetivamente, nós assumimos que há uma inadequação para algum tipo de venda, ou seja, para as cadeias curtas, que é aquilo que se trata, não é venda profissional, mas sim vendas do próprio produtor ao consumidor. Este tipo de vendas tem muito sucesso em Paris, em Berlim, em todo o lado e, não é preciso citar exemplos de Portugal, eu cito exemplos do mundo, Portugal agora apenas copia. -----

----- Portanto, nós já temos um procedimento em curso para alterar os *stands*, para que possam facilitar a venda daquele tipo de produtos, a exposição e a segurança dos próprios utentes do Mercadinho.” -----

----- Não havendo mais intervenções e encontrando-se presentes 31 membros da AM, realizou-se a votação da proposta apresentada que foi aprovada por maioria de acordo com os seguintes resultados obtidos na votação: -----

----- VOTAÇÕES-----

----- Fernando Jorge dos Ramos -----A Favor-----

----- Ana Cristina da Silva Jorge -----Contra-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão ordinária de 2023, fevereiro, 28

----- Maria Albertina Moleiro Ferreira Jorge-----A Favor-----
 ----- Ana Maria Batista Vaz Valente -----Contra -----
 ----- José António Pessegueiro Serrano-----A Favor-----
 ----- Telma Margarida Neves Simões -----A Favor-----
 ----- Patrício Emanuel Pereira de Almeida Duarte-----Contra -----
 ----- Tiago Dinis Santos Silva-----A Favor-----
 ----- Dulce Maria Melo Ferreira-----Contra -----
 ----- Fernando Pereira Nunes Curto-----A Favor-----
 ----- Paulo Alexandre Azambuja Galvão-----Abstenção -----
 ----- Liliana Isabel Batista Duarte -----A Favor-----
 ----- Bruno Miguel Nunes Ferrão -----Contra -----
 ----- Luís António Girão da Fonseca-----A Favor-----
 ----- António Augusto dos Santos Torres -----Contra -----
 ----- Elisa Maria Sá Pinto-----A Favor-----
 ----- Joaquim António Graça Rainho-----A Favor-----
 ----- Lídia Maria Cavaleiro Teixeira Pagaimo -----Contra -----
 ----- João Carlos Silva de Carvalho Rama -----A Favor-----
 ----- Sandra Paula Cardoso Strecht F. Alves -----Contra -----
 ----- Tânia Sofia de Jesus Monteiro -----A Favor-----
 ----- Rui Paulo Oliveira Costa -----A Favor-----
 ----- Victor Manuel Pardal Monteiro-----A Favor-----
 ----- Nelson António Moreno Carvalho -----A Favor-----
 ----- Joaquim Neves Martinho -----A Favor-----
 ----- Paulo Sérgio Silva Valente-----A Favor -----
 ----- António da Silva Ferreira-----A Favor-----
 ----- João António Góis Girão-----A Favor-----
 ----- João Paulo de Almeida Ângelo-----A Favor-----
 ----- Ricardo José Araújo Monteiro-----A Favor-----
 ----- Nuno Nobre Valente-----A Favor-----

----- **4. Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal, o Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios - PMDFCI 2022-2031, nos termos do n.º 10 do artigo 4.º do Despacho n.º 443-A/2018, de 9 de janeiro, na sua atual redação.**-----

----- Usou da palavra o membro Bruno Ferrão (Coligação Unir pela Mudança) dizendo: "A

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão ordinária de 2023, fevereiro, 28

bancada do PSD queria pedir 5 minutos de tempo, para refletir sobre este ponto.”-----

----- Usou da palavra o PMAM que disse: “Efetivamente isso está no Regimento, é possível, por isso 5 minutos a partir deste momento.”-----

----- **Os trabalhos foram suspensos durante 5 minutos.**-----

----- **Os trabalhos foram retomados.**-----

----- Retomou a palavra o PMAM dizendo: “Vamos retomar os nossos trabalhos no ponto 4, que é, aprovar, sob proposta do Executivo Municipal, o Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios - PMDFCI 2022-2031, nos termos do n.º 10 do artigo 4.º do Despacho n.º 443-A/2018, de 9 de janeiro, na sua atual redação.”-----

----- Usou da palavra o membro Dulce Ferreira (Coligação Unir pela Mudança) que disse: “Boa tarde, a todos. Na Pessoa do Senhor Presidente cumprimento todos os presentes.-----

----- Há cerca do ponto 4, aprovar, sob proposta do Executivo Municipal, o Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios, percebi que este ponto mereceu, na assembleia em que eu não estive, alguma confusão.-----

----- Portanto, previamente a esta reunião e através do Líder de Bancada, Bruno Ferrão, eu quis fazer chegar ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal algumas questões que encontrei aqui nos documentos.-----

----- É do conhecimento de todos que o Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios é aprovado por simples maioria, pela Assembleia Municipal e que o mesmo não foi aprovado pelo Executivo, previamente, logo, não terá sido visto por quem não o tinha que o aprovar e, por isso, percebi o porquê de ter havido, efetivamente neste ponto, alguma sensibilidade na última Assembleia.-----

----- Dizer que não participei na discussão pública deste Regulamento porque ela ocorreu de 7 a 27 de dezembro, por aí. Penso que também ninguém participou. Sendo que é um plano que se reveste de muita importância, porquanto, dos 290 mil hectares do solo municipal, maioritariamente é solo agrícola e florestal e, uma vez que as atividades que os nossos municípios e nós próprios desenvolvemos nesses 290 mil hectares, são em territórios classificados dessa forma, este Plano vai mexer e mexe com a vida de todos nós.-----

----- Por isso, vou-me justificar, uma vez que eu não participei nesta discussão, assim como ninguém participou nesta discussão pública, possivelmente porque não deram conta dela, uma vez que decorreu durante o Natal, ou seja, foram poucos dias, dizendo que nessa altura estive doente com COVID, o que me levou a estar 2 semanas perfeitamente incapaz. Portanto, se estivesse capaz, teria lido o Plano.-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO***Sessão ordinária de 2023, fevereiro, 28***

----- Nesta senda, quero dizer que, após a leitura do mesmo, encontrei vários erros de português e algumas coisas que mereciam ser corrigidas, antes do Plano ser publicado no Diário da República. Gostaria, portanto, de saber se é possível ou não o documento sofrer melhoramentos desse ponto de vista. -----

----- Gostaria também de dizer o seguinte: estes Planos Municipais de Defesa da Floresta revestem-se desta importância toda e estão assentes numa série de formalidades que o Governo impõe às Autarquias, têm dado muita preocupação à maioria, o que levou a uma manifestação, clara e negativa, dos Autarcas do nosso País. -----

----- Posso referir que, a 14 de julho de 2022, foi noticiado que os Autarcas da Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra estavam preocupados com a demora na revisão da Carta de Perigosidade de Incêndio Rural, produzida pelo Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas. Diz a notícia “os autarcas estão extremamente preocupados com a demora no processo de melhoria da metodologia da elaboração da Carta de Perigosidade de Incêndio Rural”, afirma a CIM e, isto porque é a Carta que suporta a classificação do solo e, por isso determina se podemos ou não fazer determinadas atividades em cada uma das parcelas dos nossos agricultores, das pessoas que têm pecuárias, das pessoas que têm parcelas de pequena dimensão, que caracterizam a maioria do território do nosso concelho, são matrizes de pouca área e, portanto, para cumprirem este Plano e a legislação que obriga a que exista este Plano, o Decreto-Lei n.º 82/2021, com as alterações introduzidas, é claro que vai trazer consequências bastantes negativas. -----

----- Esta notícia diz ainda que a Carta era suspensa e que iria ser desenvolvida uma metodologia que seria o que deveria ter acontecido neste tempo e até ao dia da amanhã. Se não foi feita nenhuma alteração a esta Carta, retoma-se a Carta que levou à preocupação dos Autarcas do País e, retomamos essa Carta e, portanto, a perigosidade impõe o modo de classificar e de fazer esta perigosidade, vai trazer consequências muito negativas. Posso referir que o nosso Presidente, Dr. Emílio Torrão, porque preside também a Comissão Sub-Regional, pelo menos à data presidia, da Gestão Integrada de Fogos Rurais, alertava nessa notícia que os órgãos, as Autarquias, deveriam adaptar as áreas prioritárias de prevenção e segurança até ao dia 31 de março de 2023, através de uma metodologia da responsabilidade da Comissão Nacional da Gestão Integrada de Fogos Rurais, que na altura ainda não era do conhecimento das entidades competentes. Salvo melhor opinião, que o Senhor Presidente também pode confirmar, não me parece que tenha havido desenvolvimento nenhum que pudesse ter melhorado esta Carta, ou pelo menos, retirado alguma das situações negativas que levaram a

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO***Sessão ordinária de 2023, fevereiro, 28***

estas preocupações todas, que eu concordo em absoluto.-----

----- Portanto, tenho aqui uma série de questões que nos colocam reservas na votação do documento tal como ele está, pelo que, antes de tomarmos algumas decisões, nós gostávamos primeiro antes de tudo, saber isso mesmo, se é ou não possível promover algum melhoramento ao documento, dado que ele depois tem de seguir para Diário da República.”-----

----- Retomou a palavra o PMAM que disse: “Senhor Presidente, o esclarecimento relativamente às questões políticas, se as quiser dar, agradeço que as faça. Depois a outra questão, eu aprecio a questão daquilo que foi já dito, relativamente à questão do texto em português, eu próprio tenho algumas questões face à questão do português em si, da redação, mas julgo que a questão do conteúdo é uma coisa, a questão da redação é outra, mas o que eu acho relevante é a questão política e da questão deste tipo de Planos, e o porquê deste tipo de Planos e o prazo de discussão pública, que de facto decorreu. Como é hábito queremos que todos participem, mas quando nós damos a oportunidade para participar, verificamos que pouca gente se interessa por essa discussão. Senhor Presidente, dou-lhe a palavra relativamente às questões políticas.”-----

----- Usou da palavra o PCM que disse: “Em relação à Carta de Perigosidade, vou-me pronunciar, porque esta tentativa de misturar as minhas intervenções enquanto Presidente da Câmara e Presidente da CIM não funciona bem, não me parece ser correto, mas eu pronuncio-me sobre a Carta de Perigosidade, noutra momento da minha intervenção aqui.-----

----- As questões que eu posso responder, já de imediato, questões de português, é perfeitamente admissíveis as correções e agradeço que me digam quais são os problemas porque, efetivamente, isso não é admissível.-----

----- Outras questões mais de fundo, pedia a presença da Dra. Andreia Lopes, no sentido de me explicar até onde podemos alterar e isto porquê? É prioritário que tenhamos este documento aprovado e, portanto, já deveria estar. Nós tivemos problemas com o fornecimento da cartografia e com todo um conjunto de situações e de constrangimentos que atrasaram a elaboração deste documento e, portanto, não posso atrasar mais, pelo que, não me parece que vá travar este processo.-----

----- Nesta senda, como sempre, estou sempre disponível para acolher as intervenções que legalmente puder fazer agora, sem atrasar sobremaneira o documento. O documento já está a ser trabalhado há muito tempo, inclusive, é um documento que a própria bancada já solicitou ou já denunciou em tempos, que devia estar atualizado e, portanto, agora parece-me um bocado contraproducente parar este processo.-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO***Sessão ordinária de 2023, fevereiro, 28***

----- Estou sempre disponível para correções de português, parecem-me perfeitamente admissíveis. Sobre o outro tipo de correções, peço a intervenção da Dra. Andreia Lopes.-----

----- Em relação à questão técnica que é levantada, a influência da Carta de Perigosidade no documento, o Eng.º Hélder Araújo vai explicar, bem como, todas as outras questões técnicas que queiram colocar.”-----

----- Retomou a palavra o PMAM que disse: “Pedia à Dra. Andreia Lopes que viesse à Assembleia Municipal e, simultaneamente, pedia ao membro Dulce Ferreira, relativamente às questões do português, do contexto, sem naturalmente alterar o Plano, uma vez que na conversa que eu tive com o membro Bruno Ferrão, foram essas as questões e não foram questões do Plano em si. -----

----- Pedia ao membro Dulce Ferreira que avançasse com as questões que ela entende que devem ser corrigidas, sem alterar o conteúdo.”-----

----- Retomou a palavra o membro Dulce Ferreira (Coligação Unir pela Mudança) que disse: “Senhor Presidente, eu disse exatamente isso. O que eu queria propor eram alterações de português, no sentido de que o documento que vai para o Diário da República não vá com este conteúdo, nomeadamente em 2 ou 3 páginas e, isto seria, 5 minutos sentados, com o grupo de trabalho. Agora, a minha dúvida é se é ou não é possível alterar. -----

----- Quanto às questões de fundo que refere, eu não as tenho.”-----

----- Retomou a palavra o PMAM que disse: “Então se forem só estas e, se me permitirem, eu vou fazer esta proposta. O membro Dulce Ferreira, numa reunião coordenada pela Dra. Andreia Lopes, com o Eng.º Hélder Araújo e eu junto os membros, Albertina Jorge e Paulo Galvão, para que haja uma representatividade de todos os Partidos, verifiquem até quinta-feira, as correções que pretendem fazer ao texto do Regulamento e, portanto, eu estou a admitir que o membro Dulce Ferreira está a dizer que nessa altura votaremos o documento e, portanto, a correção do texto do Regulamento será efetivamente a única coisa a fazer.”-----

----- Retomou a palavra o membro Dulce Ferreira (Coligação Unir pela Mudança) que disse: “O que eu queria dizer era exatamente isso. O meu contributo é exclusivamente para que o documento a ser publicado seja o melhor possível e, não posso deixar de aproveitar para dizer, eu sei o esforço de trabalho que a equipa tem tido ao longo dos últimos anos e, desde 2019, que nós devíamos ter este documento aprovado. -----

----- A nossa intenção é votar o documento, com as alterações que não vão alterar o conteúdo, de maneira nenhuma, mas vão melhorá-lo, tenho a certeza absoluta.”-----

----- A pedido do PCM, usou da palavra o Coordenador Municipal de Proteção Civil, Eng.º

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão ordinária de 2023, fevereiro, 28

Hélder Araújo que disse: “Nós com a entrada do Decreto-Lei n.º 82/2021, quem faz e promove a Carta de Risco de Incêndio e Perigosidade é supostamente o Estado, o ICNF. Eles publicam e nós temos de cumprir. -----

----- Os Planos Municipais de Defesa da Floresta têm de ser adaptados e nós já o fizemos e passamos da 3.ª geração para a 4ª geração, com o Decreto-Lei n.º 82/2021, inclusivamente, a nossa Carta de Perigosidade, a nível Nacional, é a das mais vantajosas, ou seja, conseguimos ter cerca 30% do território fora da perigosidade elevada e muito elevado, o que significa que pertencemos aos Municípios com menos perigosidade de risco e isto por um lado é bom, mas por outro é mau.-----

----- Mas, a nível de gestão territorial e a nível de planeamento territorial, é mais vantajosos nós termos aquela Carta Nacional do que não termos.-----

----- Neste âmbito, o Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios também tem uma ferramenta de planeamento, que basicamente transformou-se numa ferramenta de planeamento territorial para definirmos dispositivos, aliás, mesmo a questão das faixas está a ser feito um novo documento pela Autoridade de Proteção Civil, por causa dos edifícios em solo rural que têm que ter restrições.-----

----- Neste momento, o documento e toda a estrutura técnica foram validadas pelo ICNF, conseguimos ultrapassar todos os requisitos, fomos obrigados a um conjunto de normas técnicas emanadas por aquela entidade que tem parecer vinculativo.” -----

----- Retomou a palavra o PCM que disse: “A Carta de Perigosidade que a CIM contesta e que todos os Presidentes de Câmara contestam, por em causa própria e por solidariedade, é a forma como foi elaborada, portanto, é com base no algoritmo e que de uma forma muito sucinta, para que se perceba a razão de ser da contestação é de que, se virem a Carta de Risco de Incêndio ou de Perigosidade da Região de Coimbra, é uma Carta que está quase toda a vermelho carregado e que tem a ver com os incêndios, ou seja, tem a ver com os incêndios que ocorreram nos últimos anos. -- -----

----- O quê que isto vai trazer como implicação? -----

----- Implicação com restrições à construção ou a edificação e uso, no mais ignóbil possam imaginar e, esta é a revolta dos Presidentes de Câmara, do qual eu sou porta-voz, é de que, quando estiver alerta vermelho ou alerta laranja, as pessoas não podem fazer o seu *jogging* na floresta, não podem fazer piqueniques, por exemplo, ali naquela zona da Tocha, as pessoas não podem frequentar a praia porque não podem circular pela floresta. -----

----- Portanto, há aqui uma posição peregrina de alguns pensadores, que a solução para não

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão ordinária de 2023, fevereiro, 28

haver incêndios é tirar as pessoas da floresta, é tirar as pessoas dos lugares, ou seja, vamos mais longe, é não deixar construir. Vamos afastar as pessoas da natureza e vamos tirar as pessoas da natureza, isto é completamente ridículo, absolutamente ridículo, mas é aquilo que existe. -----

----- Portanto, a solução que esta gente encontrou foi esta, aliás, assumida publicamente pelo responsável da AGIF, onde com todas as letras disse isto que eu estou aqui a dizer, portanto, não tenham ilusões do que é que está aqui em causa. -----

----- As informações de que eu disponho são de que vão manter esta Carta, tal como está e, isto, vai gerar e, por isso também quis aqui falar, porque eu também quero a solidariedade de todos, porque vão ser todos afetados por isto e, quando não poderem fazer a sua corrida matinal, quando o próprio município não poder fazer o “Prémio Alves Barbosa”, ou o próprio Município de Arganil não poder fazer o “Rali de Arganil”, que é uma tradição de há muitos anos, ou outro tipo de eventos que atravessem as florestas, isto é ridículo, não é?-----

----- Portanto, e não quero que façam divulgação disso, nós vamos endurecer a luta. Nós, os Presidentes de Câmara, vamos passar para um tipo de luta, para uma abordagem muito mais agressiva nos próximos tempos porque, efetivamente, este documento é um verdadeiro atentado à liberdade, aos Princípios Constitucionais da Liberdade das pessoas e da Democracia Portuguesa. São estes organismos intermédios, são estes pensadores que condicionam a vida das pessoas, sem qualquer fundamento, porque a floresta protegesse com vigilantes. As florestas que não têm vigilantes são aquelas que ardem primeiro. -----

----- Esta era a explicação que eu queria dar sobre a questão da Carta de Perigosidade e da intervenção do Presidente da CIM e, das preocupações que nós temos, enquanto Comunidade Intermunicipal.”-----

----- Retomou a palavra o PMAM que disse: “Eu daqui falei aí para baixo e, se efetivamente, quer a Dra. Andreia Lopes, quer o Eng.º Hélder Araújo são funcionários do Município e, no fundo têm que respeitar as deliberações dos órgãos, eu não perguntei aos Membros, Paulo Galvão, Albertina Jorge e Dulce Ferreira, se aceitavam a proposta que, no fundo ficará em ata, nesta questão de Comissão.”-----

----- Usou da palavra o membro Paulo Galvão (CDU) que disse: “Não vejo nenhum inconveniente.”-----

----- Usou da palavra o membro Albertina Jorge (PS) que disse: “Estou com alguns problemas de agendamento, mas, se puder ser hoje, para mim dá.”-----

----- Retomou a palavra o PMAM que disse: “Então fica para hoje, depois da sessão da Assembleia Municipal. -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão ordinária de 2023, fevereiro, 28

----- Sendo assim, julgo que estamos em condições de votar o ponto 4 da nossa Ordem de Trabalhos e, para o qual, incluímos aqui uma proposta que eu fiz e, que os próprios aceitaram, de que a redação final do Regulamento, naquilo que é a correção do texto em português e, não o seu conteúdo, seja ainda hoje melhorado por uma Comissão que, naturalmente, a Dra. Andreia Lopes coordenará com o Eng.º Hélder Araújo e que inclui os membros, Dulce Ferreira, Albertina Jorge e Paulo Galvão, para fazer isso.-----

----- Se estiverem de acordo, eu passaria à votação desta proposta de aprovação, com a redação final.”-----

----- Encontrando-se presentes 30 membros da AM, realizou-se a votação da proposta apresentada que foi aprovada por unanimidade de acordo com os seguintes resultados obtidos na votação:-----

----- VOTAÇÕES-----

----- Fernando Jorge dos Ramos -----A Favor-----

----- Ana Cristina da Silva Jorge -----A Favor -----

----- Maria Albertina Moleiro Ferreira Jorge-----A Favor-----

----- Ana Maria Batista Vaz Valente -----A Favor -----

----- José António Pessegueiro Serrano -----A Favor-----

----- Telma Margarida Neves Simões -----A Favor-----

----- Patrício Emanuel Pereira de Almeida Duarte-----A Favor -----

----- Tiago Dinis Santos Silva -----A Favor-----

----- Dulce Maria Melo Ferreira-----A Favor -----

----- Fernando Pereira Nunes Curto-----A Favor-----

----- Paulo Alexandre Azambuja Galvão-----A Favor-----

----- Lílíana Isabel Batista Duarte -----A Favor-----

----- Bruno Miguel Nunes Ferrão -----A Favor-----

----- Luís António Girão da Fonseca -----A Favor-----

----- António Augusto dos Santos Torres -----A Favor-----

----- Elisa Maria Sá Pinto -----A Favor-----

----- Joaquim António Graça Rainho -----A Favor-----

----- Lídia Maria Cavaleiro Teixeira Pagaimo -----A Favor-----

----- João Carlos Silva de Carvalho Rama -----A Favor-----

----- Sandra Paula Cardoso Strecht F. Alves -----A Favor-----

----- Tânia Sofia de Jesus Monteiro -----A Favor-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão ordinária de 2023, fevereiro, 28

----- Rui Paulo Oliveira Costa -----A Favor-----
 ----- Victor Manuel Pardal Monteiro-----A Favor-----
 ----- Nelson António Moreno Carvalho -----A Favor-----
 ----- Joaquim Neves Martinho -----A Favor-----
 ----- António da Silva Ferreira-----A Favor-----
 ----- João António Góis Girão-----A Favor-----
 ----- João Paulo de Almeida Ângelo-----A Favor-----
 ----- Ricardo José Araújo Monteiro-----A Favor-----
 ----- Nuno Nobre Valente----- A Favor-----

----- **5. ----- Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal, a designação do júri proposto para conduzir o procedimento concursal para o cargo de direção intermédia de 2.º Grau – Chefe da Divisão de Administração Geral. -----**

----- Tomou a palavra o PMAM dizendo: “Vamos ao ponto 5 da nossa Ordem de Trabalhos, que, como sabem, é um ponto que tem que ser feito por votação uninominal direta e secreta e, por isso, eu peço aos elementos do *Staff* que façam a distribuição do boletim de voto a cada um dos elementos da Assembleia Municipal e vou convidar a Senhora Vereadora substituta Cristina Almeida, para, juntamente com o *staff*, contar os votos enquanto a Assembleia prossegue.” ----

----- Não havendo intervenções e encontrando-se presentes 30 membros da AM, realizou-se por escrutínio secreto, nos termos do n.º 3, do artigo 55.º da Lei 75/2013 de 12 de setembro, na sua atual redação, a votação para a composição do júri proposto para conduzir o procedimento concursal para o cargo de direção intermédia de 2.º Grau – Chefe da Divisão de Administração Geral: - -----

----- Presidente: Andreia Sofia Marques Lopes dos Santos, Diretora Municipal de Controlo Geral do Município de Montemor-o-Velho; -----

----- Vogais Efetivos: Sara Sofia Correia Mendes, Chefe da Divisão Administrativa e Financeira do Município da Lousã e Paula Cristina da Silva Figueira Batista, Chefe da Divisão Administrativa e Financeira do Município de Miranda do Corvo; -----

----- Vogais Suplentes: José Alberto Arede Negrão, Diretor do Departamento Administrativo e Financeiro do Município de Cantanhede e Eugénia Maria Vasques Lopes Sargento Grilo, Diretora do Departamento de Administração Geral do Município das Caldas da Rainha. -----

----- A proposta foi aprovada por maioria com o seguinte resultado: 20 (vinte) votos a favor, 2 (dois) votos contra e 8 (oito) votos em branco.-----

----- **6 Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal, a 1ª Alteração Orçamental**

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO***Sessão ordinária de 2023, fevereiro, 28*****Modificativa Orçamento e GOP 2023-2027.**-----

----- Pediu a palavra o membro da Assembleia Bruno Ferrão (Coligação unir Pela Mudança) que disse: “Senhor Presidente, agradeço e, porque este ponto é de extrema relevância para o Concelho, uma vez que estamos a falar da alteração do Orçamento e Grandes Opções do Plano, surgiu-nos duas dúvidas após a leitura dos documentos. É um documento técnico e, na nossa leitura, apesar de exaustiva, surgiram estas dúvidas.-----

----- Parece-nos que esta alteração é sobre a incorporação do saldo de gerência e o saldo de gerência ronda os sete milhões de euros, conforme a página dois de nove. Porém também nos parece que no documento há uma anulação desse saldo de gerência e, por isso, solicitávamos esclarecimentos técnicos.”-----

----- Tomou a palavra o PCM que disse: “Pedia a intervenção do Dr. Cristiano Santa Rita, Chefe da Divisão Financeira e Património Municipal, sendo que gostaria de dar nota que o montante de saldo de gerência foi alterado porque a ABMG transferiu verbas para o Município e porque, no final do ano, tivemos que incorporar aquele apoio da Estrada do Campo da APA e isso alterou completamente o saldo de gerência.-----

----- Dar nota também que o saldo de gerência tem que ser incorporado para fazer o equilíbrio orçamental e para que as tais obras que não são feitas possam ser realizadas e pagas. Como eu prometi aos Senhores membros da Assembleia que não iria deixar um cêntimo de dívida, é assim que eu giro a Câmara, pagando ou tendo dinheiro para pagar.-----

----- Gostaria de pedir também ao Dr. Cristiano para explicar que esta alteração orçamental não tem só a ver com isso, tem a ver com outros questões que o Dr. Cristiano irá explicar.” ----

----- A pedido do Presidente da Câmara, tomou a palavra o Chefe da Divisão Financeira e Património Municipal, Dr. Cristiano Santa Rita, que disse: “Boa tarde, a todos. Efetivamente, esta alteração, que vem aqui para aprovação, visa a incorporação do saldo de gerência no Orçamento, saldo de gerência esse que, como consta nos mapas, ronda os sete milhões. Tal como foi referido pelo Senhor Presidente, existe uma parte que é consignada que tem a ver com os 750.000 euros do Protocolo da APA para a estrada do Campo, esse valor está evidenciado, há um projeto que espelha exatamente esse valor nesse mesmo montante dos 750.000 euros e visa também incluir alguns projetos que, por lapso, não tinham sido incluídos. Existiam três possibilidades ao fazermos esta integração: ou há uma integração na conta 16, do valor do saldo de gerência e fazemos uma anulação da receita, há a integração desse mesmo saldo de gerência na conta 16 e fazemos o aumento da despesa ou fazemos um misto das duas situações.-----

----- Esta alteração que está aqui tem um misto, ou seja: tem a integração do saldo de

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão ordinária de 2023, fevereiro, 28

gerência, a parte consignada e que consta como consignada e que tem o projeto GOP associado que é o Protocolo da APA, visa uma redução da receita e visa a inclusão de despesa. Não esquecendo aqui a questão do equilíbrio orçamental previsto no RFALEI na presente alteração, dado que o equilíbrio orçamental é assegurado na elaboração e na execução do orçamento. Foi feito o cálculo ao cumprimento da regra do equilíbrio orçamental.” -----

----- Retomou a palavra o membro Bruno Ferrão (Coligação Unir pela Mudança) dizendo: “Só ficou por explicar a anulação dos cinco milhões, não percebemos de onde vem.”-----

----- Tomou a palavra o PMAM dizendo: “Eu entendi, no entanto, peço ao Dr. Cristiano que explique melhor esta situação.” -----

----- Voltou a tomar a palavra o Chefe da Divisão Financeira e Património Municipal, Dr. Cristiano Santa Rita, que disse: “Esta questão tem a ver com a situação que falei: existem aquelas três possibilidades: ou entra na 16 e com isso fazemos a anulação da receita, ou fazemos a entrada na 16 e o aumento do mesmo montante na despesa, ou fazemos um misto, portanto entra na 16, fazemos uma redução de receita e fazemos um aumento na despesa. -----

----- No fundo, o que existe é a inclusão dos 7 milhões na 16, há uma parte que é consignada que tem o projeto nas GOP, fizemos uma redução de receita, pelo princípio da prudência e fizemos um aumento na despesa.” -----

----- Tomou a palavra o membro Bruno Ferrão (Coligação Unir pela Mudança) dizendo: “Só tenho mais uma questão. Se o projeto da APA com 750 mil, quer dizer que sobra à volta de um milhão e trezentos de aumento da receita.-----

----- Eram esses projetos que estávamos a perguntar a que se referiam.”-----

----- Voltou a intervir o Chefe da Divisão Financeira e Património Municipal, Dr. Cristiano Santa Rita, que disse: “Esses outros projetos, alguns deles, foi lapso aquando da elaboração do documento e, portanto, foram introduzidos agora e os outros foi reforço de dotação das verbas em projetos que já estavam aprovados. Os mapas espelham o valor dos projetos onde foi feito o respetivo reforço.”-----

----- Tomou a palavra o PMAM dizendo: “Esclarecidos que foram os pontos estamos em condições de iniciar a votação do ponto 6 da nossa Ordem de Trabalhos.”-----

----- Encontrando-se presentes 29 membros da AM, realizou-se a votação da proposta apresentada que foi aprovada por maioria de acordo com os seguintes resultados obtidos na votação:-----

----- VOTAÇÕES -----

----- Fernando Jorge dos Ramos ----- A Favor-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão ordinária de 2023, fevereiro, 28

----- Ana Cristina da Silva Jorge ----- Contra -----

----- Maria Albertina Moleiro Ferreira Jorge ----- A Favor -----

----- Ana Maria Batista Vaz Valente ----- Contra -----

----- José António Pessegueiro Serrano ----- A Favor -----

----- Telma Margarida Neves Simões ----- A Favor -----

----- Patrício Emanuel Pereira de Almeida Duarte ----- Contra -----

----- Tiago Dinis Santos Silva ----- A Favor -----

----- Dulce Maria Melo Ferreira ----- Contra -----

----- Fernando Pereira Nunes Curto ----- A Favor -----

----- Paulo Alexandre Azambuja Galvão ----- Contra -----

----- Liliana Isabel Batista Duarte ----- A Favor -----

----- Bruno Miguel Nunes Ferrão ----- Contra -----

----- Luís António Girão da Fonseca ----- A Favor -----

----- António Augusto dos Santos Torres ----- Contra -----

----- Elisa Maria Sá Pinto ----- A Favor -----

----- Joaquim António Graça Rainho ----- A Favor -----

----- Lídia Maria Cavaleiro Teixeira Pagaimo ----- Contra -----

----- João Carlos Silva de Carvalho Rama ----- A Favor -----

----- Sandra Paula Cardoso Strecht F. Alves ----- Contra -----

----- Tânia Sofia de Jesus Monteiro ----- A Favor -----

----- Rui Paulo Oliveira Costa ----- A Favor -----

----- Víctor Manuel Pardal Monteiro ----- A Favor -----

----- Nelson António Moreno Carvalho ----- A Favor -----

----- Joaquim Neves Martinho ----- A Favor -----

----- António da Silva Ferreira ----- A Favor -----

----- João Paulo de Almeida Ângelo ----- A Favor -----

----- Ricardo José Araújo Monteiro ----- A Favor -----

----- Nuno Nobre Valente ----- A Favor -----

----- **Declaração de Voto da Bancada da Coligação PPD/PSD-CDS/PP “Unir pela Mudança”:**

----- “A Bancada do PPD/PSD-CDS/PP “Unir Pela Mudança” votou contra a Alteração Modificativa do Orçamento e GOP 2023/2027, assim como votou contra este Orçamento. Votou contra de forma consciente, crítica e reivindicativa. O documento espelha as opções políticas do Executivo Municipal e não as podemos aceitar. Não aceitamos que não haja planeamento, não

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão ordinária de 2023, fevereiro, 28

aceitamos que não seja dado o devido apoio às Juntas de Freguesia, não aceitamos que o orçamento participativo se mantenha na gaveta.” -----

----- **Declaração de voto da Bancada da CDU:** -----

----- “O PCP votou contra o Orçamento e as GOP 2023/2027, o teor político do documento mantém-se, por isso, o PCP mantém o voto.” -----

----- **7. Autorizar, sob proposta do Executivo Municipal, o Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências no âmbito dos procedimentos Contraordenacionais no domínio do estacionamento público.** -----

----- Pediu a palavra o membro da Assembleia Bruno Ferrão (Coligação unir Pela Mudança) que disse: “Caro Senhor Presidente da Assembleia Municipal, depois de analisarmos o Contrato Interadministrativo da Delegação de Competências, no âmbito dos procedimentos contraordenacionais no Domínio do Estacionamento Público, surge-nos algumas dúvidas que queríamos ver esclarecidas. -----

----- Gostaríamos de saber se este Contrato Interadministrativo apenas versa sobre multas de trânsito ou se vai gerar uma nova Polícia Municipal, através da CIM, quais as suas áreas de abrangência, se apenas estamos a falar do projeto burocrático para a emissão das coimas, se o objetivo é apenas ser mais rápido de cobrar e qual o valor cobrado pela CIM, para ficar com este procedimento, que não está espelhado no contrato.” -----

----- Tomou a palavra o membro Paulo Galvão (CDU) que disse: “Neste caso, não estamos contra a Câmara porque acho que a Câmara tem consciência de que uma delegação de competências, para as quais não tem competência, então volta a delegar esta competência por incompetência. -----

----- Verificamos com isto que a opção de centralização do Governo, nestas e noutras ocasiões, tem sido errada, por isso o nosso voto vai ser a abstenção.” -----

----- Tomou a palavra o PCM que disse: “Por acaso, estava para concordar com a intervenção do membro Paulo Galvão, mas só não concordo com uma expressão e penso que ele também não concordará com a mesma depois de a analisar: a Câmara não delega por incompetência da Câmara! -----

----- Estou a fazer apenas a correção da expressão, uma vez que nós somos competentes para apreciar esta situação, não estamos a delegar por incompetência. Portanto, nós não temos é uma estrutura suficientemente robusta e fiável que se dedique só exclusivamente a isto, um corpo de juristas e técnicos administrativos que faça o processamento administrativo de um conjunto de procedimentos administrativos que tem a ver com as multas e a sua cobrança, com

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão ordinária de 2023, fevereiro, 28

reclamações e as suas apreciações, por isso, não temos, nem queremos ter essa estrutura na Câmara. É uma estrutura pesada, dispendiosa e, por isso, decidimos delegar na CIM que criou uma estrutura para todos os outros Municípios.-----

----- Penso já ter respondido às outras questões, ia pedir que fosse a Engenheira Isabel Quinteiro a intervir. -----

----- Nós não queremos criar nenhuma Policia Municipal. Aquilo que foi feito e, o membro Paulo Galvão explicou bem: alguém transferiu essa competência para o Município, essa competência já existe, esse trabalho já é feito pelo IMTT e pelas entidades competentes, agora passou para os Municípios. -----

----- Nós não queremos ter essa estrutura, basicamente, é isso. É uma questão de processamento administrativo e jurídico de apreciação de reclamações e todo um conjunto de questões. Aquilo que transferimos para a CIM é aquilo que o Estado transfere do montante das multas, nós não queremos ter trabalho nenhum com isto, queremos que os outros tenham esse trabalho. O que é transferido para nós é retransmitido para a Comunidade Intermunicipal, para pagar a infraestrutura que foi criada para este efeito.” -----

----- Tomou a palavra o PMAM dizendo: “O membro Paulo Galvão pediu a palavra, mas só para clarificar aquilo que disse anteriormente.” -----

----- Tomou a palavra o membro Paulo Galvão que disse: “Neste aspeto, estamos de acordo. Por falta de estrutura, há a incapacidade de exercer a competência. Não quero dizer com isto que os trabalhadores são incompetentes.” -----

----- Não havendo intervenções e encontrando-se presentes 30 membros da AM, realizou-se a votação da proposta apresentada que foi aprovada por maioria de acordo com os seguintes resultados obtidos na votação: -----

----- VOTAÇÕES -----

----- Fernando Jorge dos Ramos ----- A Favor -----

----- Ana Cristina da Silva Jorge ----- A Favor -----

----- Maria Albertina Moleiro Ferreira Jorge ----- A Favor -----

----- Ana Maria Batista Vaz Valente ----- A Favor -----

----- José António Pessegueiro Serrano ----- A Favor -----

----- Telma Margarida Neves Simões ----- A Favor -----

----- Patrício Emanuel Pereira de Almeida Duarte ----- A Favor -----

----- Tiago Dinis Santos Silva ----- A Favor -----

----- Dulce Maria Melo Ferreira ----- A Favor -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão ordinária de 2023, fevereiro, 28

----- Fernando Pereira Nunes Curto ----- A Favor-----
 ----- Paulo Alexandre Azambuja Galvão ----- Abstenção-----
 ----- Lílíana Isabel Batista Duarte----- A Favor-----
 ----- Bruno Miguel Nunes Ferrão----- A Favor-----
 ----- Luís António Girão da Fonseca----- A Favor-----
 ----- António Augusto dos Santos Torres ----- A Favor-----
 ----- Elisa Maria Sá Pinto----- A Favor-----
 ----- Joaquim António Graça Rainho----- A Favor-----
 ----- Lídia Maria Cavaleiro Teixeira Pagaimo ----- A Favor-----
 ----- João Carlos Silva de Carvalho Rama ----- A Favor-----
 ----- Sandra Paula Cardoso Strecht F. Alves----- A Favor-----
 ----- Tânia Sofia de Jesus Monteiro ----- A Favor-----
 ----- Rui Paulo Oliveira Costa ----- A Favor-----
 ----- Victor Manuel Pardal Monteiro ----- A Favor-----
 ----- Nelson António Moreno Carvalho ----- A Favor-----
 ----- Joaquim Neves Martinho ----- A Favor-----
 ----- António da Silva Ferreira-----A Favor-----
 ----- João António Góis Girão-----A Favor-----
 ----- João Paulo de Almeida Ângelo-----A Favor-----
 ----- Ricardo José Araújo Monteiro-----A Favor-----
 ----- Nuno Nobre Valente----- A Favor-----

----- **8. Autorizar, sob proposta do Executivo Municipal, o Contrato interadministrativo de delegação de competências e de financiamento das atividades exercidas ao abrigo das competências delegadas dos Municípios enquanto Autoridades de Transportes - Novo Acordo de Financiamento.** -----

----- Tomou a palavra o membro Bruno Ferrão (Coligação unir Pela Mudança) que disse:
 “Caro Senhor Presidente da Assembleia Municipal, depois de analisar o Contrato Interadministrativo da Delegação de Competências apresentado, surgiu-nos algumas dúvidas.-

----- Está em causa uma delegação de competências enquanto serviço público de passageiros. No projeto anterior, havia a diferença entre rede obrigatória e rede voluntária, o que foi subtraído para haver uma rede única e gostávamos de saber quais as contrapartidas desta retirada e queríamos de saber porque é que o transporte escolar está de fora. -----

----- Há pouco, numa intervenção do Senhor Presidente da Câmara, foi-nos dito que o serviço

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO***Sessão ordinária de 2023, fevereiro, 28***

público de passageiros tinha um défice de cerca de 600 mil euros, que é o valor que este Contrato Interadministrativo prevê para transferir para a Comunidade Intermunicipal, mas também nos disse que ia ser estudada uma nova rede de transportes públicos para colmatar esse défice de exploração. -----

----- Queríamos então saber se quando existir esse novo estudo, se este Contrato Interadministrativo irá ser renegociado a fim de baixar os valores acordados de transferência. -

----- Também queríamos perceber quais é que eram as diferenças e melhorias no serviço prestado e qual era o critério de repartição de financiamento. Nós vimos, através de Contratos Interadministrativos, que o Concelho de Montemor-o-Velho tem cerca de seis por cento de cabimentação e queríamos saber esse critério. -----

----- Ainda relativamente ao transporte escolar, porque atualmente existe repartição de linhas entre transporte regular de passageiros e o transporte escolar, gostaríamos de saber se o transporte escolar vai ser completamente otimizado do transporte público de passageiros, se vai haver acumulação de linhas e o que está programado ao transporte escolar, se está programado integrar esta rede pública ou não.”-----

----- Tomou a palavra o PCM que disse: “Já tinha abordado essa questão. O valor de 600 mil euros é o valor máximo ou previsivelmente máximo, até ao final do ano. Quando se está a lidar nesta matéria, estamos a falar de valores previsíveis, que consubstanciam um défice de exploração previsível neste contrato. -----

----- Atendendo às linhas de transporte público que temos, ao estudo que foi feito; é previsível que este contrato gere um défice de exploração de cerca de seiscentos e onze mil euros. O que acontece aqui é que a este valor vamos ter que descontar aquilo que vamos fazer: o Município vai fazer um trabalho de depuração de toda a linha, de todas as linhas e de toda a rede de linhas no Município, em função do que eu já disse anteriormente, como também a CIM, tem em curso, já neste momento, o défice não era este, era muito maior, um estudo no sentido de este défice diminuir em todos os Municípios.-----

----- A repartição tem a ver com o território, com a população, é muito simples. Os critérios na CIM são absolutamente transparentes, a repartição do défice de exploração. Aquilo que está comprometido perante os Presidentes da Comunidade é que, até ao final do ano, se prevê que o concurso público esteja em condições de gerar um concorrente ou mais que um concorrente ganhador. Esse concorrente vai ter que apresentar um plano para toda a comunidade de transportes. Logo aí, vamos poder otimizar ainda mais este défice de exploração, sendo certo que a otimização pressupõe a limpeza daquilo que é supérfluo, a limpeza do que são linhas

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO***Sessão ordinária de 2023, fevereiro, 28***

virtuais, a limpeza de tudo o que está mal atualmente na rede de transportes.-----

----- Até esta data, nunca foi premente porque os operadores suportavam este défice de exploração, tratavam disto como um bolo, houve algumas ajudas no tempo da COVID, habituaram-se a estes apoios e agora tinham reclamado que se não lhes financiássemos o défice de exploração, iriam parar os transportes públicos em toda a região. -----

----- Estamos já a contabilizar esse défice, estamos a trabalhar sobre esse défice de exploração e, até ao final do ano, como eu disse, o concorrente tem que apresentar um plano regional de transportes com todas as redes otimizadas. -----

----- Quanto à questão das linhas da educação, continua a haver uma confusão e eu, apesar de já ter explicado isto, vou voltar a explicar. Há duas situações: nós, por força das reclamações dos pais e por força das reclamações aqui nesta mesma Assembleia, entendemos que devíamos criar nas zonas onde não existiam transportes, como é o caso da Abrunheira, em Verride e noutros locais, carreiras especiais só para transportar os alunos. Com o encerramento das escolas fomos forçados a fazer isso, não foi por vontade própria.-----

----- Também reclamavam o tempo de espera dos alunos antes de entrarem para as aulas, que era muito elevado, nós decidimos assumir esse prejuízo e otimizar esses transportes, tornando-os só transportes escolares. -----

----- Verificaram-se muitas anomalias que temos que averiguar, por parte da empresa. Como sabem, há só uma empresa que concorre, é detentora do monopólio dos transportes, e é muito difícil lidar com estas pessoas. São pessoas muito agressivas, do ponto de vista da argumentação e da postura. Como sabem que quase nos têm na mão, e estou farto de clamar isto junto dos Ministérios, isto é uma coisa que mexe comigo, não gosto de ser refém de ninguém, têm uma postura agressiva perante todos os Presidentes de Câmara, mandam cartas a ameaçar que vão suspender os transportes, que vão parar tudo, é este o seu tipo de abordagem. -----

----- Estamos aqui para fiscalizar a execução desses contratos. O ideal seria que todo o transporte de alunos se fizesse pela carreira pública, pelos serviços públicos de transporte. Essa era a situação ideal, mas, para isso, o transporte público não pode parar em todas as paragens que pára atualmente, pois assim não é possível ter os alunos a horas na escola, ou com o tempo desejável de transporte. -----

----- É esse compromisso que vamos ter que assumir. Há Municípios que assumem esse ónus, põem as crianças todas a andar nos transportes públicos e demorem o tempo que demorem. Muitos dizem que também foram para a escola e era assim, nós temos uma outra postura, eu assumi-a e não vou voltar atrás. Os alunos do meu concelho vão continuar a ter esse privilégio.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO***Sessão ordinária de 2023, fevereiro, 28***

De preferência, no futuro vão ter que andar no transporte público e nós vamos ter que reduzir a rede de transporte público àquilo que é essencial e ao que é importante. -----

----- Neste novo contrato de transportes, por sugestão minha na Comunidade Intermunicipal, vamos ligar todas as sedes de Concelho a Coimbra. Não podemos continuar com a carga de carros que existem nas nossas estradas. A solução, no futuro, não é fazer mais estradas, fazer autoestradas para os carros se dirigirem ao grande Pólo agregador que é Coimbra. A solução é transportes públicos eficazes, demorar meia hora, quarenta minutos no máximo, de qualquer ponto do Concelho para Coimbra. -----

----- Para isso acontecer, não pode haver paragens em todas as aldeias e em todos os lugares. Essa rede de expressos que vai ser criada com este contrato é, na nossa perspetiva, uma rede boa para que as pessoas não tenham que vir de carro da Figueira da Foz para Coimbra, com conforto, e no contrato de transportes as regras existem, está tudo previsto e é mais vantajoso vir de transporte público.-----

----- Para além disso, este défice de exploração vai ser combatido com o “Bilhete único”. Com este bilhete vamos poder controlar quantas pessoas entram, quantas pessoas utilizam, podemos continuar a controlar a eficácia das linhas em cada Município, ou no âmbito do contrato é possível, ainda na execução do contrato, legalmente alterar dez por cento da rede.-

----- Todos estes valores poderão ser corrigidos no futuro. O que importa aqui reter é que, pela primeira vez, estão os Presidentes de Câmara mentalizados e, se me estou a dedicar à explicação desta situação, é porque todos se têm que mentalizar que não vamos poder continuar a ter aquelas carreiras fumacentas a passar por aí, a levar uma ou duas pessoas no autocarro para Coimbra. Isso não é possível, acabou. -----

----- Temos que criar alternativas válidas, vamos ter que criar um sistema onde as pessoas se possam mover, numa perspetiva ecológica, numa perspetiva sustentada e numa perspetiva moderna e Europeia. Efetivamente não é possível continuar a ter transportes que não satisfazem as pessoas. -----

----- Ninguém, nem nenhum de nós, em bom rigor, tem vontade de andar em transportes públicos que não servem. Em toda a Europa, as pessoas já deixaram o carro em casa, já estão a andar de transporte público, mas para isso é preciso criar condições. Temos que ter a coragem de abraçar este projeto. Volto a dizer: não é a Câmara. A Câmara nunca poderia exercer estas competências, nunca. A própria Comunidade Intermunicipal tem um conjunto de especialistas que trabalha para isto, são muito difíceis de encontrar, os consultores que contrata são muito poucos, são três ou quatro a nível do País, de qualidade e que possam mostrar um serviço de

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão ordinária de 2023, fevereiro, 28

qualidade, são extremamente caros na sua prestação.-----

----- Este projeto da Comunidade Intermunicipal, a partir do momento em que os Municípios delegaram estas competências na CIM, a CIM assumiu essa competência com grande elevação e está a fazer um trabalho profundo, mas conta com os Municípios e com todos nós, com os Autarcas para resolver este problema, temos que acabar de vez com isto.-----

----- Não podemos continuar a pagar um défice de exploração previsível de 611 mil euros e acrescentar-lhe meio milhão de euros, para que os alunos possam chegar a horas à escola e num curto espaço de tempo. Temos que otimizar.-----

----- Quero dizer-vos que há Municípios no Norte do Distrito que já estavam a pagar este défice de exploração, como por exemplo Oliveira do Hospital, Tábua, Mortágua...há um conjunto de Municípios que já estavam a pagar este défice de exploração porque já se recusavam a “operar”. Estes Municípios já fizeram este trabalho. Nesses Municípios, já conseguiram colocar os estudantes a circular na carreira pública, que é o nosso objetivo no futuro, com qualidade e com respeito pelos horários e pelas próprias condições que têm que ter, não podem estar mais de uma hora nos autocarros, por exemplo.-----

----- Penso que respondi a todas as questões.” -----

----- Não havendo intervenções e encontrando-se presentes 31 membros da AM, realizou-se a votação da proposta apresentada que foi aprovada por maioria de acordo com os seguintes resultados obtidos na votação: -----

----- VOTAÇÕES -----

----- Fernando Jorge dos Ramos ----- A Favor-----

----- Ana Cristina da Silva Jorge -----A Favor -----

----- Maria Albertina Moleiro Ferreira Jorge----- A Favor-----

----- Ana Maria Batista Vaz Valente-----A Favor -----

----- José António Pessegueiro Serrano----- A Favor-----

----- Telma Margarida Neves Simões----- A Favor-----

----- Patrício Emanuel Pereira de Almeida Duarte -----A Favor -----

----- Tiago Dinis Santos Silva ----- A Favor-----

----- Dulce Maria Melo Ferreira-----A Favor -----

----- Fernando Pereira Nunes Curto ----- A Favor-----

----- Paulo Alexandre Azambuja Galvão ----- Abstenção-----

----- Liliana Isabel Batista Duarte----- A Favor-----

----- Bruno Miguel Nunes Ferrão ----- A Favor-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão ordinária de 2023, fevereiro, 28

----- Luís António Girão da Fonseca----- A Favor-----
 ----- António Augusto dos Santos Torres ----- A Favor-----
 ----- Elisa Maria Sá Pinto----- A Favor-----
 ----- Joaquim António Graça Rainho----- A Favor-----
 ----- Lídia Maria Cavaleiro Teixeira Pagaimo ----- A Favor-----
 ----- João Carlos Silva de Carvalho Rama ----- A Favor-----
 ----- Sandra Paula Cardoso Strecht F. Alves----- A Favor-----
 ----- Tânia Sofia de Jesus Monteiro ----- A Favor-----
 ----- Rui Paulo Oliveira Costa ----- A Favor-----
 ----- Victor Manuel Pardal Monteiro ----- A Favor-----
 ----- Nelson António Moreno Carvalho ----- A Favor-----
 ----- Joaquim Neves Martinho ----- A Favor-----
 ----- Paulo Sérgio Silva Valente-----A Favor -----
 ----- António da Silva Ferreira-----A Favor-----
 ----- João António Góis Girão-----A Favor-----
 ----- João Paulo de Almeida Ângelo-----A Favor-----
 ----- Ricardo José Araújo Monteiro-----A Favor-----
 ----- Nuno Nobre Valente----- A Favor-----

----- **9. Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal, a proposta de prorrogação do prazo para aceitação da transferência do exercício de competências domínio da Ação Social, nos termos do Decreto-Lei n.º 87-B/2022, de 29 de dezembro.**-----

----- Pediu a palavra o membro da Assembleia Bruno Ferrão (Coligação unir Pela Mudança) que disse: “A Bancada da Coligação “Unir Pela Mudança” é favorável a esta prorrogação, mas tememos que o prazo termine a 3 de abril e, queríamos confirmar essa informação e questionar se, depois de 3 de abril, não haverá outra solução.”-----

----- Tomou a palavra o PCM que disse: “Montemor-o-Velho tem, e já teve, resposta, pendente de uma reclamação. Uma reclamação por não aceitar o valor que nos foi atribuído. Já dei indicações aos serviços que vamos para a via judicial, porque estamos a falar de valores que podem ser próximos dos cem mil euros de diferença. Os critérios foram alterados com a Associação Nacional de Municípios, não estamos contra os critérios, mas sim contra a resposta que nos foi dada, de uma forma muito simplista, que foi esta: “...sim, há mais processos sociais, mas o Município tem que assumir as suas obrigações para com as pessoas com carência sociais...”, quando na verdade estão a transferir uma competência, mas dizem que nós temos

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão ordinária de 2023, fevereiro, 28

que compartilhar nessa competência.-----

----- Parece-me errado. Novamente são estes organismos intermédios que mandam, não é o Governo, o Governo decidiu bem. Estes organismos decidem que, por exemplo: o Município tem nas suas competências resolver o problema das pessoas com carências sociais. Por isso, já dei indicações nos serviços que, se não puserem o número de processos certos ou aproximados, nós não aceitaremos a competência e iremos intentar uma providência cautelar, ou o que for necessário judicialmente.”-----

----- Tomou a palavra o membro Paulo Galvão (CDU) que disse: “Nestes três pontos, no anterior, neste e no ponto número sete da Ordem de Trabalhos, vê-se que a descentralização promovida pelo Governo está completamente errada.-----

----- Aqui discordo do Senhor Presidente da Câmara, porque também não concordo que a Ação Social venha toda de “chofre” para os Municípios. Vamos ter situações de desigualdade de cidadãos, de pontos diferentes do País. Há também algumas entidades que vão ficar sem funções e penso que esta não é a solução. A solução apontada pelo PCP há muito tempo é a regionalização e, de uma vez por todas, os Presidentes de Câmara e os Autarcas em geral têm que pugnar por pedir a regionalização.”-----

----- Retomou a palavra o PCM que disse: “Eu vou respeitar a divergência intelectual na questão da delegação de competências, mas há uma coisa que quero dizer ao membro Paulo Galvão: aquilo que eu disse anteriormente é a prova acabada de que os pobres neste País são um produto estatístico manipulado por algumas entidades. Se calhar é melhor que venha para os Municípios do que estar a ser manipulado estatisticamente, quem são os pobres e quem é que tem direito a ser pobre neste País.”-----

----- Não havendo intervenções e encontrando-se presentes 31 membros da AM, realizou-se a votação da proposta apresentada que foi aprovada por unanimidade de acordo com os seguintes resultados obtidos na votação:-----

----- VOTAÇÕES-----

----- Fernando Jorge dos Ramos----- A Favor-----

----- Ana Cristina da Silva Jorge-----A Favor-----

----- Maria Albertina Moleiro Ferreira Jorge----- A Favor-----

----- Ana Maria Batista Vaz Valente-----A Favor-----

----- José António Pessegueiro Serrano----- A Favor-----

----- Telma Margarida Neves Simões----- A Favor-----

----- Patrício Emanuel Pereira de Almeida Duarte-----A Favor-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão ordinária de 2023, fevereiro, 28

----- Tiago Dinis Santos Silva----- A Favor-----
 ----- Dulce Maria Melo Ferreira-----A Favor -----
 ----- Fernando Pereira Nunes Curto ----- A Favor-----
 ----- Paulo Alexandre Azambuja Galvão ----- A Favor-----
 ----- Liliana Isabel Batista Duarte----- A Favor-----
 ----- Bruno Miguel Nunes Ferrão----- A Favor-----
 ----- Luís António Girão da Fonseca----- A Favor-----
 ----- António Augusto dos Santos Torres ----- A Favor-----
 ----- Elisa Maria Sá Pinto----- A Favor-----
 ----- Joaquim António Graça Rainho----- A Favor-----
 ----- Lídia Maria Cavaleiro Teixeira Pagaimo ----- A Favor-----
 ----- João Carlos Silva de Carvalho Rama ----- A Favor-----
 ----- Sandra Paula Cardoso Strecht F. Alves----- A Favor-----
 ----- Tânia Sofia de Jesus Monteiro ----- A Favor-----
 ----- Rui Paulo Oliveira Costa ----- A Favor-----
 ----- Víctor Manuel Pardal Monteiro ----- A Favor-----
 ----- Nelson António Moreno Carvalho ----- A Favor-----
 ----- Joaquim Neves Martinho ----- A Favor-----
 ----- Paulo Sérgio Silva Valente-----A Favor -----
 ----- António da Silva Ferreira-----A Favor-----
 ----- João António Góis Girão-----A Favor-----
 ----- João Paulo de Almeida Ângelo-----A Favor-----
 ----- Ricardo José Araújo Monteiro-----A Favor-----
 ----- Nuno Nobre Valente----- A Favor-----

----- **10. Tomada de conhecimento, sob proposta do Executivo Municipal, da Adesão à Rede Europeia de Municípios Amigos das Famílias.** -----

----- A AM tomou conhecimento da Adesão à Rede Europeia de Municípios Amigos das Famílias, que se anexa.-----

----- **11. Tomada de conhecimento, sob proposta do Executivo Municipal, da Declaração alínea a) do n.º 1, do artigo 15º, da Lei n.º 8/2012.** -----

----- A AM tomou conhecimento da Declaração alínea a) do n.º 1, do artigo 15º, da Lei n.º 8/2012, que se anexa.-----

----- **12. Tomada de conhecimento, sob proposta do Executivo Municipal, da Declaração**

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão ordinária de 2023, fevereiro, 28

alínea b) do n.º 1, do artigo 15º, da Lei n.º 8/2012.-----

----- A AM tomou conhecimento da Declaração alínea b) do n.º 1, do artigo 15º, da Lei n.º 8/2012, que se anexa.-----

----- **13. Tomada de conhecimento, sob proposta do Executivo Municipal, da autorização genérica para dispensa de autorização prévia da Assembleia Municipal para Isenções e/ou reduções de taxas – Listagem de Isenções e/ou reduções de taxas concedidas entre 01/12/2022 e 31/01/2023.**-----

----- A AM tomou conhecimento da autorização genérica para dispensa de autorização prévia da Assembleia Municipal para Isenções e/ou reduções de taxas – Listagem de Isenções e/ou reduções de taxas concedidas entre 01/12/2022 e 31/01/2023, que se anexa.-----

----- **14. Tomada de conhecimento, sob proposta do Executivo Municipal, da autorização genérica para dispensa de autorização prévia da Assembleia Municipal para Compromissos Plurianuais – Listagem de compromissos plurianuais assumidos entre 01/12/2022 e 31/01/2023.**-----

----- A AM tomou conhecimento da autorização genérica para dispensa de autorização prévia da Assembleia Municipal para Compromissos Plurianuais – Listagem de compromissos plurianuais assumidos entre 01/12/2022 e 31/01/2023, que se anexa.-----

----- **15. Tomada de conhecimento do Relatório de Avaliação da Atividade da CPCJ de Montemor-o-Velho relativo ao ano 2022.**-----

----- Tomou a palavra o membro Paulo Galvão (CDU) que disse: “Este relatório de avaliação é preenchido num formulário da CPCJ nacional, se não me engano, dá para ver a atividade desempenhada, mas a CPCJ é constituída por um grupo de técnicos qualificados os quais eu reconheço qualidade. Se calhar era importante, numa próxima vez, acrescentar algumas avaliações feitas, algumas considerações, o porquê daqueles números, ou seja, uma justificação dos números. Neste relatório constam números factuais.”-----

----- Tomou a palavra o PMAM dizendo: “Eu pedia à Senhora Vereadora Diana Andrade que não entrasse em diálogo. Vou tentar perceber a questão colocada pelo membro Paulo Galvão.

----- São dados estatísticos, se vamos para além disso, evidentemente que estamos com uma coisa que agora se chama RJPD. Para além disso, com crianças e jovens em risco se a própria Comissão nos prestasse esse tipo relatório, provavelmente nós aqui a “processar” a CPCJ por estar a divulgar esse tipo de avaliação.-----

----- Eu percebo que podia ser mais esclarecedor, mas este tipo de relatório é mesmo assim, e não é por acaso que há este relatório nacional, não sequer é a CPCJ de Montemor. Todas as

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão ordinária de 2023, fevereiro, 28

CPCJs têm que responder e estritamente a esta questão.”-----

----- Retomou a palavra o membro Paulo Galvão (CDU) que disse: “Eu já estive na CPCJ e sei que é impossível dar esses dados, no entanto, internamente, discutem-se, eu estive na alargada e mesmo aí não se discutiram os casos em concreto, mas apontamos caminhos para resolver alguns problemas e são esses caminhos, que podiam chegar também aqui. Para sabermos quais são as ideias, e muitas vezes são outras entidades que têm que colaborar e não ficar fechado no grupo da CPCJ e das entidades com quem a mesma fala, mas também ser dado aqui conhecimento à Assembleia. Aqui não há dados de ninguém!”-----

----- Tomou a palavra o PMAM dizendo: “Esse é o trabalho da CPCJ, não é o relatório da Assembleia Municipal. A Senhora Vereadora Diana Andrade estava a tentar responder, eu percebi que entendeu algumas questões. -----

----- Estamos a falar do relatório de avaliação. Desse relatório eu julgo, muito sinceramente, que, se a CPCJ me fornecesse outro tipo de dados, eu, enquanto Presidente da Assembleia Municipal, diria à CPCJ: “Desculpem lá, vocês estão a extravasar as vossas competências, estão a colocar em risco o que é o conteúdo e o trabalho e a ação da CPCJ”.-----

----- Acho que a Assembleia ficará disponível para o plano de ação e, se a Senhora Vereadora o quiser apresentar, poderá fazê-lo.”-----

----- A AM tomou conhecimento do Relatório de Avaliação da Atividade da CPCJ de Montemor-o-Velho relativo ao ano 2022, que se anexa.-----

----- **16. Intervenção do público, em cumprimento com o artigo 49.º n.º 1 da lei 75/2013 de 12 de setembro na sua atual redação dada pela lei 66/2020 de 04 de novembro.**-----

----- Tendo-se verificado a inexistência de público, tomou a palavra o PMAM dizendo: “Para os elementos da Comissão Permanente deve haver uma Reunião na próxima semana relativa à programação das Comemorações dos 49 anos do 25 de abril. -----

----- Portanto, está encerrada a Reunião da Assembleia Municipal, um bom regresso a casa.”

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL,

Fernando Jorge dos Ramos

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão ordinária de 2023, fevereiro, 28

A PRIMEIRA SECRETÁRIA

Telma Margarida Neves Simões

A SEGUNDA SECRETÁRIA,

Liliana Isabel Batista Duarte



MUNICÍPIO DE MONTEMOR-O-VELHO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ATA Nº 01/2023

Data da Sessão: 28 de fevereiro de 2023

Início da Sessão: 16.10 horas

Fim da Sessão: 20.00 horas

Composição da Mesa:

Presidente: Fernando Jorge dos Ramos _____

1º Secretário: Telma Margarida Neves Simões _____

2º Secretário: Liliana Isabel Batista Duarte _____

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão ordinária de 2023, fevereiro, 28

----- Aos 28 dias do mês de fevereiro do ano de 2023, pelas dezasseis horas e dez minutos, no Salão Nobre da Câmara Municipal de Montemor-o-Velho, reuniu em sessão ordinária a Assembleia Municipal de Montemor-o-Velho, com a seguinte Ordem de Trabalhos: -----

1. **Período de Antes da Ordem do Dia.** -----
2. **Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara, nos termos da alínea c), nº 2, do art.º 25º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação.** -----
3. **Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal, o Projeto de Regulamento do Mercadinho Local de Montemor-o-Velho.** -----
4. **Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal, o Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios - PMDFCI 2022-2031, nos termos do n.º 10 do artigo 4.º do Despacho n.º 443-A/2018, de 9 de janeiro, na sua atual redação.**-----
5. **Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal, a designação do júri proposto para conduzir o procedimento concursal para o cargo de direção intermédia de 2.º Grau – Chefe da Divisão de Administração Geral.** -----
6. **Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal, a 1ª Alteração Orçamental Modificativa Orçamento e GOP 2023-2027.**-----
7. **Autorizar, sob proposta do Executivo Municipal, o Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências no âmbito dos procedimentos Contraordenacionais no domínio do estacionamento público.** -----
8. **Autorizar, sob proposta do Executivo Municipal, o Contrato interadministrativo de delegação de competências e de financiamento das atividades exercidas ao abrigo das competências delegadas dos Municípios enquanto Autoridades de Transportes - Novo Acordo de Financiamento.**-----
9. **Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal, a proposta de prorrogação do prazo para aceitação da transferência do exercício de competências domínio da Ação Social, nos termos do Decreto-Lei n.º 87-B/2022, de 29 de dezembro.**-----
10. **Tomada de conhecimento, sob proposta do Executivo Municipal, da Adesão à Rede Europeia de Municípios Amigos das Famílias.** -----
11. **Tomada de conhecimento, sob proposta do Executivo Municipal, da Declaração alínea a) do n.º 1, do artigo 15º, da Lei n.º 8/2012.** -----
12. **Tomada de conhecimento, sob proposta do Executivo Municipal, da Declaração alínea b) do n.º 1, do artigo 15º, da Lei n.º 8/2012.** -----
13. **Tomada de conhecimento, sob proposta do Executivo Municipal, da autorização genérica**

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão ordinária de 2023, fevereiro, 28

para dispensa de autorização prévia da Assembleia Municipal para Isenções e/ou reduções de taxas – Listagem de Isenções e/ou reduções de taxas concedidas entre 01/12/2022 e 31/01/2023. -----

14. Tomada de conhecimento, sob proposta do Executivo Municipal, da autorização genérica para dispensa de autorização prévia da Assembleia Municipal para Compromissos Plurianuais – Listagem de compromissos plurianuais assumidos entre 01/12/2022 e 31/01/2023. -----

15. Tomada de conhecimento do Relatório de Avaliação da Atividade da CPCJ de Montemor-o-Velho relativo ao ano 2022. -----

16. Intervenção do público, em cumprimento com o artigo 49.º n.º 1 da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro na sua atual redação dada pela Lei n.º 66/2020, de 04 de novembro. -----

----- Tomou a Palavra o PMAM, Fernando Jorge dos Ramos que disse: “Como repararam voltei a convidar, durante a suspensão do mandato da 2.ª Secretária, Dr.ª Patrícia Rocha, a Senhora Deputada Liliana Duarte, para me fazer companhia na mesa e ajudar nos trabalhos.---

----- Procedeu-se à verificação da existência de quórum, registando-se as seguintes presenças:-----

Mesa: Fernando Jorge dos Ramos, Telma Margarida Neves Simões e Liliana Isabel Batista Duarte. -----

Membros: Ana Cristina da Silva Jorge, Maria Albertina Moleiro Ferreira Jorge, José António Pecegueiro Ferreira Serrano, Patrício Emanuel Pereira de Almeida Duarte, Tiago Dinis Santos Silva, Dulce Maria Melo Ferreira, Fernando Pereira Nunes Curto, Bruno Miguel Nunes Ferrão, Luís António Girão da Fonseca, António Augusto dos Santos Torres, Joaquim António Graça Rainho, Lídia Maria Cavaleiro Teixeira Pagaimo, João Carlos Silva de Carvalho Rama, Sandra Paula Cardoso Strecht F. Alves, Tânia Sofia de Jesus Monteiro, Ana Maria Batista Vaz Valente, em substituição de António Afonso Ávila de Melo Galvão Lucas, Elisa Maria de Sá Pinto, em substituição de Cláudia Margarida Faria Gaspar e Paulo Alexandre Azambuja Galvão, em substituição de Carolina Ferreira Aires. -----

Presidentes de Junta: Arazede, Carapinheira, Liceia, Meãs, Pereira, Santo Varão, Seixo de Gatões, Tentúgal, União das Freguesias de Abrunheira, Verride e Vila Nova da Barca, Tesoureiro da JF de Ereira e Tesoureira da União de Freguesias de Montemor-o-Velho e Gatões. -----

Executivo: Emílio Augusto Ferreira Torrão, Maria João Batista Sobreiro, José Jacírio Teixeira Veríssimo, Diana Filipa Alves Andrade, Cristina Gomes da Silva Almeida, Décio António Tinoco Matias e Hugo Rafael Santos Ferreira.-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão ordinária de 2023, fevereiro, 28

Faltas Justificadas: António Afonso Ávila de Melo Galvão Lucas, Cláudia Margarida Faria Gaspar, Carolina Ferreira Aires, PJF de Ereira e PJ da União de Freguesias de Montemor-o-Velho e Gatões.-----

Faltas injustificadas:-----

----- O PMAM, Fernando Jorge dos Ramos, deu início à sessão quando eram 16h10m, saudou os presentes e disse: “Temos quórum, vamos dar início à nossa reunião ordinária de hoje da Assembleia Municipal de Montemor-o-Velho.-----

----- Cumprimento em especial o Senhor Presidente da Câmara Municipal, os Senhores Vereadores, os Senhores Membros da Assembleia Municipal e os Senhores funcionários. -----

----- Se me permitem, se a memória não me falha, é a primeira vez que a Senhora Vereadora substituta, Cristina Almeida, está numa Assembleia Municipal, e quero dar-lhe as boas vindas à nossa Reunião. -----

----- Relativamente à nossa Ordem de Trabalhos e, como não estou a ver nenhuma oposição por parte dos membros da AM, julgo que a mesma poderá ser aprovada por unanimidade, com a seguinte redação: -----

1. Período de Antes da Ordem do Dia. -----

2. Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara, nos termos da alínea c), nº 2, do art.º 25º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação. -----

3. Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal, o Projeto de Regulamento do Mercadinho Local de Montemor-o-Velho. -----

4. Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal, o Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios - PMDFCI 2022-2031, nos termos do n.º 10 do artigo 4.º do Despacho n.º 443-A/2018, de 9 de janeiro, na sua atual redação.-----

5. Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal, a designação do júri proposto para conduzir o procedimento concursal para o cargo de direção intermédia de 2.º Grau – Chefe da Divisão de Administração Geral. -----

6. Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal, a 1ª Alteração Orçamental Modificativa Orçamento e GOP 2023-2027.-----

7. Autorizar, sob proposta do Executivo Municipal, o Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências no âmbito dos procedimentos Contraordenacionais no domínio do estacionamento público. -----

8. Autorizar, sob proposta do Executivo Municipal, o Contrato interadministrativo de delegação de competências e de financiamento das atividades exercidas ao abrigo das

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão ordinária de 2023, fevereiro, 28

competências delegadas dos Municípios enquanto Autoridades de Transportes - Novo Acordo de Financiamento. -----

9. Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal, a proposta de prorrogação do prazo para aceitação da transferência do exercício de competências domínio da Ação Social, nos termos do Decreto-Lei n.º 87-B/2022, de 29 de dezembro. -----

10. Tomada de conhecimento, sob proposta do Executivo Municipal, da Adesão à Rede Europeia de Municípios Amigos das Famílias. -----

11. Tomada de conhecimento, sob proposta do Executivo Municipal, da Declaração alínea a) do n.º 1, do artigo 15º, da Lei n.º 8/2012. -----

12. Tomada de conhecimento, sob proposta do Executivo Municipal, da Declaração alínea b) do n.º 1, do artigo 15º, da Lei n.º 8/2012. -----

13. Tomada de conhecimento, sob proposta do Executivo Municipal, da autorização genérica para dispensa de autorização prévia da Assembleia Municipal para Isenções e/ou reduções de taxas – Listagem de Isenções e/ou reduções de taxas concedidas entre 01/12/2022 e 31/01/2023. -----

14. Tomada de conhecimento, sob proposta do Executivo Municipal, da autorização genérica para dispensa de autorização prévia da Assembleia Municipal para Compromissos Plurianuais – Listagem de compromissos plurianuais assumidos entre 01/12/2022 e 31/01/2023. -----

15. Tomada de conhecimento do Relatório de Avaliação da Atividade da CPCJ de Montemor-o-Velho relativo ao ano 2022. -----

16. Intervenção do público, em cumprimento com o artigo 49.º n.º 1 da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro na sua atual redação dada pela Lei n.º 66/2020, de 04 de novembro. -----

----- **Ponto 1. Período de Antes da Ordem do Dia.** -----

----- Usou da palavra o PMAM que disse: “Relativamente à listagem da correspondência expedida e recebida, para além da lista que vos foi facultada e que podem consultar a qualquer momento, há os habituais pedidos de substituição para esta sessão. Se quiserem consultar alguma dessa correspondência, estejam à vontade para o fazer no Secretariado da Assembleia Municipal. -----

----- Particularmente, também devem ter notado que houve um pedido de suspensão de mandato do nosso Deputado Municipal, António Afonso Ávila de Melo Galvão Lucas, até 30 de junho que, naturalmente eu deferi e esse mandato fica suspenso, pois os motivos que ele alega são relevantes uma vez que ele vai estar fora do País. -----

----- De seguida, passamos à aprovação da ata n.º 06/2022 referente à sessão ordinária da

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão ordinária de 2023, fevereiro, 28

Assembleia Municipal de 23 de dezembro de 2022. -----

----- Não havendo nenhuma alteração, a ata n.º 06/2022 referente à sessão ordinária da Assembleia Municipal de 23 de dezembro de 2022 foi aprovada por unanimidade, de acordo com o n.º 3 do artigo 34º do Código do Procedimento Administrativo que refere: “Não participam na aprovação da ata os membros que não tenham estado presentes na reunião a que elas respeitam.”-----

----- Apesar de já terem chegado à mesa algumas moções e outros documentos, se estiverem de acordo, interrompia a sessão durante 2 minutos para apresentação de mais moções, requerimentos, intervenções, propostas e outros documentos que queiram apresentar à Assembleia.”-----

----- **Os trabalhos foram suspensos durante 2 minutos.** -----

----- **Os trabalhos foram retomados.** -----

----- Retomou a palavra o PMAM dizendo: “Vamos retomar os nossos trabalhos. Deram entrada na mesa 6 moções, 1 intervenção e 1 recomendação.”-----

----- Moção apresentada pela 1.ª Secretária Telma Simões (PS) - Congratulação de Aniversário às diversas Associações do Concelho, conforme documento anexo à presente ata, sob o número 01, e que foi aprovada por unanimidade.-----

----- Moção apresentada pela 1.ª Secretária Telma Simões e pelo Presidente da Junta de Freguesia Sr. Joaquim Martinho (PS) – Moção de Reconhecimento e Louvor ao Sr. Joaquim Maria de São José Cardoso, conforme documento anexo à presente ata, sob o número 02, e que foi aprovada por unanimidade.-----

----- Moção apresentada pelo membro Lídia Pagaimo (Coligação Unir pela Mudança) – Congratulação de Aniversário às diversas Associações do Concelho, conforme documento anexo à presente ata, sob o número 03, e que foi aprovada por unanimidade.-----

----- Moção apresentada pela 2.ª Secretária Liliana Duarte (PS) – Moção de Louvor à Santa Casa da Misericórdia da Vila de Pereira, conforme documento anexo à presente ata, sob o número 04, e que foi aprovada por unanimidade.-----

----- Moção apresentada pela 2.ª Secretária Liliana Duarte (PS) – Moção de Louvor ao Grupo de Teatro “O Celeiro”, conforme documento anexo à presente ata, sob o número 05, e que foi aprovada por unanimidade.-----

----- Moção apresentada pelo membro Paulo Galvão (CDU) – Moção relativa ao dia 08 de março, Dia Internacional da Mulher – Um símbolo da luta das mulheres em defesa dos seus direitos, na Lei e na vida, conforme documento anexo à presente ata, sob o número 06, e que

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO***Sessão ordinária de 2023, fevereiro, 28***

foi aprovada por unanimidade. -----

----- Recomendação apresentada pelo membro Bruno Ferrão (Coligação Unir pela Mudança) – Recomendação para criação de grupo de trabalho sobre o Plano Rodoviário do Concelho de Montemor-o-Velho, conforme documento anexo à presente ata, sob o número 07, e que foi aprovada por unanimidade. -----

----- Intervenção feita pelo membro Fernando Curto (PS) – Intervenção sobre Homenagem ao Poeta Afonso Duarte, conforme documento anexo à presente ata, sob o número 08, e que foi aprovada por unanimidade. -----

----- Usou da palavra o PMAM dizendo: “Tomámos nota de todos os pedidos de intervenção, pelo que dou a palavra ao membro Patrício Duarte.”-----

----- Pediu a palavra o membro Patrício Duarte (Coligação Unir pela Mudança) que disse: “Boa tarde, Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal e Senhores Vereadores, Exmos. Senhores Presidentes da Junta de Freguesia, Exmos. Senhores Membros da Assembleia Municipal e todos os presentes. Vivemos novamente um período complicado na história do nosso País e todas as pessoas com responsabilidade, que representam os eleitores que os elegeram, têm hoje, mais que nunca, a obrigação de os defender. -----

----- Venho abordar uma situação amplamente conhecida por todos, mas frequentemente esquecida e ignorada. Não pretendo com isto atribuir culpas ou responsabilidades, tento encontrar uma solução para um problema que já não devia acontecer neste momento.-----

----- Os falsos recibos verdes é a designação que se dá à situação de condição de trabalho precário ilegal de um trabalhador independente, mas que desempenha e tem os mesmos deveres de um trabalhador com contrato por conta de outrem, mas sem os mesmos direitos e regalias. -----

----- Um trabalhador independente, em situação de falsos recibos verdes, tem as mesmas características que um trabalhador por conta de outrem, mas sem contrato de trabalho que o proteja. Estas características estão reconhecidas e enumeradas no artigo 12º da Lei n.º 7/2019, de 12 de fevereiro, conhecido pelo Código do Trabalho, sendo elas: “A atividade realizada pelo trabalhador em local pertencente à empresa ou por ela determinada não sendo o trabalhador independente a deliberar o local onde exerce a sua atividade”, “Os equipamentos e instrumentos de trabalho utilizados pelo trabalhador pertencem à empresa não sendo da sua posse”, “O trabalhador cumpre horário de início e de término de trabalho determinado pela entidade empregadora, horário fixo ou turnos estipulados por esta”, “O pagamento ao

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão ordinária de 2023, fevereiro, 28

trabalhador pelos serviços prestados é feito com uma determinada periodicidade semana/mensal e numa quantia certa, não se verificando o pagamento apenas quando o trabalhador presta o serviço.”-----

----- Segundo a Lei n.º 63/2013, de 01 de setembro, para ser considerado trabalhador em situação de falsos recibos verdes, basta que uma destas características se verifique. A mesma diz que esta situação constitui uma contraordenação muito grave imputável à empresa, estando prevista uma multa ao empregador. -----

----- Esta é a realidade de 5 trabalhadoras dos Jardins de Infância da freguesia de Arazede, e temo que esta situação seja mais alargada por outras freguesias. Será que existem trabalhadores de primeira e de segunda no nosso concelho? -----

----- Como pode um trabalhador produzir de forma eficiente sem as mínimas condições, principalmente quando trabalha com crianças de tenra idade? Será que os nossos filhos têm que ficar ao cuidado de CEI’s, muitas desmotivadas e não preparadas para realizar esta função e em que a rotatividade é tão grande que as crianças não têm tempo para decorar os nomes? -----

----- Eu sei que já se fez muito em relação a esta situação, mas acho que é momento para acabarmos e de fazer mais um bocadinho, e tentarmos, principalmente quando estamos a falar de crianças. -----

----- Relembro também que o Regulamento das Atividades de Animação de Apoio à Família é de outubro de 2010, tendo passado 13 anos, também acho aconselhável, se bem se lembram é do tempo do Dr. Luís Leal, haver uma atualização e uma melhoria inclusive, por exemplo, de pagamentos, não está no Regulamento que se pode fazer por transferência bancária, que é dessa forma que eu pago. -----

----- Recordo também que, segundo o Regulamento, é da responsabilidade da Câmara Municipal os Recursos Humanos. Mais uma vez, isto não é para estar a atribuir culpas, e sei que já se fez muita coisa, mas é necessário acabarmos com esta situação. Eu vivo esta situação no Jardim de Infância onde a minha filha está e contacto com outras pessoas, sei do desespero das pessoas que chegam a agosto, são mandadas para casa, não têm remuneração e têm que ficar à espera que as chamem no ano a seguir. -----

----- Gostaria ainda de perguntar quando é que está programada a próxima Reunião da Comissão do Conselho Municipal de Segurança?” -----

----- Pediu a palavra o membro Ana Valente (Coligação Unir pela Mudança) que disse: “Boa tarde, cumprimento o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia e na sua pessoa cumprimento todos os presentes. -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO***Sessão ordinária de 2023, fevereiro, 28***

----- Aproxima-se novamente uma edição do Festival do Arroz e da Lampreia que tem recebido ampla cobertura por parte da comunicação social (hoje de manhã até vi em rodapé na RTP), fiquei contente e orgulhosa do meu concelho. E porque é interesse de todos nós o sucesso deste evento, que é emblemático do nosso concelho, a minha intervenção hoje vai no sentido de pedir alguns esclarecimentos.-----

----- O primeiro é se corremos o risco de não termos lampreia durante o Festival do Arroz e da Lampreia e ainda se foram ou se serão implementados alguns melhoramentos no que diz respeito à iluminação, à segurança, ao estacionamento e às instalações sanitárias afetas ao Festival, uma vez que na Feira do Ano de 2022 verificaram-se alguns constrangimentos em relação a estes pontos. Obrigada.”-----

----- Pediu a palavra o membro Ana Cristina Jorge (Coligação Unir pela Mudança) dizendo: “Obrigada, Senhor Presidente, boa tarde, na sua pessoa cumprimento todos os presentes. -----

----- A minha intervenção é sobre o Castelo Mágico. O Castelo Mágico já decorre há alguns anos e por isso deveria ser, na nossa opinião, melhorado a cada ano da sua realização. Tal não se verificou no último evento, com a entrega do mesmo a uma Empresa que constantemente foi lavando as mãos da responsabilidade de muitas questões e é lamentável, pois a Câmara Municipal já tinha demonstrado, em anos anteriores, que o funcionamento da iniciativa com pessoal do Município funcionava de forma equilibrada e mais organizada. -----

----- Após auscultadas as pessoas do concelho que visitaram o Castelo Mágico, nomeadamente professores, educadores e famílias, temos que referir aspetos mais positivos e menos positivos desta iniciativa. -----

----- Na nossa opinião, depois de tudo o que ouvimos, relativamente aos aspetos positivos, temos a elencar: proporcionou momentos de divertimento e de magia natalícia às crianças; as crianças vivenciaram novas experiências; promoveu relações socio-efetivas entre as crianças; proporcionou o contacto com as diferentes formas de expressão e comunicação como o Teatro, Música, Ciências, etc.; promoveu o conhecimento de monumentos históricos do concelho, nomeadamente do Castelo e da Igreja; favoreceu a convivência entre os elementos das comunidades educativas e das comunidades locais e, por fim, as crianças manifestaram grande interesse e entusiasmo pelas diferentes atividades. -----

----- Aspetos menos positivos ao nível dos transportes para e dos estabelecimentos escolares: falta de rigor no cumprimento das escalas e horários dos transportes de partida e chegada; tempo de espera dentro do autocarro para chegar ao destino; ausência de cintos de três pontos nos autocarros; falta de cintos de segurança mesmo com dois pontos num dos

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO***Sessão ordinária de 2023, fevereiro, 28***

autocarros; horário de chegada prevista no caso do Centro Educativo de Montemor, uma vez que devia ter sido às dez horas e foi ao meio dia; permanência das crianças entre trinta a quarenta minutos dentro do autocarro no início da ladeira para o castelo, o que impediu que as crianças assistissem às atividades da manhã em virtude do atraso da chegada.-----

----- Recomendação: porque temos sempre esta preocupação de sermos uma oposição que é ser uma oposição construtiva, recomendamos uma maior articulação entre estabelecimentos escolares, Câmara Municipal e empresas de transportes.-----

----- Relativamente à bilheteira: desorganização na logística de entrada no Castelo, na bilheteira e entrada dos grupos no mesmo; falta de bom senso de quem estava nas bilheteiras que referiu que os professores deveriam ter levado o dinheiro em notas e não em moedas e, na nossa opinião, os docentes nem deviam ter dinheiro algum, nem deveriam ser comprados os bilhetes naquele momento e, por fim, a espera das crianças para entrar no recinto, tiveram que aguardar os bilhetes e a contagem do dinheiro.-----

----- Recomendação: bilhetes gratuitos para todos os alunos evitando todos estes constrangimentos ou então agilizar a aquisição dos mesmos de outra forma, existindo hoje em dia dezenas de formas de comprar bilhetes, sem ser desta forma.-----

----- Dentro do recinto: entrada paga sem tempo suficiente para que as crianças pudessem usufruir do que pagaram porque, como já verificaram, houve vários grupos que chegaram bastante atrasados e não puderam usufruir de tudo; ausência da receção e orientação ao nível da acomodação das crianças para o almoço; falta de identificação de horários e mesas de almoço; falta de localização de espaço reservado às escolas para depositarem as mochilas e pertences; impossibilidade das crianças fazerem o passeio no comboio de Natal; não abertura dos insufláveis, devido às condições climatéricas, o que é normal, de qualquer das formas deveria haver um espaço coberto com mais opções; Insuflável dentro da tenda sem eficácia face à adesão imensa das crianças, naturalmente, principalmente nos dias de mau tempo; número excessivo de crianças na tenda; abertura da Pista de Gelo tardia; os monitores não acompanharam as crianças, especialmente as mais pequenas dentro da pista; falta de organização na pista de gelo onde muitas crianças não puderam participar; atividades encerradas à hora de almoço, nomeadamente as pinturas faciais; falta de animadores para entreter e animar as crianças na tenda e fora dela e avisar as horas e locais dos espetáculos, como havia nos anos anteriores; falta de casas de banho mais perto da tenda ou espalhadas pelo recinto.-----

----- Recomendação: melhorar os aspetos referidos; organizar alternativas face às condições

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão ordinária de 2023, fevereiro, 28

atmosféricas, que podem ser favoráveis ou desfavoráveis; estar preparados também para as condições climatéricas desfavoráveis; articulação entre o Município e a empresa organizadora, pois sempre que havia uma dúvida era difícil alguém saber responder, verificando-se diferentes informações para o mesmo problema.” -----

----- Pediu a palavra o membro António Augusto Torres (Coligação Unir pela Mudança) que disse: “Boa tarde, na pessoa do Senhor Presidente cumprimento toda a Assembleia Municipal.

----- A minha primeira nota tem a ver com este meu modo de poder referir os eventos, considerando como uma intervenção de louvor e, esta vai no sentido de poder ser mais simples, não tão burocrata, não tão morosa, não tão maçante e mais objetiva. -----

----- Assim, gostaria de fazer uma intervenção de Louvor à Santa Casa Misericórdia da Vila de Pereira, que, no passado dia 25, concluiu as obras de conservação e restauro, que estavam a decorrer há três anos. -----

----- De realçar a obra efetuada, está bonita, digna de ser vista por todos os residentes do Concelho de Montemor-o-Velho e não só. Nesta senda, gostaria de deixar aqui uma palavra de gratidão, de agradecimento à Câmara Municipal de Montemor-o-Velho pela presença do Senhor Presidente e agradecer a participação na entrega de fundos para a realização das referidas obras. Na altura, foi uma obra que custou na ordem dos trezentos mil euros e, de acordo com o que foi referido pelo Senhor Provedor, a Câmara Municipal participou em quarenta e cinco mil euros.- -----

----- Quero deixar aqui o nosso agradecimento, uma vez que faço parte dos Órgãos Sociais, pelo apoio que tem sido dado pela Câmara Municipal de Montemor-o-Velho.-----

----- O meu bem-haja! -----

----- Uma outra questão tem a ver com a gestão das Piscinas Municipais. Aquando a sua abertura, desloquei-me à mesma para fazer a minha inscrição e cheguei à conclusão que, perdoem esta minha opinião, a Piscina, neste momento, para os residentes do Concelho de Montemor-o-Velho, só funciona para os compatriotas que têm o cartão sénior, pelo que, quem não usufrui desse cartão tem que se inscrever através dos clubes. -----

----- Eu posso estar errado, aceito que o possa estar, por isso gostava que me esclarecessem como funciona a gestão das piscinas Municipais. -----

----- Uma outra questão que eu gostava de referir tem a ver com a comunicação e imagem. Constatei que na página da Câmara Municipal de Montemor foi, e bem, referido a inauguração da Igreja Paroquial da Vila de Pereira. -----

----- Nesse sentido, gostava de poder deixar aqui uma dica em relação à comunicação e

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO***Sessão ordinária de 2023, fevereiro, 28***

imagem, que é feita através do site da Câmara. -----

----- Quando há feira quinzenal, as feiras são comunicadas ao público com antecedência, para sabermos que naquele dia há feira. Em relação às Reuniões de Câmara e da Assembleia Municipal, o que me apercebo é que essas comunicações são feitas no próprio dia e quando já estão a decorrer as reuniões. Ora, se, eventualmente, alguém estiver interessado em intervir em algumas dessas reuniões, para que o possa fazer, terá que fazer uma prévia inscrição, estes ficam sem acesso a esses meios. -----

----- Portanto, quero deixar aqui a sugestão que essa informação possa ser dada antes das reuniões acontecerem.-----

----- Entretanto na minha vinda para esta sessão, constatei que, penso que isto será no âmbito da questão da segurança rodoviária e, gostava da confirmação do Senhor Presidente da Câmara, a Ponte de Formoselha e a Ponte Militar estão limitadas à tonelagem de 35 toneladas. Eu tinha ideia que antes não existia essa limitação. -----

----- Pergunto, será por uma questão de segurança que foi feita a limitação da pesada tonelagem na Ponte de Formoselha, uma vez que, toda a gente tem conhecimento que aquela Ponte não está nas devidas condições ou será por causa da própria manutenção da Ponte Militar que efetivamente é necessário existir essa restrição na tonelagem na circulação de automóveis?

----- Por último, verifico que, neste momento, o posto médico de Pereira está em obras, o que acaba por limitar um pouco o bom funcionamento do referido posto. Verifiquei, também, que as mesmas têm a ver com o piso que têm na sala de espera. Sei que, por baixo, existe um outro espaço e o que poderia ser feito era aproveitar essas obras para remodelar esse espaço, para que o mesmo possa vir a ter as condições necessárias, e, então aí, poderia haver a possibilidade da criação da Unidade de Saúde Familiar, que abrangeria as povoações de Pereira, Formoselha e Santo Varão. -----

----- Obrigado e bem-haja.” -----

----- Pediu a palavra o membro Paulo Galvão (CDU) que disse: “Obrigado. A minha intervenção é no sentido de obter dois esclarecimentos.-----

----- O primeiro tem a ver com a Ponte da Lavariz. Os militares estiveram no local a corrigir o desnível da Ponte, uma vez que já era necessária essa correção há muito tempo. -----

----- Contudo, continuamos à espera de uma solução definitiva e sabemos que a APA, volto a frisar, sabemos que a APA, é a entidade responsável pela travessia, mas queremos que o Senhor Presidente da Câmara nos diga se tem existido alguns contactos com a entidade e o que há de novo.-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão ordinária de 2023, fevereiro, 28

----- O segundo é sobre a Ponte Pedonal e Ciclável entre o Casal Novo do Rio e a margem esquerda do Leito Antigo. Esta continua por arranjar e encontra-se interdita já há muitos meses. Gostava de saber para quando é a resolução da situação? Obrigado.”-----

----- Tomou a palavra o PMAM dizendo: “Muito obrigado. Não temos mais nenhuma inscrição no período antes da Ordem do Dia.-----

----- Antes de dar a palavra ao Senhor Presidente da Câmara, duas notas apenas: uma que diz respeito à Assembleia Municipal e ao seu anúncio. Efetivamente, vou mandar colocar na página a previsão de todas as reuniões, sendo certo que, desde 17 de fevereiro, neste caso, todos os cidadãos, via edital, tiveram conhecimento que esta Assembleia decorria hoje e que o último ponto era exatamente intervenção do público em cumprimento do artigo 49º, n.º 1 da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação dada pela Lei n.º 66/2020, de 04 de novembro, portanto, no que respeita à Assembleia Municipal as regras são cumpridas. Estou a falar da Assembleia Municipal! -----

----- Uma outra questão que devo referir, porque é importante, não se trata, neste caso do cidadão Fenando Ramos, mas do Presidente da Assembleia Municipal, que deve reconhecer, que no dia 25 do presente mês, a questão seguinte: Senhor Presidente da Câmara, quero publicamente agradecer-lhe a deferência que teve para com esta Assembleia, na minha pessoa, em representá-lo nos cumprimentos aos Estandartes dos Bombeiros Voluntários de Montemor-o-Velho e também de Ponte de Lima, bem como na revista à formatura dos Bombeiros. Foi um gesto que sinceramente apreciei porque a Assembleia Municipal pode e deve representar o Município nas Cerimónias que o mesmo entender e, dizer ao Senhor Presidente da Câmara que, ao ser a primeira vez, fico, evidentemente se assim o entender, disponível para que isso possa acontecer outras vezes. Muito obrigado Senhor Presidente, e julgo que é um gesto que o Senhor Presidente teve para com a Assembleia Municipal, neste caso na minha pessoa, mas que honra esta Assembleia.-----

----- O Senhor Presidente da Câmara tem a palavra!”-----

----- Tomou a palavra o PCM dizendo: “Muito obrigado, saúdo o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, na sua pessoa cumprimento todos os membros da Assembleia, a mesa, colaboradores, dirigentes e também os Senhores Vereadores.-----

----- Vou dar início então às explicações que me foram solicitadas. Neste caso, não foi solicitado, mas, na minha opinião, o membro Bruno Ferrão tem que esclarecer um pouco melhor o Plano que pede. -----

----- Este não é suficientemente esclarecido, nomeadamente, porque mistura todo um

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO***Sessão ordinária de 2023, fevereiro, 28***

conjunto de conceitos que não são da mesma categoria. Provavelmente, estará a referir-se a um Plano de Mobilidade e, eu não estou a falar mal, eu estou apenas a tentar perceber melhor aquilo que pretende. Um Plano de Mobilidade, um plano que aí já abrangerá todo o conjunto de questões que colocou. -----

----- Não tenho nenhum problema, só lhe queria chamar a atenção que, para a elaboração de um plano destes e que não pode ser feito por nenhum colaborador do Município, uma vez que, não é feito por políticos, mas sim por técnicos e, existem muito poucos, dois ou três a nível nacional. É uma dificuldade imensa encontrar este tipo de especialistas em matéria de transportes e mobilidade. -----

----- Portanto, eu estou disponível e quero que saibam que para a elaboração de um Plano de Mobilidade, se bem que existem aqui muitos conceitos misturados e, cada coisa tem que ser tratada no seu devido lugar. Permita-me só dizer-lhe que, muito em breve, vamos iniciar a reformulação da rede de transportes públicos do concelho, com a contratação de um especialista que temos tido alguma dificuldade em que ele nos venha ajudar, porquanto, é imperioso resolver um problema gravíssimo que é o que hoje em dia as empresas de transportes públicos estão a solicitar no âmbito da região, e em todo o país, que é o “défice de exploração”.

----- O défice de exploração no Município de Montemor-o-Velho ascende a cerca de 600 mil euros, em números redondos ainda não confirmados e, por isso, é urgente rever este plano de transportes rodoviários coletivos de passageiros porque, efetivamente, é um valor absolutamente exorbitante. Isto quer dizer que, e para perceberem e para o Senhor membro Bruno Ferrão perceber que eu não estava a falar contra aquilo que disse, estava inclusivamente a agradecer a disponibilidade da sua Bancada para falarmos sobre este assunto, uma carreira de transporte público logo que arranca são 30 mil euros, números redondos e depois se só transporta um passageiro durante a rota, estão a ver o prejuízo que isso não é. Sendo certo que está mais ou menos consensualizado que o *break even* será na meia ocupação da carreira. Ora, anos e anos e dias e dias com carreiras a transportar uma ou duas pessoas por dia, essas linhas terão que ser suprimidas. -----

----- Para além disso, temos uma situação que me preocupa de forma muito intensa que é o facto de, para além dos tais 600 mil euros, já termos gastado cerca de 500 mil euros em transportes escolares. Estes valores somados são um valor verdadeiramente exorbitante, porque, efetivamente, por reclamação e reivindicação dos pais e, também, das diversas Bancadas nesta sala, se calhar não neste mandato, porque o problema neste momento está mais ou menos pacífico, mas lembro-me que nos meus mandatos anteriores, essa era uma

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO***Sessão ordinária de 2023, fevereiro, 28***

reclamação sempre premente, com a qual eu concordei e subscrevi que os alunos não podem estar duas horas no autocarro antes de irem para as aulas. -----

----- Na realidade, esta é uma situação que também temos que corrigir e a tal reformulação das linhas de transporte público e rodoviário têm que ser uma premência e uma prioridade neste final de mandato. -----

----- Vamos, provavelmente para a semana, auscultar o Professor Álvaro Costa, para que nos possa ajudar, inclusivamente a fiscalizar a empresa que aqui presta serviço. -----

----- Nessa medida, a questão dos transportes públicos está respondida. -----

----- Quanto aos transportes ferroviários, não é competência da Câmara Municipal e, muito dificilmente, a Câmara Municipal, a Comunidade Intermunicipal ou os Municípios todos juntos conseguem reclamar o que quer que seja de uma estrutura que é muito nacional, muito fechada e muito cheia de privilégios. -----

----- O *Sit Flexi* está a funcionar bem, gostaria que ele fosse mais implementado, o transporte a pedido será o futuro para muitas das regiões do nosso concelho e gostaria que o continuassem a divulgar. -----

----- A questão dos traçados e das vias para a mobilidade terrestre em Montemor-o-Velho, na verdade, também não podia estar mais de acordo, podemos sempre discutir com a oposição e com quem quer que seja e todos os contributos são válidos, no entanto, quero chamar a atenção que o Município de Montemor-o-Velho não faz uma única estrada e não mantém, mas sim prioriza e faz tudo de acordo com os Presidentes de Junta que estão no terreno e que estão sempre, sempre, muito mais próximos da realidade. -----

Temos vindo, se calhar erradamente, pois deveríamos deixar a decisão para os políticos das Assembleias e do Executivo Camarário, não sei, mas eu, até ao final do meu mandato, não prescindo de colaborar com os Senhores Presidentes de Junta e é assim que vou continuar. Sendo certo que também estou disponível para receber como boas todas as sugestões que me queiram colocar em relação aos traçados e às estradas que são alcatroadas ou não. Não concordo que sejam ações desgarradas ou que tenhamos as estradas cheias de buracos e tudo isso não me parece que seja uma realidade tão caótica como aqui deixou. Devia ter visto o que eu vi quando entrei para a Câmara, aí sim, costumava dizer e aproveitar uma imagem, pois parecia a face da lua, tantas eram as crateras e parecia que tínhamos sido atingidos por meteoritos, mas pronto. Se calhar essa memória está curta e, naturalmente, que, em pleno inverno e já assumi aqui, não há nenhum Presidente de Câmara que diga o contrário. Eu vou sair daqui e outros virão e vão dizer rigorosamente o que eu estou a dizer: no inverno vai haver

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão ordinária de 2023, fevereiro, 28

buracos em todo o lado, e temos uma equipa de betuminosos que é excelente, é extraordinária e não posso deixar de postar o meu elogio público a essa equipa da Câmara que tem feito um trabalho excelente. -----

----- É evidente que há aqui um conjunto de situações e, neste caso, eu tenho reclamado insistentemente junto da ABMG, estes sim são os problemas que nós temos, que são os cortes que fazem na estrada para as baixadas e para as roturas, mas também não é justo, muitas das vezes, as roturas têm que levar o abatimento necessário para depois serem alcatroadas e, na realidade, ainda não chegámos ao ponto de ter essa capacidade de podermos resolver isso de forma atempada. Lá chegaremos e haveremos de resolver essa questão com a ABMG e com as outras entidades, uma vez que também há outras entidades que fazem cortes na estrada, não é só a ABMG, nomeadamente, as empresas do gás, a EDP e todo um conjunto de entidades porque essas situações têm o seu tempo para levar o seu abatimento normal e só depois é que se pode alcatroar definitivamente.-----

----- Quanto à intervenção do Fernando Curto, estou de acordo com ele quanto à Homenagem a Afonso Duarte, uma personalidade importante no nosso concelho e no panorama literário português, concelhio e nacional.-----

----- Quanto à questão colocada pelo membro Patrício Duarte, fiquei um pouco surpreendido com esta intervenção. O Município só tem duas pessoas a recibo verde na área da Educação, que são as duas colaboradoras do insucesso escolar, que, por natureza, é um projeto da Comunidade Intermunicipal, por natureza tem que ser assim, não podem ser integradas no quadro, nem faz sentido que se integrem no quadro uma vez que é um projeto financiado, portanto não sei, nós estamos acima dos rácios, nas escolas e nos jardins-de-infância e, portanto, não entendo a sua intervenção.-----

----- Como falou do jardim-de-infância de Arazede, eu pedia ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal que autorizasse o Professor Charro a vir aqui esclarecer alguma coisa que eu possa desconhecer porque não tem nada a ver com a Câmara.”-----

----- Tomou a palavra o Chefe de Divisão de Educação, Desporto e Ensino Profissional, José Charro que disse: “Boa tarde, a todos. Em função do esclarecimento solicitado, relativamente aos jardins-de-infância de Arazede, da Bunhosa e do Tojeiro, a Autarquia não tem qualquer contratação de serviços com assistentes operacionais, a Autarquia tem em vigor um Contrato Interadministrativo, com a Junta de Freguesia de Arazede que assegura as funções de apoio à alimentação e às atividades de Apoio à Família e, portanto, não existe nenhuma prestação de serviços, por parte da Autarquia.”-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO***Sessão ordinária de 2023, fevereiro, 28***

----- Retomou a palavra o Presidente da Câmara dizendo: “Quanto à intervenção do membro Ana Valente, sobre melhoramentos na iluminação, WCs e estacionamento. Eu agradeço sempre estas sugestões, mas isto é relativo à Feira do Ano, não tem a ver com o Festival do Arroz e da Lampreia, penso que esses problemas não se colocam, é a primeira vez que ouço falar em problemas com a iluminação. Nos últimos festivais, como o Festival do Arroz e da Lampreia, com WCs que temos sempre, estacionamento desconheço em absoluto e acho muito improvável que haja problemas de estacionamento, isso colocou-se na Feira do Ano antecedente, por causa dos constrangimentos da obra, uma vez que tínhamos a Frente Ribeirinha em obra, tínhamos um conjunto de situações que provocaram estes constrangimentos. -----

----- Peço desculpa, Dra. Ana Valente, mas não se aplica ao Festival do Arroz e da Lampreia. Eu agradeço os alertas, mas estes têm que ser condizentes com aquilo que é a realidade, mas eu agradeço de qualquer forma o alerta e, estou a ser honesto, nunca tivemos nenhuma reclamação sobre isto. -----

----- Em relação à questão da lampreia, dar nota do seguinte: a lampreia não é comandada pela Câmara e ainda não conseguimos monitorizar as mesmas e, por isso, não conseguimos resolver este problema. Eu estou a fazer ironia, sem maldade, a Dra. Ana Valente não leve a mal e já disse isto noutros fóruns. Eu percebo a sua preocupação, mas devíamos ter preocupado mais cedo quando permitimos que apanhem o meixão, que apanhem os alevins de pequeninos, que são enguias e também lampreias e, quando construímos ou deixamos construir obstáculos permanentes no rio ou quando nos portamos mal com o clima e com ações que afetam e que produzem as alterações climáticas, naturalmente que vamos ter menos lampreia e vamos ter menos lampreia durante muitos anos. Vamos ter, também, alterações no seu ciclo normal de subida do rio e aquilo que lhe quero dizer é que é completamente imprevisível, ouvimos alguns especialistas na matéria, a lampreia não vai acabar, não é isso que está em causa, no entanto, não é previsível a altura que vão chegar. -----

----- Com as alterações climáticas, com todo o conjunto de situações que ocorreram no passado, provavelmente, vamos ter algumas dificuldades em ter lampreia. -----

----- Nós tínhamos que optar por fazer ou não o Festival, mas, como já alterámos o conceito do Festival, o Festival não é só o Festival do Arroz e da Lampreia, e há muita gente que vem ao Festival não só por causa da lampreia, mais de metade das pessoas que vêm ao Festival não come lampreia, portanto, é o Festival do Arroz e da Lampreia e dos Sabores do Campo e do Rio.

----- Alteramos e promovemos um conjunto de produtos endógenos no Festival do Arroz e da Lampreia que nos permite ter uma oferta mais alargada. -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO***Sessão ordinária de 2023, fevereiro, 28***

----- O que peço ao membro Ana Valente e a todos é que avisem as pessoas no sentido, e esse apelo também o fiz na imprensa, de reservarem e virem “pela certa”. Façam a sua reserva e, nessa perspetiva, não correm riscos porque ainda há pouca lampreia e a que há é cara e não se devem surpreender com o preço. Nós temos visitas de pessoas do Minho e do Algarve a visitar-nos e, por isso, devem reservar para terem a sua refeição garantida.-----

----- Quanto à Intervenção do membro Ana Cristina Jorge relativamente ao Castelo Mágico, existe aqui uma questão prévia que eu quero esclarecer. O Castelo Mágico é um projeto comercial, singular, que tem a ver com uma coisa muito simples: nós não temos os direitos de autor das figuras e de todo o *Layout* do Castelo Mágico, da ideia do Castelo Mágico, embora tenha dado significantes contributos, mas nós não temos os direitos de autor deste evento.----

----- Este evento tem que ser realizado por uma empresa profissional, os eventos comerciais ou os eventos desta natureza têm que ser realizados por pessoas que saibam e que lidem com regras muito precisas de segurança, de todo um conjunto de serviços que têm que ser prestados e que não estão ao alcance dos trabalhadores do Município, não é como organizar, por exemplo, o Festival do Arroz e da Lampreia ou mesmo a Feira de Ano, não tem nada a ver com isso, tem a ver com um conjunto de requisitos que não nos é possível alcançar e realizar. -----

----- Fizemos um inquérito, houve muitas pessoas que visitaram o Castelo Mágico, sabemos quais são os problemas e não eram estes os problemas. Penso que focou muito a questão das visitas das crianças das escolas e o conjunto de reclamações que produziu é sobre essa matéria.

----- Peço à Senhora Vereadora e, também, a quem vai organizar o próximo Castelo Mágico, da parte da Câmara, que tome a devida nota das recomendações que foram feitas e que agradeço. Não vou verificar as situações apresentadas, mas há situações que acho estranhas, nomeadamente, a bilheteira reclamar porque trazem moedas, isso é ridículo, não sei quem fez isto, mas já nada me surpreende. -----

----- A vinda das crianças das escolas não tem a ver com o comboio do Castelo Mágico. O comboio não pode ser para transportar as crianças das escolas até ao Castelo. Há uma organização do comboio, nós não podemos, quando estamos a lidar com um evento desta natureza, “inventar”. O comboio serve para resolver um problema concreto que temos que é a distância do estacionamento ao Castelo. -----

----- Como é que nós resolvemos essa questão? -----

----- Primeiro, alugávamos o comboio, depois vimos que o custo era elevado e resolvemos adquirir o mesmo, pois é uma forma interessante e bonita de resolver o problema da distância.

----- Essa é a razão de ser do comboio. É evidente que é uma grande diversão para as crianças,

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO***Sessão ordinária de 2023, fevereiro, 28***

eu estou de acordo, todas as crianças querem andar no comboio, mas não é esse o seu propósito. -----

----- Efetivamente, e vou-lhe dizer, tem toda a razão, eu próprio fiquei indignado, revoltado, porque investimos muito, trabalhamos muito para que as coisas corram bem e esta história dos meninos estarem fechados no autocarro foi algo que me indignou porque foi decisão da segurança. A segurança é que decidiu ou melhor “inventou”. Isto só aconteceu um dia ou dois, pedi desculpa, é o que posso pedir, não foi culpa nossa, foi algo que nos foi reportado que estava a acontecer e foi “invenção” de alguém que decidiu que era assim. Não tinha instruções nesse sentido, nós não programámos nada disso, nos outros anos funcionou bem. A pessoa que liderava a segurança, contra a empresa e contra tudo, só nos apercebemos quando começámos a ter reclamações. São coisas que nos ultrapassam. -----

----- Fico com alguma tristeza e vou interpelar a empresa quanto à questão das dificuldades de falar com a empresa organizadora. Mais uma vez, agradeço esta crítica porque eu quase que obrigo os meus colaboradores e dirigentes a estarem presentes no Castelo Mágico e nos eventos, precisamente por causa destas situações. Eu estranho muito isto, mas de qualquer maneira, vou dar como boa a recomendação porque não tenho razões para o contrário, mas os meus colaboradores que me estão a ouvir têm aqui um exemplo, que é necessária a sua presença no evento. Quem teve essa dificuldade deveria ter-se dirigido ao representante do Município, que esteve sempre presente, para não acontecerem estas questões.-----

----- Penso que falei sobre tudo, o resto será para tomarem a devida nota. -----

----- Igreja da Misericórdia. Congratular-me igualmente como pude expressar na minha intervenção, desde 2004/2005 que ando “atrás” destas obras e que, para mim, eram quase que uma indignidade haver azulejos, que não são também especiais, mas são muito bonitos e basta isso, presos com fita-cola e ver o estado dos tetos. -----

----- Eu, na altura, como cidadão, reclamei e fiquei muito feliz de poder ajudar e de poder concretizar. Aqui está um bom exemplo de um excelente trabalho da Misericórdia de Pereira, do Provedor, da Mesa e de todas as pessoas que colaboraram. -----

----- Quanto à questão das Piscinas Municipais, peço novamente autorização ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal a intervenção do Professor Charro, pois eu nem sei se há algum privilégio para pessoas com Cartão Sénior, privilégio no ponto de vista de ocupação ou de prioridade e não me parece existir qualquer fundamento nesta crítica ou neste alerta. -----

----- A frequência é livre, assim penso que está a ser, só se eu desconheço alguma questão, que também é possível. Nós temos pessoas de fora do concelho a procurar a nossa Piscina e,

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO***Sessão ordinária de 2023, fevereiro, 28***

por isso, estou a achar estranha esta questão. -----

----- Senhor Professor Charro, o que o Senhor membro da Assembleia pede é que explique as condições de acesso à Piscina.” -----

----- Retomou a palavra o Chefe de Divisão de Educação, Desporto e Ensino Profissional, José Charro, dizendo: “Boa tarde novamente. Eu estou um bocadinho espantado com o que foi dito aqui pelo membro António Augusto Torres porque, neste momento, eu tenho comigo os números do dia de hoje, nós temos ainda, em particular para adultos, duas turmas, à segunda e à quinta-feira, as 18.45h e às 19.30h, com 14 vagas por ocupar, estamos a falar de natação para adultos. No total, a Piscina, neste momento, tem 533 utilizadores, estamos dez por cento acima da ocupação que existia quando a Piscina encerrou, em 2020. Como disse, ainda existem turmas com vagas por ocupar. Também existem pessoas em lista de espera, mas não existe nenhuma condição melhorada para os detentores do Cartão Sénior.” -----

----- Retomou a palavra o PCM que disse: “O que o Senhor membro quer saber é o quê que as pessoas têm que fazer para poderem frequentar essas aulas.” -----

----- Tomou novamente a palavra o Chefe de Divisão de Educação, Desporto e Ensino Profissional, José Charro dizendo: “Só têm que se dirigir ao Balcão da Piscina Municipal e inscreverem-se nestes dois horários em particular, que foram os horários de adultos que julgo que referiu, temos estes dois horários, onde existem ainda, num horário, 6 vagas e, no outro, 7 vagas.” -----

----- Tomou a palavra o PMAM dizendo: “Peço desculpa, eu não gosto de abrir precedentes, mas vou dar, excecionalmente, dois minutos ao membro António Augusto Torres para dizer se está esclarecido ou não ou se quer acrescentar mais alguma coisa.” -----

----- Tomou a palavra o membro António Augusto Torres dizendo: “Com a minha questão quero, simplesmente, colaborar e não complicar. O colaborar é perceber como funciona. Eu fui à Piscina Municipal para me poder inscrever e, no horário que eu tinha disponível para poder frequentar as aulas, só podiam ser frequentado por quem tivesse Cartões Seniores. Entretanto, e tendo sido frequentador das piscinas através das aulas da hidrogenástica, havia horários compatíveis para quem pudesse, após os horários laborais, poder haver esse funcionamento. -

----- A pergunta é muito simples: será que nesses horários pós-laborais existe o funcionamento da piscina? Por aquilo que sei e por aquilo que me disseram, existe esse horário, mas através de clubes associados às piscinas. -----

----- Portanto, posso estar equivocado, coloquei essa hipótese, mas estou aqui para poder ser esclarecido e, a meu ver, nas Assembleias, quando não sabemos, temos o direito de colocar

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO***Sessão ordinária de 2023, fevereiro, 28***

questões e de ter alguém que as esclareça. -----

----- Faltou-me só um pormenor e, já agora, aproveito e digo que, na altura, quando foram encerradas as piscinas, estava para ser aprovado o Regulamento das mesmas. -----

----- Pergunto se, neste momento, o Regulamento das Piscinas está em discussão pública para ser feita a sua aprovação?” -----

----- Tomou a palavra o PMAM dizendo: “Vou dar a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal. No entanto, quero referir que este é o meu receio de abrir exceções. Se repararam, é sempre acrescentado algo mais e temos que ser, também, autodisciplinados.” -----

----- Retomou a palavra o PCM que disse: “Antes de passar a palavra ao Professor José Charro, gostaria de deixar aqui uma nota, para que não haja confusões. -----

----- Em relação à questão colocada pelo membro António Augusto Torres, dar nota que a existências dos clubes e a sua colaboração (penso que de momento temos dois clubes que querem colaborar connosco) tem a ver com uma coisa muito simples e muito objetiva: os professores das piscinas têm horários e nós não podemos sobrecarregá-los mais e alguns já têm uma carga muito elevada porque eles têm que ter um período de descanso. -----

----- A colaboração, contrariamente ao que pensam, não é por ter vontade de concessionar as piscinas a clubes, não tem nada a ver com isso, é sim porque eles dão-nos uma ajuda preciosa. Portanto, nós não temos capacidade, com o número de professores que temos, a não ser que continuemos a colocar trabalhadores, mas não faz sentido, de assegurar todos os horários existentes. -----

----- Aquilo que esses clubes fazem é muito bom e precioso para nós. -----

----- Mais, há uma condição, nesta parceria “informal”, que é uma parceria que tem que estar consumada, portanto, existe um Protocolo que é, nos horários nobres, nós não precisamos de ajuda porque esses horários são muito procurados. Nós precisamos de ajuda é para ocupar todo o resto. Estamos a fazer um trabalho, aproveito para dar um elogio à Senhora Vereadora Diana Andrade que me convenceu a ceder nessa questão, que é darmos uma experiência gratuita aos alunos do Pré-Escolar, isto para os incentivar a começar a ter boas práticas desportivas. E porquê? Porque nós temos uma perda de cerca de 16 mil euros, mas compensa o estímulo à boa prática desportiva, ao uso da piscina e vai ocupar a piscina nos horários “mortos” e, nessa sequência, conseguimos rentabilizar ao máximo. Eu consigo fazer um equilíbrio entre o que perco e o que ganho, ou seja, tenho ali uma infraestrutura pesada que dá um grande prejuízo ao Município, portanto, por mais que eu queira inventar vai sempre dar prejuízo, mas eu consigo, de certa forma, compensar esse prejuízo.-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO***Sessão ordinária de 2023, fevereiro, 28***

----- Era esta explicação que eu queria dar para que não ficassem dúvidas, a colaboração dos clubes é preciosa porque não tenho recursos humanos, nem posso ter, para assegurar todo o período útil de utilização da piscina.” -----

----- Tomou a palavra o Chefe de Divisão de Educação, Desporto e Ensino Profissional, José Charro dizendo: “Relativamente à questão da piscina, gostava de deixar aqui dois ou três esclarecimentos que considero importantes, complementando aquilo que o Senhor Presidente também já referiu. -----

----- A piscina tem um horário de funcionamento das nove da manhã às dez da noite. Neste horário de funcionamento, mais de cinquenta por cento das horas de aulas diárias são asseguradas por recursos da Autarquia.-----

----- Neste momento, efetivamente em comparação com o ano 2019/2020, os recursos da Autarquia têm uma capacidade inferior de dar aulas na piscina e explico porquê. Não aumentámos o número de técnicos de desporto na Autarquia, mantivemos os mesmos, alguns deles, por razões pessoais e/ou familiares, também têm horários flexíveis que de certa forma coloca alguns problemas na sua disponibilidade na piscina, mas não é essa a principal razão. A principal razão é que, em 2019, o programa de atividades físicas sénior tinha oito polos no concelho, com aulas uma vez por semana, que eram asseguradas por estes técnicos de desporto. Atualmente, esse programa tem dezoito polos, duas vezes por semana, com os mesmos técnicos de desporto. -----

----- Para além deste programa, temos ainda o programa de atividade física nos Jardins-de-Infância, que também são assegurados pelos mesmos técnicos de desporto. -----

----- Por esta razão, evidentemente, há uma redução da disponibilidade de técnicos superiores de desporto na piscina, mas isso não significa que não estejam cobertas todas as necessidades e toda a tipologia de atividades em turmas, asseguradas pelo Município. -----

----- Por tudo isto, volto a dizer-vos, as turmas do Município, neste momento, têm 533 utilizadores, isto vai desde bebés, passando pela hidroginástica sénior, que é sobretudo para a população sénior, acontece normalmente durante as manhãs, que é quando os seniores têm maior disponibilidade e quando lhes faz melhor a atividade física. Para além disto, temos ainda as aulas de aperfeiçoamento, em todos os escalões, existem pelo menos duas aulas por semana, há duas ou três turmas que estão esgotadas, mas em quase todas as turmas ainda existem vagas e, nestas de adultos, em particular, como disse anteriormente, existem, numa turma, seis vagas e, na outra, sete.-----

----- Este trabalho é complementado pela oferta de duas organizações desportivas do

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão ordinária de 2023, fevereiro, 28

concelho, que também têm competência e capacidade para disponibilizar serviços de aprendizagem e de competição na área da natação.” -----

----- Tomou a palavra o PCM que disse: “Peço que o Professor José Charro preste esclarecimentos relativamente à questão dos transportes do Castelo Mágico, colocada pelo membro Ana Cristina Jorge, dando um complemento do que expliquei, para além do problema que tivemos com a segurança, existiram também outros problemas que eu gostaria de ver aqui esclarecidos.” -----

----- A pedido do PCM retomou a palavra o Chefe de Divisão de Educação, Desporto e Ensino Profissional, José Charro dizendo: “Para além da imposição da segurança, em não deixar subir mais que um autocarro de cada vez e terem ficado retidos um conjunto de autocarros, que fez com que atrasasse todos os outros transportes, que iriam acontecer a seguir, uma vez que, muitos destes autocarros, como compreenderão, não faziam só um serviço, faziam vários serviços, ou seja, chegavam ao Castelo e iam para outra escola buscar outros alunos, existiu também uma outra que, trouxe várias contrariedades, que foi a questão da EBI de Pereira. ----

----- Por decisão dos professores da escola e por várias razões, no próprio dia de manhã, decidiram que os alunos não poderiam ir ao Castelo Mágico naquele dia e, portanto, enquanto se decidiam se as crianças iam ou não, os autocarros estiveram na escola à espera, mais de uma hora, o que colocou em causa um conjunto de transportes das outras escolas, e que veio trazer constrangimentos nesse dia, que era um dia em que muitas escolas iriam ao Castelo Mágico. --

----- Todas estas questões trouxeram estes problemas de organização, que os serviços de educação da Autarquia estiveram presentes todos os dias no Castelo Mágico, como a Professora Ana Cristina sabe, a tentar resolver todos os problemas que iam surgindo. Foi difícil, mas estivemos sempre ali disponíveis para resolver todas as questões que foram sempre resolvidas.

----- Isto para dizer que, efetivamente, houve um problema de transportes, mas não foi só esta questão da segurança.” -----

----- Retomou a palavra o PCM dizendo: “Continuando a responder à intervenção do membro António Augusto Torres, em relação à comunicação e imagem, eu não tenho nada a opor, não tenho nenhum problema que seja divulgado, o Senhor Presidente da Assembleia fará como entender em relação a este assunto.” -----

----- Tomou a palavra o PMAM, dizendo: “Em relação a esta questão, curiosamente acabam de me informar os serviços, que nem eu próprio sabia, que aquilo que eu disse que ia acontecer já aconteceu porque já está disponível na página da Câmara Municipal, desde que nós marcamos as nossas Assembleias.” -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO***Sessão ordinária de 2023, fevereiro, 28***

----- Retomou a palavra o PCM dizendo: “Quanto à questão da limitação da tonelagem, não está em causa nenhum problema de segurança rodoviária, está em causa uma coisa que é muito importante, que é o abuso que estamos a ser alvo, de um conjunto de pessoas que, vale tudo nas estradas do concelho e, portanto, nós com alguma antecipação fizemos aquilo que se impunha e que visa acautelar que as pessoas que circulam pelas nossas pontes estejam seguras daquilo que ali está e, portanto, não há esforço para as infraestruturas.-----

----- Pedia a colaboração da Senhora Eng.^a Isabel Quinteiro, para vir esclarecer a questão da segurança das pontes que penso que está a acompanhar e, também, em relação à alteração da tonelagem na Ponte da Lavariz.” -----

----- Usou da palavra a Chefe de Departamento de Obras Municipais e Urbanismo, Eng.^a Isabel Quinteiro que disse: “Boa tarde, a todos. Na pessoa do Senhor Presidente cumprimento todos os presentes. -----

----- De facto, não se prende por questões de segurança da Ponte de Formoselha nem da Ponte da Lavariz, portanto, havia, de facto, um ligeiro assentamento na Ponte da Lavariz e, de forma a impedir que essa situação se agravasse, foi proposta esta limitação de tonelagem. ----

----- Não podíamos de forma alguma deixar de a colocar, também, na Ponte de Formoselha, porque quem passa na Ponte da Lavariz depois, obviamente, circula por Formoselha e vice-versa e, nesse sentido, foi ouvida a APA que concordou com essa limitação de tonelagem. -----

----- Isto prendeu-se, também, com a questão da limitação de tonelagem a veículos pesados que foi colocada no concelho todo, que penso que é do conhecimento dos Senhores Membros Municipais, para de alguma forma garantir a segurança das pessoas e dentro das povoações, essencialmente, a segurança das pessoas e mesmo a segurança rodoviária.” -----

----- Retomou a palavra o PCM dizendo: “Quanto à questão do Posto Médico de Pereira, as obras vão durar 60 dias, tem a ver com o piso que abateu e, portanto, é uma questão de segurança e estamos a restabelecer a segurança no piso.-----

----- Quanto à questão das Unidades de Saúde Familiar (USF), como sabe não é nossa competência. A solução das Unidades de Saúde Familiar (USF) neste país foi sempre uma solução bem-sucedida, trabalham bem, os utentes estão satisfeitos. -----

----- Esta Unidade de Saúde Familiar (USF) em concreto cria ali alguns constrangimentos, dos quais eu não posso, neste momento, sequer me envolver nisso, tem de partir da iniciativa dos próprios profissionais de saúde e dos responsáveis pela saúde. -----

----- Quero-lhe dizer que, quando decidi aceitar fazer as obras que iriam custar 30 mil euros e que ficaram em mais de 100 mil euros, eu já tinha em vista a possibilidade que, quando esses

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO***Sessão ordinária de 2023, fevereiro, 28***

tais profissionais da saúde assim o quisessem, tinham ali umas belas instalações e, penso também, que foi a disponibilidade e a posição dos Senhores Presidentes da Junta de Pereira, na altura e o atual. -----

----- Por isso, a nossa disponibilidade é incondicional para que Pereira tenha, se eles assim o entenderem, uma Unidade de Saúde Familiar (USF), mas não é uma questão que eu possa interferir, nem que possa garantir, nem que possa fazer pedidos, não posso fazer nada disso. -

----- Se me perguntarem, estou de acordo, desde que respeitados os direitos dos cidadãos, dos munícipes, desde que verifique que as coisas vão funcionar bem, que eles não percam direitos, para mim, estamos sempre disponíveis para essa situação.-----

----- Quanto à intervenção do Senhor membro Paulo Galvão no que diz respeito à Ponte da Lavariz, sempre que estou com o Senhor Ministro lhe falo nisto, sempre que estou com o Vice-Presidente da APA lhe falo nisto, porque estamos a pagar e, portanto, a Ponte da Lavariz é algo que me preocupa. -----

----- O Presidente da APA não é uma pessoa que se veja, mas isso não é um problema meu, não tem a ver comigo, mas o Vice-Presidente é uma pessoa muito solícita e que frequentemente está em ligação comigo e, portanto, sempre que estamos juntos, falo-lhe na Ponte da Lavariz, porque custa muito dinheiro manter a mesma. -----

----- Está em fase final para lançar procedimento, as últimas informações que tenho são estas, não sei se já há mais alguma novidade. -----

----- Quanto à questão da Ponte Pedonal do Casal Novo do Rio, já dei há muito tempo ordens aos serviços para que a mesma seja reparada. Gostaria que o Senhor Arquiteto Pinheiro, que é o responsável pela Logística, pudesse vir aqui esclarecer o Senhor membro Paulo Galvão.”-----

----- Tomou a palavra o Arquiteto Pinheiro, Diretor do Departamento de Cultura e Equipamentos Municipais da Câmara Municipal, que disse: “Boa tarde. Relativamente a este assunto, os serviços da logística aguardam a entrega do material para proceder à execução por administração direta.-----

----- Como sabem, em tempos já fizemos uma pequena intervenção e, verificamos que o estado da Ponte era demasiado frágil, pelo que, tivemos que fazer uma nova encomenda, um novo procedimento e, neste momento, estamos a aguardar a entrega do mesmo, uma vez que, nesta fase as empresas encontram-se com dificuldades na entrega dos materiais.” -----

----- Retomou a palavra o PCM que disse: “Esta questão tem a ver com o tipo de material que se encomendou. Como sabem há materiais que não estão disponíveis no mercado, em face dos constrangimentos da guerra da Ucrânia e, de todo um conjunto de situações, que estão a

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão ordinária de 2023, fevereiro, 28

ocorrer no País. -----

----- Penso que da minha parte está tudo esclarecido, Senhor Presidente.” -----

----- **Ponto 2. Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara, nos termos da alínea c), nº 2, do art.º 25º do Anexo I, da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro, na sua atual redação.** -----

----- Retomou a palavra o PMAM dizendo: “Muito obrigado. Passamos então ao ponto dois da Ordem de Trabalhos. O nosso Regimento que V. Exas aprovaram por unanimidade, diz que o período antes da Ordem do Dia deve durar sessenta minutos e, se vocês verificarem, levamos quase cento e vinte minutos só nesse ponto. -----

----- Com o beneplácito que tenho tido sempre, no ponto número dois da Ordem de Trabalho, eu dou a oportunidade de falarem, outra vez, naquilo que já falaram. Mas, relembro aquilo que disse na última Assembleia Municipal: não vou autorizar réplicas nem tréplicas, porque, como perceberam, não nos leva a lado nenhum, nem a solução nenhuma. -----

----- Portanto, tem a palavra o Senhor membro Patrício Duarte que foi quem primeiro se inscreveu.” -----

----- Usou da palavra o membro Patrício Duarte (Coligação Unir pela Mudança) dizendo: “Muito obrigado Senhor Presidente. Na página da Câmara Municipal está o Regulamento sobre o Pré-Escolar e, este, no artigo 4º, nas obrigações da Câmara Municipal de Montemor-o-Velho, no ponto 1: “Disponibilizar, sempre que seja acordado com as entidades prestadoras de serviço ao nível dos Recursos Humanos e de material de desgaste.”; no ponto 3: “Promover a colocação de pessoal responsável pelo prolongamento de horário nos estabelecimentos onde isso tenha sido acordado”. Claro que, como disse na minha intervenção, sei que este Regulamento está desatualizado, e que neste momento é a Junta de Freguesia de Arazede que assume.” -----

----- Tomou a palavra o Presidente da Câmara que disse: “O Senhor membro Patrício Duarte não quer reformular a questão aqui colocada?” -----

----- Retomou a palavra o membro Patrício Duarte (Coligação Unir pela Mudança) que disse: “Vou então reformular aquilo que disse, para fazer um pedido ao Senhor Presidente da Câmara, para tentar perceber qual é a dificuldade que a Junta de Freguesia de Arazede, e eu tenho conversado muito com o Senhor Presidente da Junta, o Senhor Paulo Costa, por quem eu tenho o maior respeito, mas tentar perceber porquê que estas pessoas, continuarem a recibo verde.” -----

----- Tomou a palavra o membro Bruno Ferrão (Coligação Unir pela Mudança), que disse: “Depois de apreciada e analisada a informação escrita do Senhor Presidente da Câmara, pouco se retira. Não há obra nova ou planos de obras estruturantes, para o nosso concelho. -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão ordinária de 2023, fevereiro, 28

----- As nossas Assembleias Municipais reduzem-se a debater as festas que vão acontecendo. Vamos de festa em festa, como se a Câmara Municipal fosse algum Grémio Cultural. Já temos o Festival do Arroz e da Lampreia para o início, a Feira do Ano em Setembro, o Castelo Mágico no final do ano e, deixo aqui a sugestão da criação da FESTA DO MEIO!-----

----- Uma nova festa, para o Executivo Municipal poder tirar fotos e abrir garrafas no meio do ano.-----

----- Dizer também que da apreciação escrita, retira-se que a Câmara Municipal preside a ADELO no biénio 2020-2022. Questionamos, qual a duração do mandato e se no próximo mandato tem intenção de continuar na presidência.-----

----- A ADELO é um organismo intermédio de gestão e aplicação de fundos comunitários. Atualmente estamos em fim de programa Portugal2020 e no início do novo programa Portugal2030. A aplicação de fundos europeus é essencial para o desenvolvimento regional e quebra dos desequilíbrios entre regiões. Deve a ADELO ter uma especial atenção para as empresas do Concelho de Montemor-o-Velho, abrindo candidaturas e programas que se adequem e possam alavancar a nossa economia local.”-----

----- Tomou a palavra o PCM que disse: “A primeira questão, eu sei que o Senhor Presidente da Assembleia não gosta, mas eu tenho o direito que, é para mim constrangedor, eu não sei que contrato interadministrativo o Senhor membro quer que eu fiscalize e o quê que quer que seja fiscalizado.-----

----- Gostaria que essas questões fossem esclarecidas e, eu de imediato darei ordens para se fiscalizar aquilo que pretende, portanto, não tenho nenhum problema com isso, mas tem que me denunciar a situação concreta, para eu mandar fiscalizar e daí tirar consequências.-----

----- Se for esclarecida qual é a questão, tomarei medidas concretas, se não for, eu ou os serviços faremos a fiscalização normal, existe um gestor de contrato.-----

----- Gostaria também de me pronunciar sobre uma questão que me parece injusta. É evidente que a oposição critica sempre o Presidente da Câmara, o Executivo, dizendo que não fazem nada, que não há obra, que não há projetos e, quanto a isso, não tenho nenhum problema.-----

----- Ainda hoje aqui foi dado um exemplo da ocupação dos professores da Piscina Municipal, não sei se repararam. Aquilo que exigimos dos nossos colaboradores, o trabalho que é feito, eu quero referir que aquela ocupação que os seniores em movimento têm, dos polos, aquilo não existia, esse trabalho com os seniores não existia no passado.-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO***Sessão ordinária de 2023, fevereiro, 28***

----- Daqui me quero penitenciar, a mim podem-me criticar à vontade, eu não vou a eleições, não tenho nenhum problema com isso e já ganhei as eleições que tinha que ganhar e as pessoas respeitam-me enquanto tal, não tenho nenhum problema. A questão que se coloca aqui é que, no meio desta história toda, estamos a criticar as pessoas que trabalham muito na Câmara Municipal e eu quero aqui fazer uma *mea culpa* porque nós “exploramos” muito os trabalhadores da Câmara. Contrariamente ao que dizem, os trabalhadores da Câmara não são uns caleceiros, uns preguiçosos, eles trabalham muito. Porque assegurar o serviço público não é brincadeira, ou seja, as pessoas estão cada vez mais exigentes, trabalhamos em diversas frentes, a Câmara de Montemor-o-Velho é exemplo em muitos sítios, muitos dos nossos projetos são replicados na região, eu não tenho nenhum problema com isto, não estou a fazer campanha eleitoral, mas acho injusto que se reduza o trabalho da Câmara às festas.-----

----- Quanto ao que foi dito, “...de festa em festa, crie-se “A Festa do Meio”...”, diga-me a sua sugestão que eu faço-a, se esta tiver interesse para a promoção do Concelho. -----

----- Já de agora, quero dar uma nota que me parece importante. -----

----- Há concelhos que têm a sorte de ter grandes empresas e ter grandes alternativas para que possam ser líderes na sua região, eu, infelizmente, estou metido no meio da cidade de Coimbra e da cidade da Figueira da Foz e os estudiosos que estudam as afirmações das cidades e dos territórios, dizem que, quando isto acontece, há um efeito tenaz que comprime a cidade do meio. -----

----- Portanto, fico muito satisfeito quando eu consigo meter a cabeça de fora, seja pelas Festas, e por essa “Festa do Meio”, que estou disponível para organizar porque se essa Festa do Meio trouxer animação à economia local e, eu vou dar o exemplo do Festival do Arroz e da Lampreia, que nem fui eu que o criei, nem o inventei, só o reinventei. O Festival esgota a restauração, a quantidade de pessoas que visita Montemor, a quantidade de pessoas que visita os nossos eventos, isso traduz-se numa animação importante da economia local.-----

----- É verdade que eu gostaria de ter um Concelho assente noutra tipo de estrutura económica, de infraestrutura económica, mas isso tinha que ser feito no passado.-----

----- E aquilo que eu queria dizer é que, por mais barulho que façam quando eu estou a intervir, a Zona Industrial de Montemor-o-Velho tinha uma empresa a laborar quando eu cheguei à Câmara, a Zona Industrial de Arazede nem sequer existia. Eu não resolvi o problema da estrutura económica de Montemor, mas há uma coisa que fiz: eu acelerei o tempo nessa matéria. -----

----- Portanto, quando dizem que é festa em festa, eu não tenho nenhum problema em

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão ordinária de 2023, fevereiro, 28

assumir que faço festas, mas quando quiserem discutir números, também estou disponível e não tenho medo nenhum desta situação. Eu, no passado, fui Vereador e vi festas que custavam mais naquela altura do que custam as que eu realizo agora e não tinham o impacto, nem a dimensão, que hoje conseguimos alcançar com os nossos eventos.-----

----- Eu gostaria de que, quando se fala nisto, se falasse com uma crítica como fez o membro Ana Cristina Jorge, aceita o Castelo Mágico, vamos melhorar, uma recomendação. Se falasse numa crítica nestes moldes, eu aceitaria. -----

----- Mas não pode dizer que o Castelo Mágico é uma festa, sim é verdade, gastamos dinheiro com o evento, mas eu tive oportunidade, no âmbito da Comunidade Intermunicipal, de visitar uma cidade que vive só de eventos, vive em festa todos os dias, chama-se Gramado, no Brasil. -----

----- O orçamento da empresa Municipal que trata dessas festas é de 10 milhões de dólares. Há trinta anos, essa cidade era um centro de pastagens de bois, as pessoas paravam naquele local para os bois descansarem no caminho que faziam para o porto. -----

----- São perspetivas! -----

----- As indústrias criativas, as indústrias da cultura, as indústrias dos eventos são uma forma de atrair pessoas.-----

----- Quero dizer-lhe que, na Bolsa de Turismo de Lisboa – BTL, nós vamos promover os nossos eventos, queremos que as pessoas visitem Montemor e, portanto, é uma abordagem que pode ser feita ou não, mas, enquanto eu aqui estiver, vamos apostar nos eventos, vamos apostar na vinda de pessoas, já chega de, “orgulhosamente sós”, com projetos megalómanos, que nos consomem recursos avultadíssimos e, que nós nunca vamos conseguir alguma vez rentabilizar, que são as tais grandes obras que eu herdei do passado. -----

----- Nunca na vida, nenhum Presidente vai conseguir chegar ao *break even*, nalgumas infraestruturas que aqui foram construídas. -----

----- Portanto, não tenho nenhum problema, fiz as minhas opções, fui julgado por elas, mas estou à vontade nesta situação. -----

----- Peço, no entanto, aos membros da Assembleia Municipal de todas as Bancadas, que tenham respeito pelos trabalhadores porque é-lhes exigido muito. Em todas as ações que eles fazem, nem tudo está bem, nem tudo corre bem, mas esta é uma realidade para mim, incontornável e, quando dizem que esta gente anda toda em festa e, que não fazemos nada, é uma falta de respeito para com os trabalhadores e, claro, já não falo de mim nem do meu Executivo.-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO***Sessão ordinária de 2023, fevereiro, 28***

----- Em relação à ADELO, eu por acaso fico surpreendido com este tipo de interpolações, mas pronto. Fui recentemente eleito em votação secreta como Presidente da ADELO e não é que eu queira acumular cargos, não tem nada a ver com isso. Como sabem, há um sistema de rotação de cargos nestas instituições, chegou a minha vez e eu não “neguei fogo”, não é por estar na CIM, não é por estar na ABMG, só me “sai do corpo”, como se costuma dizer e passo a expressão, não tenho vida própria, não tenho um único minuto livre da minha vida para além disto. Felizmente, estou sozinho e bem acompanhado e, tenho a vida toda para me dedicar às causas, sendo certo que, com muito orgulho, farei o meu papel na ADELO.-----

----- Tenho por hábito não falar das Instituições fora das mesmas, estou disponível, Senhor Presidente da Assembleia, para trazer aqui a equipa da ADELO para explicar aos Senhores Membros da Assembleia aquilo que se avizinha no futuro para os DLBCs e para os GAL.-----

----- Infelizmente, o Governo do nosso País retirou toda a importância que estes DLBCs tinham na implementação de Fundos Comunitários. Contra a minha vontade, já me insurji em relação a este assunto com a Senhora Ministra da Coesão, disse-lhe que era um erro tremendo, os DLBCs são muito importantes nas economias locais, nos pequenos projetos, nos pequenos investimentos e reduzir o seu âmbito de ação à agricultura e ao Ministério da Agricultura parece-me muito redutor e, nessa perspetiva, insurjo-me contra aquilo que foi decidido, e não tenho nenhum problema em assumir isso publicamente, assumi na CIM e assumo-o também aqui. ---

----- Quanto à questão de trazer mais projetos para Montemor, gostaria de fazer aqui uma correção: a distribuição das candidaturas pressupõem duas ou três notas que eu quero aqui esclarecer. Primeiro o tecido empresarial, as entidades têm que se candidatar, com bons projetos, com projetos elegíveis, com projetos que se enquadrem nos programas de candidatura. Para isso, e estão aqui presentes os Senhores Presidentes de Junta, estão aqui membros de entidades, eu tenho disponibilizado os serviços da Câmara, sempre que posso, para ajudarem a fazer essas candidaturas, ajudar a fazer boas candidaturas. Ainda fazemos outra coisa que é darmos uma pequena ajuda no que têm que participar.-----

----- Normalmente os programas dos DLBCs têm uma taxa de financiamento na ordem dos cinquenta por cento, é muito problemático para as Instituições e para as juntas de Freguesia este tipo de candidaturas, uma coisa é ter uma taxa de financiamento de oitenta e cinco por cento, outra coisa é ter de cinquenta ou quarenta por cento.-----

----- Mesmo que lhe possamos dar dez ou quinze por cento, uma ajuda, não é fácil ajudar a ter boas candidaturas e a ter uma grande representatividade nas candidaturas. Há uma outra nota, as candidaturas na ADELO são avaliadas por uma Comissão Independente, não têm nada

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão ordinária de 2023, fevereiro, 28

a ver com o Senhor Presidente da Câmara, nem com o Presidente da ADELO. É uma estrutura que funciona como na CIM, existe completamente independente e à prova de qualquer interferência na sua decisão. Quero dizer isto com toda a clareza, existe a preocupação na ADELO, como existe nas outras entidades, de redistribuir os fundos de uma forma equitativa por todos os Municípios, isso passa-se na ADELO, com muito orgulho. Eu que faço parte dos Órgãos Sociais da ADELO, desde que sou Presidente de Câmara, tenho constatado isso e, assim vai continuar para o futuro. -----

----- Dar nota de que fomos excluídos numa primeira abordagem do Programa do Mar, porque, segundo as ideias peregrinas de quem gere estas coisas, não temos mar, mas naturalmente que somos influenciados pelo mar e temos uma ligação ao mar muito estreita. Isso vai ser corrigido e nós estamos a fazer esforços no sentido que isso possa ser viável. -----

----- Essa é a minha disponibilidade e aquilo que eu posso fazer na ADELO, que muito me orgulha fazer parte dos seus Órgãos de Gestão. A equipa é incrível. Dizer que, por exemplo, o Projeto Virtual é um projeto premiado a nível nacional, no estrangeiro, tem uma adesão incrível em Montemor, os nossos seniores adoram o Projeto Virtual e, é um Projeto que está a ser replicado noutros locais. Estou a dar este exemplo, mas existem outros projetos muito interessantes que a ADELO tem.-----

----- Volto a referir que, se quiserem conhecer melhor a ADELO, eu não me importo de trazer cá as pessoas da ADELO, para falarem sobre isso.”-----

----- Tomou a palavra o PMAM dizendo: “Muito obrigado, Senhor Presidente, vamos passar então para o ponto 3 da Ordem de Trabalhos.”-----

----- **3. Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal, o Projeto de Regulamento do Mercadinho Local de Montemor-o-Velho.**-----

----- Usou da palavra o membro Paulo Galvão (CDU) que disse: “Muito obrigado, Senhor Presidente. Relativamente a este ponto, nós não vimos nenhum problema com o Regulamento. Fomos falar com os atuais vendedores do mercadinho que nos disseram que os *stands* não são adequados à venda dos produtos que têm. Achamos que a Câmara, também, deveria ter o cuidado de falar com os vendedores. -----

----- Sempre estivemos contra a localização do mercadinho ou sobre o sítio onde está o Pelourinho. O Pelourinho está encaixado no meio dos *stands* e, na nossa opinião, não é o sítio indicado. É um edificado com história, não me parece bem ali.”-----

----- Usou da palavra o membro Bruno Ferrão (Coligação Unir pela Mudança) dizendo: “Caro Senhor Presidente da Assembleia Municipal, acompanhando a nossa Bancada do Executivo

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão ordinária de 2023, fevereiro, 28

Municipal, que já votou contra este Regulamento, é gritante para nós a falta de coordenação com os produtores locais, as desigualdades com os feirantes e os produtores que usufruirão deste Mercadinho Local e, por isso, a nossa Bancada vota contra.” -----

----- Tomou a palavra o PCM que disse: “Quanto à intervenção do membro Bruno Ferrão, abstenho-me de comentar, cada um tem a sua visão das coisas, quando puderem, terminem com o Mercadinho.-----

----- Quanto à questão do Pelourinho, dizer que o local do Pelourinho não é aquele. Vamos ser claros, eu costumo dizer que estas coisas não podem influenciar a vida das pessoas, o Pelourinho foi arrastado para ali e eu não concordo que lhe tiremos o destaque que tem. Na minha opinião, o mesmo nem estava numa posição de destaque na própria feira da madeira, parece-me não ser motivo para nós impedirmos que aquele espaço seja dinamizado. As Vilas e Cidades têm que ter animação e têm que ter vida. Os monumentos não podem prejudicar as suas dinâmicas. -----

----- Não concordo que o Mercadinho possa colocar em causa ou em perigo o Pelourinho. Não concordo!-----

----- A razão de ser da minha intervenção é a seguinte: dizer que nós e, toda a gente deste País, estamos a ter imensos problemas com os empreiteiros, nomeadamente, no PARU, na Frente Ribeirinha, no Convento dos Anjos, em todo o lado e, portanto, esta obra está atrasada por causa disso. -----

----- Quanto à questão dos *stands*, estes foram concebidos e, efetivamente, nós assumimos que há uma inadequação para algum tipo de venda, ou seja, para as cadeias curtas, que é aquilo que se trata, não é venda profissional, mas sim vendas do próprio produtor ao consumidor. Este tipo de vendas tem muito sucesso em Paris, em Berlim, em todo o lado e, não é preciso citar exemplos de Portugal, eu cito exemplos do mundo, Portugal agora apenas copia. -----

----- Portanto, nós já temos um procedimento em curso para alterar os *stands*, para que possam facilitar a venda daquele tipo de produtos, a exposição e a segurança dos próprios utentes do Mercadinho.” -----

----- Não havendo mais intervenções e encontrando-se presentes 31 membros da AM, realizou-se a votação da proposta apresentada que foi aprovada por maioria de acordo com os seguintes resultados obtidos na votação: -----

----- VOTAÇÕES-----

----- Fernando Jorge dos Ramos -----A Favor-----

----- Ana Cristina da Silva Jorge -----Contra-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão ordinária de 2023, fevereiro, 28

----- Maria Albertina Moleiro Ferreira Jorge-----A Favor-----

----- Ana Maria Batista Vaz Valente -----Contra -----

----- José António Pessegueiro Serrano-----A Favor-----

----- Telma Margarida Neves Simões -----A Favor-----

----- Patrício Emanuel Pereira de Almeida Duarte-----Contra -----

----- Tiago Dinis Santos Silva-----A Favor-----

----- Dulce Maria Melo Ferreira-----Contra -----

----- Fernando Pereira Nunes Curto-----A Favor-----

----- Paulo Alexandre Azambuja Galvão-----Abstenção -----

----- Liliana Isabel Batista Duarte -----A Favor-----

----- Bruno Miguel Nunes Ferrão -----Contra -----

----- Luís António Girão da Fonseca-----A Favor-----

----- António Augusto dos Santos Torres -----Contra -----

----- Elisa Maria Sá Pinto-----A Favor-----

----- Joaquim António Graça Rainho-----A Favor-----

----- Lídia Maria Cavaleiro Teixeira Pagaimo -----Contra -----

----- João Carlos Silva de Carvalho Rama -----A Favor-----

----- Sandra Paula Cardoso Strecht F. Alves -----Contra -----

----- Tânia Sofia de Jesus Monteiro -----A Favor-----

----- Rui Paulo Oliveira Costa -----A Favor-----

----- Victor Manuel Pardal Monteiro-----A Favor-----

----- Nelson António Moreno Carvalho -----A Favor-----

----- Joaquim Neves Martinho -----A Favor-----

----- Paulo Sérgio Silva Valente-----A Favor -----

----- António da Silva Ferreira-----A Favor-----

----- João António Góis Girão-----A Favor-----

----- João Paulo de Almeida Ângelo-----A Favor-----

----- Ricardo José Araújo Monteiro-----A Favor-----

----- Nuno Nobre Valente-----A Favor-----

----- **4. Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal, o Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios - PMDFCI 2022-2031, nos termos do n.º 10 do artigo 4.º do Despacho n.º 443-A/2018, de 9 de janeiro, na sua atual redação.**-----

----- Usou da palavra o membro Bruno Ferrão (Coligação Unir pela Mudança) dizendo: "A

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão ordinária de 2023, fevereiro, 28

bancada do PSD queria pedir 5 minutos de tempo, para refletir sobre este ponto.”-----

----- Usou da palavra o PMAM que disse: “Efetivamente isso está no Regimento, é possível, por isso 5 minutos a partir deste momento.”-----

----- **Os trabalhos foram suspensos durante 5 minutos.**-----

----- **Os trabalhos foram retomados.**-----

----- Retomou a palavra o PMAM dizendo: “Vamos retomar os nossos trabalhos no ponto 4, que é, aprovar, sob proposta do Executivo Municipal, o Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios - PMDFCI 2022-2031, nos termos do n.º 10 do artigo 4.º do Despacho n.º 443-A/2018, de 9 de janeiro, na sua atual redação.”-----

----- Usou da palavra o membro Dulce Ferreira (Coligação Unir pela Mudança) que disse: “Boa tarde, a todos. Na Pessoa do Senhor Presidente cumprimento todos os presentes.-----

----- Há cerca do ponto 4, aprovar, sob proposta do Executivo Municipal, o Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios, percebi que este ponto mereceu, na assembleia em que eu não estive, alguma confusão.-----

----- Portanto, previamente a esta reunião e através do Líder de Bancada, Bruno Ferrão, eu quis fazer chegar ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal algumas questões que encontrei aqui nos documentos.-----

----- É do conhecimento de todos que o Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios é aprovado por simples maioria, pela Assembleia Municipal e que o mesmo não foi aprovado pelo Executivo, previamente, logo, não terá sido visto por quem não o tinha que o aprovar e, por isso, percebi o porquê de ter havido, efetivamente neste ponto, alguma sensibilidade na última Assembleia.-----

----- Dizer que não participei na discussão pública deste Regulamento porque ela ocorreu de 7 a 27 de dezembro, por aí. Penso que também ninguém participou. Sendo que é um plano que se reveste de muita importância, porquanto, dos 290 mil hectares do solo municipal, maioritariamente é solo agrícola e florestal e, uma vez que as atividades que os nossos municípios e nós próprios desenvolvemos nesses 290 mil hectares, são em territórios classificados dessa forma, este Plano vai mexer e mexe com a vida de todos nós.-----

----- Por isso, vou-me justificar, uma vez que eu não participei nesta discussão, assim como ninguém participou nesta discussão pública, possivelmente porque não deram conta dela, uma vez que decorreu durante o Natal, ou seja, foram poucos dias, dizendo que nessa altura estive doente com COVID, o que me levou a estar 2 semanas perfeitamente incapaz. Portanto, se estivesse capaz, teria lido o Plano.-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO***Sessão ordinária de 2023, fevereiro, 28***

----- Nesta senda, quero dizer que, após a leitura do mesmo, encontrei vários erros de português e algumas coisas que mereciam ser corrigidas, antes do Plano ser publicado no Diário da República. Gostaria, portanto, de saber se é possível ou não o documento sofrer melhoramentos desse ponto de vista. -----

----- Gostaria também de dizer o seguinte: estes Planos Municipais de Defesa da Floresta revestem-se desta importância toda e estão assentes numa série de formalidades que o Governo impõe às Autarquias, têm dado muita preocupação à maioria, o que levou a uma manifestação, clara e negativa, dos Autarcas do nosso País. -----

----- Posso referir que, a 14 de julho de 2022, foi noticiado que os Autarcas da Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra estavam preocupados com a demora na revisão da Carta de Perigosidade de Incêndio Rural, produzida pelo Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas. Diz a notícia “os autarcas estão extremamente preocupados com a demora no processo de melhoria da metodologia da elaboração da Carta de Perigosidade de Incêndio Rural”, afirma a CIM e, isto porque é a Carta que suporta a classificação do solo e, por isso determina se podemos ou não fazer determinadas atividades em cada uma das parcelas dos nossos agricultores, das pessoas que têm pecuárias, das pessoas que têm parcelas de pequena dimensão, que caracterizam a maioria do território do nosso concelho, são matrizes de pouca área e, portanto, para cumprirem este Plano e a legislação que obriga a que exista este Plano, o Decreto-Lei n.º 82/2021, com as alterações introduzidas, é claro que vai trazer consequências bastantes negativas. -----

----- Esta notícia diz ainda que a Carta era suspensa e que iria ser desenvolvida uma metodologia que seria o que deveria ter acontecido neste tempo e até ao dia da amanhã. Se não foi feita nenhuma alteração a esta Carta, retoma-se a Carta que levou à preocupação dos Autarcas do País e, retomamos essa Carta e, portanto, a perigosidade impõe o modo de classificar e de fazer esta perigosidade, vai trazer consequências muito negativas. Posso referir que o nosso Presidente, Dr. Emílio Torrão, porque preside também a Comissão Sub-Regional, pelo menos à data presidia, da Gestão Integrada de Fogos Rurais, alertava nessa notícia que os órgãos, as Autarquias, deveriam adaptar as áreas prioritárias de prevenção e segurança até ao dia 31 de março de 2023, através de uma metodologia da responsabilidade da Comissão Nacional da Gestão Integrada de Fogos Rurais, que na altura ainda não era do conhecimento das entidades competentes. Salvo melhor opinião, que o Senhor Presidente também pode confirmar, não me parece que tenha havido desenvolvimento nenhum que pudesse ter melhorado esta Carta, ou pelo menos, retirado alguma das situações negativas que levaram a

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO***Sessão ordinária de 2023, fevereiro, 28***

estas preocupações todas, que eu concordo em absoluto.-----

----- Portanto, tenho aqui uma série de questões que nos colocam reservas na votação do documento tal como ele está, pelo que, antes de tomarmos algumas decisões, nós gostávamos primeiro antes de tudo, saber isso mesmo, se é ou não possível promover algum melhoramento ao documento, dado que ele depois tem de seguir para Diário da República.”-----

----- Retomou a palavra o PMAM que disse: “Senhor Presidente, o esclarecimento relativamente às questões políticas, se as quiser dar, agradeço que as faça. Depois a outra questão, eu aprecio a questão daquilo que foi já dito, relativamente à questão do texto em português, eu próprio tenho algumas questões face à questão do português em si, da redação, mas julgo que a questão do conteúdo é uma coisa, a questão da redação é outra, mas o que eu acho relevante é a questão política e da questão deste tipo de Planos, e o porquê deste tipo de Planos e o prazo de discussão pública, que de facto decorreu. Como é hábito queremos que todos participem, mas quando nós damos a oportunidade para participar, verificamos que pouca gente se interessa por essa discussão. Senhor Presidente, dou-lhe a palavra relativamente às questões políticas.”-----

----- Usou da palavra o PCM que disse: “Em relação à Carta de Perigosidade, vou-me pronunciar, porque esta tentativa de misturar as minhas intervenções enquanto Presidente da Câmara e Presidente da CIM não funciona bem, não me parece ser correto, mas eu pronuncio-me sobre a Carta de Perigosidade, noutra momento da minha intervenção aqui.-----

----- As questões que eu posso responder, já de imediato, questões de português, é perfeitamente admissíveis as correções e agradeço que me digam quais são os problemas porque, efetivamente, isso não é admissível.-----

----- Outras questões mais de fundo, pedia a presença da Dra. Andreia Lopes, no sentido de me explicar até onde podemos alterar e isto porquê? É prioritário que tenhamos este documento aprovado e, portanto, já deveria estar. Nós tivemos problemas com o fornecimento da cartografia e com todo um conjunto de situações e de constrangimentos que atrasaram a elaboração deste documento e, portanto, não posso atrasar mais, pelo que, não me parece que vá travar este processo.-----

----- Nesta senda, como sempre, estou sempre disponível para acolher as intervenções que legalmente puder fazer agora, sem atrasar sobremaneira o documento. O documento já está a ser trabalhado há muito tempo, inclusive, é um documento que a própria bancada já solicitou ou já denunciou em tempos, que devia estar atualizado e, portanto, agora parece-me um bocado contraproducente parar este processo.-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO***Sessão ordinária de 2023, fevereiro, 28***

----- Estou sempre disponível para correções de português, parecem-me perfeitamente admissíveis. Sobre o outro tipo de correções, peço a intervenção da Dra. Andreia Lopes.-----

----- Em relação à questão técnica que é levantada, a influência da Carta de Perigosidade no documento, o Eng.º Hélder Araújo vai explicar, bem como, todas as outras questões técnicas que queiram colocar.”-----

----- Retomou a palavra o PMAM que disse: “Pedia à Dra. Andreia Lopes que viesse à Assembleia Municipal e, simultaneamente, pedia ao membro Dulce Ferreira, relativamente às questões do português, do contexto, sem naturalmente alterar o Plano, uma vez que na conversa que eu tive com o membro Bruno Ferrão, foram essas as questões e não foram questões do Plano em si. -----

----- Pedia ao membro Dulce Ferreira que avançasse com as questões que ela entende que devem ser corrigidas, sem alterar o conteúdo.”-----

----- Retomou a palavra o membro Dulce Ferreira (Coligação Unir pela Mudança) que disse: “Senhor Presidente, eu disse exatamente isso. O que eu queria propor eram alterações de português, no sentido de que o documento que vai para o Diário da República não vá com este conteúdo, nomeadamente em 2 ou 3 páginas e, isto seria, 5 minutos sentados, com o grupo de trabalho. Agora, a minha dúvida é se é ou não é possível alterar. -----

----- Quanto às questões de fundo que refere, eu não as tenho.”-----

----- Retomou a palavra o PMAM que disse: “Então se forem só estas e, se me permitirem, eu vou fazer esta proposta. O membro Dulce Ferreira, numa reunião coordenada pela Dra. Andreia Lopes, com o Eng.º Hélder Araújo e eu junto os membros, Albertina Jorge e Paulo Galvão, para que haja uma representatividade de todos os Partidos, verifiquem até quinta-feira, as correções que pretendem fazer ao texto do Regulamento e, portanto, eu estou a admitir que o membro Dulce Ferreira está a dizer que nessa altura votaremos o documento e, portanto, a correção do texto do Regulamento será efetivamente a única coisa a fazer.”-----

----- Retomou a palavra o membro Dulce Ferreira (Coligação Unir pela Mudança) que disse: “O que eu queria dizer era exatamente isso. O meu contributo é exclusivamente para que o documento a ser publicado seja o melhor possível e, não posso deixar de aproveitar para dizer, eu sei o esforço de trabalho que a equipa tem tido ao longo dos últimos anos e, desde 2019, que nós devíamos ter este documento aprovado. -----

----- A nossa intenção é votar o documento, com as alterações que não vão alterar o conteúdo, de maneira nenhuma, mas vão melhorá-lo, tenho a certeza absoluta.”-----

----- A pedido do PCM, usou da palavra o Coordenador Municipal de Proteção Civil, Eng.º

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão ordinária de 2023, fevereiro, 28

Hélder Araújo que disse: “Nós com a entrada do Decreto-Lei n.º 82/2021, quem faz e promove a Carta de Risco de Incêndio e Perigosidade é supostamente o Estado, o ICNF. Eles publicam e nós temos de cumprir. -----

----- Os Planos Municipais de Defesa da Floresta têm de ser adaptados e nós já o fizemos e passamos da 3.ª geração para a 4ª geração, com o Decreto-Lei n.º 82/2021, inclusivamente, a nossa Carta de Perigosidade, a nível Nacional, é a das mais vantajosas, ou seja, conseguimos ter cerca 30% do território fora da perigosidade elevada e muito elevado, o que significa que pertencemos aos Municípios com menos perigosidade de risco e isto por um lado é bom, mas por outro é mau.-----

----- Mas, a nível de gestão territorial e a nível de planeamento territorial, é mais vantajosos nós termos aquela Carta Nacional do que não termos.-----

----- Neste âmbito, o Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios também tem uma ferramenta de planeamento, que basicamente transformou-se numa ferramenta de planeamento territorial para definirmos dispositivos, aliás, mesmo a questão das faixas está a ser feito um novo documento pela Autoridade de Proteção Civil, por causa dos edifícios em solo rural que têm que ter restrições.-----

----- Neste momento, o documento e toda a estrutura técnica foram validadas pelo ICNF, conseguimos ultrapassar todos os requisitos, fomos obrigados a um conjunto de normas técnicas emanadas por aquela entidade que tem parecer vinculativo.” -----

----- Retomou a palavra o PCM que disse: “A Carta de Perigosidade que a CIM contesta e que todos os Presidentes de Câmara contestam, por em causa própria e por solidariedade, é a forma como foi elaborada, portanto, é com base no algoritmo e que de uma forma muito sucinta, para que se perceba a razão de ser da contestação é de que, se virem a Carta de Risco de Incêndio ou de Perigosidade da Região de Coimbra, é uma Carta que está quase toda a vermelho carregado e que tem a ver com os incêndios, ou seja, tem a ver com os incêndios que ocorreram nos últimos anos. -- -----

----- O quê que isto vai trazer como implicação? -----

----- Implicação com restrições à construção ou a edificação e uso, no mais ignóbil possam imaginar e, esta é a revolta dos Presidentes de Câmara, do qual eu sou porta-voz, é de que, quando estiver alerta vermelho ou alerta laranja, as pessoas não podem fazer o seu *jogging* na floresta, não podem fazer piqueniques, por exemplo, ali naquela zona da Tocha, as pessoas não podem frequentar a praia porque não podem circular pela floresta. -----

----- Portanto, há aqui uma posição peregrina de alguns pensadores, que a solução para não

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão ordinária de 2023, fevereiro, 28

haver incêndios é tirar as pessoas da floresta, é tirar as pessoas dos lugares, ou seja, vamos mais longe, é não deixar construir. Vamos afastar as pessoas da natureza e vamos tirar as pessoas da natureza, isto é completamente ridículo, absolutamente ridículo, mas é aquilo que existe. -----

----- Portanto, a solução que esta gente encontrou foi esta, aliás, assumida publicamente pelo responsável da AGIF, onde com todas as letras disse isto que eu estou aqui a dizer, portanto, não tenham ilusões do que é que está aqui em causa. -----

----- As informações de que eu disponho são de que vão manter esta Carta, tal como está e, isto, vai gerar e, por isso também quis aqui falar, porque eu também quero a solidariedade de todos, porque vão ser todos afetados por isto e, quando não poderem fazer a sua corrida matinal, quando o próprio município não poder fazer o “Prémio Alves Barbosa”, ou o próprio Município de Arganil não poder fazer o “Rali de Arganil”, que é uma tradição de há muitos anos, ou outro tipo de eventos que atravessem as florestas, isto é ridículo, não é?-----

----- Portanto, e não quero que façam divulgação disso, nós vamos endurecer a luta. Nós, os Presidentes de Câmara, vamos passar para um tipo de luta, para uma abordagem muito mais agressiva nos próximos tempos porque, efetivamente, este documento é um verdadeiro atentado à liberdade, aos Princípios Constitucionais da Liberdade das pessoas e da Democracia Portuguesa. São estes organismos intermédios, são estes pensadores que condicionam a vida das pessoas, sem qualquer fundamento, porque a floresta protegesse com vigilantes. As florestas que não têm vigilantes são aquelas que ardem primeiro. -----

----- Esta era a explicação que eu queria dar sobre a questão da Carta de Perigosidade e da intervenção do Presidente da CIM e, das preocupações que nós temos, enquanto Comunidade Intermunicipal.”-----

----- Retomou a palavra o PMAM que disse: “Eu daqui falei aí para baixo e, se efetivamente, quer a Dra. Andreia Lopes, quer o Eng.º Hélder Araújo são funcionários do Município e, no fundo têm que respeitar as deliberações dos órgãos, eu não perguntei aos Membros, Paulo Galvão, Albertina Jorge e Dulce Ferreira, se aceitavam a proposta que, no fundo ficará em ata, nesta questão de Comissão.”-----

----- Usou da palavra o membro Paulo Galvão (CDU) que disse: “Não vejo nenhum inconveniente.”-----

----- Usou da palavra o membro Albertina Jorge (PS) que disse: “Estou com alguns problemas de agendamento, mas, se puder ser hoje, para mim dá.”-----

----- Retomou a palavra o PMAM que disse: “Então fica para hoje, depois da sessão da Assembleia Municipal. -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão ordinária de 2023, fevereiro, 28

----- Sendo assim, julgo que estamos em condições de votar o ponto 4 da nossa Ordem de Trabalhos e, para o qual, incluímos aqui uma proposta que eu fiz e, que os próprios aceitaram, de que a redação final do Regulamento, naquilo que é a correção do texto em português e, não o seu conteúdo, seja ainda hoje melhorado por uma Comissão que, naturalmente, a Dra. Andreia Lopes coordenará com o Eng.º Hélder Araújo e que inclui os membros, Dulce Ferreira, Albertina Jorge e Paulo Galvão, para fazer isso.-----

----- Se estiverem de acordo, eu passaria à votação desta proposta de aprovação, com a redação final.”-----

----- Encontrando-se presentes 30 membros da AM, realizou-se a votação da proposta apresentada que foi aprovada por unanimidade de acordo com os seguintes resultados obtidos na votação:-----

----- VOTAÇÕES-----

----- Fernando Jorge dos Ramos -----A Favor-----

----- Ana Cristina da Silva Jorge -----A Favor -----

----- Maria Albertina Moleiro Ferreira Jorge-----A Favor-----

----- Ana Maria Batista Vaz Valente -----A Favor -----

----- José António Pessegueiro Serrano -----A Favor-----

----- Telma Margarida Neves Simões -----A Favor-----

----- Patrício Emanuel Pereira de Almeida Duarte-----A Favor -----

----- Tiago Dinis Santos Silva -----A Favor-----

----- Dulce Maria Melo Ferreira-----A Favor -----

----- Fernando Pereira Nunes Curto-----A Favor-----

----- Paulo Alexandre Azambuja Galvão-----A Favor-----

----- Lílíana Isabel Batista Duarte -----A Favor-----

----- Bruno Miguel Nunes Ferrão -----A Favor-----

----- Luís António Girão da Fonseca -----A Favor-----

----- António Augusto dos Santos Torres -----A Favor-----

----- Elisa Maria Sá Pinto -----A Favor-----

----- Joaquim António Graça Rainho -----A Favor-----

----- Lílídia Maria Cavaleiro Teixeira Pagaimo -----A Favor-----

----- João Carlos Silva de Carvalho Rama -----A Favor-----

----- Sandra Paula Cardoso Strecht F. Alves -----A Favor-----

----- Tânia Sofia de Jesus Monteiro -----A Favor-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão ordinária de 2023, fevereiro, 28

----- Rui Paulo Oliveira Costa -----A Favor-----
 ----- Victor Manuel Pardal Monteiro-----A Favor-----
 ----- Nelson António Moreno Carvalho -----A Favor-----
 ----- Joaquim Neves Martinho -----A Favor-----
 ----- António da Silva Ferreira-----A Favor-----
 ----- João António Góis Girão-----A Favor-----
 ----- João Paulo de Almeida Ângelo-----A Favor-----
 ----- Ricardo José Araújo Monteiro-----A Favor-----
 ----- Nuno Nobre Valente----- A Favor-----

----- **5. ----- Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal, a designação do júri proposto para conduzir o procedimento concursal para o cargo de direção intermédia de 2.º Grau – Chefe da Divisão de Administração Geral.** -----

----- Tomou a palavra o PMAM dizendo: “Vamos ao ponto 5 da nossa Ordem de Trabalhos, que, como sabem, é um ponto que tem que ser feito por votação uninominal direta e secreta e, por isso, eu peço aos elementos do *Staff* que façam a distribuição do boletim de voto a cada um dos elementos da Assembleia Municipal e vou convidar a Senhora Vereadora substituta Cristina Almeida, para, juntamente com o *staff*, contar os votos enquanto a Assembleia prossegue.” ----

----- Não havendo intervenções e encontrando-se presentes 30 membros da AM, realizou-se por escrutínio secreto, nos termos do n.º 3, do artigo 55.º da Lei 75/2013 de 12 de setembro, na sua atual redação, a votação para a composição do júri proposto para conduzir o procedimento concursal para o cargo de direção intermédia de 2.º Grau – Chefe da Divisão de Administração Geral: - -----

----- Presidente: Andreia Sofia Marques Lopes dos Santos, Diretora Municipal de Controlo Geral do Município de Montemor-o-Velho; -----

----- Vogais Efetivos: Sara Sofia Correia Mendes, Chefe da Divisão Administrativa e Financeira do Município da Lousã e Paula Cristina da Silva Figueira Batista, Chefe da Divisão Administrativa e Financeira do Município de Miranda do Corvo; -----

----- Vogais Suplentes: José Alberto Arede Negrão, Diretor do Departamento Administrativo e Financeiro do Município de Cantanhede e Eugénia Maria Vasques Lopes Sargento Grilo, Diretora do Departamento de Administração Geral do Município das Caldas da Rainha. -----

----- A proposta foi aprovada por maioria com o seguinte resultado: 20 (vinte) votos a favor, 2 (dois) votos contra e 8 (oito) votos em branco.-----

----- **6 Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal, a 1ª Alteração Orçamental**

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO***Sessão ordinária de 2023, fevereiro, 28*****Modificativa Orçamento e GOP 2023-2027.**-----

----- Pediu a palavra o membro da Assembleia Bruno Ferrão (Coligação unir Pela Mudança) que disse: “Senhor Presidente, agradeço e, porque este ponto é de extrema relevância para o Concelho, uma vez que estamos a falar da alteração do Orçamento e Grandes Opções do Plano, surgiu-nos duas dúvidas após a leitura dos documentos. É um documento técnico e, na nossa leitura, apesar de exaustiva, surgiram estas dúvidas.-----

----- Parece-nos que esta alteração é sobre a incorporação do saldo de gerência e o saldo de gerência ronda os sete milhões de euros, conforme a página dois de nove. Porém também nos parece que no documento há uma anulação desse saldo de gerência e, por isso, solicitávamos esclarecimentos técnicos.”-----

----- Tomou a palavra o PCM que disse: “Pedia a intervenção do Dr. Cristiano Santa Rita, Chefe da Divisão Financeira e Património Municipal, sendo que gostaria de dar nota que o montante de saldo de gerência foi alterado porque a ABMG transferiu verbas para o Município e porque, no final do ano, tivemos que incorporar aquele apoio da Estrada do Campo da APA e isso alterou completamente o saldo de gerência.-----

----- Dar nota também que o saldo de gerência tem que ser incorporado para fazer o equilíbrio orçamental e para que as tais obras que não são feitas possam ser realizadas e pagas. Como eu prometi aos Senhores membros da Assembleia que não iria deixar um cêntimo de dívida, é assim que eu giro a Câmara, pagando ou tendo dinheiro para pagar.-----

----- Gostaria de pedir também ao Dr. Cristiano para explicar que esta alteração orçamental não tem só a ver com isso, tem a ver com outros questões que o Dr. Cristiano irá explicar.” ----

----- A pedido do Presidente da Câmara, tomou a palavra o Chefe da Divisão Financeira e Património Municipal, Dr. Cristiano Santa Rita, que disse: “Boa tarde, a todos. Efetivamente, esta alteração, que vem aqui para aprovação, visa a incorporação do saldo de gerência no Orçamento, saldo de gerência esse que, como consta nos mapas, ronda os sete milhões. Tal como foi referido pelo Senhor Presidente, existe uma parte que é consignada que tem a ver com os 750.000 euros do Protocolo da APA para a estrada do Campo, esse valor está evidenciado, há um projeto que espelha exatamente esse valor nesse mesmo montante dos 750.000 euros e visa também incluir alguns projetos que, por lapso, não tinham sido incluídos. Existiam três possibilidades ao fazermos esta integração: ou há uma integração na conta 16, do valor do saldo de gerência e fazemos uma anulação da receita, há a integração desse mesmo saldo de gerência na conta 16 e fazemos o aumento da despesa ou fazemos um misto das duas situações.-----

----- Esta alteração que está aqui tem um misto, ou seja: tem a integração do saldo de

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão ordinária de 2023, fevereiro, 28

gerência, a parte consignada e que consta como consignada e que tem o projeto GOP associado que é o Protocolo da APA, visa uma redução da receita e visa a inclusão de despesa. Não esquecendo aqui a questão do equilíbrio orçamental previsto no RFALEI na presente alteração, dado que o equilíbrio orçamental é assegurado na elaboração e na execução do orçamento. Foi feito o cálculo ao cumprimento da regra do equilíbrio orçamental.” -----

----- Retomou a palavra o membro Bruno Ferrão (Coligação Unir pela Mudança) dizendo: “Só ficou por explicar a anulação dos cinco milhões, não percebemos de onde vem.”-----

----- Tomou a palavra o PMAM dizendo: “Eu entendi, no entanto, peço ao Dr. Cristiano que explique melhor esta situação.” -----

----- Voltou a tomar a palavra o Chefe da Divisão Financeira e Património Municipal, Dr. Cristiano Santa Rita, que disse: “Esta questão tem a ver com a situação que falei: existem aquelas três possibilidades: ou entra na 16 e com isso fazemos a anulação da receita, ou fazemos a entrada na 16 e o aumento do mesmo montante na despesa, ou fazemos um misto, portanto entra na 16, fazemos uma redução de receita e fazemos um aumento na despesa. -----

----- No fundo, o que existe é a inclusão dos 7 milhões na 16, há uma parte que é consignada que tem o projeto nas GOP, fizemos uma redução de receita, pelo princípio da prudência e fizemos um aumento na despesa.” -----

----- Tomou a palavra o membro Bruno Ferrão (Coligação Unir pela Mudança) dizendo: “Só tenho mais uma questão. Se o projeto da APA com 750 mil, quer dizer que sobra à volta de um milhão e trezentos de aumento da receita.-----

----- Eram esses projetos que estávamos a perguntar a que se referiam.”-----

----- Voltou a intervir o Chefe da Divisão Financeira e Património Municipal, Dr. Cristiano Santa Rita, que disse: “Esses outros projetos, alguns deles, foi lapso aquando da elaboração do documento e, portanto, foram introduzidos agora e os outros foi reforço de dotação das verbas em projetos que já estavam aprovados. Os mapas espelham o valor dos projetos onde foi feito o respetivo reforço.”-----

----- Tomou a palavra o PMAM dizendo: “Esclarecidos que foram os pontos estamos em condições de iniciar a votação do ponto 6 da nossa Ordem de Trabalhos.”-----

----- Encontrando-se presentes 29 membros da AM, realizou-se a votação da proposta apresentada que foi aprovada por maioria de acordo com os seguintes resultados obtidos na votação:-----

----- VOTAÇÕES -----

----- Fernando Jorge dos Ramos ----- A Favor-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão ordinária de 2023, fevereiro, 28

----- Ana Cristina da Silva Jorge -----	----- Contra -----
----- Maria Albertina Moleiro Ferreira Jorge -----	----- A Favor -----
----- Ana Maria Batista Vaz Valente -----	----- Contra -----
----- José António Pessegueiro Serrano -----	----- A Favor -----
----- Telma Margarida Neves Simões -----	----- A Favor -----
----- Patrício Emanuel Pereira de Almeida Duarte -----	----- Contra -----
----- Tiago Dinis Santos Silva -----	----- A Favor -----
----- Dulce Maria Melo Ferreira -----	----- Contra -----
----- Fernando Pereira Nunes Curto -----	----- A Favor -----
----- Paulo Alexandre Azambuja Galvão -----	----- Contra -----
----- Liliana Isabel Batista Duarte -----	----- A Favor -----
----- Bruno Miguel Nunes Ferrão -----	----- Contra -----
----- Luís António Girão da Fonseca -----	----- A Favor -----
----- António Augusto dos Santos Torres -----	----- Contra -----
----- Elisa Maria Sá Pinto -----	----- A Favor -----
----- Joaquim António Graça Rainho -----	----- A Favor -----
----- Lídia Maria Cavaleiro Teixeira Pagaimo -----	----- Contra -----
----- João Carlos Silva de Carvalho Rama -----	----- A Favor -----
----- Sandra Paula Cardoso Strecht F. Alves -----	----- Contra -----
----- Tânia Sofia de Jesus Monteiro -----	----- A Favor -----
----- Rui Paulo Oliveira Costa -----	----- A Favor -----
----- Víctor Manuel Pardal Monteiro -----	----- A Favor -----
----- Nelson António Moreno Carvalho -----	----- A Favor -----
----- Joaquim Neves Martinho -----	----- A Favor -----
----- António da Silva Ferreira -----	----- A Favor -----
----- João Paulo de Almeida Ângelo -----	----- A Favor -----
----- Ricardo José Araújo Monteiro -----	----- A Favor -----
----- Nuno Nobre Valente -----	----- A Favor -----

----- **Declaração de Voto da Bancada da Coligação PPD/PSD-CDS/PP “Unir pela Mudança”:**
 ----- “A Bancada do PPD/PSD-CDS/PP “Unir Pela Mudança” votou contra a Alteração Modificativa do Orçamento e GOP 2023/2027, assim como votou contra este Orçamento. Votou contra de forma consciente, crítica e reivindicativa. O documento espelha as opções políticas do Executivo Municipal e não as podemos aceitar. Não aceitamos que não haja planeamento, não

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão ordinária de 2023, fevereiro, 28

aceitamos que não seja dado o devido apoio às Juntas de Freguesia, não aceitamos que o orçamento participativo se mantenha na gaveta.” -----

----- **Declaração de voto da Bancada da CDU:** -----

----- “O PCP votou contra o Orçamento e as GOP 2023/2027, o teor político do documento mantém-se, por isso, o PCP mantém o voto.” -----

----- **7. Autorizar, sob proposta do Executivo Municipal, o Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências no âmbito dos procedimentos Contraordenacionais no domínio do estacionamento público.** -----

----- Pediu a palavra o membro da Assembleia Bruno Ferrão (Coligação unir Pela Mudança) que disse: “Caro Senhor Presidente da Assembleia Municipal, depois de analisarmos o Contrato Interadministrativo da Delegação de Competências, no âmbito dos procedimentos contraordenacionais no Domínio do Estacionamento Público, surge-nos algumas dúvidas que queríamos ver esclarecidas. -----

----- Gostaríamos de saber se este Contrato Interadministrativo apenas versa sobre multas de trânsito ou se vai gerar uma nova Polícia Municipal, através da CIM, quais as suas áreas de abrangência, se apenas estamos a falar do projeto burocrático para a emissão das coimas, se o objetivo é apenas ser mais rápido de cobrar e qual o valor cobrado pela CIM, para ficar com este procedimento, que não está espelhado no contrato.” -----

----- Tomou a palavra o membro Paulo Galvão (CDU) que disse: “Neste caso, não estamos contra a Câmara porque acho que a Câmara tem consciência de que uma delegação de competências, para as quais não tem competência, então volta a delegar esta competência por incompetência. -----

----- Verificamos com isto que a opção de centralização do Governo, nestas e noutras ocasiões, tem sido errada, por isso o nosso voto vai ser a abstenção.” -----

----- Tomou a palavra o PCM que disse: “Por acaso, estava para concordar com a intervenção do membro Paulo Galvão, mas só não concordo com uma expressão e penso que ele também não concordará com a mesma depois de a analisar: a Câmara não delega por incompetência da Câmara! -----

----- Estou a fazer apenas a correção da expressão, uma vez que nós somos competentes para apreciar esta situação, não estamos a delegar por incompetência. Portanto, nós não temos é uma estrutura suficientemente robusta e fiável que se dedique só exclusivamente a isto, um corpo de juristas e técnicos administrativos que faça o processamento administrativo de um conjunto de procedimentos administrativos que tem a ver com as multas e a sua cobrança, com

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão ordinária de 2023, fevereiro, 28

reclamações e as suas apreciações, por isso, não temos, nem queremos ter essa estrutura na Câmara. É uma estrutura pesada, dispendiosa e, por isso, decidimos delegar na CIM que criou uma estrutura para todos os outros Municípios.-----

----- Penso já ter respondido às outras questões, ia pedir que fosse a Engenheira Isabel Quinteiro a intervir. -----

----- Nós não queremos criar nenhuma Policia Municipal. Aquilo que foi feito e, o membro Paulo Galvão explicou bem: alguém transferiu essa competência para o Município, essa competência já existe, esse trabalho já é feito pelo IMTT e pelas entidades competentes, agora passou para os Municípios. -----

----- Nós não queremos ter essa estrutura, basicamente, é isso. É uma questão de processamento administrativo e jurídico de apreciação de reclamações e todo um conjunto de questões. Aquilo que transferimos para a CIM é aquilo que o Estado transfere do montante das multas, nós não queremos ter trabalho nenhum com isto, queremos que os outros tenham esse trabalho. O que é transferido para nós é retransmitido para a Comunidade Intermunicipal, para pagar a infraestrutura que foi criada para este efeito.” -----

----- Tomou a palavra o PMAM dizendo: “O membro Paulo Galvão pediu a palavra, mas só para clarificar aquilo que disse anteriormente.” -----

----- Tomou a palavra o membro Paulo Galvão que disse: “Neste aspeto, estamos de acordo. Por falta de estrutura, há a incapacidade de exercer a competência. Não quero dizer com isto que os trabalhadores são incompetentes.” -----

----- Não havendo intervenções e encontrando-se presentes 30 membros da AM, realizou-se a votação da proposta apresentada que foi aprovada por maioria de acordo com os seguintes resultados obtidos na votação: -----

----- VOTAÇÕES -----

----- Fernando Jorge dos Ramos ----- A Favor -----

----- Ana Cristina da Silva Jorge ----- A Favor -----

----- Maria Albertina Moleiro Ferreira Jorge ----- A Favor -----

----- Ana Maria Batista Vaz Valente ----- A Favor -----

----- José António Pessegueiro Serrano ----- A Favor -----

----- Telma Margarida Neves Simões ----- A Favor -----

----- Patrício Emanuel Pereira de Almeida Duarte ----- A Favor -----

----- Tiago Dinis Santos Silva ----- A Favor -----

----- Dulce Maria Melo Ferreira ----- A Favor -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão ordinária de 2023, fevereiro, 28

----- Fernando Pereira Nunes Curto ----- A Favor-----
 ----- Paulo Alexandre Azambuja Galvão ----- Abstenção-----
 ----- Lílíana Isabel Batista Duarte----- A Favor-----
 ----- Bruno Miguel Nunes Ferrão----- A Favor-----
 ----- Luís António Girão da Fonseca----- A Favor-----
 ----- António Augusto dos Santos Torres ----- A Favor-----
 ----- Elisa Maria Sá Pinto----- A Favor-----
 ----- Joaquim António Graça Rainho----- A Favor-----
 ----- Lídia Maria Cavaleiro Teixeira Pagaimo ----- A Favor-----
 ----- João Carlos Silva de Carvalho Rama ----- A Favor-----
 ----- Sandra Paula Cardoso Strecht F. Alves----- A Favor-----
 ----- Tânia Sofia de Jesus Monteiro ----- A Favor-----
 ----- Rui Paulo Oliveira Costa ----- A Favor-----
 ----- Victor Manuel Pardal Monteiro ----- A Favor-----
 ----- Nelson António Moreno Carvalho ----- A Favor-----
 ----- Joaquim Neves Martinho ----- A Favor-----
 ----- António da Silva Ferreira-----A Favor-----
 ----- João António Góis Girão-----A Favor-----
 ----- João Paulo de Almeida Ângelo-----A Favor-----
 ----- Ricardo José Araújo Monteiro-----A Favor-----
 ----- Nuno Nobre Valente----- A Favor-----

----- **8. Autorizar, sob proposta do Executivo Municipal, o Contrato interadministrativo de delegação de competências e de financiamento das atividades exercidas ao abrigo das competências delegadas dos Municípios enquanto Autoridades de Transportes - Novo Acordo de Financiamento.** -----

----- Tomou a palavra o membro Bruno Ferrão (Coligação unir Pela Mudança) que disse:
 “Caro Senhor Presidente da Assembleia Municipal, depois de analisar o Contrato Interadministrativo da Delegação de Competências apresentado, surgiu-nos algumas dúvidas.-

----- Está em causa uma delegação de competências enquanto serviço público de passageiros. No projeto anterior, havia a diferença entre rede obrigatória e rede voluntária, o que foi subtraído para haver uma rede única e gostávamos de saber quais as contrapartidas desta retirada e queríamos de saber porque é que o transporte escolar está de fora. -----

----- Há pouco, numa intervenção do Senhor Presidente da Câmara, foi-nos dito que o serviço

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO***Sessão ordinária de 2023, fevereiro, 28***

público de passageiros tinha um défice de cerca de 600 mil euros, que é o valor que este Contrato Interadministrativo prevê para transferir para a Comunidade Intermunicipal, mas também nos disse que ia ser estudada uma nova rede de transportes públicos para colmatar esse défice de exploração. -----

----- Queríamos então saber se quando existir esse novo estudo, se este Contrato Interadministrativo irá ser renegociado a fim de baixar os valores acordados de transferência. -

----- Também queríamos perceber quais é que eram as diferenças e melhorias no serviço prestado e qual era o critério de repartição de financiamento. Nós vimos, através de Contratos Interadministrativos, que o Concelho de Montemor-o-Velho tem cerca de seis por cento de cabimentação e queríamos saber esse critério. -----

----- Ainda relativamente ao transporte escolar, porque atualmente existe repartição de linhas entre transporte regular de passageiros e o transporte escolar, gostaríamos de saber se o transporte escolar vai ser completamente otimizado do transporte público de passageiros, se vai haver acumulação de linhas e o que está programado ao transporte escolar, se está programado integrar esta rede pública ou não.”-----

----- Tomou a palavra o PCM que disse: “Já tinha abordado essa questão. O valor de 600 mil euros é o valor máximo ou previsivelmente máximo, até ao final do ano. Quando se está a lidar nesta matéria, estamos a falar de valores previsíveis, que consubstanciam um défice de exploração previsível neste contrato. -----

----- Atendendo às linhas de transporte público que temos, ao estudo que foi feito; é previsível que este contrato gere um défice de exploração de cerca de seiscentos e onze mil euros. O que acontece aqui é que a este valor vamos ter que descontar aquilo que vamos fazer: o Município vai fazer um trabalho de depuração de toda a linha, de todas as linhas e de toda a rede de linhas no Município, em função do que eu já disse anteriormente, como também a CIM, tem em curso, já neste momento, o défice não era este, era muito maior, um estudo no sentido de este défice diminuir em todos os Municípios.-----

----- A repartição tem a ver com o território, com a população, é muito simples. Os critérios na CIM são absolutamente transparentes, a repartição do défice de exploração. Aquilo que está comprometido perante os Presidentes da Comunidade é que, até ao final do ano, se prevê que o concurso público esteja em condições de gerar um concorrente ou mais que um concorrente ganhador. Esse concorrente vai ter que apresentar um plano para toda a comunidade de transportes. Logo aí, vamos poder otimizar ainda mais este défice de exploração, sendo certo que a otimização pressupõe a limpeza daquilo que é supérfluo, a limpeza do que são linhas

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO***Sessão ordinária de 2023, fevereiro, 28***

virtuais, a limpeza de tudo o que está mal atualmente na rede de transportes.-----

----- Até esta data, nunca foi premente porque os operadores suportavam este défice de exploração, tratavam disto como um bolo, houve algumas ajudas no tempo da COVID, habituaram-se a estes apoios e agora tinham reclamado que se não lhes financiássemos o défice de exploração, iriam parar os transportes públicos em toda a região. -----

----- Estamos já a contabilizar esse défice, estamos a trabalhar sobre esse défice de exploração e, até ao final do ano, como eu disse, o concorrente tem que apresentar um plano regional de transportes com todas as redes otimizadas.-----

----- Quanto à questão das linhas da educação, continua a haver uma confusão e eu, apesar de já ter explicado isto, vou voltar a explicar. Há duas situações: nós, por força das reclamações dos pais e por força das reclamações aqui nesta mesma Assembleia, entendemos que devíamos criar nas zonas onde não existiam transportes, como é o caso da Abrunheira, em Verride e noutros locais, carreiras especiais só para transportar os alunos. Com o encerramento das escolas fomos forçados a fazer isso, não foi por vontade própria.-----

----- Também reclamavam o tempo de espera dos alunos antes de entrarem para as aulas, que era muito elevado, nós decidimos assumir esse prejuízo e otimizar esses transportes, tornando-os só transportes escolares. -----

----- Verificaram-se muitas anomalias que temos que averiguar, por parte da empresa. Como sabem, há só uma empresa que concorre, é detentora do monopólio dos transportes, e é muito difícil lidar com estas pessoas. São pessoas muito agressivas, do ponto de vista da argumentação e da postura. Como sabem que quase nos têm na mão, e estou farto de clamar isto junto dos Ministérios, isto é uma coisa que mexe comigo, não gosto de ser refém de ninguém, têm uma postura agressiva perante todos os Presidentes de Câmara, mandam cartas a ameaçar que vão suspender os transportes, que vão parar tudo, é este o seu tipo de abordagem. -----

----- Estamos aqui para fiscalizar a execução desses contratos. O ideal seria que todo o transporte de alunos se fizesse pela carreira pública, pelos serviços públicos de transporte. Essa era a situação ideal, mas, para isso, o transporte público não pode parar em todas as paragens que pára atualmente, pois assim não é possível ter os alunos a horas na escola, ou com o tempo desejável de transporte. -----

----- É esse compromisso que vamos ter que assumir. Há Municípios que assumem esse ónus, põem as crianças todas a andar nos transportes públicos e demorem o tempo que demorem. Muitos dizem que também foram para a escola e era assim, nós temos uma outra postura, eu assumi-a e não vou voltar atrás. Os alunos do meu concelho vão continuar a ter esse privilégio.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão ordinária de 2023, fevereiro, 28

De preferência, no futuro vão ter que andar no transporte público e nós vamos ter que reduzir a rede de transporte público àquilo que é essencial e ao que é importante. -----

----- Neste novo contrato de transportes, por sugestão minha na Comunidade Intermunicipal, vamos ligar todas as sedes de Concelho a Coimbra. Não podemos continuar com a carga de carros que existem nas nossas estradas. A solução, no futuro, não é fazer mais estradas, fazer autoestradas para os carros se dirigirem ao grande Pólo agregador que é Coimbra. A solução é transportes públicos eficazes, demorar meia hora, quarenta minutos no máximo, de qualquer ponto do Concelho para Coimbra. -----

----- Para isso acontecer, não pode haver paragens em todas as aldeias e em todos os lugares. Essa rede de expressos que vai ser criada com este contrato é, na nossa perspetiva, uma rede boa para que as pessoas não tenham que vir de carro da Figueira da Foz para Coimbra, com conforto, e no contrato de transportes as regras existem, está tudo previsto e é mais vantajoso vir de transporte público.-----

----- Para além disso, este défice de exploração vai ser combatido com o “Bilhete único”. Com este bilhete vamos poder controlar quantas pessoas entram, quantas pessoas utilizam, podemos continuar a controlar a eficácia das linhas em cada Município, ou no âmbito do contrato é possível, ainda na execução do contrato, legalmente alterar dez por cento da rede.-

----- Todos estes valores poderão ser corrigidos no futuro. O que importa aqui reter é que, pela primeira vez, estão os Presidentes de Câmara mentalizados e, se me estou a dedicar à explicação desta situação, é porque todos se têm que mentalizar que não vamos poder continuar a ter aquelas carreiras fumacentas a passar por aí, a levar uma ou duas pessoas no autocarro para Coimbra. Isso não é possível, acabou. -----

----- Temos que criar alternativas válidas, vamos ter que criar um sistema onde as pessoas se possam mover, numa perspetiva ecológica, numa perspetiva sustentada e numa perspetiva moderna e Europeia. Efetivamente não é possível continuar a ter transportes que não satisfazem as pessoas. -----

----- Ninguém, nem nenhum de nós, em bom rigor, tem vontade de andar em transportes públicos que não servem. Em toda a Europa, as pessoas já deixaram o carro em casa, já estão a andar de transporte público, mas para isso é preciso criar condições. Temos que ter a coragem de abraçar este projeto. Volto a dizer: não é a Câmara. A Câmara nunca poderia exercer estas competências, nunca. A própria Comunidade Intermunicipal tem um conjunto de especialistas que trabalha para isto, são muito difíceis de encontrar, os consultores que contrata são muito poucos, são três ou quatro a nível do País, de qualidade e que possam mostrar um serviço de

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão ordinária de 2023, fevereiro, 28

qualidade, são extremamente caros na sua prestação.-----

----- Este projeto da Comunidade Intermunicipal, a partir do momento em que os Municípios delegaram estas competências na CIM, a CIM assumiu essa competência com grande elevação e está a fazer um trabalho profundo, mas conta com os Municípios e com todos nós, com os Autarcas para resolver este problema, temos que acabar de vez com isto.-----

----- Não podemos continuar a pagar um défice de exploração previsível de 611 mil euros e acrescentar-lhe meio milhão de euros, para que os alunos possam chegar a horas à escola e num curto espaço de tempo. Temos que otimizar.-----

----- Quero dizer-vos que há Municípios no Norte do Distrito que já estavam a pagar este défice de exploração, como por exemplo Oliveira do Hospital, Tábua, Mortágua...há um conjunto de Municípios que já estavam a pagar este défice de exploração porque já se recusavam a “operar”. Estes Municípios já fizeram este trabalho. Nesses Municípios, já conseguiram colocar os estudantes a circular na carreira pública, que é o nosso objetivo no futuro, com qualidade e com respeito pelos horários e pelas próprias condições que têm que ter, não podem estar mais de uma hora nos autocarros, por exemplo.-----

----- Penso que respondi a todas as questões.” -----

----- Não havendo intervenções e encontrando-se presentes 31 membros da AM, realizou-se a votação da proposta apresentada que foi aprovada por maioria de acordo com os seguintes resultados obtidos na votação: -----

----- VOTAÇÕES -----

----- Fernando Jorge dos Ramos ----- A Favor-----

----- Ana Cristina da Silva Jorge -----A Favor -----

----- Maria Albertina Moleiro Ferreira Jorge----- A Favor-----

----- Ana Maria Batista Vaz Valente-----A Favor -----

----- José António Pessegueiro Serrano----- A Favor-----

----- Telma Margarida Neves Simões----- A Favor-----

----- Patrício Emanuel Pereira de Almeida Duarte -----A Favor -----

----- Tiago Dinis Santos Silva ----- A Favor-----

----- Dulce Maria Melo Ferreira-----A Favor -----

----- Fernando Pereira Nunes Curto ----- A Favor-----

----- Paulo Alexandre Azambuja Galvão ----- Abstenção-----

----- Liliana Isabel Batista Duarte----- A Favor-----

----- Bruno Miguel Nunes Ferrão ----- A Favor-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão ordinária de 2023, fevereiro, 28

----- Luís António Girão da Fonseca----- A Favor-----
 ----- António Augusto dos Santos Torres ----- A Favor-----
 ----- Elisa Maria Sá Pinto----- A Favor-----
 ----- Joaquim António Graça Rainho----- A Favor-----
 ----- Lídia Maria Cavaleiro Teixeira Pagaimo ----- A Favor-----
 ----- João Carlos Silva de Carvalho Rama ----- A Favor-----
 ----- Sandra Paula Cardoso Strecht F. Alves----- A Favor-----
 ----- Tânia Sofia de Jesus Monteiro ----- A Favor-----
 ----- Rui Paulo Oliveira Costa ----- A Favor-----
 ----- Victor Manuel Pardal Monteiro ----- A Favor-----
 ----- Nelson António Moreno Carvalho ----- A Favor-----
 ----- Joaquim Neves Martinho ----- A Favor-----
 ----- Paulo Sérgio Silva Valente-----A Favor -----
 ----- António da Silva Ferreira-----A Favor-----
 ----- João António Góis Girão-----A Favor-----
 ----- João Paulo de Almeida Ângelo-----A Favor-----
 ----- Ricardo José Araújo Monteiro-----A Favor-----
 ----- Nuno Nobre Valente----- A Favor-----

----- **9. Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal, a proposta de prorrogação do prazo para aceitação da transferência do exercício de competências domínio da Ação Social, nos termos do Decreto-Lei n.º 87-B/2022, de 29 de dezembro.**-----

----- Pediu a palavra o membro da Assembleia Bruno Ferrão (Coligação unir Pela Mudança) que disse: “A Bancada da Coligação “Unir Pela Mudança” é favorável a esta prorrogação, mas tememos que o prazo termine a 3 de abril e, queríamos confirmar essa informação e questionar se, depois de 3 de abril, não haverá outra solução.”-----

----- Tomou a palavra o PCM que disse: “Montemor-o-Velho tem, e já teve, resposta, pendente de uma reclamação. Uma reclamação por não aceitar o valor que nos foi atribuído. Já dei indicações aos serviços que vamos para a via judicial, porque estamos a falar de valores que podem ser próximos dos cem mil euros de diferença. Os critérios foram alterados com a Associação Nacional de Municípios, não estamos contra os critérios, mas sim contra a resposta que nos foi dada, de uma forma muito simplista, que foi esta: “...sim, há mais processos sociais, mas o Município tem que assumir as suas obrigações para com as pessoas com carência sociais...”, quando na verdade estão a transferir uma competência, mas dizem que nós temos

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão ordinária de 2023, fevereiro, 28

que compartilhar nessa competência.-----

----- Parece-me errado. Novamente são estes organismos intermédios que mandam, não é o Governo, o Governo decidiu bem. Estes organismos decidem que, por exemplo: o Município tem nas suas competências resolver o problema das pessoas com carências sociais. Por isso, já dei indicações nos serviços que, se não puserem o número de processos certos ou aproximados, nós não aceitaremos a competência e iremos intentar uma providência cautelar, ou o que for necessário judicialmente.”-----

----- Tomou a palavra o membro Paulo Galvão (CDU) que disse: “Nestes três pontos, no anterior, neste e no ponto número sete da Ordem de Trabalhos, vê-se que a descentralização promovida pelo Governo está completamente errada.-----

----- Aqui discordo do Senhor Presidente da Câmara, porque também não concordo que a Ação Social venha toda de “chofre” para os Municípios. Vamos ter situações de desigualdade de cidadãos, de pontos diferentes do País. Há também algumas entidades que vão ficar sem funções e penso que esta não é a solução. A solução apontada pelo PCP há muito tempo é a regionalização e, de uma vez por todas, os Presidentes de Câmara e os Autarcas em geral têm que pugnar por pedir a regionalização.”-----

----- Retomou a palavra o PCM que disse: “Eu vou respeitar a divergência intelectual na questão da delegação de competências, mas há uma coisa que quero dizer ao membro Paulo Galvão: aquilo que eu disse anteriormente é a prova acabada de que os pobres neste País são um produto estatístico manipulado por algumas entidades. Se calhar é melhor que venha para os Municípios do que estar a ser manipulado estatisticamente, quem são os pobres e quem é que tem direito a ser pobre neste País.”-----

----- Não havendo intervenções e encontrando-se presentes 31 membros da AM, realizou-se a votação da proposta apresentada que foi aprovada por unanimidade de acordo com os seguintes resultados obtidos na votação:-----

----- VOTAÇÕES-----

----- Fernando Jorge dos Ramos----- A Favor-----

----- Ana Cristina da Silva Jorge----- A Favor-----

----- Maria Albertina Moleiro Ferreira Jorge----- A Favor-----

----- Ana Maria Batista Vaz Valente----- A Favor-----

----- José António Pessegueiro Serrano----- A Favor-----

----- Telma Margarida Neves Simões----- A Favor-----

----- Patrício Emanuel Pereira de Almeida Duarte----- A Favor-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão ordinária de 2023, fevereiro, 28

----- Tiago Dinis Santos Silva----- A Favor-----
 ----- Dulce Maria Melo Ferreira-----A Favor -----
 ----- Fernando Pereira Nunes Curto ----- A Favor-----
 ----- Paulo Alexandre Azambuja Galvão ----- A Favor-----
 ----- Liliana Isabel Batista Duarte----- A Favor-----
 ----- Bruno Miguel Nunes Ferrão----- A Favor-----
 ----- Luís António Girão da Fonseca----- A Favor-----
 ----- António Augusto dos Santos Torres ----- A Favor-----
 ----- Elisa Maria Sá Pinto----- A Favor-----
 ----- Joaquim António Graça Rainho----- A Favor-----
 ----- Lídia Maria Cavaleiro Teixeira Pagaimo ----- A Favor-----
 ----- João Carlos Silva de Carvalho Rama ----- A Favor-----
 ----- Sandra Paula Cardoso Strecht F. Alves----- A Favor-----
 ----- Tânia Sofia de Jesus Monteiro ----- A Favor-----
 ----- Rui Paulo Oliveira Costa ----- A Favor-----
 ----- Víctor Manuel Pardal Monteiro ----- A Favor-----
 ----- Nelson António Moreno Carvalho ----- A Favor-----
 ----- Joaquim Neves Martinho ----- A Favor-----
 ----- Paulo Sérgio Silva Valente-----A Favor -----
 ----- António da Silva Ferreira-----A Favor-----
 ----- João António Góis Girão-----A Favor-----
 ----- João Paulo de Almeida Ângelo-----A Favor-----
 ----- Ricardo José Araújo Monteiro-----A Favor-----
 ----- Nuno Nobre Valente----- A Favor-----

----- **10. Tomada de conhecimento, sob proposta do Executivo Municipal, da Adesão à Rede Europeia de Municípios Amigos das Famílias.** -----

----- A AM tomou conhecimento da Adesão à Rede Europeia de Municípios Amigos das Famílias, que se anexa.-----

----- **11. Tomada de conhecimento, sob proposta do Executivo Municipal, da Declaração alínea a) do n.º 1, do artigo 15º, da Lei n.º 8/2012.** -----

----- A AM tomou conhecimento da Declaração alínea a) do n.º 1, do artigo 15º, da Lei n.º 8/2012, que se anexa.-----

----- **12. Tomada de conhecimento, sob proposta do Executivo Municipal, da Declaração**

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão ordinária de 2023, fevereiro, 28

alínea b) do n.º 1, do artigo 15º, da Lei n.º 8/2012.-----

----- A AM tomou conhecimento da Declaração alínea b) do n.º 1, do artigo 15º, da Lei n.º 8/2012, que se anexa.-----

----- **13. Tomada de conhecimento, sob proposta do Executivo Municipal, da autorização genérica para dispensa de autorização prévia da Assembleia Municipal para Isenções e/ou reduções de taxas – Listagem de Isenções e/ou reduções de taxas concedidas entre 01/12/2022 e 31/01/2023.**-----

----- A AM tomou conhecimento da autorização genérica para dispensa de autorização prévia da Assembleia Municipal para Isenções e/ou reduções de taxas – Listagem de Isenções e/ou reduções de taxas concedidas entre 01/12/2022 e 31/01/2023, que se anexa.-----

----- **14. Tomada de conhecimento, sob proposta do Executivo Municipal, da autorização genérica para dispensa de autorização prévia da Assembleia Municipal para Compromissos Plurianuais – Listagem de compromissos plurianuais assumidos entre 01/12/2022 e 31/01/2023.**-----

----- A AM tomou conhecimento da autorização genérica para dispensa de autorização prévia da Assembleia Municipal para Compromissos Plurianuais – Listagem de compromissos plurianuais assumidos entre 01/12/2022 e 31/01/2023, que se anexa.-----

----- **15. Tomada de conhecimento do Relatório de Avaliação da Atividade da CPCJ de Montemor-o-Velho relativo ao ano 2022.**-----

----- Tomou a palavra o membro Paulo Galvão (CDU) que disse: “Este relatório de avaliação é preenchido num formulário da CPCJ nacional, se não me engano, dá para ver a atividade desempenhada, mas a CPCJ é constituída por um grupo de técnicos qualificados os quais eu reconheço qualidade. Se calhar era importante, numa próxima vez, acrescentar algumas avaliações feitas, algumas considerações, o porquê daqueles números, ou seja, uma justificação dos números. Neste relatório constam números factuais.”-----

----- Tomou a palavra o PMAM dizendo: “Eu pedia à Senhora Vereadora Diana Andrade que não entrasse em diálogo. Vou tentar perceber a questão colocada pelo membro Paulo Galvão.

----- São dados estatísticos, se vamos para além disso, evidentemente que estamos com uma coisa que agora se chama RJPD. Para além disso, com crianças e jovens em risco se a própria Comissão nos prestasse esse tipo relatório, provavelmente nós aqui a “processar” a CPCJ por estar a divulgar esse tipo de avaliação.-----

----- Eu percebo que podia ser mais esclarecedor, mas este tipo de relatório é mesmo assim, e não é por acaso que há este relatório nacional, não sequer é a CPCJ de Montemor. Todas as

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão ordinária de 2023, fevereiro, 28

CPCJs têm que responder e estritamente a esta questão.”-----

----- Retomou a palavra o membro Paulo Galvão (CDU) que disse: “Eu já estive na CPCJ e sei que é impossível dar esses dados, no entanto, internamente, discutem-se, eu estive na alargada e mesmo aí não se discutiram os casos em concreto, mas apontamos caminhos para resolver alguns problemas e são esses caminhos, que podiam chegar também aqui. Para sabermos quais são as ideias, e muitas vezes são outras entidades que têm que colaborar e não ficar fechado no grupo da CPCJ e das entidades com quem a mesma fala, mas também ser dado aqui conhecimento à Assembleia. Aqui não há dados de ninguém!”-----

----- Tomou a palavra o PMAM dizendo: “Esse é o trabalho da CPCJ, não é o relatório da Assembleia Municipal. A Senhora Vereadora Diana Andrade estava a tentar responder, eu percebi que entendeu algumas questões. -----

----- Estamos a falar do relatório de avaliação. Desse relatório eu julgo, muito sinceramente, que, se a CPCJ me fornecesse outro tipo de dados, eu, enquanto Presidente da Assembleia Municipal, diria à CPCJ: “Desculpem lá, vocês estão a extravasar as vossas competências, estão a colocar em risco o que é o conteúdo e o trabalho e a ação da CPCJ”.-----

----- Acho que a Assembleia ficará disponível para o plano de ação e, se a Senhora Vereadora o quiser apresentar, poderá fazê-lo.”-----

----- A AM tomou conhecimento do Relatório de Avaliação da Atividade da CPCJ de Montemor-o-Velho relativo ao ano 2022, que se anexa.-----

----- **16. Intervenção do público, em cumprimento com o artigo 49.º n.º 1 da lei 75/2013 de 12 de setembro na sua atual redação dada pela lei 66/2020 de 04 de novembro.**-----

----- Tendo-se verificado a inexistência de público, tomou a palavra o PMAM dizendo: “Para os elementos da Comissão Permanente deve haver uma Reunião na próxima semana relativa à programação das Comemorações dos 49 anos do 25 de abril. -----

----- Portanto, está encerrada a Reunião da Assembleia Municipal, um bom regresso a casa.”

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL,

Fernando Jorge dos Ramos

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão ordinária de 2023, fevereiro, 28

A PRIMEIRA SECRETÁRIA

Telma Margarida Neves Simões

A SEGUNDA SECRETÁRIA,

Liliana Isabel Batista Duarte



MUNICÍPIO DE MONTEMOR-O-VELHO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ATA Nº 01/2023

Data da Sessão: 28 de fevereiro de 2023

Início da Sessão: 16.10 horas

Fim da Sessão: 20.00 horas

Composição da Mesa:

Presidente: Fernando Jorge dos Ramos _____

1º Secretário: Telma Margarida Neves Simões _____

2º Secretário: Liliana Isabel Batista Duarte _____

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO***Sessão ordinária de 2023, fevereiro, 28***

----- Aos 28 dias do mês de fevereiro do ano de 2023, pelas dezasseis horas e dez minutos, no Salão Nobre da Câmara Municipal de Montemor-o-Velho, reuniu em sessão ordinária a Assembleia Municipal de Montemor-o-Velho, com a seguinte Ordem de Trabalhos:-----

1. Período de Antes da Ordem do Dia.-----
2. Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara, nos termos da alínea c), nº 2, do art.º 25º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação.-----
3. Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal, o Projeto de Regulamento do Mercadinho Local de Montemor-o-Velho.-----
4. Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal, o Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios - PMDFCI 2022-2031, nos termos do n.º 10 do artigo 4.º do Despacho n.º 443-A/2018, de 9 de janeiro, na sua atual redação.-----
5. Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal, a designação do júri proposto para conduzir o procedimento concursal para o cargo de direção intermédia de 2.º Grau – Chefe da Divisão de Administração Geral.-----
6. Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal, a 1ª Alteração Orçamental Modificativa Orçamento e GOP 2023-2027.-----
7. Autorizar, sob proposta do Executivo Municipal, o Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências no âmbito dos procedimentos Contraordenacionais no domínio do estacionamento público.-----
8. Autorizar, sob proposta do Executivo Municipal, o Contrato interadministrativo de delegação de competências e de financiamento das atividades exercidas ao abrigo das competências delegadas dos Municípios enquanto Autoridades de Transportes - Novo Acordo de Financiamento.-----
9. Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal, a proposta de prorrogação do prazo para aceitação da transferência do exercício de competências domínio da Ação Social, nos termos do Decreto-Lei n.º 87-B/2022, de 29 de dezembro.-----
10. Tomada de conhecimento, sob proposta do Executivo Municipal, da Adesão à Rede Europeia de Municípios Amigos das Famílias.-----
11. Tomada de conhecimento, sob proposta do Executivo Municipal, da Declaração alínea a) do n.º 1, do artigo 15º, da Lei n.º 8/2012.-----
12. Tomada de conhecimento, sob proposta do Executivo Municipal, da Declaração alínea b) do n.º 1, do artigo 15º, da Lei n.º 8/2012.-----
13. Tomada de conhecimento, sob proposta do Executivo Municipal, da autorização genérica

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão ordinária de 2023, fevereiro, 28

para dispensa de autorização prévia da Assembleia Municipal para Isenções e/ou reduções de taxas – Listagem de Isenções e/ou reduções de taxas concedidas entre 01/12/2022 e 31/01/2023. -----

14. Tomada de conhecimento, sob proposta do Executivo Municipal, da autorização genérica para dispensa de autorização prévia da Assembleia Municipal para Compromissos Plurianuais – Listagem de compromissos plurianuais assumidos entre 01/12/2022 e 31/01/2023. -----

15. Tomada de conhecimento do Relatório de Avaliação da Atividade da CPCJ de Montemor-o-Velho relativo ao ano 2022. -----

16. Intervenção do público, em cumprimento com o artigo 49.º n.º 1 da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro na sua atual redação dada pela Lei n.º 66/2020, de 04 de novembro. -----

----- Tomou a Palavra o PMAM, Fernando Jorge dos Ramos que disse: “Como repararam voltei a convidar, durante a suspensão do mandato da 2.ª Secretária, Dr.ª Patrícia Rocha, a Senhora Deputada Liliana Duarte, para me fazer companhia na mesa e ajudar nos trabalhos.---

----- Procedeu-se à verificação da existência de quórum, registando-se as seguintes presenças:-----

Mesa: Fernando Jorge dos Ramos, Telma Margarida Neves Simões e Liliana Isabel Batista Duarte. -----

Membros: Ana Cristina da Silva Jorge, Maria Albertina Moleiro Ferreira Jorge, José António Pecegueiro Ferreira Serrano, Patrício Emanuel Pereira de Almeida Duarte, Tiago Dinis Santos Silva, Dulce Maria Melo Ferreira, Fernando Pereira Nunes Curto, Bruno Miguel Nunes Ferrão, Luís António Girão da Fonseca, António Augusto dos Santos Torres, Joaquim António Graça Rainho, Lídia Maria Cavaleiro Teixeira Pagaimo, João Carlos Silva de Carvalho Rama, Sandra Paula Cardoso Strecht F. Alves, Tânia Sofia de Jesus Monteiro, Ana Maria Batista Vaz Valente, em substituição de António Afonso Ávila de Melo Galvão Lucas, Elisa Maria de Sá Pinto, em substituição de Cláudia Margarida Faria Gaspar e Paulo Alexandre Azambuja Galvão, em substituição de Carolina Ferreira Aires. -----

Presidentes de Junta: Arazede, Carapinheira, Liceia, Meãs, Pereira, Santo Varão, Seixo de Gatões, Tentúgal, União das Freguesias de Abrunheira, Verride e Vila Nova da Barca, Tesoureiro da JF de Ereira e Tesoureira da União de Freguesias de Montemor-o-Velho e Gatões. -----

Executivo: Emílio Augusto Ferreira Torrão, Maria João Batista Sobreiro, José Jacírio Teixeira Veríssimo, Diana Filipa Alves Andrade, Cristina Gomes da Silva Almeida, Décio António Tinoco Matias e Hugo Rafael Santos Ferreira.-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão ordinária de 2023, fevereiro, 28

Faltas Justificadas: António Afonso Ávila de Melo Galvão Lucas, Cláudia Margarida Faria Gaspar, Carolina Ferreira Aires, PJF de Ereira e PJ da União de Freguesias de Montemor-o-Velho e Gatões.-----

Faltas injustificadas:-----

----- O PMAM, Fernando Jorge dos Ramos, deu início à sessão quando eram 16h10m, saudou os presentes e disse: “Temos quórum, vamos dar início à nossa reunião ordinária de hoje da Assembleia Municipal de Montemor-o-Velho.-----

----- Cumprimento em especial o Senhor Presidente da Câmara Municipal, os Senhores Vereadores, os Senhores Membros da Assembleia Municipal e os Senhores funcionários. -----

----- Se me permitem, se a memória não me falha, é a primeira vez que a Senhora Vereadora substituta, Cristina Almeida, está numa Assembleia Municipal, e quero dar-lhe as boas vindas à nossa Reunião. -----

----- Relativamente à nossa Ordem de Trabalhos e, como não estou a ver nenhuma oposição por parte dos membros da AM, julgo que a mesma poderá ser aprovada por unanimidade, com a seguinte redação: -----

1. Período de Antes da Ordem do Dia. -----

2. Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara, nos termos da alínea c), nº 2, do art.º 25º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação. -----

3. Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal, o Projeto de Regulamento do Mercadinho Local de Montemor-o-Velho. -----

4. Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal, o Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios - PMDFCI 2022-2031, nos termos do n.º 10 do artigo 4.º do Despacho n.º 443-A/2018, de 9 de janeiro, na sua atual redação.-----

5. Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal, a designação do júri proposto para conduzir o procedimento concursal para o cargo de direção intermédia de 2.º Grau – Chefe da Divisão de Administração Geral. -----

6. Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal, a 1ª Alteração Orçamental Modificativa Orçamento e GOP 2023-2027.-----

7. Autorizar, sob proposta do Executivo Municipal, o Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências no âmbito dos procedimentos Contraordenacionais no domínio do estacionamento público. -----

8. Autorizar, sob proposta do Executivo Municipal, o Contrato interadministrativo de delegação de competências e de financiamento das atividades exercidas ao abrigo das

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão ordinária de 2023, fevereiro, 28

competências delegadas dos Municípios enquanto Autoridades de Transportes - Novo Acordo de Financiamento. -----

9. Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal, a proposta de prorrogação do prazo para aceitação da transferência do exercício de competências domínio da Ação Social, nos termos do Decreto-Lei n.º 87-B/2022, de 29 de dezembro. -----

10. Tomada de conhecimento, sob proposta do Executivo Municipal, da Adesão à Rede Europeia de Municípios Amigos das Famílias. -----

11. Tomada de conhecimento, sob proposta do Executivo Municipal, da Declaração alínea a) do n.º 1, do artigo 15º, da Lei n.º 8/2012. -----

12. Tomada de conhecimento, sob proposta do Executivo Municipal, da Declaração alínea b) do n.º 1, do artigo 15º, da Lei n.º 8/2012. -----

13. Tomada de conhecimento, sob proposta do Executivo Municipal, da autorização genérica para dispensa de autorização prévia da Assembleia Municipal para Isenções e/ou reduções de taxas – Listagem de Isenções e/ou reduções de taxas concedidas entre 01/12/2022 e 31/01/2023. -----

14. Tomada de conhecimento, sob proposta do Executivo Municipal, da autorização genérica para dispensa de autorização prévia da Assembleia Municipal para Compromissos Plurianuais – Listagem de compromissos plurianuais assumidos entre 01/12/2022 e 31/01/2023. -----

15. Tomada de conhecimento do Relatório de Avaliação da Atividade da CPCJ de Montemor-o-Velho relativo ao ano 2022. -----

16. Intervenção do público, em cumprimento com o artigo 49.º n.º 1 da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro na sua atual redação dada pela Lei n.º 66/2020, de 04 de novembro. -----

----- **Ponto 1. Período de Antes da Ordem do Dia.** -----

----- Usou da palavra o PMAM que disse: “Relativamente à listagem da correspondência expedida e recebida, para além da lista que vos foi facultada e que podem consultar a qualquer momento, há os habituais pedidos de substituição para esta sessão. Se quiserem consultar alguma dessa correspondência, estejam à vontade para o fazer no Secretariado da Assembleia Municipal. -----

----- Particularmente, também devem ter notado que houve um pedido de suspensão de mandato do nosso Deputado Municipal, António Afonso Ávila de Melo Galvão Lucas, até 30 de junho que, naturalmente eu deferi e esse mandato fica suspenso, pois os motivos que ele alega são relevantes uma vez que ele vai estar fora do País. -----

----- De seguida, passamos à aprovação da ata n.º 06/2022 referente à sessão ordinária da

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão ordinária de 2023, fevereiro, 28

Assembleia Municipal de 23 de dezembro de 2022. -----

----- Não havendo nenhuma alteração, a ata n.º 06/2022 referente à sessão ordinária da Assembleia Municipal de 23 de dezembro de 2022 foi aprovada por unanimidade, de acordo com o n.º 3 do artigo 34º do Código do Procedimento Administrativo que refere: “Não participam na aprovação da ata os membros que não tenham estado presentes na reunião a que elas respeitam.”-----

----- Apesar de já terem chegado à mesa algumas moções e outros documentos, se estiverem de acordo, interrompia a sessão durante 2 minutos para apresentação de mais moções, requerimentos, intervenções, propostas e outros documentos que queiram apresentar à Assembleia.”-----

----- **Os trabalhos foram suspensos durante 2 minutos.** -----

----- **Os trabalhos foram retomados.** -----

----- Retomou a palavra o PMAM dizendo: “Vamos retomar os nossos trabalhos. Deram entrada na mesa 6 moções, 1 intervenção e 1 recomendação.”-----

----- Moção apresentada pela 1.ª Secretária Telma Simões (PS) - Congratulação de Aniversário às diversas Associações do Concelho, conforme documento anexo à presente ata, sob o número 01, e que foi aprovada por unanimidade.-----

----- Moção apresentada pela 1.ª Secretária Telma Simões e pelo Presidente da Junta de Freguesia Sr. Joaquim Martinho (PS) – Moção de Reconhecimento e Louvor ao Sr. Joaquim Maria de São José Cardoso, conforme documento anexo à presente ata, sob o número 02, e que foi aprovada por unanimidade.-----

----- Moção apresentada pelo membro Lídia Pagaimo (Coligação Unir pela Mudança) – Congratulação de Aniversário às diversas Associações do Concelho, conforme documento anexo à presente ata, sob o número 03, e que foi aprovada por unanimidade.-----

----- Moção apresentada pela 2.ª Secretária Liliana Duarte (PS) – Moção de Louvor à Santa Casa da Misericórdia da Vila de Pereira, conforme documento anexo à presente ata, sob o número 04, e que foi aprovada por unanimidade.-----

----- Moção apresentada pela 2.ª Secretária Liliana Duarte (PS) – Moção de Louvor ao Grupo de Teatro “O Celeiro”, conforme documento anexo à presente ata, sob o número 05, e que foi aprovada por unanimidade.-----

----- Moção apresentada pelo membro Paulo Galvão (CDU) – Moção relativa ao dia 08 de março, Dia Internacional da Mulher – Um símbolo da luta das mulheres em defesa dos seus direitos, na Lei e na vida, conforme documento anexo à presente ata, sob o número 06, e que

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO***Sessão ordinária de 2023, fevereiro, 28***

foi aprovada por unanimidade. -----

----- Recomendação apresentada pelo membro Bruno Ferrão (Coligação Unir pela Mudança) – Recomendação para criação de grupo de trabalho sobre o Plano Rodoviário do Concelho de Montemor-o-Velho, conforme documento anexo à presente ata, sob o número 07, e que foi aprovada por unanimidade. -----

----- Intervenção feita pelo membro Fernando Curto (PS) – Intervenção sobre Homenagem ao Poeta Afonso Duarte, conforme documento anexo à presente ata, sob o número 08, e que foi aprovada por unanimidade. -----

----- Usou da palavra o PMAM dizendo: “Tomámos nota de todos os pedidos de intervenção, pelo que dou a palavra ao membro Patrício Duarte.”-----

----- Pediu a palavra o membro Patrício Duarte (Coligação Unir pela Mudança) que disse: “Boa tarde, Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal e Senhores Vereadores, Exmos. Senhores Presidentes da Junta de Freguesia, Exmos. Senhores Membros da Assembleia Municipal e todos os presentes. Vivemos novamente um período complicado na história do nosso País e todas as pessoas com responsabilidade, que representam os eleitores que os elegeram, têm hoje, mais que nunca, a obrigação de os defender. -----

----- Venho abordar uma situação amplamente conhecida por todos, mas frequentemente esquecida e ignorada. Não pretendo com isto atribuir culpas ou responsabilidades, tento encontrar uma solução para um problema que já não devia acontecer neste momento.-----

----- Os falsos recibos verdes é a designação que se dá à situação de condição de trabalho precário ilegal de um trabalhador independente, mas que desempenha e tem os mesmos deveres de um trabalhador com contrato por conta de outrem, mas sem os mesmos direitos e regalias. -----

----- Um trabalhador independente, em situação de falsos recibos verdes, tem as mesmas características que um trabalhador por conta de outrem, mas sem contrato de trabalho que o proteja. Estas características estão reconhecidas e enumeradas no artigo 12º da Lei n.º 7/2019, de 12 de fevereiro, conhecido pelo Código do Trabalho, sendo elas: “A atividade realizada pelo trabalhador em local pertencente à empresa ou por ela determinada não sendo o trabalhador independente a deliberar o local onde exerce a sua atividade”, “Os equipamentos e instrumentos de trabalho utilizados pelo trabalhador pertencem à empresa não sendo da sua posse”, “O trabalhador cumpre horário de início e de término de trabalho determinado pela entidade empregadora, horário fixo ou turnos estipulados por esta”, “O pagamento ao

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão ordinária de 2023, fevereiro, 28

trabalhador pelos serviços prestados é feito com uma determinada periodicidade semana/mensal e numa quantia certa, não se verificando o pagamento apenas quando o trabalhador presta o serviço.”-----

----- Segundo a Lei n.º 63/2013, de 01 de setembro, para ser considerado trabalhador em situação de falsos recibos verdes, basta que uma destas características se verifique. A mesma diz que esta situação constitui uma contraordenação muito grave imputável à empresa, estando prevista uma multa ao empregador. -----

----- Esta é a realidade de 5 trabalhadoras dos Jardins de Infância da freguesia de Arazede, e temo que esta situação seja mais alargada por outras freguesias. Será que existem trabalhadores de primeira e de segunda no nosso concelho? -----

----- Como pode um trabalhador produzir de forma eficiente sem as mínimas condições, principalmente quando trabalha com crianças de tenra idade? Será que os nossos filhos têm que ficar ao cuidado de CEI’s, muitas desmotivadas e não preparadas para realizar esta função e em que a rotatividade é tão grande que as crianças não têm tempo para decorar os nomes? -----

----- Eu sei que já se fez muito em relação a esta situação, mas acho que é momento para acabarmos e de fazer mais um bocadinho, e tentarmos, principalmente quando estamos a falar de crianças. -----

----- Relembro também que o Regulamento das Atividades de Animação de Apoio à Família é de outubro de 2010, tendo passado 13 anos, também acho aconselhável, se bem se lembram é do tempo do Dr. Luís Leal, haver uma atualização e uma melhoria inclusive, por exemplo, de pagamentos, não está no Regulamento que se pode fazer por transferência bancária, que é dessa forma que eu pago. -----

----- Recordo também que, segundo o Regulamento, é da responsabilidade da Câmara Municipal os Recursos Humanos. Mais uma vez, isto não é para estar a atribuir culpas, e sei que já se fez muita coisa, mas é necessário acabarmos com esta situação. Eu vivo esta situação no Jardim de Infância onde a minha filha está e contacto com outras pessoas, sei do desespero das pessoas que chegam a agosto, são mandadas para casa, não têm remuneração e têm que ficar à espera que as chamem no ano a seguir. -----

----- Gostaria ainda de perguntar quando é que está programada a próxima Reunião da Comissão do Conselho Municipal de Segurança?” -----

----- Pediu a palavra o membro Ana Valente (Coligação Unir pela Mudança) que disse: “Boa tarde, cumprimento o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia e na sua pessoa cumprimento todos os presentes. -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO***Sessão ordinária de 2023, fevereiro, 28***

----- Aproxima-se novamente uma edição do Festival do Arroz e da Lampreia que tem recebido ampla cobertura por parte da comunicação social (hoje de manhã até vi em rodapé na RTP), fiquei contente e orgulhosa do meu concelho. E porque é interesse de todos nós o sucesso deste evento, que é emblemático do nosso concelho, a minha intervenção hoje vai no sentido de pedir alguns esclarecimentos.-----

----- O primeiro é se corremos o risco de não termos lampreia durante o Festival do Arroz e da Lampreia e ainda se foram ou se serão implementados alguns melhoramentos no que diz respeito à iluminação, à segurança, ao estacionamento e às instalações sanitárias afetas ao Festival, uma vez que na Feira do Ano de 2022 verificaram-se alguns constrangimentos em relação a estes pontos. Obrigada.” -----

----- Pediu a palavra o membro Ana Cristina Jorge (Coligação Unir pela Mudança) dizendo: “Obrigada, Senhor Presidente, boa tarde, na sua pessoa cumprimento todos os presentes. -----

----- A minha intervenção é sobre o Castelo Mágico. O Castelo Mágico já decorre há alguns anos e por isso deveria ser, na nossa opinião, melhorado a cada ano da sua realização. Tal não se verificou no último evento, com a entrega do mesmo a uma Empresa que constantemente foi lavando as mãos da responsabilidade de muitas questões e é lamentável, pois a Câmara Municipal já tinha demonstrado, em anos anteriores, que o funcionamento da iniciativa com pessoal do Município funcionava de forma equilibrada e mais organizada. -----

----- Após auscultadas as pessoas do concelho que visitaram o Castelo Mágico, nomeadamente professores, educadores e famílias, temos que referir aspetos mais positivos e menos positivos desta iniciativa. -----

----- Na nossa opinião, depois de tudo o que ouvimos, relativamente aos aspetos positivos, temos a elencar: proporcionou momentos de divertimento e de magia natalícia às crianças; as crianças vivenciaram novas experiências; promoveu relações socio-efetivas entre as crianças; proporcionou o contacto com as diferentes formas de expressão e comunicação como o Teatro, Música, Ciências, etc.; promoveu o conhecimento de monumentos históricos do concelho, nomeadamente do Castelo e da Igreja; favoreceu a convivência entre os elementos das comunidades educativas e das comunidades locais e, por fim, as crianças manifestaram grande interesse e entusiasmo pelas diferentes atividades. -----

----- Aspetos menos positivos ao nível dos transportes para e dos estabelecimentos escolares: falta de rigor no cumprimento das escalas e horários dos transportes de partida e chegada; tempo de espera dentro do autocarro para chegar ao destino; ausência de cintos de três pontos nos autocarros; falta de cintos de segurança mesmo com dois pontos num dos

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão ordinária de 2023, fevereiro, 28

autocarros; horário de chegada prevista no caso do Centro Educativo de Montemor, uma vez que devia ter sido às dez horas e foi ao meio dia; permanência das crianças entre trinta a quarenta minutos dentro do autocarro no início da ladeira para o castelo, o que impediu que as crianças assistissem às atividades da manhã em virtude do atraso da chegada.-----

----- Recomendação: porque temos sempre esta preocupação de sermos uma oposição que é ser uma oposição construtiva, recomendamos uma maior articulação entre estabelecimentos escolares, Câmara Municipal e empresas de transportes.-----

----- Relativamente à bilheteira: desorganização na logística de entrada no Castelo, na bilheteira e entrada dos grupos no mesmo; falta de bom senso de quem estava nas bilheteiras que referiu que os professores deveriam ter levado o dinheiro em notas e não em moedas e, na nossa opinião, os docentes nem deviam ter dinheiro algum, nem deveriam ser comprados os bilhetes naquele momento e, por fim, a espera das crianças para entrar no recinto, tiveram que aguardar os bilhetes e a contagem do dinheiro.-----

----- Recomendação: bilhetes gratuitos para todos os alunos evitando todos estes constrangimentos ou então agilizar a aquisição dos mesmos de outra forma, existindo hoje em dia dezenas de formas de comprar bilhetes, sem ser desta forma.-----

----- Dentro do recinto: entrada paga sem tempo suficiente para que as crianças pudessem usufruir do que pagaram porque, como já verificaram, houve vários grupos que chegaram bastante atrasados e não puderam usufruir de tudo; ausência da receção e orientação ao nível da acomodação das crianças para o almoço; falta de identificação de horários e mesas de almoço; falta de localização de espaço reservado às escolas para depositarem as mochilas e pertences; impossibilidade das crianças fazerem o passeio no comboio de Natal; não abertura dos insufláveis, devido às condições climatéricas, o que é normal, de qualquer das formas deveria haver um espaço coberto com mais opções; Insuflável dentro da tenda sem eficácia face à adesão imensa das crianças, naturalmente, principalmente nos dias de mau tempo; número excessivo de crianças na tenda; abertura da Pista de Gelo tardia; os monitores não acompanharam as crianças, especialmente as mais pequenas dentro da pista; falta de organização na pista de gelo onde muitas crianças não puderam participar; atividades encerradas à hora de almoço, nomeadamente as pinturas faciais; falta de animadores para entreter e animar as crianças na tenda e fora dela e avisar as horas e locais dos espetáculos, como havia nos anos anteriores; falta de casas de banho mais perto da tenda ou espalhadas pelo recinto.-----

----- Recomendação: melhorar os aspetos referidos; organizar alternativas face às condições

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão ordinária de 2023, fevereiro, 28

atmosféricas, que podem ser favoráveis ou desfavoráveis; estar preparados também para as condições climatéricas desfavoráveis; articulação entre o Município e a empresa organizadora, pois sempre que havia uma dúvida era difícil alguém saber responder, verificando-se diferentes informações para o mesmo problema.” -----

----- Pediu a palavra o membro António Augusto Torres (Coligação Unir pela Mudança) que disse: “Boa tarde, na pessoa do Senhor Presidente cumprimento toda a Assembleia Municipal.

----- A minha primeira nota tem a ver com este meu modo de poder referir os eventos, considerando como uma intervenção de louvor e, esta vai no sentido de poder ser mais simples, não tão burocrata, não tão morosa, não tão maçante e mais objetiva. -----

----- Assim, gostaria de fazer uma intervenção de Louvor à Santa Casa Misericórdia da Vila de Pereira, que, no passado dia 25, concluiu as obras de conservação e restauro, que estavam a decorrer há três anos. -----

----- De realçar a obra efetuada, está bonita, digna de ser vista por todos os residentes do Concelho de Montemor-o-Velho e não só. Nesta senda, gostaria de deixar aqui uma palavra de gratidão, de agradecimento à Câmara Municipal de Montemor-o-Velho pela presença do Senhor Presidente e agradecer a participação na entrega de fundos para a realização das referidas obras. Na altura, foi uma obra que custou na ordem dos trezentos mil euros e, de acordo com o que foi referido pelo Senhor Provedor, a Câmara Municipal participou em quarenta e cinco mil euros.- -----

----- Quero deixar aqui o nosso agradecimento, uma vez que faço parte dos Órgãos Sociais, pelo apoio que tem sido dado pela Câmara Municipal de Montemor-o-Velho.-----

----- O meu bem-haja! -----

----- Uma outra questão tem a ver com a gestão das Piscinas Municipais. Aquando a sua abertura, desloquei-me à mesma para fazer a minha inscrição e cheguei à conclusão que, perdoem esta minha opinião, a Piscina, neste momento, para os residentes do Concelho de Montemor-o-Velho, só funciona para os compatriotas que têm o cartão sénior, pelo que, quem não usufrui desse cartão tem que se inscrever através dos clubes. -----

----- Eu posso estar errado, aceito que o possa estar, por isso gostava que me esclarecessem como funciona a gestão das piscinas Municipais. -----

----- Uma outra questão que eu gostava de referir tem a ver com a comunicação e imagem. Constatei que na página da Câmara Municipal de Montemor foi, e bem, referido a inauguração da Igreja Paroquial da Vila de Pereira. -----

----- Nesse sentido, gostava de poder deixar aqui uma dica em relação à comunicação e

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO***Sessão ordinária de 2023, fevereiro, 28***

imagem, que é feita através do site da Câmara. -----

----- Quando há feira quinzenal, as feiras são comunicadas ao público com antecedência, para sabermos que naquele dia há feira. Em relação às Reuniões de Câmara e da Assembleia Municipal, o que me apercebo é que essas comunicações são feitas no próprio dia e quando já estão a decorrer as reuniões. Ora, se, eventualmente, alguém estiver interessado em intervir em algumas dessas reuniões, para que o possa fazer, terá que fazer uma prévia inscrição, estes ficam sem acesso a esses meios. -----

----- Portanto, quero deixar aqui a sugestão que essa informação possa ser dada antes das reuniões acontecerem.-----

----- Entretanto na minha vinda para esta sessão, constatei que, penso que isto será no âmbito da questão da segurança rodoviária e, gostava da confirmação do Senhor Presidente da Câmara, a Ponte de Formoselha e a Ponte Militar estão limitadas à tonelagem de 35 toneladas. Eu tinha ideia que antes não existia essa limitação. -----

----- Pergunto, será por uma questão de segurança que foi feita a limitação da pesada tonelagem na Ponte de Formoselha, uma vez que, toda a gente tem conhecimento que aquela Ponte não está nas devidas condições ou será por causa da própria manutenção da Ponte Militar que efetivamente é necessário existir essa restrição na tonelagem na circulação de automóveis?

----- Por último, verifico que, neste momento, o posto médico de Pereira está em obras, o que acaba por limitar um pouco o bom funcionamento do referido posto. Verifiquei, também, que as mesmas têm a ver com o piso que têm na sala de espera. Sei que, por baixo, existe um outro espaço e o que poderia ser feito era aproveitar essas obras para remodelar esse espaço, para que o mesmo possa vir a ter as condições necessárias, e, então aí, poderia haver a possibilidade da criação da Unidade de Saúde Familiar, que abrangeria as povoações de Pereira, Formoselha e Santo Varão. -----

----- Obrigado e bem-haja.” -----

----- Pediu a palavra o membro Paulo Galvão (CDU) que disse: “Obrigado. A minha intervenção é no sentido de obter dois esclarecimentos.-----

----- O primeiro tem a ver com a Ponte da Lavariz. Os militares estiveram no local a corrigir o desnível da Ponte, uma vez que já era necessária essa correção há muito tempo. -----

----- Contudo, continuamos à espera de uma solução definitiva e sabemos que a APA, volto a frisar, sabemos que a APA, é a entidade responsável pela travessia, mas queremos que o Senhor Presidente da Câmara nos diga se tem existido alguns contactos com a entidade e o que há de novo.-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão ordinária de 2023, fevereiro, 28

----- O segundo é sobre a Ponte Pedonal e Ciclável entre o Casal Novo do Rio e a margem esquerda do Leito Antigo. Esta continua por arranjar e encontra-se interdita já há muitos meses. Gostava de saber para quando é a resolução da situação? Obrigado.”-----

----- Tomou a palavra o PMAM dizendo: “Muito obrigado. Não temos mais nenhuma inscrição no período antes da Ordem do Dia.-----

----- Antes de dar a palavra ao Senhor Presidente da Câmara, duas notas apenas: uma que diz respeito à Assembleia Municipal e ao seu anúncio. Efetivamente, vou mandar colocar na página a previsão de todas as reuniões, sendo certo que, desde 17 de fevereiro, neste caso, todos os cidadãos, via edital, tiveram conhecimento que esta Assembleia decorria hoje e que o último ponto era exatamente intervenção do público em cumprimento do artigo 49º, n.º 1 da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação dada pela Lei n.º 66/2020, de 04 de novembro, portanto, no que respeita à Assembleia Municipal as regras são cumpridas. Estou a falar da Assembleia Municipal! -----

----- Uma outra questão que devo referir, porque é importante, não se trata, neste caso do cidadão Fenando Ramos, mas do Presidente da Assembleia Municipal, que deve reconhecer, que no dia 25 do presente mês, a questão seguinte: Senhor Presidente da Câmara, quero publicamente agradecer-lhe a deferência que teve para com esta Assembleia, na minha pessoa, em representá-lo nos cumprimentos aos Estandartes dos Bombeiros Voluntários de Montemor-o-Velho e também de Ponte de Lima, bem como na revista à formatura dos Bombeiros. Foi um gesto que sinceramente apreciei porque a Assembleia Municipal pode e deve representar o Município nas Cerimónias que o mesmo entender e, dizer ao Senhor Presidente da Câmara que, ao ser a primeira vez, fico, evidentemente se assim o entender, disponível para que isso possa acontecer outras vezes. Muito obrigado Senhor Presidente, e julgo que é um gesto que o Senhor Presidente teve para com a Assembleia Municipal, neste caso na minha pessoa, mas que honra esta Assembleia.-----

----- O Senhor Presidente da Câmara tem a palavra!”-----

----- Tomou a palavra o PCM dizendo: “Muito obrigado, saúdo o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, na sua pessoa cumprimento todos os membros da Assembleia, a mesa, colaboradores, dirigentes e também os Senhores Vereadores.-----

----- Vou dar início então às explicações que me foram solicitadas. Neste caso, não foi solicitado, mas, na minha opinião, o membro Bruno Ferrão tem que esclarecer um pouco melhor o Plano que pede. -----

----- Este não é suficientemente esclarecido, nomeadamente, porque mistura todo um

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO***Sessão ordinária de 2023, fevereiro, 28***

conjunto de conceitos que não são da mesma categoria. Provavelmente, estará a referir-se a um Plano de Mobilidade e, eu não estou a falar mal, eu estou apenas a tentar perceber melhor aquilo que pretende. Um Plano de Mobilidade, um plano que aí já abrangerá todo o conjunto de questões que colocou. -----

----- Não tenho nenhum problema, só lhe queria chamar a atenção que, para a elaboração de um plano destes e que não pode ser feito por nenhum colaborador do Município, uma vez que, não é feito por políticos, mas sim por técnicos e, existem muito poucos, dois ou três a nível nacional. É uma dificuldade imensa encontrar este tipo de especialistas em matéria de transportes e mobilidade. -----

----- Portanto, eu estou disponível e quero que saibam que para a elaboração de um Plano de Mobilidade, se bem que existem aqui muitos conceitos misturados e, cada coisa tem que ser tratada no seu devido lugar. Permita-me só dizer-lhe que, muito em breve, vamos iniciar a reformulação da rede de transportes públicos do concelho, com a contratação de um especialista que temos tido alguma dificuldade em que ele nos venha ajudar, porquanto, é imperioso resolver um problema gravíssimo que é o que hoje em dia as empresas de transportes públicos estão a solicitar no âmbito da região, e em todo o país, que é o “défice de exploração”.

----- O défice de exploração no Município de Montemor-o-Velho ascende a cerca de 600 mil euros, em números redondos ainda não confirmados e, por isso, é urgente rever este plano de transportes rodoviários coletivos de passageiros porque, efetivamente, é um valor absolutamente exorbitante. Isto quer dizer que, e para perceberem e para o Senhor membro Bruno Ferrão perceber que eu não estava a falar contra aquilo que disse, estava inclusivamente a agradecer a disponibilidade da sua Bancada para falarmos sobre este assunto, uma carreira de transporte público logo que arranca são 30 mil euros, números redondos e depois se só transporta um passageiro durante a rota, estão a ver o prejuízo que isso não é. Sendo certo que está mais ou menos consensualizado que o *break even* será na meia ocupação da carreira. Ora, anos e anos e dias e dias com carreiras a transportar uma ou duas pessoas por dia, essas linhas terão que ser suprimidas. -----

----- Para além disso, temos uma situação que me preocupa de forma muito intensa que é o facto de, para além dos tais 600 mil euros, já termos gastado cerca de 500 mil euros em transportes escolares. Estes valores somados são um valor verdadeiramente exorbitante, porque, efetivamente, por reclamação e reivindicação dos pais e, também, das diversas Bancadas nesta sala, se calhar não neste mandato, porque o problema neste momento está mais ou menos pacífico, mas lembro-me que nos meus mandatos anteriores, essa era uma

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO***Sessão ordinária de 2023, fevereiro, 28***

reclamação sempre premente, com a qual eu concordei e subscrevi que os alunos não podem estar duas horas no autocarro antes de irem para as aulas. -----

----- Na realidade, esta é uma situação que também temos que corrigir e a tal reformulação das linhas de transporte público e rodoviário têm que ser uma premência e uma prioridade neste final de mandato. -----

----- Vamos, provavelmente para a semana, auscultar o Professor Álvaro Costa, para que nos possa ajudar, inclusivamente a fiscalizar a empresa que aqui presta serviço. -----

----- Nessa medida, a questão dos transportes públicos está respondida. -----

----- Quanto aos transportes ferroviários, não é competência da Câmara Municipal e, muito dificilmente, a Câmara Municipal, a Comunidade Intermunicipal ou os Municípios todos juntos conseguem reclamar o que quer que seja de uma estrutura que é muito nacional, muito fechada e muito cheia de privilégios. -----

----- O *Sit Flexi* está a funcionar bem, gostaria que ele fosse mais implementado, o transporte a pedido será o futuro para muitas das regiões do nosso concelho e gostaria que o continuassem a divulgar. -----

----- A questão dos traçados e das vias para a mobilidade terrestre em Montemor-o-Velho, na verdade, também não podia estar mais de acordo, podemos sempre discutir com a oposição e com quem quer que seja e todos os contributos são válidos, no entanto, quero chamar a atenção que o Município de Montemor-o-Velho não faz uma única estrada e não mantém, mas sim prioriza e faz tudo de acordo com os Presidentes de Junta que estão no terreno e que estão sempre, sempre, muito mais próximos da realidade. -----

Temos vindo, se calhar erradamente, pois deveríamos deixar a decisão para os políticos das Assembleias e do Executivo Camarário, não sei, mas eu, até ao final do meu mandato, não prescindo de colaborar com os Senhores Presidentes de Junta e é assim que vou continuar. Sendo certo que também estou disponível para receber como boas todas as sugestões que me queiram colocar em relação aos traçados e às estradas que são alcatroadas ou não. Não concordo que sejam ações desgarradas ou que tenhamos as estradas cheias de buracos e tudo isso não me parece que seja uma realidade tão caótica como aqui deixou. Devia ter visto o que eu vi quando entrei para a Câmara, aí sim, costumava dizer e aproveitar uma imagem, pois parecia a face da lua, tantas eram as crateras e parecia que tínhamos sido atingidos por meteoritos, mas pronto. Se calhar essa memória está curta e, naturalmente, que, em pleno inverno e já assumi aqui, não há nenhum Presidente de Câmara que diga o contrário. Eu vou sair daqui e outros virão e vão dizer rigorosamente o que eu estou a dizer: no inverno vai haver

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão ordinária de 2023, fevereiro, 28

buracos em todo o lado, e temos uma equipa de betuminosos que é excelente, é extraordinária e não posso deixar de postar o meu elogio público a essa equipa da Câmara que tem feito um trabalho excelente. -----

----- É evidente que há aqui um conjunto de situações e, neste caso, eu tenho reclamado insistentemente junto da ABMG, estes sim são os problemas que nós temos, que são os cortes que fazem na estrada para as baixadas e para as roturas, mas também não é justo, muitas das vezes, as roturas têm que levar o abatimento necessário para depois serem alcatroadas e, na realidade, ainda não chegámos ao ponto de ter essa capacidade de podermos resolver isso de forma atempada. Lá chegaremos e haveremos de resolver essa questão com a ABMG e com as outras entidades, uma vez que também há outras entidades que fazem cortes na estrada, não é só a ABMG, nomeadamente, as empresas do gás, a EDP e todo um conjunto de entidades porque essas situações têm o seu tempo para levar o seu abatimento normal e só depois é que se pode alcatroar definitivamente.-----

----- Quanto à intervenção do Fernando Curto, estou de acordo com ele quanto à Homenagem a Afonso Duarte, uma personalidade importante no nosso concelho e no panorama literário português, concelhio e nacional.-----

----- Quanto à questão colocada pelo membro Patrício Duarte, fiquei um pouco surpreendido com esta intervenção. O Município só tem duas pessoas a recibo verde na área da Educação, que são as duas colaboradoras do insucesso escolar, que, por natureza, é um projeto da Comunidade Intermunicipal, por natureza tem que ser assim, não podem ser integradas no quadro, nem faz sentido que se integrem no quadro uma vez que é um projeto financiado, portanto não sei, nós estamos acima dos rácios, nas escolas e nos jardins-de-infância e, portanto, não entendo a sua intervenção.-----

----- Como falou do jardim-de-infância de Arazede, eu pedia ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal que autorizasse o Professor Charro a vir aqui esclarecer alguma coisa que eu possa desconhecer porque não tem nada a ver com a Câmara.”-----

----- Tomou a palavra o Chefe de Divisão de Educação, Desporto e Ensino Profissional, José Charro que disse: “Boa tarde, a todos. Em função do esclarecimento solicitado, relativamente aos jardins-de-infância de Arazede, da Bunhosa e do Tojeiro, a Autarquia não tem qualquer contratação de serviços com assistentes operacionais, a Autarquia tem em vigor um Contrato Interadministrativo, com a Junta de Freguesia de Arazede que assegura as funções de apoio à alimentação e às atividades de Apoio à Família e, portanto, não existe nenhuma prestação de serviços, por parte da Autarquia.”-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO***Sessão ordinária de 2023, fevereiro, 28***

----- Retomou a palavra o Presidente da Câmara dizendo: “Quanto à intervenção do membro Ana Valente, sobre melhoramentos na iluminação, WCs e estacionamento. Eu agradeço sempre estas sugestões, mas isto é relativo à Feira do Ano, não tem a ver com o Festival do Arroz e da Lampreia, penso que esses problemas não se colocam, é a primeira vez que ouço falar em problemas com a iluminação. Nos últimos festivais, como o Festival do Arroz e da Lampreia, com WCs que temos sempre, estacionamento desconheço em absoluto e acho muito improvável que haja problemas de estacionamento, isso colocou-se na Feira do Ano antecedente, por causa dos constrangimentos da obra, uma vez que tínhamos a Frente Ribeirinha em obra, tínhamos um conjunto de situações que provocaram estes constrangimentos. -----

----- Peço desculpa, Dra. Ana Valente, mas não se aplica ao Festival do Arroz e da Lampreia. Eu agradeço os alertas, mas estes têm que ser condizentes com aquilo que é a realidade, mas eu agradeço de qualquer forma o alerta e, estou a ser honesto, nunca tivemos nenhuma reclamação sobre isto. -----

----- Em relação à questão da lampreia, dar nota do seguinte: a lampreia não é comandada pela Câmara e ainda não conseguimos monitorizar as mesmas e, por isso, não conseguimos resolver este problema. Eu estou a fazer ironia, sem maldade, a Dra. Ana Valente não leve a mal e já disse isto noutros fóruns. Eu percebo a sua preocupação, mas devíamos ter preocupado mais cedo quando permitimos que apanhem o meixão, que apanhem os alevins de pequeninos, que são enguias e também lampreias e, quando construímos ou deixamos construir obstáculos permanentes no rio ou quando nos portamos mal com o clima e com ações que afetam e que produzem as alterações climáticas, naturalmente que vamos ter menos lampreia e vamos ter menos lampreia durante muitos anos. Vamos ter, também, alterações no seu ciclo normal de subida do rio e aquilo que lhe quero dizer é que é completamente imprevisível, ouvimos alguns especialistas na matéria, a lampreia não vai acabar, não é isso que está em causa, no entanto, não é previsível a altura que vão chegar. -----

----- Com as alterações climáticas, com todo o conjunto de situações que ocorreram no passado, provavelmente, vamos ter algumas dificuldades em ter lampreia. -----

----- Nós tínhamos que optar por fazer ou não o Festival, mas, como já alterámos o conceito do Festival, o Festival não é só o Festival do Arroz e da Lampreia, e há muita gente que vem ao Festival não só por causa da lampreia, mais de metade das pessoas que vêm ao Festival não come lampreia, portanto, é o Festival do Arroz e da Lampreia e dos Sabores do Campo e do Rio.

----- Alteramos e promovemos um conjunto de produtos endógenos no Festival do Arroz e da Lampreia que nos permite ter uma oferta mais alargada. -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO***Sessão ordinária de 2023, fevereiro, 28***

----- O que peço ao membro Ana Valente e a todos é que avisem as pessoas no sentido, e esse apelo também o fiz na imprensa, de reservarem e virem “pela certa”. Façam a sua reserva e, nessa perspetiva, não correm riscos porque ainda há pouca lampreia e a que há é cara e não se devem surpreender com o preço. Nós temos visitas de pessoas do Minho e do Algarve a visitar-nos e, por isso, devem reservar para terem a sua refeição garantida.-----

----- Quanto à Intervenção do membro Ana Cristina Jorge relativamente ao Castelo Mágico, existe aqui uma questão prévia que eu quero esclarecer. O Castelo Mágico é um projeto comercial, singular, que tem a ver com uma coisa muito simples: nós não temos os direitos de autor das figuras e de todo o *Layout* do Castelo Mágico, da ideia do Castelo Mágico, embora tenha dado significantes contributos, mas nós não temos os direitos de autor deste evento.----

----- Este evento tem que ser realizado por uma empresa profissional, os eventos comerciais ou os eventos desta natureza têm que ser realizados por pessoas que saibam e que lidem com regras muito precisas de segurança, de todo um conjunto de serviços que têm que ser prestados e que não estão ao alcance dos trabalhadores do Município, não é como organizar, por exemplo, o Festival do Arroz e da Lampreia ou mesmo a Feira de Ano, não tem nada a ver com isso, tem a ver com um conjunto de requisitos que não nos é possível alcançar e realizar. -----

----- Fizemos um inquérito, houve muitas pessoas que visitaram o Castelo Mágico, sabemos quais são os problemas e não eram estes os problemas. Penso que focou muito a questão das visitas das crianças das escolas e o conjunto de reclamações que produziu é sobre essa matéria.

----- Peço à Senhora Vereadora e, também, a quem vai organizar o próximo Castelo Mágico, da parte da Câmara, que tome a devida nota das recomendações que foram feitas e que agradeço. Não vou verificar as situações apresentadas, mas há situações que acho estranhas, nomeadamente, a bilheteira reclamar porque trazem moedas, isso é ridículo, não sei quem fez isto, mas já nada me surpreende. -----

----- A vinda das crianças das escolas não tem a ver com o comboio do Castelo Mágico. O comboio não pode ser para transportar as crianças das escolas até ao Castelo. Há uma organização do comboio, nós não podemos, quando estamos a lidar com um evento desta natureza, “inventar”. O comboio serve para resolver um problema concreto que temos que é a distância do estacionamento ao Castelo. -----

----- Como é que nós resolvemos essa questão? -----

----- Primeiro, alugávamos o comboio, depois vimos que o custo era elevado e resolvemos adquirir o mesmo, pois é uma forma interessante e bonita de resolver o problema da distância.

----- Essa é a razão de ser do comboio. É evidente que é uma grande diversão para as crianças,

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO***Sessão ordinária de 2023, fevereiro, 28***

eu estou de acordo, todas as crianças querem andar no comboio, mas não é esse o seu propósito. -----

----- Efetivamente, e vou-lhe dizer, tem toda a razão, eu próprio fiquei indignado, revoltado, porque investimos muito, trabalhamos muito para que as coisas corram bem e esta história dos meninos estarem fechados no autocarro foi algo que me indignou porque foi decisão da segurança. A segurança é que decidiu ou melhor “inventou”. Isto só aconteceu um dia ou dois, pedi desculpa, é o que posso pedir, não foi culpa nossa, foi algo que nos foi reportado que estava a acontecer e foi “invenção” de alguém que decidiu que era assim. Não tinha instruções nesse sentido, nós não programámos nada disso, nos outros anos funcionou bem. A pessoa que liderava a segurança, contra a empresa e contra tudo, só nos apercebemos quando começámos a ter reclamações. São coisas que nos ultrapassam. -----

----- Fico com alguma tristeza e vou interpelar a empresa quanto à questão das dificuldades de falar com a empresa organizadora. Mais uma vez, agradeço esta crítica porque eu quase que obrigo os meus colaboradores e dirigentes a estarem presentes no Castelo Mágico e nos eventos, precisamente por causa destas situações. Eu estranho muito isto, mas de qualquer maneira, vou dar como boa a recomendação porque não tenho razões para o contrário, mas os meus colaboradores que me estão a ouvir têm aqui um exemplo, que é necessária a sua presença no evento. Quem teve essa dificuldade deveria ter-se dirigido ao representante do Município, que esteve sempre presente, para não acontecerem estas questões.-----

----- Penso que falei sobre tudo, o resto será para tomarem a devida nota. -----

----- Igreja da Misericórdia. Congratular-me igualmente como pude expressar na minha intervenção, desde 2004/2005 que ando “atrás” destas obras e que, para mim, eram quase que uma indignidade haver azulejos, que não são também especiais, mas são muito bonitos e basta isso, presos com fita-cola e ver o estado dos tetos. -----

----- Eu, na altura, como cidadão, reclamei e fiquei muito feliz de poder ajudar e de poder concretizar. Aqui está um bom exemplo de um excelente trabalho da Misericórdia de Pereira, do Provedor, da Mesa e de todas as pessoas que colaboraram. -----

----- Quanto à questão das Piscinas Municipais, peço novamente autorização ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal a intervenção do Professor Charro, pois eu nem sei se há algum privilégio para pessoas com Cartão Sénior, privilégio no ponto de vista de ocupação ou de prioridade e não me parece existir qualquer fundamento nesta crítica ou neste alerta. -----

----- A frequência é livre, assim penso que está a ser, só se eu desconheço alguma questão, que também é possível. Nós temos pessoas de fora do concelho a procurar a nossa Piscina e,

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão ordinária de 2023, fevereiro, 28

por isso, estou a achar estranha esta questão. -----

----- Senhor Professor Charro, o que o Senhor membro da Assembleia pede é que explique as condições de acesso à Piscina.” -----

----- Retomou a palavra o Chefe de Divisão de Educação, Desporto e Ensino Profissional, José Charro, dizendo: “Boa tarde novamente. Eu estou um bocadinho espantado com o que foi dito aqui pelo membro António Augusto Torres porque, neste momento, eu tenho comigo os números do dia de hoje, nós temos ainda, em particular para adultos, duas turmas, à segunda e à quinta-feira, as 18.45h e às 19.30h, com 14 vagas por ocupar, estamos a falar de natação para adultos. No total, a Piscina, neste momento, tem 533 utilizadores, estamos dez por cento acima da ocupação que existia quando a Piscina encerrou, em 2020. Como disse, ainda existem turmas com vagas por ocupar. Também existem pessoas em lista de espera, mas não existe nenhuma condição melhorada para os detentores do Cartão Sénior.” -----

----- Retomou a palavra o PCM que disse: “O que o Senhor membro quer saber é o quê que as pessoas têm que fazer para poderem frequentar essas aulas.” -----

----- Tomou novamente a palavra o Chefe de Divisão de Educação, Desporto e Ensino Profissional, José Charro dizendo: “Só têm que se dirigir ao Balcão da Piscina Municipal e inscreverem-se nestes dois horários em particular, que foram os horários de adultos que julgo que referiu, temos estes dois horários, onde existem ainda, num horário, 6 vagas e, no outro, 7 vagas.” -----

----- Tomou a palavra o PMAM dizendo: “Peço desculpa, eu não gosto de abrir precedentes, mas vou dar, excecionalmente, dois minutos ao membro António Augusto Torres para dizer se está esclarecido ou não ou se quer acrescentar mais alguma coisa.” -----

----- Tomou a palavra o membro António Augusto Torres dizendo: “Com a minha questão quero, simplesmente, colaborar e não complicar. O colaborar é perceber como funciona. Eu fui à Piscina Municipal para me poder inscrever e, no horário que eu tinha disponível para poder frequentar as aulas, só podiam ser frequentado por quem tivesse Cartões Seniores. Entretanto, e tendo sido frequentador das piscinas através das aulas da hidrogenástica, havia horários compatíveis para quem pudesse, após os horários laborais, poder haver esse funcionamento. -

----- A pergunta é muito simples: será que nesses horários pós-laborais existe o funcionamento da piscina? Por aquilo que sei e por aquilo que me disseram, existe esse horário, mas através de clubes associados às piscinas. -----

----- Portanto, posso estar equivocado, coloquei essa hipótese, mas estou aqui para poder ser esclarecido e, a meu ver, nas Assembleias, quando não sabemos, temos o direito de colocar

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão ordinária de 2023, fevereiro, 28

questões e de ter alguém que as esclareça. -----

----- Faltou-me só um pormenor e, já agora, aproveito e digo que, na altura, quando foram encerradas as piscinas, estava para ser aprovado o Regulamento das mesmas. -----

----- Pergunto se, neste momento, o Regulamento das Piscinas está em discussão pública para ser feita a sua aprovação?" -----

----- Tomou a palavra o PMAM dizendo: "Vou dar a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal. No entanto, quero referir que este é o meu receio de abrir exceções. Se repararam, é sempre acrescentado algo mais e temos que ser, também, autodisciplinados." -----

----- Retomou a palavra o PCM que disse: "Antes de passar a palavra ao Professor José Charro, gostaria de deixar aqui uma nota, para que não haja confusões. -----

----- Em relação à questão colocada pelo membro António Augusto Torres, dar nota que a existências dos clubes e a sua colaboração (penso que de momento temos dois clubes que querem colaborar connosco) tem a ver com uma coisa muito simples e muito objetiva: os professores das piscinas têm horários e nós não podemos sobrecarregá-los mais e alguns já têm uma carga muito elevada porque eles têm que ter um período de descanso. -----

----- A colaboração, contrariamente ao que pensam, não é por ter vontade de concessionar as piscinas a clubes, não tem nada a ver com isso, é sim porque eles dão-nos uma ajuda preciosa. Portanto, nós não temos capacidade, com o número de professores que temos, a não ser que continuemos a colocar trabalhadores, mas não faz sentido, de assegurar todos os horários existentes. -----

----- Aquilo que esses clubes fazem é muito bom e precioso para nós. -----

----- Mais, há uma condição, nesta parceria "informal", que é uma parceria que tem que estar consumada, portanto, existe um Protocolo que é, nos horários nobres, nós não precisamos de ajuda porque esses horários são muito procurados. Nós precisamos de ajuda é para ocupar todo o resto. Estamos a fazer um trabalho, aproveito para dar um elogio à Senhora Vereadora Diana Andrade que me convenceu a ceder nessa questão, que é darmos uma experiência gratuita aos alunos do Pré-Escolar, isto para os incentivar a começar a ter boas práticas desportivas. E porquê? Porque nós temos uma perda de cerca de 16 mil euros, mas compensa o estímulo à boa prática desportiva, ao uso da piscina e vai ocupar a piscina nos horários "mortos" e, nessa sequência, conseguimos rentabilizar ao máximo. Eu consigo fazer um equilíbrio entre o que perco e o que ganho, ou seja, tenho ali uma infraestrutura pesada que dá um grande prejuízo ao Município, portanto, por mais que eu queira inventar vai sempre dar prejuízo, mas eu consigo, de certa forma, compensar esse prejuízo.-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO***Sessão ordinária de 2023, fevereiro, 28***

----- Era esta explicação que eu queria dar para que não ficassem dúvidas, a colaboração dos clubes é preciosa porque não tenho recursos humanos, nem posso ter, para assegurar todo o período útil de utilização da piscina.” -----

----- Tomou a palavra o Chefe de Divisão de Educação, Desporto e Ensino Profissional, José Charro dizendo: “Relativamente à questão da piscina, gostava de deixar aqui dois ou três esclarecimentos que considero importantes, complementando aquilo que o Senhor Presidente também já referiu. -----

----- A piscina tem um horário de funcionamento das nove da manhã às dez da noite. Neste horário de funcionamento, mais de cinquenta por cento das horas de aulas diárias são asseguradas por recursos da Autarquia.-----

----- Neste momento, efetivamente em comparação com o ano 2019/2020, os recursos da Autarquia têm uma capacidade inferior de dar aulas na piscina e explico porquê. Não aumentámos o número de técnicos de desporto na Autarquia, mantivemos os mesmos, alguns deles, por razões pessoais e/ou familiares, também têm horários flexíveis que de certa forma coloca alguns problemas na sua disponibilidade na piscina, mas não é essa a principal razão. A principal razão é que, em 2019, o programa de atividades físicas sénior tinha oito polos no concelho, com aulas uma vez por semana, que eram asseguradas por estes técnicos de desporto. Atualmente, esse programa tem dezoito polos, duas vezes por semana, com os mesmos técnicos de desporto. -----

----- Para além deste programa, temos ainda o programa de atividade física nos Jardins-de-Infância, que também são assegurados pelos mesmos técnicos de desporto. -----

----- Por esta razão, evidentemente, há uma redução da disponibilidade de técnicos superiores de desporto na piscina, mas isso não significa que não estejam cobertas todas as necessidades e toda a tipologia de atividades em turmas, asseguradas pelo Município. -----

----- Por tudo isto, volto a dizer-vos, as turmas do Município, neste momento, têm 533 utilizadores, isto vai desde bebés, passando pela hidroginástica sénior, que é sobretudo para a população sénior, acontece normalmente durante as manhãs, que é quando os seniores têm maior disponibilidade e quando lhes faz melhor a atividade física. Para além disto, temos ainda as aulas de aperfeiçoamento, em todos os escalões, existem pelo menos duas aulas por semana, há duas ou três turmas que estão esgotadas, mas em quase todas as turmas ainda existem vagas e, nestas de adultos, em particular, como disse anteriormente, existem, numa turma, seis vagas e, na outra, sete.-----

----- Este trabalho é complementado pela oferta de duas organizações desportivas do

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão ordinária de 2023, fevereiro, 28

concelho, que também têm competência e capacidade para disponibilizar serviços de aprendizagem e de competição na área da natação.” -----

----- Tomou a palavra o PCM que disse: “Peço que o Professor José Charro preste esclarecimentos relativamente à questão dos transportes do Castelo Mágico, colocada pelo membro Ana Cristina Jorge, dando um complemento do que expliquei, para além do problema que tivemos com a segurança, existiram também outros problemas que eu gostaria de ver aqui esclarecidos.” -----

----- A pedido do PCM retomou a palavra o Chefe de Divisão de Educação, Desporto e Ensino Profissional, José Charro dizendo: “Para além da imposição da segurança, em não deixar subir mais que um autocarro de cada vez e terem ficado retidos um conjunto de autocarros, que fez com que atrasasse todos os outros transportes, que iriam acontecer a seguir, uma vez que, muitos destes autocarros, como compreenderão, não faziam só um serviço, faziam vários serviços, ou seja, chegavam ao Castelo e iam para outra escola buscar outros alunos, existiu também uma outra que, trouxe várias contrariedades, que foi a questão da EBI de Pereira. ----

----- Por decisão dos professores da escola e por várias razões, no próprio dia de manhã, decidiram que os alunos não poderiam ir ao Castelo Mágico naquele dia e, portanto, enquanto se decidiam se as crianças iam ou não, os autocarros estiveram na escola à espera, mais de uma hora, o que colocou em causa um conjunto de transportes das outras escolas, e que veio trazer constrangimentos nesse dia, que era um dia em que muitas escolas iriam ao Castelo Mágico. --

----- Todas estas questões trouxeram estes problemas de organização, que os serviços de educação da Autarquia estiveram presentes todos os dias no Castelo Mágico, como a Professora Ana Cristina sabe, a tentar resolver todos os problemas que iam surgindo. Foi difícil, mas estivemos sempre ali disponíveis para resolver todas as questões que foram sempre resolvidas.

----- Isto para dizer que, efetivamente, houve um problema de transportes, mas não foi só esta questão da segurança.” -----

----- Retomou a palavra o PCM dizendo: “Continuando a responder à intervenção do membro António Augusto Torres, em relação à comunicação e imagem, eu não tenho nada a opor, não tenho nenhum problema que seja divulgado, o Senhor Presidente da Assembleia fará como entender em relação a este assunto.” -----

----- Tomou a palavra o PMAM, dizendo: “Em relação a esta questão, curiosamente acabam de me informar os serviços, que nem eu próprio sabia, que aquilo que eu disse que ia acontecer já aconteceu porque já está disponível na página da Câmara Municipal, desde que nós marcamos as nossas Assembleias.” -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão ordinária de 2023, fevereiro, 28

----- Retomou a palavra o PCM dizendo: “Quanto à questão da limitação da tonelagem, não está em causa nenhum problema de segurança rodoviária, está em causa uma coisa que é muito importante, que é o abuso que estamos a ser alvo, de um conjunto de pessoas que, vale tudo nas estradas do concelho e, portanto, nós com alguma antecipação fizemos aquilo que se impunha e que visa acautelar que as pessoas que circulam pelas nossas pontes estejam seguras daquilo que ali está e, portanto, não há esforço para as infraestruturas.-----

----- Pedia a colaboração da Senhora Eng.^a Isabel Quinteiro, para vir esclarecer a questão da segurança das pontes que penso que está a acompanhar e, também, em relação à alteração da tonelagem na Ponte da Lavariz.” -----

----- Usou da palavra a Chefe de Departamento de Obras Municipais e Urbanismo, Eng.^a Isabel Quinteiro que disse: “Boa tarde, a todos. Na pessoa do Senhor Presidente cumprimento todos os presentes. -----

----- De facto, não se prende por questões de segurança da Ponte de Formoselha nem da Ponte da Lavariz, portanto, havia, de facto, um ligeiro assentamento na Ponte da Lavariz e, de forma a impedir que essa situação se agravasse, foi proposta esta limitação de tonelagem. ----

----- Não podíamos de forma alguma deixar de a colocar, também, na Ponte de Formoselha, porque quem passa na Ponte da Lavariz depois, obviamente, circula por Formoselha e vice-versa e, nesse sentido, foi ouvida a APA que concordou com essa limitação de tonelagem. -----

----- Isto prendeu-se, também, com a questão da limitação de tonelagem a veículos pesados que foi colocada no concelho todo, que penso que é do conhecimento dos Senhores Membros Municipais, para de alguma forma garantir a segurança das pessoas e dentro das povoações, essencialmente, a segurança das pessoas e mesmo a segurança rodoviária.” -----

----- Retomou a palavra o PCM dizendo: “Quanto à questão do Posto Médico de Pereira, as obras vão durar 60 dias, tem a ver com o piso que abateu e, portanto, é uma questão de segurança e estamos a restabelecer a segurança no piso.-----

----- Quanto à questão das Unidades de Saúde Familiar (USF), como sabe não é nossa competência. A solução das Unidades de Saúde Familiar (USF) neste país foi sempre uma solução bem-sucedida, trabalham bem, os utentes estão satisfeitos. -----

----- Esta Unidade de Saúde Familiar (USF) em concreto cria ali alguns constrangimentos, dos quais eu não posso, neste momento, sequer me envolver nisso, tem de partir da iniciativa dos próprios profissionais de saúde e dos responsáveis pela saúde. -----

----- Quero-lhe dizer que, quando decidi aceitar fazer as obras que iriam custar 30 mil euros e que ficaram em mais de 100 mil euros, eu já tinha em vista a possibilidade que, quando esses

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão ordinária de 2023, fevereiro, 28

tais profissionais da saúde assim o quisessem, tinham ali umas belas instalações e, penso também, que foi a disponibilidade e a posição dos Senhores Presidentes da Junta de Pereira, na altura e o atual. -----

----- Por isso, a nossa disponibilidade é incondicional para que Pereira tenha, se eles assim o entenderem, uma Unidade de Saúde Familiar (USF), mas não é uma questão que eu possa interferir, nem que possa garantir, nem que possa fazer pedidos, não posso fazer nada disso. -

----- Se me perguntarem, estou de acordo, desde que respeitados os direitos dos cidadãos, dos munícipes, desde que verifique que as coisas vão funcionar bem, que eles não percam direitos, para mim, estamos sempre disponíveis para essa situação.-----

----- Quanto à intervenção do Senhor membro Paulo Galvão no que diz respeito à Ponte da Lavariz, sempre que estou com o Senhor Ministro lhe falo nisto, sempre que estou com o Vice-Presidente da APA lhe falo nisto, porque estamos a pagar e, portanto, a Ponte da Lavariz é algo que me preocupa. -----

----- O Presidente da APA não é uma pessoa que se veja, mas isso não é um problema meu, não tem a ver comigo, mas o Vice-Presidente é uma pessoa muito solícita e que frequentemente está em ligação comigo e, portanto, sempre que estamos juntos, falo-lhe na Ponte da Lavariz, porque custa muito dinheiro manter a mesma. -----

----- Está em fase final para lançar procedimento, as últimas informações que tenho são estas, não sei se já há mais alguma novidade. -----

----- Quanto à questão da Ponte Pedonal do Casal Novo do Rio, já dei há muito tempo ordens aos serviços para que a mesma seja reparada. Gostaria que o Senhor Arquiteto Pinheiro, que é o responsável pela Logística, pudesse vir aqui esclarecer o Senhor membro Paulo Galvão.”-----

----- Tomou a palavra o Arquiteto Pinheiro, Diretor do Departamento de Cultura e Equipamentos Municipais da Câmara Municipal, que disse: “Boa tarde. Relativamente a este assunto, os serviços da logística aguardam a entrega do material para proceder à execução por administração direta.-----

----- Como sabem, em tempos já fizemos uma pequena intervenção e, verificamos que o estado da Ponte era demasiado frágil, pelo que, tivemos que fazer uma nova encomenda, um novo procedimento e, neste momento, estamos a aguardar a entrega do mesmo, uma vez que, nesta fase as empresas encontram-se com dificuldades na entrega dos materiais.” -----

----- Retomou a palavra o PCM que disse: “Esta questão tem a ver com o tipo de material que se encomendou. Como sabem há materiais que não estão disponíveis no mercado, em face dos constrangimentos da guerra da Ucrânia e, de todo um conjunto de situações, que estão a

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO***Sessão ordinária de 2023, fevereiro, 28***

ocorrer no País. -----

----- Penso que da minha parte está tudo esclarecido, Senhor Presidente.” -----

----- **Ponto 2. Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara, nos termos da alínea c), nº 2, do art.º 25º do Anexo I, da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro, na sua atual redação.** -----

----- Retomou a palavra o PMAM dizendo: “Muito obrigado. Passamos então ao ponto dois da Ordem de Trabalhos. O nosso Regimento que V. Exas aprovaram por unanimidade, diz que o período antes da Ordem do Dia deve durar sessenta minutos e, se vocês verificarem, levamos quase cento e vinte minutos só nesse ponto. -----

----- Com o beneplácito que tenho tido sempre, no ponto número dois da Ordem de Trabalho, eu dou a oportunidade de falarem, outra vez, naquilo que já falaram. Mas, relembro aquilo que disse na última Assembleia Municipal: não vou autorizar réplicas nem tréplicas, porque, como perceberam, não nos leva a lado nenhum, nem a solução nenhuma. -----

----- Portanto, tem a palavra o Senhor membro Patrício Duarte que foi quem primeiro se inscreveu.” -----

----- Usou da palavra o membro Patrício Duarte (Coligação Unir pela Mudança) dizendo: “Muito obrigado Senhor Presidente. Na página da Câmara Municipal está o Regulamento sobre o Pré-Escolar e, este, no artigo 4º, nas obrigações da Câmara Municipal de Montemor-o-Velho, no ponto 1: “Disponibilizar, sempre que seja acordado com as entidades prestadoras de serviço ao nível dos Recursos Humanos e de material de desgaste.”; no ponto 3: “Promover a colocação de pessoal responsável pelo prolongamento de horário nos estabelecimentos onde isso tenha sido acordado”. Claro que, como disse na minha intervenção, sei que este Regulamento está desatualizado, e que neste momento é a Junta de Freguesia de Arazede que assume.” -----

----- Tomou a palavra o Presidente da Câmara que disse: “O Senhor membro Patrício Duarte não quer reformular a questão aqui colocada?” -----

----- Retomou a palavra o membro Patrício Duarte (Coligação Unir pela Mudança) que disse: “Vou então reformular aquilo que disse, para fazer um pedido ao Senhor Presidente da Câmara, para tentar perceber qual é a dificuldade que a Junta de Freguesia de Arazede, e eu tenho conversado muito com o Senhor Presidente da Junta, o Senhor Paulo Costa, por quem eu tenho o maior respeito, mas tentar perceber porquê que estas pessoas, continuarem a recibo verde.” -----

----- Tomou a palavra o membro Bruno Ferrão (Coligação Unir pela Mudança), que disse: “Depois de apreciada e analisada a informação escrita do Senhor Presidente da Câmara, pouco se retira. Não há obra nova ou planos de obras estruturantes, para o nosso concelho. -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão ordinária de 2023, fevereiro, 28

----- As nossas Assembleias Municipais reduzem-se a debater as festas que vão acontecendo. Vamos de festa em festa, como se a Câmara Municipal fosse algum Grémio Cultural. Já temos o Festival do Arroz e da Lampreia para o início, a Feira do Ano em Setembro, o Castelo Mágico no final do ano e, deixo aqui a sugestão da criação da FESTA DO MEIO!-----

----- Uma nova festa, para o Executivo Municipal poder tirar fotos e abrir garrafas no meio do ano.-----

----- Dizer também que da apreciação escrita, retira-se que a Câmara Municipal preside a ADELO no biénio 2020-2022. Questionamos, qual a duração do mandato e se no próximo mandato tem intenção de continuar na presidência.-----

----- A ADELO é um organismo intermédio de gestão e aplicação de fundos comunitários. Atualmente estamos em fim de programa Portugal2020 e no início do novo programa Portugal2030. A aplicação de fundos europeus é essencial para o desenvolvimento regional e quebra dos desequilíbrios entre regiões. Deve a ADELO ter uma especial atenção para as empresas do Concelho de Montemor-o-Velho, abrindo candidaturas e programas que se adequem e possam alavancar a nossa economia local.”-----

----- Tomou a palavra o PCM que disse: “A primeira questão, eu sei que o Senhor Presidente da Assembleia não gosta, mas eu tenho o direito que, é para mim constrangedor, eu não sei que contrato interadministrativo o Senhor membro quer que eu fiscalize e o quê que quer que seja fiscalizado.-----

----- Gostaria que essas questões fossem esclarecidas e, eu de imediato darei ordens para se fiscalizar aquilo que pretende, portanto, não tenho nenhum problema com isso, mas tem que me denunciar a situação concreta, para eu mandar fiscalizar e daí tirar consequências.-----

----- Se for esclarecida qual é a questão, tomarei medidas concretas, se não for, eu ou os serviços faremos a fiscalização normal, existe um gestor de contrato.-----

----- Gostaria também de me pronunciar sobre uma questão que me parece injusta. É evidente que a oposição critica sempre o Presidente da Câmara, o Executivo, dizendo que não fazem nada, que não há obra, que não há projetos e, quanto a isso, não tenho nenhum problema.-----

----- Ainda hoje aqui foi dado um exemplo da ocupação dos professores da Piscina Municipal, não sei se repararam. Aquilo que exigimos dos nossos colaboradores, o trabalho que é feito, eu quero referir que aquela ocupação que os seniores em movimento têm, dos polos, aquilo não existia, esse trabalho com os seniores não existia no passado.-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão ordinária de 2023, fevereiro, 28

----- Daqui me quero penitenciar, a mim podem-me criticar à vontade, eu não vou a eleições, não tenho nenhum problema com isso e já ganhei as eleições que tinha que ganhar e as pessoas respeitam-me enquanto tal, não tenho nenhum problema. A questão que se coloca aqui é que, no meio desta história toda, estamos a criticar as pessoas que trabalham muito na Câmara Municipal e eu quero aqui fazer uma *mea culpa* porque nós “exploramos” muito os trabalhadores da Câmara. Contrariamente ao que dizem, os trabalhadores da Câmara não são uns caleceiros, uns preguiçosos, eles trabalham muito. Porque assegurar o serviço público não é brincadeira, ou seja, as pessoas estão cada vez mais exigentes, trabalhamos em diversas frentes, a Câmara de Montemor-o-Velho é exemplo em muitos sítios, muitos dos nossos projetos são replicados na região, eu não tenho nenhum problema com isto, não estou a fazer campanha eleitoral, mas acho injusto que se reduza o trabalho da Câmara às festas.-----

----- Quanto ao que foi dito, “...de festa em festa, crie-se “A Festa do Meio”...”, diga-me a sua sugestão que eu faço-a, se esta tiver interesse para a promoção do Concelho. -----

----- Já de agora, quero dar uma nota que me parece importante. -----

----- Há concelhos que têm a sorte de ter grandes empresas e ter grandes alternativas para que possam ser líderes na sua região, eu, infelizmente, estou metido no meio da cidade de Coimbra e da cidade da Figueira da Foz e os estudiosos que estudam as afirmações das cidades e dos territórios, dizem que, quando isto acontece, há um efeito tenaz que comprime a cidade do meio. -----

----- Portanto, fico muito satisfeito quando eu consigo meter a cabeça de fora, seja pelas Festas, e por essa “Festa do Meio”, que estou disponível para organizar porque se essa Festa do Meio trouxer animação à economia local e, eu vou dar o exemplo do Festival do Arroz e da Lampreia, que nem fui eu que o criei, nem o inventei, só o reinventei. O Festival esgota a restauração, a quantidade de pessoas que visita Montemor, a quantidade de pessoas que visita os nossos eventos, isso traduz-se numa animação importante da economia local.-----

----- É verdade que eu gostaria de ter um Concelho assente noutra tipo de estrutura económica, de infraestrutura económica, mas isso tinha que ser feito no passado.-----

----- E aquilo que eu queria dizer é que, por mais barulho que façam quando eu estou a intervir, a Zona Industrial de Montemor-o-Velho tinha uma empresa a laborar quando eu cheguei à Câmara, a Zona Industrial de Arazede nem sequer existia. Eu não resolvi o problema da estrutura económica de Montemor, mas há uma coisa que fiz: eu acelerei o tempo nessa matéria. -----

----- Portanto, quando dizem que é festa em festa, eu não tenho nenhum problema em

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão ordinária de 2023, fevereiro, 28

assumir que faço festas, mas quando quiserem discutir números, também estou disponível e não tenho medo nenhum desta situação. Eu, no passado, fui Vereador e vi festas que custavam mais naquela altura do que custam as que eu realizo agora e não tinham o impacto, nem a dimensão, que hoje conseguimos alcançar com os nossos eventos.-----

----- Eu gostaria de que, quando se fala nisto, se falasse com uma crítica como fez o membro Ana Cristina Jorge, aceita o Castelo Mágico, vamos melhorar, uma recomendação. Se falasse numa crítica nestes moldes, eu aceitaria. -----

----- Mas não pode dizer que o Castelo Mágico é uma festa, sim é verdade, gastamos dinheiro com o evento, mas eu tive oportunidade, no âmbito da Comunidade Intermunicipal, de visitar uma cidade que vive só de eventos, vive em festa todos os dias, chama-se Gramado, no Brasil. -----

----- O orçamento da empresa Municipal que trata dessas festas é de 10 milhões de dólares. Há trinta anos, essa cidade era um centro de pastagens de bois, as pessoas paravam naquele local para os bois descansarem no caminho que faziam para o porto. -----

----- São perspetivas! -----

----- As indústrias criativas, as indústrias da cultura, as indústrias dos eventos são uma forma de atrair pessoas.-----

----- Quero dizer-lhe que, na Bolsa de Turismo de Lisboa – BTL, nós vamos promover os nossos eventos, queremos que as pessoas visitem Montemor e, portanto, é uma abordagem que pode ser feita ou não, mas, enquanto eu aqui estiver, vamos apostar nos eventos, vamos apostar na vinda de pessoas, já chega de, “orgulhosamente sós”, com projetos megalómanos, que nos consomem recursos avultadíssimos e, que nós nunca vamos conseguir alguma vez rentabilizar, que são as tais grandes obras que eu herdei do passado. -----

----- Nunca na vida, nenhum Presidente vai conseguir chegar ao *break even*, nalgumas infraestruturas que aqui foram construídas. -----

----- Portanto, não tenho nenhum problema, fiz as minhas opções, fui julgado por elas, mas estou à vontade nesta situação. -----

----- Peço, no entanto, aos membros da Assembleia Municipal de todas as Bancadas, que tenham respeito pelos trabalhadores porque é-lhes exigido muito. Em todas as ações que eles fazem, nem tudo está bem, nem tudo corre bem, mas esta é uma realidade para mim, incontornável e, quando dizem que esta gente anda toda em festa e, que não fazemos nada, é uma falta de respeito para com os trabalhadores e, claro, já não falo de mim nem do meu Executivo.-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO***Sessão ordinária de 2023, fevereiro, 28***

----- Em relação à ADELO, eu por acaso fico surpreendido com este tipo de interpolações, mas pronto. Fui recentemente eleito em votação secreta como Presidente da ADELO e não é que eu queira acumular cargos, não tem nada a ver com isso. Como sabem, há um sistema de rotação de cargos nestas instituições, chegou a minha vez e eu não “neguei fogo”, não é por estar na CIM, não é por estar na ABMG, só me “sai do corpo”, como se costuma dizer e passo a expressão, não tenho vida própria, não tenho um único minuto livre da minha vida para além disto. Felizmente, estou sozinho e bem acompanhado e, tenho a vida toda para me dedicar às causas, sendo certo que, com muito orgulho, farei o meu papel na ADELO.-----

----- Tenho por hábito não falar das Instituições fora das mesmas, estou disponível, Senhor Presidente da Assembleia, para trazer aqui a equipa da ADELO para explicar aos Senhores Membros da Assembleia aquilo que se avizinha no futuro para os DLBCs e para os GAL.-----

----- Infelizmente, o Governo do nosso País retirou toda a importância que estes DLBCs tinham na implementação de Fundos Comunitários. Contra a minha vontade, já me insurji em relação a este assunto com a Senhora Ministra da Coesão, disse-lhe que era um erro tremendo, os DLBCs são muito importantes nas economias locais, nos pequenos projetos, nos pequenos investimentos e reduzir o seu âmbito de ação à agricultura e ao Ministério da Agricultura parece-me muito redutor e, nessa perspetiva, insurjo-me contra aquilo que foi decidido, e não tenho nenhum problema em assumir isso publicamente, assumi na CIM e assumo-o também aqui. ---

----- Quanto à questão de trazer mais projetos para Montemor, gostaria de fazer aqui uma correção: a distribuição das candidaturas pressupõem duas ou três notas que eu quero aqui esclarecer. Primeiro o tecido empresarial, as entidades têm que se candidatar, com bons projetos, com projetos elegíveis, com projetos que se enquadrem nos programas de candidatura. Para isso, e estão aqui presentes os Senhores Presidentes de Junta, estão aqui membros de entidades, eu tenho disponibilizado os serviços da Câmara, sempre que posso, para ajudarem a fazer essas candidaturas, ajudar a fazer boas candidaturas. Ainda fazemos outra coisa que é darmos uma pequena ajuda no que têm que participar.-----

----- Normalmente os programas dos DLBCs têm uma taxa de financiamento na ordem dos cinquenta por cento, é muito problemático para as Instituições e para as juntas de Freguesia este tipo de candidaturas, uma coisa é ter uma taxa de financiamento de oitenta e cinco por cento, outra coisa é ter de cinquenta ou quarenta por cento.-----

----- Mesmo que lhe possamos dar dez ou quinze por cento, uma ajuda, não é fácil ajudar a ter boas candidaturas e a ter uma grande representatividade nas candidaturas. Há uma outra nota, as candidaturas na ADELO são avaliadas por uma Comissão Independente, não têm nada

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão ordinária de 2023, fevereiro, 28

a ver com o Senhor Presidente da Câmara, nem com o Presidente da ADELO. É uma estrutura que funciona como na CIM, existe completamente independente e à prova de qualquer interferência na sua decisão. Quero dizer isto com toda a clareza, existe a preocupação na ADELO, como existe nas outras entidades, de redistribuir os fundos de uma forma equitativa por todos os Municípios, isso passa-se na ADELO, com muito orgulho. Eu que faço parte dos Órgãos Sociais da ADELO, desde que sou Presidente de Câmara, tenho constatado isso e, assim vai continuar para o futuro. -----

----- Dar nota de que fomos excluídos numa primeira abordagem do Programa do Mar, porque, segundo as ideias peregrinas de quem gere estas coisas, não temos mar, mas naturalmente que somos influenciados pelo mar e temos uma ligação ao mar muito estreita. Isso vai ser corrigido e nós estamos a fazer esforços no sentido que isso possa ser viável. -----

----- Essa é a minha disponibilidade e aquilo que eu posso fazer na ADELO, que muito me orgulha fazer parte dos seus Órgãos de Gestão. A equipa é incrível. Dizer que, por exemplo, o Projeto Virtual é um projeto premiado a nível nacional, no estrangeiro, tem uma adesão incrível em Montemor, os nossos seniores adoram o Projeto Virtual e, é um Projeto que está a ser replicado noutros locais. Estou a dar este exemplo, mas existem outros projetos muito interessantes que a ADELO tem.-----

----- Volto a referir que, se quiserem conhecer melhor a ADELO, eu não me importo de trazer cá as pessoas da ADELO, para falarem sobre isso.”-----

----- Tomou a palavra o PMAM dizendo: “Muito obrigado, Senhor Presidente, vamos passar então para o ponto 3 da Ordem de Trabalhos.”-----

----- **3. Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal, o Projeto de Regulamento do Mercadinho Local de Montemor-o-Velho.**-----

----- Usou da palavra o membro Paulo Galvão (CDU) que disse: “Muito obrigado, Senhor Presidente. Relativamente a este ponto, nós não vimos nenhum problema com o Regulamento. Fomos falar com os atuais vendedores do mercadinho que nos disseram que os *stands* não são adequados à venda dos produtos que têm. Achamos que a Câmara, também, deveria ter o cuidado de falar com os vendedores. -----

----- Sempre estivemos contra a localização do mercadinho ou sobre o sítio onde está o Pelourinho. O Pelourinho está encaixado no meio dos *stands* e, na nossa opinião, não é o sítio indicado. É um edificado com história, não me parece bem ali.”-----

----- Usou da palavra o membro Bruno Ferrão (Coligação Unir pela Mudança) dizendo: “Caro Senhor Presidente da Assembleia Municipal, acompanhando a nossa Bancada do Executivo

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão ordinária de 2023, fevereiro, 28

Municipal, que já votou contra este Regulamento, é gritante para nós a falta de coordenação com os produtores locais, as desigualdades com os feirantes e os produtores que usufruirão deste Mercadinho Local e, por isso, a nossa Bancada vota contra.” -----

----- Tomou a palavra o PCM que disse: “Quanto à intervenção do membro Bruno Ferrão, abstenho-me de comentar, cada um tem a sua visão das coisas, quando puderem, terminem com o Mercadinho.-----

----- Quanto à questão do Pelourinho, dizer que o local do Pelourinho não é aquele. Vamos ser claros, eu costumo dizer que estas coisas não podem influenciar a vida das pessoas, o Pelourinho foi arrastado para ali e eu não concordo que lhe tiremos o destaque que tem. Na minha opinião, o mesmo nem estava numa posição de destaque na própria feira da madeira, parece-me não ser motivo para nós impedirmos que aquele espaço seja dinamizado. As Vilas e Cidades têm que ter animação e têm que ter vida. Os monumentos não podem prejudicar as suas dinâmicas. -----

----- Não concordo que o Mercadinho possa colocar em causa ou em perigo o Pelourinho. Não concordo!-----

----- A razão de ser da minha intervenção é a seguinte: dizer que nós e, toda a gente deste País, estamos a ter imensos problemas com os empreiteiros, nomeadamente, no PARU, na Frente Ribeirinha, no Convento dos Anjos, em todo o lado e, portanto, esta obra está atrasada por causa disso. -----

----- Quanto à questão dos *stands*, estes foram concebidos e, efetivamente, nós assumimos que há uma inadequação para algum tipo de venda, ou seja, para as cadeias curtas, que é aquilo que se trata, não é venda profissional, mas sim vendas do próprio produtor ao consumidor. Este tipo de vendas tem muito sucesso em Paris, em Berlim, em todo o lado e, não é preciso citar exemplos de Portugal, eu cito exemplos do mundo, Portugal agora apenas copia. -----

----- Portanto, nós já temos um procedimento em curso para alterar os *stands*, para que possam facilitar a venda daquele tipo de produtos, a exposição e a segurança dos próprios utentes do Mercadinho.” -----

----- Não havendo mais intervenções e encontrando-se presentes 31 membros da AM, realizou-se a votação da proposta apresentada que foi aprovada por maioria de acordo com os seguintes resultados obtidos na votação: -----

----- VOTAÇÕES-----

----- Fernando Jorge dos Ramos -----A Favor-----

----- Ana Cristina da Silva Jorge -----Contra-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão ordinária de 2023, fevereiro, 28

----- Maria Albertina Moleiro Ferreira Jorge-----A Favor-----
 ----- Ana Maria Batista Vaz Valente -----Contra -----
 ----- José António Pessegueiro Serrano-----A Favor-----
 ----- Telma Margarida Neves Simões -----A Favor-----
 ----- Patrício Emanuel Pereira de Almeida Duarte-----Contra -----
 ----- Tiago Dinis Santos Silva-----A Favor-----
 ----- Dulce Maria Melo Ferreira-----Contra -----
 ----- Fernando Pereira Nunes Curto-----A Favor-----
 ----- Paulo Alexandre Azambuja Galvão-----Abstenção -----
 ----- Liliana Isabel Batista Duarte -----A Favor-----
 ----- Bruno Miguel Nunes Ferrão -----Contra -----
 ----- Luís António Girão da Fonseca-----A Favor-----
 ----- António Augusto dos Santos Torres -----Contra -----
 ----- Elisa Maria Sá Pinto-----A Favor-----
 ----- Joaquim António Graça Rainho-----A Favor-----
 ----- Lídia Maria Cavaleiro Teixeira Pagaimo -----Contra -----
 ----- João Carlos Silva de Carvalho Rama -----A Favor-----
 ----- Sandra Paula Cardoso Strecht F. Alves -----Contra -----
 ----- Tânia Sofia de Jesus Monteiro -----A Favor-----
 ----- Rui Paulo Oliveira Costa -----A Favor-----
 ----- Victor Manuel Pardal Monteiro-----A Favor-----
 ----- Nelson António Moreno Carvalho -----A Favor-----
 ----- Joaquim Neves Martinho -----A Favor-----
 ----- Paulo Sérgio Silva Valente-----A Favor -----
 ----- António da Silva Ferreira-----A Favor-----
 ----- João António Góis Girão-----A Favor-----
 ----- João Paulo de Almeida Ângelo-----A Favor-----
 ----- Ricardo José Araújo Monteiro-----A Favor-----
 ----- Nuno Nobre Valente-----A Favor-----

----- **4. Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal, o Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios - PMDFCI 2022-2031, nos termos do n.º 10 do artigo 4.º do Despacho n.º 443-A/2018, de 9 de janeiro, na sua atual redação.**-----

----- Usou da palavra o membro Bruno Ferrão (Coligação Unir pela Mudança) dizendo: "A

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão ordinária de 2023, fevereiro, 28

bancada do PSD queria pedir 5 minutos de tempo, para refletir sobre este ponto.”-----

----- Usou da palavra o PMAM que disse: “Efetivamente isso está no Regimento, é possível, por isso 5 minutos a partir deste momento.”-----

----- **Os trabalhos foram suspensos durante 5 minutos.**-----

----- **Os trabalhos foram retomados.**-----

----- Retomou a palavra o PMAM dizendo: “Vamos retomar os nossos trabalhos no ponto 4, que é, aprovar, sob proposta do Executivo Municipal, o Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios - PMDFCI 2022-2031, nos termos do n.º 10 do artigo 4.º do Despacho n.º 443-A/2018, de 9 de janeiro, na sua atual redação.”-----

----- Usou da palavra o membro Dulce Ferreira (Coligação Unir pela Mudança) que disse: “Boa tarde, a todos. Na Pessoa do Senhor Presidente cumprimento todos os presentes.-----

----- Há cerca do ponto 4, aprovar, sob proposta do Executivo Municipal, o Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios, percebi que este ponto mereceu, na assembleia em que eu não estive, alguma confusão.-----

----- Portanto, previamente a esta reunião e através do Líder de Bancada, Bruno Ferrão, eu quis fazer chegar ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal algumas questões que encontrei aqui nos documentos.-----

----- É do conhecimento de todos que o Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios é aprovado por simples maioria, pela Assembleia Municipal e que o mesmo não foi aprovado pelo Executivo, previamente, logo, não terá sido visto por quem não o tinha que o aprovar e, por isso, percebi o porquê de ter havido, efetivamente neste ponto, alguma sensibilidade na última Assembleia.-----

----- Dizer que não participei na discussão pública deste Regulamento porque ela ocorreu de 7 a 27 de dezembro, por aí. Penso que também ninguém participou. Sendo que é um plano que se reveste de muita importância, porquanto, dos 290 mil hectares do solo municipal, maioritariamente é solo agrícola e florestal e, uma vez que as atividades que os nossos municípios e nós próprios desenvolvemos nesses 290 mil hectares, são em territórios classificados dessa forma, este Plano vai mexer e mexe com a vida de todos nós.-----

----- Por isso, vou-me justificar, uma vez que eu não participei nesta discussão, assim como ninguém participou nesta discussão pública, possivelmente porque não deram conta dela, uma vez que decorreu durante o Natal, ou seja, foram poucos dias, dizendo que nessa altura estive doente com COVID, o que me levou a estar 2 semanas perfeitamente incapaz. Portanto, se estivesse capaz, teria lido o Plano.-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO***Sessão ordinária de 2023, fevereiro, 28***

----- Nesta senda, quero dizer que, após a leitura do mesmo, encontrei vários erros de português e algumas coisas que mereciam ser corrigidas, antes do Plano ser publicado no Diário da República. Gostaria, portanto, de saber se é possível ou não o documento sofrer melhoramentos desse ponto de vista. -----

----- Gostaria também de dizer o seguinte: estes Planos Municipais de Defesa da Floresta revestem-se desta importância toda e estão assentes numa série de formalidades que o Governo impõe às Autarquias, têm dado muita preocupação à maioria, o que levou a uma manifestação, clara e negativa, dos Autarcas do nosso País. -----

----- Posso referir que, a 14 de julho de 2022, foi noticiado que os Autarcas da Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra estavam preocupados com a demora na revisão da Carta de Perigosidade de Incêndio Rural, produzida pelo Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas. Diz a notícia “os autarcas estão extremamente preocupados com a demora no processo de melhoria da metodologia da elaboração da Carta de Perigosidade de Incêndio Rural”, afirma a CIM e, isto porque é a Carta que suporta a classificação do solo e, por isso determina se podemos ou não fazer determinadas atividades em cada uma das parcelas dos nossos agricultores, das pessoas que têm pecuárias, das pessoas que têm parcelas de pequena dimensão, que caracterizam a maioria do território do nosso concelho, são matrizes de pouca área e, portanto, para cumprirem este Plano e a legislação que obriga a que exista este Plano, o Decreto-Lei n.º 82/2021, com as alterações introduzidas, é claro que vai trazer consequências bastantes negativas. -----

----- Esta notícia diz ainda que a Carta era suspensa e que iria ser desenvolvida uma metodologia que seria o que deveria ter acontecido neste tempo e até ao dia da amanhã. Se não foi feita nenhuma alteração a esta Carta, retoma-se a Carta que levou à preocupação dos Autarcas do País e, retomamos essa Carta e, portanto, a perigosidade impõe o modo de classificar e de fazer esta perigosidade, vai trazer consequências muito negativas. Posso referir que o nosso Presidente, Dr. Emílio Torrão, porque preside também a Comissão Sub-Regional, pelo menos à data presidia, da Gestão Integrada de Fogos Rurais, alertava nessa notícia que os órgãos, as Autarquias, deveriam adaptar as áreas prioritárias de prevenção e segurança até ao dia 31 de março de 2023, através de uma metodologia da responsabilidade da Comissão Nacional da Gestão Integrada de Fogos Rurais, que na altura ainda não era do conhecimento das entidades competentes. Salvo melhor opinião, que o Senhor Presidente também pode confirmar, não me parece que tenha havido desenvolvimento nenhum que pudesse ter melhorado esta Carta, ou pelo menos, retirado alguma das situações negativas que levaram a

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO***Sessão ordinária de 2023, fevereiro, 28***

estas preocupações todas, que eu concordo em absoluto.-----

----- Portanto, tenho aqui uma série de questões que nos colocam reservas na votação do documento tal como ele está, pelo que, antes de tomarmos algumas decisões, nós gostávamos primeiro antes de tudo, saber isso mesmo, se é ou não possível promover algum melhoramento ao documento, dado que ele depois tem de seguir para Diário da República.”-----

----- Retomou a palavra o PMAM que disse: “Senhor Presidente, o esclarecimento relativamente às questões políticas, se as quiser dar, agradeço que as faça. Depois a outra questão, eu aprecio a questão daquilo que foi já dito, relativamente à questão do texto em português, eu próprio tenho algumas questões face à questão do português em si, da redação, mas julgo que a questão do conteúdo é uma coisa, a questão da redação é outra, mas o que eu acho relevante é a questão política e da questão deste tipo de Planos, e o porquê deste tipo de Planos e o prazo de discussão pública, que de facto decorreu. Como é hábito queremos que todos participem, mas quando nós damos a oportunidade para participar, verificamos que pouca gente se interessa por essa discussão. Senhor Presidente, dou-lhe a palavra relativamente às questões políticas.”-----

----- Usou da palavra o PCM que disse: “Em relação à Carta de Perigosidade, vou-me pronunciar, porque esta tentativa de misturar as minhas intervenções enquanto Presidente da Câmara e Presidente da CIM não funciona bem, não me parece ser correto, mas eu pronuncio-me sobre a Carta de Perigosidade, noutra momento da minha intervenção aqui.-----

----- As questões que eu posso responder, já de imediato, questões de português, é perfeitamente admissíveis as correções e agradeço que me digam quais são os problemas porque, efetivamente, isso não é admissível.-----

----- Outras questões mais de fundo, pedia a presença da Dra. Andreia Lopes, no sentido de me explicar até onde podemos alterar e isto porquê? É prioritário que tenhamos este documento aprovado e, portanto, já deveria estar. Nós tivemos problemas com o fornecimento da cartografia e com todo um conjunto de situações e de constrangimentos que atrasaram a elaboração deste documento e, portanto, não posso atrasar mais, pelo que, não me parece que vá travar este processo.-----

----- Nesta senda, como sempre, estou sempre disponível para acolher as intervenções que legalmente puder fazer agora, sem atrasar sobremaneira o documento. O documento já está a ser trabalhado há muito tempo, inclusive, é um documento que a própria bancada já solicitou ou já denunciou em tempos, que devia estar atualizado e, portanto, agora parece-me um bocado contraproducente parar este processo.-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO***Sessão ordinária de 2023, fevereiro, 28***

----- Estou sempre disponível para correções de português, parecem-me perfeitamente admissíveis. Sobre o outro tipo de correções, peço a intervenção da Dra. Andreia Lopes.-----

----- Em relação à questão técnica que é levantada, a influência da Carta de Perigosidade no documento, o Eng.º Hélder Araújo vai explicar, bem como, todas as outras questões técnicas que queiram colocar.”-----

----- Retomou a palavra o PMAM que disse: “Pedia à Dra. Andreia Lopes que viesse à Assembleia Municipal e, simultaneamente, pedia ao membro Dulce Ferreira, relativamente às questões do português, do contexto, sem naturalmente alterar o Plano, uma vez que na conversa que eu tive com o membro Bruno Ferrão, foram essas as questões e não foram questões do Plano em si. -----

----- Pedia ao membro Dulce Ferreira que avançasse com as questões que ela entende que devem ser corrigidas, sem alterar o conteúdo.”-----

----- Retomou a palavra o membro Dulce Ferreira (Coligação Unir pela Mudança) que disse: “Senhor Presidente, eu disse exatamente isso. O que eu queria propor eram alterações de português, no sentido de que o documento que vai para o Diário da República não vá com este conteúdo, nomeadamente em 2 ou 3 páginas e, isto seria, 5 minutos sentados, com o grupo de trabalho. Agora, a minha dúvida é se é ou não é possível alterar. -----

----- Quanto às questões de fundo que refere, eu não as tenho.”-----

----- Retomou a palavra o PMAM que disse: “Então se forem só estas e, se me permitirem, eu vou fazer esta proposta. O membro Dulce Ferreira, numa reunião coordenada pela Dra. Andreia Lopes, com o Eng.º Hélder Araújo e eu junto os membros, Albertina Jorge e Paulo Galvão, para que haja uma representatividade de todos os Partidos, verifiquem até quinta-feira, as correções que pretendem fazer ao texto do Regulamento e, portanto, eu estou a admitir que o membro Dulce Ferreira está a dizer que nessa altura votaremos o documento e, portanto, a correção do texto do Regulamento será efetivamente a única coisa a fazer.”-----

----- Retomou a palavra o membro Dulce Ferreira (Coligação Unir pela Mudança) que disse: “O que eu queria dizer era exatamente isso. O meu contributo é exclusivamente para que o documento a ser publicado seja o melhor possível e, não posso deixar de aproveitar para dizer, eu sei o esforço de trabalho que a equipa tem tido ao longo dos últimos anos e, desde 2019, que nós devíamos ter este documento aprovado. -----

----- A nossa intenção é votar o documento, com as alterações que não vão alterar o conteúdo, de maneira nenhuma, mas vão melhorá-lo, tenho a certeza absoluta.”-----

----- A pedido do PCM, usou da palavra o Coordenador Municipal de Proteção Civil, Eng.º

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão ordinária de 2023, fevereiro, 28

Hélder Araújo que disse: “Nós com a entrada do Decreto-Lei n.º 82/2021, quem faz e promove a Carta de Risco de Incêndio e Perigosidade é supostamente o Estado, o ICNF. Eles publicam e nós temos de cumprir. -----

----- Os Planos Municipais de Defesa da Floresta têm de ser adaptados e nós já o fizemos e passamos da 3.ª geração para a 4ª geração, com o Decreto-Lei n.º 82/2021, inclusivamente, a nossa Carta de Perigosidade, a nível Nacional, é a das mais vantajosas, ou seja, conseguimos ter cerca 30% do território fora da perigosidade elevada e muito elevado, o que significa que pertencemos aos Municípios com menos perigosidade de risco e isto por um lado é bom, mas por outro é mau.-----

----- Mas, a nível de gestão territorial e a nível de planeamento territorial, é mais vantajosos nós termos aquela Carta Nacional do que não termos.-----

----- Neste âmbito, o Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios também tem uma ferramenta de planeamento, que basicamente transformou-se numa ferramenta de planeamento territorial para definirmos dispositivos, aliás, mesmo a questão das faixas está a ser feito um novo documento pela Autoridade de Proteção Civil, por causa dos edifícios em solo rural que têm que ter restrições.-----

----- Neste momento, o documento e toda a estrutura técnica foram validadas pelo ICNF, conseguimos ultrapassar todos os requisitos, fomos obrigados a um conjunto de normas técnicas emanadas por aquela entidade que tem parecer vinculativo.” -----

----- Retomou a palavra o PCM que disse: “A Carta de Perigosidade que a CIM contesta e que todos os Presidentes de Câmara contestam, por em causa própria e por solidariedade, é a forma como foi elaborada, portanto, é com base no algoritmo e que de uma forma muito sucinta, para que se perceba a razão de ser da contestação é de que, se virem a Carta de Risco de Incêndio ou de Perigosidade da Região de Coimbra, é uma Carta que está quase toda a vermelho carregado e que tem a ver com os incêndios, ou seja, tem a ver com os incêndios que ocorreram nos últimos anos. -- -----

----- O quê que isto vai trazer como implicação? -----

----- Implicação com restrições à construção ou a edificação e uso, no mais ignóbil possam imaginar e, esta é a revolta dos Presidentes de Câmara, do qual eu sou porta-voz, é de que, quando estiver alerta vermelho ou alerta laranja, as pessoas não podem fazer o seu *jogging* na floresta, não podem fazer piqueniques, por exemplo, ali naquela zona da Tocha, as pessoas não podem frequentar a praia porque não podem circular pela floresta. -----

----- Portanto, há aqui uma posição peregrina de alguns pensadores, que a solução para não

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão ordinária de 2023, fevereiro, 28

haver incêndios é tirar as pessoas da floresta, é tirar as pessoas dos lugares, ou seja, vamos mais longe, é não deixar construir. Vamos afastar as pessoas da natureza e vamos tirar as pessoas da natureza, isto é completamente ridículo, absolutamente ridículo, mas é aquilo que existe. -----

----- Portanto, a solução que esta gente encontrou foi esta, aliás, assumida publicamente pelo responsável da AGIF, onde com todas as letras disse isto que eu estou aqui a dizer, portanto, não tenham ilusões do que é que está aqui em causa. -----

----- As informações de que eu disponho são de que vão manter esta Carta, tal como está e, isto, vai gerar e, por isso também quis aqui falar, porque eu também quero a solidariedade de todos, porque vão ser todos afetados por isto e, quando não poderem fazer a sua corrida matinal, quando o próprio município não poder fazer o “Prémio Alves Barbosa”, ou o próprio Município de Arganil não poder fazer o “Rali de Arganil”, que é uma tradição de há muitos anos, ou outro tipo de eventos que atravessem as florestas, isto é ridículo, não é?-----

----- Portanto, e não quero que façam divulgação disso, nós vamos endurecer a luta. Nós, os Presidentes de Câmara, vamos passar para um tipo de luta, para uma abordagem muito mais agressiva nos próximos tempos porque, efetivamente, este documento é um verdadeiro atentado à liberdade, aos Princípios Constitucionais da Liberdade das pessoas e da Democracia Portuguesa. São estes organismos intermédios, são estes pensadores que condicionam a vida das pessoas, sem qualquer fundamento, porque a floresta protegesse com vigilantes. As florestas que não têm vigilantes são aquelas que ardem primeiro. -----

----- Esta era a explicação que eu queria dar sobre a questão da Carta de Perigosidade e da intervenção do Presidente da CIM e, das preocupações que nós temos, enquanto Comunidade Intermunicipal.”-----

----- Retomou a palavra o PMAM que disse: “Eu daqui falei aí para baixo e, se efetivamente, quer a Dra. Andreia Lopes, quer o Eng.º Hélder Araújo são funcionários do Município e, no fundo têm que respeitar as deliberações dos órgãos, eu não perguntei aos Membros, Paulo Galvão, Albertina Jorge e Dulce Ferreira, se aceitavam a proposta que, no fundo ficará em ata, nesta questão de Comissão.”-----

----- Usou da palavra o membro Paulo Galvão (CDU) que disse: “Não vejo nenhum inconveniente.”-----

----- Usou da palavra o membro Albertina Jorge (PS) que disse: “Estou com alguns problemas de agendamento, mas, se puder ser hoje, para mim dá.”-----

----- Retomou a palavra o PMAM que disse: “Então fica para hoje, depois da sessão da Assembleia Municipal. -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão ordinária de 2023, fevereiro, 28

----- Sendo assim, julgo que estamos em condições de votar o ponto 4 da nossa Ordem de Trabalhos e, para o qual, incluímos aqui uma proposta que eu fiz e, que os próprios aceitaram, de que a redação final do Regulamento, naquilo que é a correção do texto em português e, não o seu conteúdo, seja ainda hoje melhorado por uma Comissão que, naturalmente, a Dra. Andreia Lopes coordenará com o Eng.º Hélder Araújo e que inclui os membros, Dulce Ferreira, Albertina Jorge e Paulo Galvão, para fazer isso.-----

----- Se estiverem de acordo, eu passaria à votação desta proposta de aprovação, com a redação final.”-----

----- Encontrando-se presentes 30 membros da AM, realizou-se a votação da proposta apresentada que foi aprovada por unanimidade de acordo com os seguintes resultados obtidos na votação:-----

----- VOTAÇÕES-----

----- Fernando Jorge dos Ramos -----A Favor-----

----- Ana Cristina da Silva Jorge -----A Favor -----

----- Maria Albertina Moleiro Ferreira Jorge-----A Favor-----

----- Ana Maria Batista Vaz Valente -----A Favor -----

----- José António Pessegueiro Serrano -----A Favor-----

----- Telma Margarida Neves Simões -----A Favor-----

----- Patrício Emanuel Pereira de Almeida Duarte-----A Favor -----

----- Tiago Dinis Santos Silva -----A Favor-----

----- Dulce Maria Melo Ferreira-----A Favor -----

----- Fernando Pereira Nunes Curto-----A Favor-----

----- Paulo Alexandre Azambuja Galvão-----A Favor-----

----- Lílíana Isabel Batista Duarte -----A Favor-----

----- Bruno Miguel Nunes Ferrão -----A Favor-----

----- Luís António Girão da Fonseca -----A Favor-----

----- António Augusto dos Santos Torres -----A Favor-----

----- Elisa Maria Sá Pinto -----A Favor-----

----- Joaquim António Graça Rainho -----A Favor-----

----- Lílídia Maria Cavaleiro Teixeira Pagaimo -----A Favor-----

----- João Carlos Silva de Carvalho Rama -----A Favor-----

----- Sandra Paula Cardoso Strecht F. Alves -----A Favor-----

----- Tânia Sofia de Jesus Monteiro -----A Favor-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão ordinária de 2023, fevereiro, 28

----- Rui Paulo Oliveira Costa -----A Favor-----
 ----- Victor Manuel Pardal Monteiro-----A Favor-----
 ----- Nelson António Moreno Carvalho -----A Favor-----
 ----- Joaquim Neves Martinho -----A Favor-----
 ----- António da Silva Ferreira-----A Favor-----
 ----- João António Góis Girão-----A Favor-----
 ----- João Paulo de Almeida Ângelo-----A Favor-----
 ----- Ricardo José Araújo Monteiro-----A Favor-----
 ----- Nuno Nobre Valente----- A Favor-----

----- **5. ----- Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal, a designação do júri proposto para conduzir o procedimento concursal para o cargo de direção intermédia de 2.º Grau – Chefe da Divisão de Administração Geral.** -----

----- Tomou a palavra o PMAM dizendo: “Vamos ao ponto 5 da nossa Ordem de Trabalhos, que, como sabem, é um ponto que tem que ser feito por votação uninominal direta e secreta e, por isso, eu peço aos elementos do *Staff* que façam a distribuição do boletim de voto a cada um dos elementos da Assembleia Municipal e vou convidar a Senhora Vereadora substituta Cristina Almeida, para, juntamente com o *staff*, contar os votos enquanto a Assembleia prossegue.” ----

----- Não havendo intervenções e encontrando-se presentes 30 membros da AM, realizou-se por escrutínio secreto, nos termos do n.º 3, do artigo 55.º da Lei 75/2013 de 12 de setembro, na sua atual redação, a votação para a composição do júri proposto para conduzir o procedimento concursal para o cargo de direção intermédia de 2.º Grau – Chefe da Divisão de Administração Geral: - -----

----- Presidente: Andreia Sofia Marques Lopes dos Santos, Diretora Municipal de Controlo Geral do Município de Montemor-o-Velho; -----

----- Vogais Efetivos: Sara Sofia Correia Mendes, Chefe da Divisão Administrativa e Financeira do Município da Lousã e Paula Cristina da Silva Figueira Batista, Chefe da Divisão Administrativa e Financeira do Município de Miranda do Corvo; -----

----- Vogais Suplentes: José Alberto Arede Negrão, Diretor do Departamento Administrativo e Financeiro do Município de Cantanhede e Eugénia Maria Vasques Lopes Sargento Grilo, Diretora do Departamento de Administração Geral do Município das Caldas da Rainha. -----

----- A proposta foi aprovada por maioria com o seguinte resultado: 20 (vinte) votos a favor, 2 (dois) votos contra e 8 (oito) votos em branco.-----

----- **6 Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal, a 1ª Alteração Orçamental**

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO***Sessão ordinária de 2023, fevereiro, 28*****Modificativa Orçamento e GOP 2023-2027.**-----

----- Pediu a palavra o membro da Assembleia Bruno Ferrão (Coligação unir Pela Mudança) que disse: “Senhor Presidente, agradeço e, porque este ponto é de extrema relevância para o Concelho, uma vez que estamos a falar da alteração do Orçamento e Grandes Opções do Plano, surgiu-nos duas dúvidas após a leitura dos documentos. É um documento técnico e, na nossa leitura, apesar de exaustiva, surgiram estas dúvidas.-----

----- Parece-nos que esta alteração é sobre a incorporação do saldo de gerência e o saldo de gerência ronda os sete milhões de euros, conforme a página dois de nove. Porém também nos parece que no documento há uma anulação desse saldo de gerência e, por isso, solicitávamos esclarecimentos técnicos.”-----

----- Tomou a palavra o PCM que disse: “Pedia a intervenção do Dr. Cristiano Santa Rita, Chefe da Divisão Financeira e Património Municipal, sendo que gostaria de dar nota que o montante de saldo de gerência foi alterado porque a ABMG transferiu verbas para o Município e porque, no final do ano, tivemos que incorporar aquele apoio da Estrada do Campo da APA e isso alterou completamente o saldo de gerência.-----

----- Dar nota também que o saldo de gerência tem que ser incorporado para fazer o equilíbrio orçamental e para que as tais obras que não são feitas possam ser realizadas e pagas. Como eu prometi aos Senhores membros da Assembleia que não iria deixar um cêntimo de dívida, é assim que eu giro a Câmara, pagando ou tendo dinheiro para pagar.-----

----- Gostaria de pedir também ao Dr. Cristiano para explicar que esta alteração orçamental não tem só a ver com isso, tem a ver com outros questões que o Dr. Cristiano irá explicar.” ----

----- A pedido do Presidente da Câmara, tomou a palavra o Chefe da Divisão Financeira e Património Municipal, Dr. Cristiano Santa Rita, que disse: “Boa tarde, a todos. Efetivamente, esta alteração, que vem aqui para aprovação, visa a incorporação do saldo de gerência no Orçamento, saldo de gerência esse que, como consta nos mapas, ronda os sete milhões. Tal como foi referido pelo Senhor Presidente, existe uma parte que é consignada que tem a ver com os 750.000 euros do Protocolo da APA para a estrada do Campo, esse valor está evidenciado, há um projeto que espelha exatamente esse valor nesse mesmo montante dos 750.000 euros e visa também incluir alguns projetos que, por lapso, não tinham sido incluídos. Existiam três possibilidades ao fazermos esta integração: ou há uma integração na conta 16, do valor do saldo de gerência e fazemos uma anulação da receita, há a integração desse mesmo saldo de gerência na conta 16 e fazemos o aumento da despesa ou fazemos um misto das duas situações.-----

----- Esta alteração que está aqui tem um misto, ou seja: tem a integração do saldo de

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão ordinária de 2023, fevereiro, 28

gerência, a parte consignada e que consta como consignada e que tem o projeto GOP associado que é o Protocolo da APA, visa uma redução da receita e visa a inclusão de despesa. Não esquecendo aqui a questão do equilíbrio orçamental previsto no RFALEI na presente alteração, dado que o equilíbrio orçamental é assegurado na elaboração e na execução do orçamento. Foi feito o cálculo ao cumprimento da regra do equilíbrio orçamental.” -----

----- Retomou a palavra o membro Bruno Ferrão (Coligação Unir pela Mudança) dizendo: “Só ficou por explicar a anulação dos cinco milhões, não percebemos de onde vem.”-----

----- Tomou a palavra o PMAM dizendo: “Eu entendi, no entanto, peço ao Dr. Cristiano que explique melhor esta situação.” -----

----- Voltou a tomar a palavra o Chefe da Divisão Financeira e Património Municipal, Dr. Cristiano Santa Rita, que disse: “Esta questão tem a ver com a situação que falei: existem aquelas três possibilidades: ou entra na 16 e com isso fazemos a anulação da receita, ou fazemos a entrada na 16 e o aumento do mesmo montante na despesa, ou fazemos um misto, portanto entra na 16, fazemos uma redução de receita e fazemos um aumento na despesa. -----

----- No fundo, o que existe é a inclusão dos 7 milhões na 16, há uma parte que é consignada que tem o projeto nas GOP, fizemos uma redução de receita, pelo princípio da prudência e fizemos um aumento na despesa.” -----

----- Tomou a palavra o membro Bruno Ferrão (Coligação Unir pela Mudança) dizendo: “Só tenho mais uma questão. Se o projeto da APA com 750 mil, quer dizer que sobra à volta de um milhão e trezentos de aumento da receita.-----

----- Eram esses projetos que estávamos a perguntar a que se referiam.”-----

----- Voltou a intervir o Chefe da Divisão Financeira e Património Municipal, Dr. Cristiano Santa Rita, que disse: “Esses outros projetos, alguns deles, foi lapso aquando da elaboração do documento e, portanto, foram introduzidos agora e os outros foi reforço de dotação das verbas em projetos que já estavam aprovados. Os mapas espelham o valor dos projetos onde foi feito o respetivo reforço.”-----

----- Tomou a palavra o PMAM dizendo: “Esclarecidos que foram os pontos estamos em condições de iniciar a votação do ponto 6 da nossa Ordem de Trabalhos.”-----

----- Encontrando-se presentes 29 membros da AM, realizou-se a votação da proposta apresentada que foi aprovada por maioria de acordo com os seguintes resultados obtidos na votação:-----

----- VOTAÇÕES -----

----- Fernando Jorge dos Ramos ----- A Favor-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão ordinária de 2023, fevereiro, 28

----- Ana Cristina da Silva Jorge ----- Contra -----

----- Maria Albertina Moleiro Ferreira Jorge ----- A Favor -----

----- Ana Maria Batista Vaz Valente ----- Contra -----

----- José António Pessegueiro Serrano ----- A Favor -----

----- Telma Margarida Neves Simões ----- A Favor -----

----- Patrício Emanuel Pereira de Almeida Duarte ----- Contra -----

----- Tiago Dinis Santos Silva ----- A Favor -----

----- Dulce Maria Melo Ferreira ----- Contra -----

----- Fernando Pereira Nunes Curto ----- A Favor -----

----- Paulo Alexandre Azambuja Galvão ----- Contra -----

----- Liliana Isabel Batista Duarte ----- A Favor -----

----- Bruno Miguel Nunes Ferrão ----- Contra -----

----- Luís António Girão da Fonseca ----- A Favor -----

----- António Augusto dos Santos Torres ----- Contra -----

----- Elisa Maria Sá Pinto ----- A Favor -----

----- Joaquim António Graça Rainho ----- A Favor -----

----- Lídia Maria Cavaleiro Teixeira Pagaimo ----- Contra -----

----- João Carlos Silva de Carvalho Rama ----- A Favor -----

----- Sandra Paula Cardoso Strecht F. Alves ----- Contra -----

----- Tânia Sofia de Jesus Monteiro ----- A Favor -----

----- Rui Paulo Oliveira Costa ----- A Favor -----

----- Víctor Manuel Pardal Monteiro ----- A Favor -----

----- Nelson António Moreno Carvalho ----- A Favor -----

----- Joaquim Neves Martinho ----- A Favor -----

----- António da Silva Ferreira ----- A Favor -----

----- João Paulo de Almeida Ângelo ----- A Favor -----

----- Ricardo José Araújo Monteiro ----- A Favor -----

----- Nuno Nobre Valente ----- A Favor -----

----- **Declaração de Voto da Bancada da Coligação PPD/PSD-CDS/PP “Unir pela Mudança”:**
 ----- “A Bancada do PPD/PSD-CDS/PP “Unir Pela Mudança” votou contra a Alteração Modificativa do Orçamento e GOP 2023/2027, assim como votou contra este Orçamento. Votou contra de forma consciente, crítica e reivindicativa. O documento espelha as opções políticas do Executivo Municipal e não as podemos aceitar. Não aceitamos que não haja planeamento, não

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão ordinária de 2023, fevereiro, 28

aceitamos que não seja dado o devido apoio às Juntas de Freguesia, não aceitamos que o orçamento participativo se mantenha na gaveta.” -----

----- **Declaração de voto da Bancada da CDU:** -----

----- “O PCP votou contra o Orçamento e as GOP 2023/2027, o teor político do documento mantém-se, por isso, o PCP mantém o voto.” -----

----- **7. Autorizar, sob proposta do Executivo Municipal, o Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências no âmbito dos procedimentos Contraordenacionais no domínio do estacionamento público.** -----

----- Pediu a palavra o membro da Assembleia Bruno Ferrão (Coligação unir Pela Mudança) que disse: “Caro Senhor Presidente da Assembleia Municipal, depois de analisarmos o Contrato Interadministrativo da Delegação de Competências, no âmbito dos procedimentos contraordenacionais no Domínio do Estacionamento Público, surge-nos algumas dúvidas que queríamos ver esclarecidas. -----

----- Gostaríamos de saber se este Contrato Interadministrativo apenas versa sobre multas de trânsito ou se vai gerar uma nova Polícia Municipal, através da CIM, quais as suas áreas de abrangência, se apenas estamos a falar do projeto burocrático para a emissão das coimas, se o objetivo é apenas ser mais rápido de cobrar e qual o valor cobrado pela CIM, para ficar com este procedimento, que não está espelhado no contrato.” -----

----- Tomou a palavra o membro Paulo Galvão (CDU) que disse: “Neste caso, não estamos contra a Câmara porque acho que a Câmara tem consciência de que uma delegação de competências, para as quais não tem competência, então volta a delegar esta competência por incompetência. -----

----- Verificamos com isto que a opção de centralização do Governo, nestas e noutras ocasiões, tem sido errada, por isso o nosso voto vai ser a abstenção.” -----

----- Tomou a palavra o PCM que disse: “Por acaso, estava para concordar com a intervenção do membro Paulo Galvão, mas só não concordo com uma expressão e penso que ele também não concordará com a mesma depois de a analisar: a Câmara não delega por incompetência da Câmara! -----

----- Estou a fazer apenas a correção da expressão, uma vez que nós somos competentes para apreciar esta situação, não estamos a delegar por incompetência. Portanto, nós não temos é uma estrutura suficientemente robusta e fiável que se dedique só exclusivamente a isto, um corpo de juristas e técnicos administrativos que faça o processamento administrativo de um conjunto de procedimentos administrativos que tem a ver com as multas e a sua cobrança, com

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão ordinária de 2023, fevereiro, 28

reclamações e as suas apreciações, por isso, não temos, nem queremos ter essa estrutura na Câmara. É uma estrutura pesada, dispendiosa e, por isso, decidimos delegar na CIM que criou uma estrutura para todos os outros Municípios.-----

----- Penso já ter respondido às outras questões, ia pedir que fosse a Engenheira Isabel Quinteiro a intervir. -----

----- Nós não queremos criar nenhuma Policia Municipal. Aquilo que foi feito e, o membro Paulo Galvão explicou bem: alguém transferiu essa competência para o Município, essa competência já existe, esse trabalho já é feito pelo IMTT e pelas entidades competentes, agora passou para os Municípios. -----

----- Nós não queremos ter essa estrutura, basicamente, é isso. É uma questão de processamento administrativo e jurídico de apreciação de reclamações e todo um conjunto de questões. Aquilo que transferimos para a CIM é aquilo que o Estado transfere do montante das multas, nós não queremos ter trabalho nenhum com isto, queremos que os outros tenham esse trabalho. O que é transferido para nós é retransmitido para a Comunidade Intermunicipal, para pagar a infraestrutura que foi criada para este efeito.” -----

----- Tomou a palavra o PMAM dizendo: “O membro Paulo Galvão pediu a palavra, mas só para clarificar aquilo que disse anteriormente.” -----

----- Tomou a palavra o membro Paulo Galvão que disse: “Neste aspeto, estamos de acordo. Por falta de estrutura, há a incapacidade de exercer a competência. Não quero dizer com isto que os trabalhadores são incompetentes.” -----

----- Não havendo intervenções e encontrando-se presentes 30 membros da AM, realizou-se a votação da proposta apresentada que foi aprovada por maioria de acordo com os seguintes resultados obtidos na votação: -----

----- VOTAÇÕES -----

----- Fernando Jorge dos Ramos ----- A Favor -----

----- Ana Cristina da Silva Jorge ----- A Favor -----

----- Maria Albertina Moleiro Ferreira Jorge ----- A Favor -----

----- Ana Maria Batista Vaz Valente ----- A Favor -----

----- José António Pessegueiro Serrano ----- A Favor -----

----- Telma Margarida Neves Simões ----- A Favor -----

----- Patrício Emanuel Pereira de Almeida Duarte ----- A Favor -----

----- Tiago Dinis Santos Silva ----- A Favor -----

----- Dulce Maria Melo Ferreira ----- A Favor -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão ordinária de 2023, fevereiro, 28

----- Fernando Pereira Nunes Curto -----	----- A Favor-----
----- Paulo Alexandre Azambuja Galvão -----	----- Abstenção-----
----- Liliana Isabel Batista Duarte-----	----- A Favor-----
----- Bruno Miguel Nunes Ferrão-----	----- A Favor-----
----- Luís António Girão da Fonseca-----	----- A Favor-----
----- António Augusto dos Santos Torres-----	----- A Favor-----
----- Elisa Maria Sá Pinto-----	----- A Favor-----
----- Joaquim António Graça Rainho-----	----- A Favor-----
----- Lídia Maria Cavaleiro Teixeira Pagaimo -----	----- A Favor-----
----- João Carlos Silva de Carvalho Rama -----	----- A Favor-----
----- Sandra Paula Cardoso Strecht F. Alves-----	----- A Favor-----
----- Tânia Sofia de Jesus Monteiro -----	----- A Favor-----
----- Rui Paulo Oliveira Costa -----	----- A Favor-----
----- Victor Manuel Pardal Monteiro -----	----- A Favor-----
----- Nelson António Moreno Carvalho -----	----- A Favor-----
----- Joaquim Neves Martinho -----	----- A Favor-----
----- António da Silva Ferreira-----	----- A Favor-----
----- João António Góis Girão-----	----- A Favor-----
----- João Paulo de Almeida Ângelo-----	----- A Favor-----
----- Ricardo José Araújo Monteiro-----	----- A Favor-----
----- Nuno Nobre Valente-----	----- A Favor-----

8. Autorizar, sob proposta do Executivo Municipal, o Contrato interadministrativo de delegação de competências e de financiamento das atividades exercidas ao abrigo das competências delegadas dos Municípios enquanto Autoridades de Transportes - Novo Acordo de Financiamento. -----

----- Tomou a palavra o membro Bruno Ferrão (Coligação unir Pela Mudança) que disse:
 “Caro Senhor Presidente da Assembleia Municipal, depois de analisar o Contrato Interadministrativo da Delegação de Competências apresentado, surgiu-nos algumas dúvidas.-

----- Está em causa uma delegação de competências enquanto serviço público de passageiros. No projeto anterior, havia a diferença entre rede obrigatória e rede voluntária, o que foi subtraído para haver uma rede única e gostávamos de saber quais as contrapartidas desta retirada e queríamos de saber porque é que o transporte escolar está de fora. -----

----- Há pouco, numa intervenção do Senhor Presidente da Câmara, foi-nos dito que o serviço

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO***Sessão ordinária de 2023, fevereiro, 28***

público de passageiros tinha um défice de cerca de 600 mil euros, que é o valor que este Contrato Interadministrativo prevê para transferir para a Comunidade Intermunicipal, mas também nos disse que ia ser estudada uma nova rede de transportes públicos para colmatar esse défice de exploração. -----

----- Queríamos então saber se quando existir esse novo estudo, se este Contrato Interadministrativo irá ser renegociado a fim de baixar os valores acordados de transferência. -

----- Também queríamos perceber quais é que eram as diferenças e melhorias no serviço prestado e qual era o critério de repartição de financiamento. Nós vimos, através de Contratos Interadministrativos, que o Concelho de Montemor-o-Velho tem cerca de seis por cento de cabimentação e queríamos saber esse critério. -----

----- Ainda relativamente ao transporte escolar, porque atualmente existe repartição de linhas entre transporte regular de passageiros e o transporte escolar, gostaríamos de saber se o transporte escolar vai ser completamente otimizado do transporte público de passageiros, se vai haver acumulação de linhas e o que está programado ao transporte escolar, se está programado integrar esta rede pública ou não.”-----

----- Tomou a palavra o PCM que disse: “Já tinha abordado essa questão. O valor de 600 mil euros é o valor máximo ou previsivelmente máximo, até ao final do ano. Quando se está a lidar nesta matéria, estamos a falar de valores previsíveis, que consubstanciam um défice de exploração previsível neste contrato. -----

----- Atendendo às linhas de transporte público que temos, ao estudo que foi feito; é previsível que este contrato gere um défice de exploração de cerca de seiscentos e onze mil euros. O que acontece aqui é que a este valor vamos ter que descontar aquilo que vamos fazer: o Município vai fazer um trabalho de depuração de toda a linha, de todas as linhas e de toda a rede de linhas no Município, em função do que eu já disse anteriormente, como também a CIM, tem em curso, já neste momento, o défice não era este, era muito maior, um estudo no sentido de este défice diminuir em todos os Municípios.-----

----- A repartição tem a ver com o território, com a população, é muito simples. Os critérios na CIM são absolutamente transparentes, a repartição do défice de exploração. Aquilo que está comprometido perante os Presidentes da Comunidade é que, até ao final do ano, se prevê que o concurso público esteja em condições de gerar um concorrente ou mais que um concorrente ganhador. Esse concorrente vai ter que apresentar um plano para toda a comunidade de transportes. Logo aí, vamos poder otimizar ainda mais este défice de exploração, sendo certo que a otimização pressupõe a limpeza daquilo que é supérfluo, a limpeza do que são linhas

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO***Sessão ordinária de 2023, fevereiro, 28***

virtuais, a limpeza de tudo o que está mal atualmente na rede de transportes.-----

----- Até esta data, nunca foi premente porque os operadores suportavam este défice de exploração, tratavam disto como um bolo, houve algumas ajudas no tempo da COVID, habituaram-se a estes apoios e agora tinham reclamado que se não lhes financiássemos o défice de exploração, iriam parar os transportes públicos em toda a região. -----

----- Estamos já a contabilizar esse défice, estamos a trabalhar sobre esse défice de exploração e, até ao final do ano, como eu disse, o concorrente tem que apresentar um plano regional de transportes com todas as redes otimizadas.-----

----- Quanto à questão das linhas da educação, continua a haver uma confusão e eu, apesar de já ter explicado isto, vou voltar a explicar. Há duas situações: nós, por força das reclamações dos pais e por força das reclamações aqui nesta mesma Assembleia, entendemos que devíamos criar nas zonas onde não existiam transportes, como é o caso da Abrunheira, em Verride e noutros locais, carreiras especiais só para transportar os alunos. Com o encerramento das escolas fomos forçados a fazer isso, não foi por vontade própria.-----

----- Também reclamavam o tempo de espera dos alunos antes de entrarem para as aulas, que era muito elevado, nós decidimos assumir esse prejuízo e otimizar esses transportes, tornando-os só transportes escolares. -----

----- Verificaram-se muitas anomalias que temos que averiguar, por parte da empresa. Como sabem, há só uma empresa que concorre, é detentora do monopólio dos transportes, e é muito difícil lidar com estas pessoas. São pessoas muito agressivas, do ponto de vista da argumentação e da postura. Como sabem que quase nos têm na mão, e estou farto de clamar isto junto dos Ministérios, isto é uma coisa que mexe comigo, não gosto de ser refém de ninguém, têm uma postura agressiva perante todos os Presidentes de Câmara, mandam cartas a ameaçar que vão suspender os transportes, que vão parar tudo, é este o seu tipo de abordagem. -----

----- Estamos aqui para fiscalizar a execução desses contratos. O ideal seria que todo o transporte de alunos se fizesse pela carreira pública, pelos serviços públicos de transporte. Essa era a situação ideal, mas, para isso, o transporte público não pode parar em todas as paragens que pára atualmente, pois assim não é possível ter os alunos a horas na escola, ou com o tempo desejável de transporte. -----

----- É esse compromisso que vamos ter que assumir. Há Municípios que assumem esse ónus, põem as crianças todas a andar nos transportes públicos e demorem o tempo que demorem. Muitos dizem que também foram para a escola e era assim, nós temos uma outra postura, eu assumi-a e não vou voltar atrás. Os alunos do meu concelho vão continuar a ter esse privilégio.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO***Sessão ordinária de 2023, fevereiro, 28***

De preferência, no futuro vão ter que andar no transporte público e nós vamos ter que reduzir a rede de transporte público àquilo que é essencial e ao que é importante. -----

----- Neste novo contrato de transportes, por sugestão minha na Comunidade Intermunicipal, vamos ligar todas as sedes de Concelho a Coimbra. Não podemos continuar com a carga de carros que existem nas nossas estradas. A solução, no futuro, não é fazer mais estradas, fazer autoestradas para os carros se dirigirem ao grande Pólo agregador que é Coimbra. A solução é transportes públicos eficazes, demorar meia hora, quarenta minutos no máximo, de qualquer ponto do Concelho para Coimbra. -----

----- Para isso acontecer, não pode haver paragens em todas as aldeias e em todos os lugares. Essa rede de expressos que vai ser criada com este contrato é, na nossa perspetiva, uma rede boa para que as pessoas não tenham que vir de carro da Figueira da Foz para Coimbra, com conforto, e no contrato de transportes as regras existem, está tudo previsto e é mais vantajoso vir de transporte público.-----

----- Para além disso, este défice de exploração vai ser combatido com o “Bilhete único”. Com este bilhete vamos poder controlar quantas pessoas entram, quantas pessoas utilizam, podemos continuar a controlar a eficácia das linhas em cada Município, ou no âmbito do contrato é possível, ainda na execução do contrato, legalmente alterar dez por cento da rede.-

----- Todos estes valores poderão ser corrigidos no futuro. O que importa aqui reter é que, pela primeira vez, estão os Presidentes de Câmara mentalizados e, se me estou a dedicar à explicação desta situação, é porque todos se têm que mentalizar que não vamos poder continuar a ter aquelas carreiras fumacentas a passar por aí, a levar uma ou duas pessoas no autocarro para Coimbra. Isso não é possível, acabou. -----

----- Temos que criar alternativas válidas, vamos ter que criar um sistema onde as pessoas se possam mover, numa perspetiva ecológica, numa perspetiva sustentada e numa perspetiva moderna e Europeia. Efetivamente não é possível continuar a ter transportes que não satisfazem as pessoas. -----

----- Ninguém, nem nenhum de nós, em bom rigor, tem vontade de andar em transportes públicos que não servem. Em toda a Europa, as pessoas já deixaram o carro em casa, já estão a andar de transporte público, mas para isso é preciso criar condições. Temos que ter a coragem de abraçar este projeto. Volto a dizer: não é a Câmara. A Câmara nunca poderia exercer estas competências, nunca. A própria Comunidade Intermunicipal tem um conjunto de especialistas que trabalha para isto, são muito difíceis de encontrar, os consultores que contrata são muito poucos, são três ou quatro a nível do País, de qualidade e que possam mostrar um serviço de

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão ordinária de 2023, fevereiro, 28

qualidade, são extremamente caros na sua prestação.-----

----- Este projeto da Comunidade Intermunicipal, a partir do momento em que os Municípios delegaram estas competências na CIM, a CIM assumiu essa competência com grande elevação e está a fazer um trabalho profundo, mas conta com os Municípios e com todos nós, com os Autarcas para resolver este problema, temos que acabar de vez com isto.-----

----- Não podemos continuar a pagar um défice de exploração previsível de 611 mil euros e acrescentar-lhe meio milhão de euros, para que os alunos possam chegar a horas à escola e num curto espaço de tempo. Temos que otimizar.-----

----- Quero dizer-vos que há Municípios no Norte do Distrito que já estavam a pagar este défice de exploração, como por exemplo Oliveira do Hospital, Tábua, Mortágua...há um conjunto de Municípios que já estavam a pagar este défice de exploração porque já se recusavam a “operar”. Estes Municípios já fizeram este trabalho. Nesses Municípios, já conseguiram colocar os estudantes a circular na carreira pública, que é o nosso objetivo no futuro, com qualidade e com respeito pelos horários e pelas próprias condições que têm que ter, não podem estar mais de uma hora nos autocarros, por exemplo.-----

----- Penso que respondi a todas as questões.” -----

----- Não havendo intervenções e encontrando-se presentes 31 membros da AM, realizou-se a votação da proposta apresentada que foi aprovada por maioria de acordo com os seguintes resultados obtidos na votação: -----

----- VOTAÇÕES -----

----- Fernando Jorge dos Ramos ----- A Favor-----

----- Ana Cristina da Silva Jorge -----A Favor -----

----- Maria Albertina Moleiro Ferreira Jorge----- A Favor-----

----- Ana Maria Batista Vaz Valente-----A Favor -----

----- José António Pessegueiro Serrano----- A Favor-----

----- Telma Margarida Neves Simões----- A Favor-----

----- Patrício Emanuel Pereira de Almeida Duarte -----A Favor -----

----- Tiago Dinis Santos Silva ----- A Favor-----

----- Dulce Maria Melo Ferreira-----A Favor -----

----- Fernando Pereira Nunes Curto ----- A Favor-----

----- Paulo Alexandre Azambuja Galvão ----- Abstenção-----

----- Liliana Isabel Batista Duarte----- A Favor-----

----- Bruno Miguel Nunes Ferrão ----- A Favor-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão ordinária de 2023, fevereiro, 28

----- Luís António Girão da Fonseca----- A Favor-----
 ----- António Augusto dos Santos Torres ----- A Favor-----
 ----- Elisa Maria Sá Pinto----- A Favor-----
 ----- Joaquim António Graça Rainho----- A Favor-----
 ----- Lídia Maria Cavaleiro Teixeira Pagaimo ----- A Favor-----
 ----- João Carlos Silva de Carvalho Rama ----- A Favor-----
 ----- Sandra Paula Cardoso Strecht F. Alves----- A Favor-----
 ----- Tânia Sofia de Jesus Monteiro ----- A Favor-----
 ----- Rui Paulo Oliveira Costa ----- A Favor-----
 ----- Victor Manuel Pardal Monteiro ----- A Favor-----
 ----- Nelson António Moreno Carvalho ----- A Favor-----
 ----- Joaquim Neves Martinho ----- A Favor-----
 ----- Paulo Sérgio Silva Valente-----A Favor -----
 ----- António da Silva Ferreira-----A Favor-----
 ----- João António Góis Girão-----A Favor-----
 ----- João Paulo de Almeida Ângelo-----A Favor-----
 ----- Ricardo José Araújo Monteiro-----A Favor-----
 ----- Nuno Nobre Valente----- A Favor-----

----- **9. Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal, a proposta de prorrogação do prazo para aceitação da transferência do exercício de competências domínio da Ação Social, nos termos do Decreto-Lei n.º 87-B/2022, de 29 de dezembro.**-----

----- Pediu a palavra o membro da Assembleia Bruno Ferrão (Coligação unir Pela Mudança) que disse: “A Bancada da Coligação “Unir Pela Mudança” é favorável a esta prorrogação, mas tememos que o prazo termine a 3 de abril e, queríamos confirmar essa informação e questionar se, depois de 3 de abril, não haverá outra solução.”-----

----- Tomou a palavra o PCM que disse: “Montemor-o-Velho tem, e já teve, resposta, pendente de uma reclamação. Uma reclamação por não aceitar o valor que nos foi atribuído. Já dei indicações aos serviços que vamos para a via judicial, porque estamos a falar de valores que podem ser próximos dos cem mil euros de diferença. Os critérios foram alterados com a Associação Nacional de Municípios, não estamos contra os critérios, mas sim contra a resposta que nos foi dada, de uma forma muito simplista, que foi esta: “...sim, há mais processos sociais, mas o Município tem que assumir as suas obrigações para com as pessoas com carência sociais...”, quando na verdade estão a transferir uma competência, mas dizem que nós temos

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão ordinária de 2023, fevereiro, 28

que compartilhar nessa competência.-----

----- Parece-me errado. Novamente são estes organismos intermédios que mandam, não é o Governo, o Governo decidiu bem. Estes organismos decidem que, por exemplo: o Município tem nas suas competências resolver o problema das pessoas com carências sociais. Por isso, já dei indicações nos serviços que, se não puserem o número de processos certos ou aproximados, nós não aceitaremos a competência e iremos intentar uma providência cautelar, ou o que for necessário judicialmente.”-----

----- Tomou a palavra o membro Paulo Galvão (CDU) que disse: “Nestes três pontos, no anterior, neste e no ponto número sete da Ordem de Trabalhos, vê-se que a descentralização promovida pelo Governo está completamente errada.-----

----- Aqui discordo do Senhor Presidente da Câmara, porque também não concordo que a Ação Social venha toda de “chofre” para os Municípios. Vamos ter situações de desigualdade de cidadãos, de pontos diferentes do País. Há também algumas entidades que vão ficar sem funções e penso que esta não é a solução. A solução apontada pelo PCP há muito tempo é a regionalização e, de uma vez por todas, os Presidentes de Câmara e os Autarcas em geral têm que pugnar por pedir a regionalização.”-----

----- Retomou a palavra o PCM que disse: “Eu vou respeitar a divergência intelectual na questão da delegação de competências, mas há uma coisa que quero dizer ao membro Paulo Galvão: aquilo que eu disse anteriormente é a prova acabada de que os pobres neste País são um produto estatístico manipulado por algumas entidades. Se calhar é melhor que venha para os Municípios do que estar a ser manipulado estatisticamente, quem são os pobres e quem é que tem direito a ser pobre neste País.”-----

----- Não havendo intervenções e encontrando-se presentes 31 membros da AM, realizou-se a votação da proposta apresentada que foi aprovada por unanimidade de acordo com os seguintes resultados obtidos na votação:-----

----- VOTAÇÕES-----

----- Fernando Jorge dos Ramos----- A Favor-----

----- Ana Cristina da Silva Jorge----- A Favor-----

----- Maria Albertina Moleiro Ferreira Jorge----- A Favor-----

----- Ana Maria Batista Vaz Valente----- A Favor-----

----- José António Pessegueiro Serrano----- A Favor-----

----- Telma Margarida Neves Simões----- A Favor-----

----- Patrício Emanuel Pereira de Almeida Duarte----- A Favor-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão ordinária de 2023, fevereiro, 28

----- Tiago Dinis Santos Silva----- A Favor-----
 ----- Dulce Maria Melo Ferreira-----A Favor -----
 ----- Fernando Pereira Nunes Curto ----- A Favor-----
 ----- Paulo Alexandre Azambuja Galvão ----- A Favor-----
 ----- Liliana Isabel Batista Duarte----- A Favor-----
 ----- Bruno Miguel Nunes Ferrão----- A Favor-----
 ----- Luís António Girão da Fonseca----- A Favor-----
 ----- António Augusto dos Santos Torres ----- A Favor-----
 ----- Elisa Maria Sá Pinto----- A Favor-----
 ----- Joaquim António Graça Rainho----- A Favor-----
 ----- Lídia Maria Cavaleiro Teixeira Pagaimo ----- A Favor-----
 ----- João Carlos Silva de Carvalho Rama ----- A Favor-----
 ----- Sandra Paula Cardoso Strecht F. Alves----- A Favor-----
 ----- Tânia Sofia de Jesus Monteiro ----- A Favor-----
 ----- Rui Paulo Oliveira Costa ----- A Favor-----
 ----- Víctor Manuel Pardal Monteiro ----- A Favor-----
 ----- Nelson António Moreno Carvalho ----- A Favor-----
 ----- Joaquim Neves Martinho ----- A Favor-----
 ----- Paulo Sérgio Silva Valente-----A Favor -----
 ----- António da Silva Ferreira-----A Favor-----
 ----- João António Góis Girão-----A Favor-----
 ----- João Paulo de Almeida Ângelo-----A Favor-----
 ----- Ricardo José Araújo Monteiro-----A Favor-----
 ----- Nuno Nobre Valente----- A Favor-----

----- **10. Tomada de conhecimento, sob proposta do Executivo Municipal, da Adesão à Rede Europeia de Municípios Amigos das Famílias.** -----

----- A AM tomou conhecimento da Adesão à Rede Europeia de Municípios Amigos das Famílias, que se anexa.-----

----- **11. Tomada de conhecimento, sob proposta do Executivo Municipal, da Declaração alínea a) do n.º 1, do artigo 15º, da Lei n.º 8/2012.** -----

----- A AM tomou conhecimento da Declaração alínea a) do n.º 1, do artigo 15º, da Lei n.º 8/2012, que se anexa.-----

----- **12. Tomada de conhecimento, sob proposta do Executivo Municipal, da Declaração**

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão ordinária de 2023, fevereiro, 28

alínea b) do n.º 1, do artigo 15º, da Lei n.º 8/2012.-----

----- A AM tomou conhecimento da Declaração alínea b) do n.º 1, do artigo 15º, da Lei n.º 8/2012, que se anexa.-----

----- **13. Tomada de conhecimento, sob proposta do Executivo Municipal, da autorização genérica para dispensa de autorização prévia da Assembleia Municipal para Isenções e/ou reduções de taxas – Listagem de Isenções e/ou reduções de taxas concedidas entre 01/12/2022 e 31/01/2023.**-----

----- A AM tomou conhecimento da autorização genérica para dispensa de autorização prévia da Assembleia Municipal para Isenções e/ou reduções de taxas – Listagem de Isenções e/ou reduções de taxas concedidas entre 01/12/2022 e 31/01/2023, que se anexa.-----

----- **14. Tomada de conhecimento, sob proposta do Executivo Municipal, da autorização genérica para dispensa de autorização prévia da Assembleia Municipal para Compromissos Plurianuais – Listagem de compromissos plurianuais assumidos entre 01/12/2022 e 31/01/2023.**-----

----- A AM tomou conhecimento da autorização genérica para dispensa de autorização prévia da Assembleia Municipal para Compromissos Plurianuais – Listagem de compromissos plurianuais assumidos entre 01/12/2022 e 31/01/2023, que se anexa.-----

----- **15. Tomada de conhecimento do Relatório de Avaliação da Atividade da CPCJ de Montemor-o-Velho relativo ao ano 2022.**-----

----- Tomou a palavra o membro Paulo Galvão (CDU) que disse: “Este relatório de avaliação é preenchido num formulário da CPCJ nacional, se não me engano, dá para ver a atividade desempenhada, mas a CPCJ é constituída por um grupo de técnicos qualificados os quais eu reconheço qualidade. Se calhar era importante, numa próxima vez, acrescentar algumas avaliações feitas, algumas considerações, o porquê daqueles números, ou seja, uma justificação dos números. Neste relatório constam números factuais.”-----

----- Tomou a palavra o PMAM dizendo: “Eu pedia à Senhora Vereadora Diana Andrade que não entrasse em diálogo. Vou tentar perceber a questão colocada pelo membro Paulo Galvão.

----- São dados estatísticos, se vamos para além disso, evidentemente que estamos com uma coisa que agora se chama RJPD. Para além disso, com crianças e jovens em risco se a própria Comissão nos prestasse esse tipo relatório, provavelmente nós aqui a “processar” a CPCJ por estar a divulgar esse tipo de avaliação.-----

----- Eu percebo que podia ser mais esclarecedor, mas este tipo de relatório é mesmo assim, e não é por acaso que há este relatório nacional, não sequer é a CPCJ de Montemor. Todas as

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão ordinária de 2023, fevereiro, 28

CPCJs têm que responder e estritamente a esta questão.”-----

----- Retomou a palavra o membro Paulo Galvão (CDU) que disse: “Eu já estive na CPCJ e sei que é impossível dar esses dados, no entanto, internamente, discutem-se, eu estive na alargada e mesmo aí não se discutiram os casos em concreto, mas apontamos caminhos para resolver alguns problemas e são esses caminhos, que podiam chegar também aqui. Para sabermos quais são as ideias, e muitas vezes são outras entidades que têm que colaborar e não ficar fechado no grupo da CPCJ e das entidades com quem a mesma fala, mas também ser dado aqui conhecimento à Assembleia. Aqui não há dados de ninguém!”-----

----- Tomou a palavra o PMAM dizendo: “Esse é o trabalho da CPCJ, não é o relatório da Assembleia Municipal. A Senhora Vereadora Diana Andrade estava a tentar responder, eu percebi que entendeu algumas questões. -----

----- Estamos a falar do relatório de avaliação. Desse relatório eu julgo, muito sinceramente, que, se a CPCJ me fornecesse outro tipo de dados, eu, enquanto Presidente da Assembleia Municipal, diria à CPCJ: “Desculpem lá, vocês estão a extravasar as vossas competências, estão a colocar em risco o que é o conteúdo e o trabalho e a ação da CPCJ”.-----

----- Acho que a Assembleia ficará disponível para o plano de ação e, se a Senhora Vereadora o quiser apresentar, poderá fazê-lo.”-----

----- A AM tomou conhecimento do Relatório de Avaliação da Atividade da CPCJ de Montemor-o-Velho relativo ao ano 2022, que se anexa.-----

----- **16. Intervenção do público, em cumprimento com o artigo 49.º n.º 1 da lei 75/2013 de 12 de setembro na sua atual redação dada pela lei 66/2020 de 04 de novembro.**-----

----- Tendo-se verificado a inexistência de público, tomou a palavra o PMAM dizendo: “Para os elementos da Comissão Permanente deve haver uma Reunião na próxima semana relativa à programação das Comemorações dos 49 anos do 25 de abril. -----

----- Portanto, está encerrada a Reunião da Assembleia Municipal, um bom regresso a casa.”

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL,

Fernando Jorge dos Ramos

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão ordinária de 2023, fevereiro, 28

A PRIMEIRA SECRETÁRIA

Telma Margarida Neves Simões

A SEGUNDA SECRETÁRIA,

Liliana Isabel Batista Duarte

APRESENTADO EM SESSÃO DE <i>28/Fev./2023</i>	 MUNICÍPIO DE MONTEMOR-O-VELHO ASSEMBLEIA MUNICIPAL	Deliberação: <i>Aprovado por unanimidade</i> A Secretária, 
--	---	---

<input type="checkbox"/> PROPOSTA <input type="checkbox"/> DECLARAÇÃO DE VOTO <input checked="" type="checkbox"/> MOÇÃO	<input type="checkbox"/> INTERVENÇÃO <input type="checkbox"/> RECOMENDAÇÃO <input type="checkbox"/> REQUERIMENTO
--	--

ASSUNTO: Congratulação de aniversário

A bancada do Partido Socialista (PS) da Assembleia Municipal de Montemor-o-Velho felicita as diversas associações do concelho, abaixo mencionadas, por mais um aniversário, realçando o seu relevante e imprescindível contributo para o desenvolvimento do concelho ao nível social, cultural e desportivo.

Os signatários fazem votos de que continuem a prestar à comunidade um trabalho dedicado e constante, que merece todo o respeito e reconhecimento.

Associação Fernão Mendes Pinto

Centro Cultural e Social da Bunhosa

Cooperativa Agrícola do Bebedouro

Grupo Desportivo 'Os Águias'

Centro Inter-Jovem de Cultura e Intercâmbios - CIJ

Associação de Estudantes da Escola Secundária de Montemor-o-Velho

Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Montemor-o-Velho

Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental

Azul Rolante - Clube de Automoveis Antigos

Casa do Benfica do Concelho de Montemor-o-Velho

Círculo de Xadrez de Montemor-o-Velho

Associação de Dadores de Sangue da Vila de Pereira

Associação Desportiva Cultural Recreativa de Pereira

Associação dos Amigos do Casal do Minhoto e dos Casais Velhos

Centro Humanitário Baixo Mondego da Cruz Vermelha Portuguesa

Centro Beira Mondego

(Agradece-se a divulgação desta comunicação por todas as entidades mencionadas)

PAÇOS DO MUNICÍPIO EM 28/02/2023	Pela bancada do Partido Socialista 
---	--

APRESENTADO EM SESSÃO DE 28/2/2023	 MUNICÍPIO DE MONTEMOR-O-VELHO ASSEMBLEIA MUNICIPAL	Deliberação: <u>Aprovado por</u> <u>Unanidade</u> O Secretário,
<input type="checkbox"/> PROPOSTA <input type="checkbox"/> DECLARAÇÃO DE VOTO <input checked="" type="checkbox"/> MOÇÃO	<input type="checkbox"/> INTERVENÇÃO <input type="checkbox"/> RECOMENDAÇÃO <input type="checkbox"/> REQUERIMENTO	
ASSUNTO: Moção de Reconhecimento e Louvor ao Comendador Joaquim Maria de São José Cardoso		

Moção de Reconhecimento e Louvor

A bancada do Partido Socialista através do Presidente da Junta de Freguesia de Liceia, e da 1ª Secretária da Assembleia Municipal, representados pelo Sr. Joaquim Martinho, e por Telma Simões, respetivamente, vêm por este meio apresentar a esta Assembleia Municipal a “**Moção de Reconhecimento e Louvor**” ao Sr. Joaquim Maria de São José Cardoso que foi condecorado como Comendador da Ordem do Mérito, por Sua Excelência o Presidente da República Marcelo Rebelo de Sousa, em cerimónia realizada no passado dia 26 de janeiro, no antigo Picadeiro do Palácio de Belém em Lisboa.

Joaquim Maria de São José Cardoso, nasceu a 25 de setembro de 1947 e é natural da freguesia de Liceia, onde reside atualmente.

Aos dezasseis anos de idade ingressou na Marinha de Guerra Portuguesa, permanecendo aí cerca de 10 anos, tendo feito comissões de serviço nas antigas colónias de Cabo Verde, Guiné, Angola e Moçambique, recebendo vários louvores pelo serviço prestado ao serviço da Pátria.

Após estas experiências e na sequência da revolução do 25 de Abril de 1974, foi candidato a Deputado à Assembleia Constituinte e exerceu ainda funções na Comissão Administrativa da Junta de Freguesia de Liceia, tendo sido também membro da Direção da Casa do Povo de Montemor-o-Velho.

Homem de fortes convicções e permanentemente interessado no desenvolvimento das condições económicas da agricultura regional e nacional, particularmente do sector leiteiro.

Há cerca de três décadas ingressou no associativismo Cooperativo, como secretário da Direção da Cooperativa Agrícola de Montemor-O-Velho, cargo que foi sendo renovado ao longo de sucessivos mandatos e que ainda ocupa na presente data.

Assume cargos em organizações do Concelho de Montemor-o-Velho, nomeadamente Diretor da Associação Diogo de Azambuja; Presidente da Assembleia Geral do Centro

Cultural, Recreativo e Desportivo de Liceia; Presidente da Assembleia Geral da Associação de Desenvolvimento, Progresso e Vida de Liceia entre outras.

Arroga também outros cargos em órgãos de outras organizações e empresas de referência a nível nacional e internacional, nomeadamente: Presidente de Administração da Lacticoop; Vogal do Conselho de Administração na empresa Lactogal – Produtos Alimentares, S.A.; Vogal do Conselho de Administração da Empresa Leche Celta, S.A, em Espanha; Membro do Conselho de Administração da FENALAC; Vogal do Conselho de Administração da ANABLE; Gerente da empresa Lusogenes, Lda; Membro da Assembleia Geral da CONFAGRI; 2º Mordomo Mesário da Confraria Nacional do Leite, entre outras.

Esta condecoração representa o reconhecimento público ao mais alto nível, do percurso de uma vida do cidadão, agora Comendador Joaquim Cardoso, dedicada ao mundo agrícola, ao associativismo e cooperativismo nacional.

Enaltece-se o forte contributo do Comendador Joaquim Cardoso para o desenvolvimento económico e social do Município e do País, tendo sido ao longo dos seus 76 anos, uma pessoa humilde e fiel aos valores da solidariedade social, bem como um verdadeiro ativista de participação cívica, com dedicação e visão de futuro.

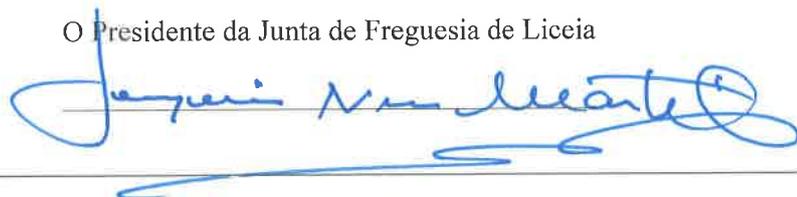
Esta condecoração representa um orgulho para o Concelho de Montemor-O-Velho, que muito nos honra a todos, sendo também um legado que servirá de exemplo para as gerações vindouras.

Obs: Pretende-se que depois de aprovada esta moção, seja dado conhecimento ao agraciado

PAÇOS DO MUNICÍPIO

EM 28.21.2023

O Presidente da Junta de Freguesia de Liceia



A Primeira Secretária da Assembleia Municipal



Apresentada e
leitura de AM
de 28/fev/2023



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Moção

A Bancada da COLIGAÇÃO "UNIR PELA MUDANÇA" (PPD/PSD – CDS/PP), da Assembleia Municipal de Montemor-o-Velho, através do seu membro Lídia Maria Cavaleiro Teixeira Pagaimo apresenta, na passagem de mais um aniversário, sinceros votos de parabéns e de continuação de êxitos futuros, às seguintes Associações:

APPACDM – Unidade de Montemor-o-Velho;
Associação Cultural, Desportiva e Social da Ereira;
Associação de Dadores de Sangue de Pereira;
Associação Desportiva, Cultural e Recreativa de Pereira;
Associação de Xadrez de Montemor-o-Velho;
Associação dos Amigos do Casal Minhoto e Casais Velhos;
Associação Fernão Mendes Pinto;
Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Montemor-Velho;
Casa do Benfica de Montemor-o-Velho;
Centro Beira Mondego de Santo Varão;
Centro Cultural, Recreativo e Desportivo dos Resgatados "O sobreiro";
Círculo de Xadrez de Montemor-o-Velho;
Grupo Desportivo "Os Águias";
Sociedade Columbófila da Carapinheira;
Teatro dos Castelos.

Montemor-o-Velho, 28 de fevereiro de 2023

Pe' O Grupo da Bancada da COLIGAÇÃO "POR MONTEMOR TUDO E SEMPRE"
(PPD/PSD – CDS/PP), da Assembleia Municipal de Montemor-o-Velho.

O (A) Deputado(a) Municipal

Handwritten signature of Lídia Maria Cavaleiro Teixeira Pagaimo.

(Dar conhecimento a todas as entidades mencionadas)

Aprovação
Resolução AM nº
28/fev/2023

Aprovado
por unanimidade
28.2.2023

Moção de Louvor

A bancada do Partido Socialista da Assembleia Municipal de Montemor-o-Velho, através do seu membro Liliana Isabel Batista Duarte, vem apresentar a moção de louvor à Santa Casa da Misericórdia da Vila de Pereira pela inauguração das obras de restauro e requalificação da Igreja da Misericórdia.

Neste momento solene, presidido pelo Bispo de Coimbra, Dom Virgílio Antunes, entidades e população assistiram a uma cerimónia religiosa na qual referiram os largos meses de trabalho minucioso que permitem, a partir de agora, apreciar toda a sua beleza e esplendor.

Felicito o Sr. Provedor, Adérito Galvão, e toda a sua equipa por não desistirem do nosso património tão valioso.

Esta moção, depois de aprovada, será reproduzida e enviada cópia ao Sr. Provedor da Santa Casa da Misericórdia da Vila de Pereira, Adérito Galvão.

Montemor-o-Velho, 28 de fevereiro de 2023

A Deputada Municipal

Liliana Isabel Batista Duarte.

Apresentada
na reunião AM
28/fev/2023

Aprovado
por unanimidade
28/2/2023

Moção de Louvor

A bancada do Partido Socialista da Assembleia Municipal de Montemor-o-Velho, através do seu membro Liliana Isabel Batista Duarte, vem apresentar a moção de louvor ao Grupo de Teatro "O Celeiro" pela excelente dinamização da gala do "Chupa-chupa". Este evento realizou-se a 25 de dezembro, no Celeiro dos Duques de Aveiro, com dois espetáculos, e a 8 de janeiro, no Auditório Municipal da Figueira da Foz, tornando um sonho uma realidade. Todos os espetáculos tiveram casa cheia.

Parabenizo, novamente, o Grupo de Teatro "O Celeiro" da Associação Cultural Recreativa de Pereira (ADCRP) que, mais uma vez, nos presenteou com dois espetáculos de muita magia, alegria e cor que nos transportaram para os anos noventa. "Somos família somos Celeiro", lema utilizado por este grupo que espelha, na perfeição, todo o seu trabalho.

Felicito todos os artistas da Escola de Teatro Arménio Paiva e do Grupo de Jovens bem como o Vice-Presidente da ADCRP, Paulo Silva, e toda a equipa técnica, envolvida nos eventos.

Saliento ainda toda a dinâmica desta instituição, ADCRP, que, nas suas diversas valências, dinamiza o associativismo sob orientação do Presidente Jorge Ferreira e sua equipa.

Esta moção, depois de aprovada, será reproduzida e enviada cópia ao Presidente da ADCRP, Jorge Ferreira, bem como ao Vice-Presidente, Paulo Silva.

Montemor-o-Velho, 28 de fevereiro de 2023

A Deputada Municipal

Liliana Isabel Batista Duarte.

Aprovada em
Sessão AM 28/fev/2027

Aprovado por
unanimidade
28/2/2027

Moção

8 de Março: Dia Internacional da Mulher – Um símbolo da luta das mulheres em defesa dos seus direitos, na lei e na vida

O Dia Internacional da Mulher, instituído em 1910 é um símbolo da luta das mulheres no Mundo contra a inferioridade que lhe foi imposta, na lei e na vida, e a exploração e opressão capitalista das trabalhadoras sujeitas a desumanas jornadas de trabalho, salários baixos e desproteção na gravidez e na maternidade.

Uma data que em Portugal está ligada à luta das mulheres, na sua oposição ao fascismo, à negação de direitos económicos, sociais, políticos e culturais. Uma data erguida na luta pela liberdade, democracia e pela paz.

Com a Revolução de Abril, e o que ela abriu de transformação das condições de vida com essa conquista que constituiu o poder local democrático, em si mesmo fator de progresso também sentido pelas mulheres no seu dia-a-dia, sucessivas gerações de mulheres tomaram nas suas mãos a luta pela consagração, na lei e na vida, dos seus direitos económicos, sociais, políticos e culturais e pela sua participação em igualdade em todos os domínios da sociedade.

Uma data que, desde então é comemorada pelo Movimento Democrático de Mulheres, pelas Autarquias Locais e por outras organizações e entidades.

Uma data com memória, mas principalmente futuro na luta das mulheres pela igualdade no trabalho e na vida, cuja concretização é não só condição de progresso para as comunidades onde vivem, estudam e trabalham, como para a justiça e progresso do País.

A Assembleia Municipal de Montemor-o-Velho saúda as mulheres do Concelho, bem como as trabalhadoras da autarquia na passagem do Dia Internacional da Mulher apelando para que se associem a esta comemoração, dando força à sua determinação e vontade em viver e trabalhar em igualdade, no respeito pela sua dignidade e direitos plasmados na Constituição da República e num vasto conjunto de legislação que consagra a igualdade e a valorização do seu estatuto, enquanto trabalhadora, mãe e cidadã.

De igual modo se saúda as mulheres eleitas nos diversos órgãos autárquicos, as que intervêm nas diferentes expressões do movimento associativo e popular e em diversas organizações que intervêm na área da igualdade.

A Assembleia Municipal de Montemor-o-Velho assume o compromisso em defesa dos direitos das mulheres como preocupação constante na sua atividade e nesse sentido delibera:

- a) Acompanhar a evolução da condição e estatuto das mulheres, enquanto trabalhadoras, cidadãs e mães no concelho e pugnar por medidas que na esfera do poder central visem o cumprimento dos seus direitos e a concretização da igualdade no trabalho e na vida;
- b) Propor à Câmara Municipal a inclusão no Plano Municipal para a Igualdade e Não Discriminação a inclusão de medidas que visem a necessária articulação entre entidades e organizações nacionais e locais com vista a exigir do poder central as medidas conducentes à garantia e reforço do acesso das mulheres aos serviços públicos, designadamente na saúde, segurança social, à educação e a uma rede

- pública de equipamentos e serviços de apoio à infância, aos idosos e às pessoas com deficiência;
- c) Contribuir de forma ativa para dar eficácia aos instrumentos de intervenção e apoio às vítimas de violência doméstica que responsabilize o poder central na criação de uma Rede de Apoio, articulada entre os diversos serviços públicos, autarquias e organizações sociais que devem intervir com vista a reforçar a informação, encaminhamento e sinalização das vítimas de violência doméstica
 - d) Saudar as comemorações do Dia Internacional da Mulher e as organizações que no plano unitário as impulsionam, designadamente o Movimento Democrático de Mulheres, com longa tradição na comemoração desta data, cujo lema deste ano é *«Mil razões para lutar: os direitos das mulheres têm de contar»* realizando pelo sétimo ano consecutivo a *Manifestação Nacional de Mulheres, a 4 de Março, no Porto e a 11 de Março em Lisboa.*

A ser aprovada, esta Moção deve ser remetida à Câmara Municipal, Juntas e Assembleias de Freguesia do concelho de Montemor-o-Velho, à CIG - Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género, à Comissão para Igualdade entre Mulheres e Homens da CGTP-In; ao Movimento Democrático de Mulheres, ao movimento associativo do concelho de Montemor-o-Velho; às instituições que integram a Rede Social e as Comissões Sociais de freguesia.

P'la CDU

Paulo Galvão

Apresentado na
AM de 28/fev./2023
[assinatura]



Ao Senhor
Presidente da
Câmara Municipal
28/fev./2023
[assinatura]

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

RECOMENDAÇÃO: X INTERVENÇÃO: ___ DECLARAÇÃO DE VOTO: ___

Assunto: Proposta de criação de grupo de trabalho sobre o plano rodoviário do Concelho de Montemor-o-Velho

Vem a Bancada da COLIGAÇÃO "UNIR PELA MUDANÇA (PPD/PSD – CDS/PP), da Assembleia Municipal de Montemor-o-Velho, através do seu membro Bruno Miguel Nunes Ferrão, recomendar à Câmara Municipal,

- Criação de grupo de trabalho sobre o plano rodoviário do Concelho de Montemor-o-Velho
- Estudo sobre a rede rodoviária do Concelho de Montemor-o-Velho
- Elaboração de um novo plano rodoviário do Concelho de Montemor-o-Velho

Porquanto,

Cada vez mais a estrutura rodoviária é um elemento preponderante no desenvolvimento da sociedade, sendo um critério distintivo na análise da qualidade de vida e obtenção de recursos dos cidadãos. O Decreto-Lei nº 222/98 positiva o Plano Rodoviário Nacional (PRN2000), sendo um documento que estabelece as necessidades de comunicações rodoviárias nacionais.

Conforme determinado potência: "o correcto e articulado funcionamento do sistema de transportes rodoviários, o desenvolvimento de potencialidades regionais, a redução do custo global daqueles transportes, o aumento da segurança da circulação, a satisfação do tráfego internacional e a adequação da gestão da rede."

O Concelho de Montemor-o-Velho tem particularidades morfológicas e de geolocalização que o singularizam relativamente à realidade nacional. Urge assim a criação de um plano rodoviário municipal, assente numa estratégia de proximidade da população e desenvolvimento económico, tendo por objectivo a melhoria de condições de vida dos residentes.

Analisando,

É um território vasto, com uma área total de 229km², distribuída por 11 freguesias, no coração do Baixo Mondego. A sua matriz é assente na ruralidade do espaço envolvente, em que os caminhos rurais e florestais predominam e tendem a fazer parte da rede de deslocação dos residentes. É assim importante haver uma resposta alargada, actualizada e que seja mais um instrumento de protecção civil.

É um concelho dividido em 2 partes pelo rio Mondego, mas longe estão os tempos em que um rio era visto e sentido como uma fronteira, uma barreira. O rio Mondego em Montemor sempre foi, e tenderá a continuar a ser, um sitio de trabalho, de riqueza, de aproximação. E é por isso que o mesmo tem de estar integrado numa rede rodoviária municipal. O seu usufruto, a sua transposição tem de ser natural, banal, quotidiana. Quem está do outro lado é meu vizinho, e só está do outro lado da rua.

"mas como é possível eu não poder atravessar o meu concelho de uma ponta à outra sem ter medo de cair numa ponte?!" Escrito em Fevereiro de 2017, no Jornal de Montemor

A realidade, em 2023 é pior. 6 anos de Partido Socialista e estamos pior. Para além dos buracos na estrada, hoje as pontes estão fechadas. É um facto e ninguém pode desmentir. Não pode o Executivo Municipal ficar alheado da realidade do estado das vias ou mesmo do traçado destas, que se acha desadequado. Não pode o Executivo Municipal continuar à desgarrada a alcatroar pedaços de estrada, e deixar outras mais precisas, ou abrir vias que nem fazem assim tanto sentido em detrimento de outras.

O Concelho de Montemor-o-Velho está localizado no baricentro do triângulo dos grandes centros de desenvolvimento económico e industrial Coimbra, Figueira da Foz e

Cantanhede. É por essa razão invadido por uma alta intensidade de tráfego rodoviário que importuna a vivência dos residentes. É assim importante estudar alternativas ao tráfego não local.

As principais vias de comunicação rodoviárias que o atravessam são a EN 111, que está em mau estado de conservação em vários pontos, e a A14 que só é de acesso gratuito até à entrada do Concelho de Montemor-o-Velho.

A margem esquerda necessita de uma ligação à A17, prevista no projeto inicial e esquecida num qualquer gabinete em Lisboa.

Necessita ainda de uma circular externa, com ligação à ponte de Verride, respondendo aos anseios da população e aproximando os mais distantes tanto à sede de Concelho como aos seus postos de trabalho e equipamentos de serviço público como escolas e creches.

É ainda o Concelho de Montemor-o-Velho atravessado pela linha do Norte com extensão à Figueira da Foz via Alfarelos. Uma linha ferroviária de transporte de mercadorias e passageiros.

Em relação à primeira, a criação de um polo ferroviário intermodal no Concelho limítrofe de Soure acarreta o aumento de tráfego pesado no nosso concelho em vias que não estão preparadas ou que colidem com o interesse dos residentes. Têm assim de ser corrigidas deficiências nas vias e estruturar a rede rodoviária de forma ao tráfego ser entre o polo ferroviário e os polos industriais.

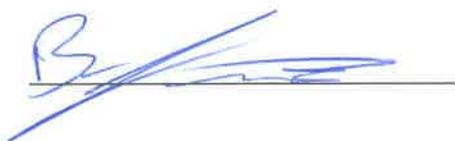
Também, a proibição de estacionamento de veículos pesados nas zonas industriais não está adequada uma vez que estes, pelas suas características por aí devem aparcar, evitando a sua entrada em zonas residenciais.

Em relação aos passageiros, e estando em discussão um novo plano de transportes gerido pela Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra, incluindo o Metro Mondego, a reativação da linha ferroviária entre Figueira da Foz e Pampilhosa, com passagem no nosso Concelho, a ligação entre Cantanhede, Mealhada e Coimbra através de Metrobus, a implementação de um cada vez mais usado programa Sitflex deve ser pensado e estar incluído do plano rodoviário municipal um programa intermodal concelhio, com a preparação de locais de embarque e estacionamento de veículos.

Recomendamos assim o estudo sobre a sobre a rede rodoviária do Concelho de Montemor-o-Velho. Não se escusando nunca (!) esta bancada de apresentar soluções, numa posição progressista e cooperante, deixamos a recomendação para a criação de um Plano Rodoviário Municipal.

Poderá assim o concelho de Montemor-o-Velho se posicionar na linha da frente, na criação de um plano, abrindo portas às tão desejadas fotografias e capas de jornais.

O (A) Deputado(a) Municipal

A handwritten signature in blue ink is written over a horizontal line. The signature is stylized and appears to be a name starting with 'B'.

Apresentado
na sessão de 28/fev/2023

Aprovado por
Unan. m. d. d.

✍

28.2.2023

Assembleia Municipal

Município de Montemor-o-Velho

28.Set.2023

Assunto: Homenagem Poeta Afonso Duarte

Afonso Duarte. Poeta e Professor primário, nasceu na Ereira em 1 de Janeiro de 1884 e Faleceu no dia 5 de Março 1958 em Coimbra com 74 anos.

Na vida deste grande Mestre (como era conhecido) ocorrem duas circunstâncias menos favoráveis, que terão contribuído em parte para transmitir a sua fascinada visão das coisas e da vida de ironia e revolta, mas também de superior resignação: A doença e o regime.

Na sua vasta Obra Poética, esteve ligado ás crenças e mitos seculares, aos motivos da terra, da vida animal, ao Povo e lide do Campo.

Afonso Duarte nunca renegou as suas origens, o seu Povo, a sua Terra, a sua Ereira.

Como disse Miguel Torga; “ Resta nos a recordação do que foste e o respeito pelos versos que escreves te”

65 anos de Eternidade é o mote para a justíssima homenagem e exposição da sua fascinante obra, durante o ano de 2023, a cargo da recente Associação criada com o seu nome.

Destacamos no próximo dia 5 Março pelas 15 horas, na sua Terra Natal, com a presença de diversas figuras das artes e das letras, deixando aqui o convite, para todos aqueles que queiram juntar e participar nesta Homenagem.

Fernando Curto: Membro Assembleia Municipal Montemor- o- Velho